

GUSTAVO BARROSO

**NOS
BASTIDORES
DA
HISTÓRIA
DO BRASIL**



EDIÇÕES MELHORAMENTOS

NOS BASTIDORES DA HISTÓRIA DO BRASIL

Gustavo Barroso

A História, em geral, seja ela apreciada sob o aspecto conjunto de todos os povos ou de cada país em particular, apresenta facêtas que poucos dos compêndios clássicos da matéria costumam analisar. As mais das vezes, restringem-se a narrar os acontecimentos de maior destaque de cada época, englobando-os e subdividindo-os em períodos cuja totalidade espelha a vida de uma nação, de um continente, do universo.

Há intervalos no tempo, entretanto, em que muita coisa fica por ser aclarada, há grandes e pequenos mistérios na existência de tôdas as personalidades mundiais que somente uma profunda revisão nos documentos esquecidos de priscas eras permite revelar. Esta é uma das principais missões do historiador honesto; pesquisar, esclarecer, dissipar dúvidas, mostrar aos seus semelhantes fatos que a própria história, como comumente a conhecemos, não assinala. Outra, é a de desfazer as inverdades, as incongruências históricas, aquelas que, criadas não pela imparcialidade do acontecido mas pela paixão intencional, unilateral e tendenciosa de muitos, acabam por se transformar em lendas ou sagas, as quais, sofrendo depois progressivas transmutações, são apresentadas à credence dos pósteros como verdadeiras, incorporando-se indêbitamente aos anais de uma nação, mesmo passando a caracterizar de maneira injustificada algumas reações espirituais de um povo.

Infelizmente, à influência maléfica dos falsos e imaginosos "criadores de história" não foge o Brasil, já que inúmeras passagens gloriosas de nosso não menos glorioso passado acham-se olvidadas pela nossa gente ou foram deturpadas por aqueles que, embora infrutíferamente,



Rua Xavier de Toledo, 234 S/L
São Paulo - CEP 01048-000

Telefones:

214 - 3325 / 214 - 3646 / 214 - 3647

Fax: Ramal 23

www.lbusedbookshop.com.br
oldbook@zaz.com.br

NOS BASTIDORES
DA HISTÓRIA DO BRASIL



Digitalizado por: Trovoada - SP
<http://trovoadasp.blogspot.com.br/>

GUSTAVO BARROSO

(Da Academia Brasileira)

NOS BASTIDORES
DA HISTÓRIA DO BRASIL

1.ª edição



EDIÇÕES MELHORAMENTOS

Todos os direitos reservados pela
Comp. Melhoramentos de São Paulo, Indústrias de Papel
Caixa Postal 8120 — São Paulo

Ax-9/V-8

Nos pedidos telegráficos basta citar o cód. 0-04-014



Í n d i c e

O Amanhecer do Brasil	7
Origem do nome do Brasil	12
As treze velas de Pedro Álvares Cabral	17
O primeiro sacerdote que veio ao Brasil	20
Os dois túmulos de Cabral	22
A espinha dorsal da história do Brasil	26
As pedras vivas da colonização	29
Os tupinambás dançam na França	33
A fundação da cidade do Salvador	36
A mais antiga constituição política do Brasil	39
As fortalezas de Fernando de Noronha	45
A criação da Amazônia	47
As primeiras F. E. B. do Brasil.	50
A Casa da Torre de Garcia d'Ávila	54
O tesouro da Ilha da Trindade	61
A nossa guerra dos Cem Anos	65
A esfinge do ferro do Brasil	68
Guerras de Corso e de Morte	70
O mistério da morte de Duclerc	74
A Guerra Guarani	77
Um Príncipe moedeiro falso	79
O Imperador dos Mamelucos	82
A cidade que o Brasil esqueceu	87
A cavalaria do Sertão	90
O Precursor de Tiradentes	94
O Judas da Inconfidência Mineira	98
A fôrca da Lampadosa	100
A História dos índios da nação Guaicuru	104
O Rei da Vingança	107
Canhões que falam do passado	110
A Guarda Real dos Archeiros do Paço	113
As Províncias perdidas do Brasil	115
O Enterrado Vivo do Paraguai	119
O Vencedor de Pirajá	122
A Bandeira do Brasil	126
Os ferros da escravidão	129
O primeiro Senado do Brasil	132
A Guerra do Vidéu	135

Duas Expedições brasileiras à Patagônia	139
O romance de Anita Garibaldi	143
O hino nacional de Francisco Manuel	146
O Brasil e o Egito	149
Um costume militar turco no Brasil	151
O Brasil e a tirania de Rosas	153
O segredo da vitória de Caseros	158
O primeiro navio de guerra a vapor do Brasil	164
O Uruguai policiado pelo Brasil	167
A premeditação da Guerra do Paraguai	171
O fuzilamento de Leandro Gomez	175
O rapto de Dom Pedro II pelos paraguaios	179
A estátua eqüestre de Uruguaiana	181
O Rei dos Práticos	186
As botas do General Osório	190
A misteriosa conferência de Iataiti-Corá	193
Os balões do Paraguai	196
A Batalha do Paraguai e o gênio de Caxias	199
O martírio de Pancha Garmendia	205
As duas espadas de Solano López	208
O regresso dos Voluntários da Pátria	211
Um poema de amor maternal	214
A mulher de Antônio Conselheiro	217

Índice das ilustrações

Índios na capitânia de Cabral / A Primeira Missa / Extração do pau-brasil entre págs. 76 e 17
Laguna, em Santa Catarina / Dança dos Tupinambás / Brasão, na Câmara Municipal da cidade do Salvador entre págs. 32 e 33
Bandeirante da Casa da Torre / Dama da Casa da Torre entre págs. 48 e 49
Ruínas do forte de São José e a bateria de São Joaquim em Fernando de Noronha / Legião dos Voluntários Reais de São Paulo entre págs. 64 e 65
Embarque de D. João VI para o Brasil / São Tomé das Letras / Cruzeiro de pedra de Cachoeira do Campo entre págs. 96 e 97
O Tiradentes como Alferes / O Imperador D. Pedro II entre págs. 112 e 113
Ruínas da Matriz de São Matias / Casa velha em São José D'el-Rei entre págs. 128 e 129
Canhão português do século XVIII / João Propício da Fontoura Mena Barreto / Canhão inglês / Batalha de Avaí / A fuga de Anita Garibaldi entre págs. 144 e 145

O AMANHECER DO BRASIL

As primeiras páginas da História do Brasil. Pedro Álvares Cabral nunca foi Almirante. As duas missas do descobrimento. A que se chama primeira foi de fato a segunda.

A mais vulgarizada cena histórica do nosso país no seio de tôdas as camadas da população é certamente a denominada *Primeira Missa no Brasil*. Pintou-a em vasta tela, que se acha no Museu de Belas-Artes, o grande artista catarinense Vítor Meireles. Suas reproduções, coloridas ou não, correm por aí afora nos livros ilustrados, nos compêndios didáticos, nas folhinhas do ano, no reverso das cédulas, nos jornais e nas revistas. Até mesmo pelo estrangeiro vai sendo repetida a magnífica pintura do amanhecer da civilização cristã em terras de Santa Cruz.

A composição dêsse grande quadro é deveras viva e impressionante. Ao fundo, o mar povoado de navios lusos. Na terra dadivosa e cheia de sol, o altar ao pé de grande cruz de madeira tôska, no qual oficia o Capelão da Armada descobridora de nossa pátria, Frei Henrique de Coimbra, mais tarde Bispo da cidade marroquina de Ceuta, então em poder dos portugueses. Ouvem com unção as orações do Santo Sacrifício o Capitão-Mor Pedro Álvares Cabral, seus oficiais, soldados e marinheiros. Contrastando com as vestes e armas européias do século XVI, a indiada brônzea, seminua e emplumada se ajunta à sombra dos bastos arvoredos ou se dependura dos ramos, admirada daquele inédito espetáculo nesta margem ocidental do Atlântico. É o início do Evangelho nas Selvas, que Fagundes Varela teria de cantar em versos imortais. É o primeiro contato, à sombra do símbolo da Cristandade, entre homens de duas plagas remotas e de duas vidas desconhecidas uma da outra, distanciados na geografia e na cultura, selvagens e civilizados, o que vemos nesse verdadeiro pano de bôca da colonização lusitana do Brasil. Daí a sensação que provoca em nossas almas e a emoção com que as surpreende quando o contemplamos. E esta descrição que aqui fazemos vai de muito servir para a tese a ser adiante demonstrada.

Demos a Pedro Álvares Cabral o título de Capitão-Mor. É o que verdadeiramente compete ao Descobridor do Brasil. Muitas vêzes, mesmo por historiadores de certa categoria, êle tem sido erroneamente chamado Almirante. Naquele tempo, o pôsto de Almirante, derivado do árabe Emir ou Amir-al-Bahr, chefe do mar, se dava ao imediato duma esquadra. É da expressão árabe que veio para o francês a palavra Ami-

ral e, para o inglês, Admiral. Em Portugal, o chefe duma expedição marítima ou terrestre era Capitão-Mor. Em outros países, Capitão-General. Na carta que, em março de 1505, Dom Manuel de Portugal escreveu ao Rei de Espanha sobre o descobrimento do Brasil, chama textualmente a Pedr'Álvares Capitão-General da Armada. Nas armadas, havia a nau Capitânia, em que ia o Comandante-Chefe ou Capitão-Mor, e a nau Almiranta, em que ia o segundo comandante. Não se precisava ser marinheiro profissional para comandar as esquadras destinadas a descobrimentos ou conquistas. Para êsse fim, os Reis escolhiam grandes fidalgos de capacidade diplomática, administrativa e guerreira. A parte náutica, a técnica da navegação, o ofício de marear, em que se não imiscuíam, competia aos capitães e aos pilotos dos navios. Êles, os Capitães-Mores sòmente superentendiam as operações e delas tomavam a alta responsabilidade.

O quadro de Vítor Meireles acima descrito tem o título de *A Primeira Missa*. Também se poderia chamar — O Anúncio da Civilização Cristã, em cujas formas, ideais e rumos se plasmaram os destinos do Brasil. Contudo, se todos consideram a obra-prima de Vítor Meireles *a primeira missa*, pouquíssimos sabem que a cena por êle pintada é de fato, *a segunda missa* dita na nossa terra. Esta é a interessante revelação que nos faz o mais autêntico documento histórico, a Carta escrita por Pêro Vaz de Caminha ao Rei de Portugal, descrevendo o achado do Brasil, a 1.º de maio de 1500, verdadeira reportagem do grande acontecimento.

Vejamos, pois, o que diz a História.

A 9 de março de 1500, partiu do Tejo para a Índia, cujo caminho marítimo Vasco da Gama encontrara e percorrera anos antes, uma esquadra composta de 13 navios, sendo um dêles *de mantimentos*, o que hoje se denominaria um transporte de guerra. Comandava-a Pedro Álvares Cabral, Alcaide-Mor de Azurara e Senhor de Belmonte, munido dum regimento ou instruções, dadas pelo próprio Rei D. Manuel, e conduzindo os homens e o material necessários à fundação duma feitoria ou entreposto comercial em Calecute. A Côrte assistiu em Belém a essa partida solene, sob o troar da artilharia.

No dia 10, transposto o estuário, as naves se fizeram na volta do mar. Quatro dias depois, velejavam por entre as Ilhas Canárias e, a 22 de março, estavam à vista de S. Nicolau, no Arquipélago de Cabo-Verde. Navegaram pelo mar de longo, como diz Pêro Vaz de Caminha, isto é, sempre para oeste, no sentido da longitude, tendo se desgarrado na vastidão do oceano, em seguida, a nau de Vasco de Ataíde, que se perdeu, pois não foi mais achada. Assim, afastaram-se das costas africanas, já bastante batidas pelos navegadores lusos, ajudados do regime dos ventos e buscando, decerto, explorar para o lado do ocidente o pélago desconhecido.

Na terça-feira, 21 de abril de 1500, apareceram aos olhos experimen-

tados da maruja os primeiros sinais da proximidade de qualquer terra, ilha ou continente: ervas boiando à flor das águas, conhecidas como botelhos e rabos-de-asno. Diante de tais prenúncios, manteve-se o mesmo rumo e, a 22, quarta-feira, pela manhã, os gajeiros viram do alto dos côstos de gávea surgir na linha distante do horizonte o vulto "mui alto e redondo" dum monte, ao qual foi logo dado o nome de Monte Pascoal, visto como os descobridores eram todos cristãos e o calendário marcava as chamadas oitavas da Páscoa.

O vento brando e de feição permitiu à Armada, nesse mesmo dia, aproximar-se da costa, que o alto e redondo monte balizava. Pouco a pouco se foram desenhando a linha branca das praias e as escuras massas da vegetação tropical. Avistaram-se mesmo sete ou oito homens pardos e nus, armados com arcos e flechas. O Capitão-Mor batizou logo aquela terra desconhecida com o nome de Terra da Vera Cruz.

Como se ignorasse de todo a profundidade das águas e os cachopos ou parcéis que podiam ocultar, a mais elementar prudência aconselhava aos pilotos cautelosa aproximação, para salvaguarda dos navios d'El-Rei, com proeiros no gurupés ou marinheiros nos esquifes sondando-as constantemente. Em frente da foz do rio, hoje chamado Caí, os navios menores fundearam com nove braças de amarra. Mais ou menos a 6 milhas do rio, ancoraram os navios maiores. E os capitães de todos se reuniram em conselho a bordo da nau Capitânia, decidindo-se mandar à terra num batel o Capitão Nicolau Coelho. E a noite se passou na ansiosa curiosidade de conhecer aquela plaga longínqua e ignorada.

Nicolau Coelho, desembarcou pela manhã de 23, quinta-feira, levando presentes para captar a simpatia daqueles naturais que se avistavam pela praia, alvoroçados com a imprevista chegada daquelas imensas canoas cobertas de alvos panos como grandes asas, nos quais sangravam as cruces da Benemérita Ordem de Cristo. Os presentes eram os costumes nos contatos entre os civilizados da Europa ocidental e os habitantes selvagens das regiões que aquêles iam descobrindo: espelhos, carapuças vermelhas, contas de vidro e outras bugigangas. O capitão português foi bem acolhido por uns 18 ou 20 aborígenes, que lhe deram arcos e cocares de penas em troca de seus mimos. Mas nem êle, nem seus intérpretes, conhecedores de idiomas africanos e levantinos, puderam entender uma só palavra da bárbara língua daquela gente. Veio a noite e um grande *chuvaceiro* caiu sôbre a terra e o mar.

Amanheceu o tempo limpo no dia 24 de abril, sexta-feira. Os navios singraram costa arriba, para o norte, em busca de melhor *abrigada*, levando os batéis amarrados às pôpas, para qualquer operação de sondagem ou desembarque. Na distância de umas dez léguas, encontraram a enseada da Coroa Vermelha, assim chamada da côr da areia dum grande banco nela existente e que as marés cobriam. Nesse bom ancoradouro, Pôrto Seguro, penetraram as naus aventureiras pela larga entrada e, antes do sol pôsto ancoraram em onze braças de fundo. O pilôto Afonso

Lopes, que sondara a passagem num esquite, trouxe a bordo da Capitânia dois indígenas, que o Capitão-Mor recebeu com prazer e tratou do melhor modo possível. Não fizeram o menor caso dum carneiro que lhes foi mostrado e tiveram medo duma galinha. Não gostaram das comidas, nem do vinho.

No sábado, 25 de abril, toda a esquadra se achava bem fundeada na Baía Cabralia. Os Capitães Nicolau Coelho e Bartolomeu Dias, o mesmo glorioso navegador que avistara em África o Cabo Tormentoso, destinado a perecer em naufrágio na rota de Cabral para dobrá-lo, acompanhados de Pêro Vaz de Caminha, escrivão da feitoria a ser fundada em Calecute e glorioso autor da Carta sobre o Brasil a El-Rei D. Manuel, e do degredado Afonso Ribeiro, desembarcaram na nova terra. Levavam carapuças, cascavéis e manilhas. Os índios os acolheram com agrado e trocaram presentes. Levaram consigo o infeliz degredado, mas à tarde o trouxeram de volta são, salvo e bem mimado por eles.

Foi no domingo da Pascoela, 26 de abril, que se disse a verdadeira Primeira Missa do Brasil, a qual não é absolutamente, como se verá, a que Vítor Meireles pintou e corre mundo. Armou-se um altar na Coroa Vermelha, bem arranjado, escreve Pêro Vaz de Caminha, sob um *esparavel* ou pavilhão ou pátio, com a bandeira da Ordem de Cristo posta da parte do Evangelho. Ali se celebrou essa cerimônia litúrgica de ação de graças pela chegada a bom porto e pelo feliz descobrimento, unicamente destinada aos cristãos da esquadra. A ela somente assistiram o Capitão-Mor e seus comandados, que comungaram das mãos de Frei Henrique de Coimbra a Hóstia Consagrada. Nenhum índio esteve presente. Da praia distante, apreciavam confusamente o que se passava no pequenino ilhéu. Decerto, o pouco contato até então havido com os naturais não era de molde a estabelecer uma confiança que permitisse sua aproximação, em grande número, dos descobridores descuidados de sua defesa e atentos somente ao Santo Sacrifício.

Caminha fala somente do altar bem arranjado à sombra do pátio, pavilhão ou esparavel, como escreve na linguagem do tempo. Não se refere à grande cruz de madeira que aparece no quadro de Vítor Meireles. Sua descrição da Segunda Missa é que de todo combina com o aspecto da tela famosa.

Que cruz teria dominado esse altar da Primeira Missa na Coroa Vermelha? Possivelmente a que levava, como Cruz Processional, o Capelão Frei Henrique de Coimbra, de ferro batido à ponta de uma haste, como era de praxe. Essa cruz de nossa Primeira Missa, que viajou de Lisboa ao Brasil e à Índia na armada de Cabral, que acompanhou Frei Henrique de Coimbra à diocese de Ceuta, se encontra admiravelmente conservada no Museu Arquiepiscopal da cidade de Braga. Durante as comemorações centenárias de Portugal em 1940, o Sr. Augusto de Lima Júnior teve a feliz idéia de obter do eminente Antístite daquela velha e gloriosa diocese portuguesa a permissão de fazê-la copiar, nas mesmas

proporções, em ferro do Brasil. Essa reprodução fidelíssima, custodiada hoje em dia no Museu Histórico Nacional, lembra aos seus visitantes a primeira página do Cristianismo nas plagas da América do Sul.

Na segunda-feira, 27 de abril, de novo os portugueses tomaram em terra pacífico e amável contato com os indígenas. Então, os carpinteiros de bordo falquejaram o tronco de robusta árvore, fabricando uma *grande cruz*, enquanto Pedro Álvares Cabral, num esquife, explorava parte do rio. Estabeleceu-se maior confiança entre os navegadores e os aborígenes. Estes rodeavam os carpinteiros, admirando a rapidez do trabalho com as boas ferramentas de ferro que possuíam e que os coitados, donos só de rudes machados de pedra, naturalmente invejavam. O contato prosseguiu sempre na melhor paz no dia 28, terça-feira, quando a maruja fez aguada e cortou lenha às margens do rio próximo. O dia 29 de abril, quarta-feira, passou-se na tarefa de esvaziar o navio de mantimentos, distribuindo-se sua carga pelos outros. O Capitão-Mor destinava-o a voltar a Portugal sob o comando do Capitão Gaspar de Lemos (André Gonçalves, segundo alguns), a fim de levar ao Rei a notícia do descobrimento nas cartas de Pêro Vaz de Caminha e de Mestre João, bacharel em artes e medicina, físico e cirurgião da armada cabralina. Na quinta-feira, 30, mais de quatrocentos índios se reuniram com algazarra na praia, rodearam pacificamente os navegantes, depuseram as armas aos seus sinais, trocaram os presentes do estilo e dançaram contentíssimos ao som dum tamboril.

A confiança entre os naturais e os portugueses, então completa, permitiu a celebração da Segunda Missa com a assistência daqueles e na maior tranqüilidade. Assim, na sexta-feira, 1.º de maio de 1500, foi chantada no solo do Brasil a grande cruz de madeira com as armas e divisas do Rei de Portugal. Armou-se um altar ao pé do símbolo cristão. Frei Henrique de Coimbra oficiou e deu a comunhão aos mareantes, a começar pelo seu chefe. Os índios assistiram ao Santo Sacrifício nus e com a inocência de Adão, como diz o cronista manuelino. Imitaram todos os gestos e atitudes dos cristãos, levantando-se, sentando-se ou ajoelhando-se conforme eles se sentavam, levantavam ou ajoelhavam. De tal modo que Pêro Vaz de Caminha dizia ao seu soberano que, se com eles se pudesse comunicar por meio da linguagem, facilmente se converteriam para salvação de suas almas. Era isto, aliás, o que mais importava ao soberano, que antes queria o acrescentamento da Fé do que o achado de riquezas materiais.

Como se vê desta sucinta resenha do descobrimento do Brasil, a cena que Vítor Meireles pintou é, sem a menor dúvida, a da Segunda Missa, não importando que um erro vulgarizado a classifique como a Primeira. Esta, infelizmente, ainda não teve um grande pintor para debuxá-la na tela.

ORIGEM DO NOME DO BRASIL

O nome do Brasil mais antigo que o Brasil. A Ilha Brasil dos mapas antigos. O Pau-Brasil e o Oriente. A verdadeira significação da palavra Brasil.

O nome Brasil surge na geografia do mundo 150 anos antes de o nosso país ser descoberto pelos portugueses. Nas mais antigas cartas geográficas conhecidas da Idade Média, vê-se sempre em alguma parte do oceano Atlântico uma ilha com o nome de Brazil, Brasil, Braçil ou Berzil.

O portulano ou mapa Medici traz essa ilha diante das costas da Península Ibérica com a legenda *insula de brazi*. Ele data de 1351. O mapa-múndi catalão anônimo da Biblioteca Pública de Módena, na Itália, mostra na altura da Irlanda a *ilha brezill*. Os sábios Pullé e Longhena minuciosamente o estudaram e calcularam que data de 1350. São êstes dois os documentos cartográficos mais antigos em que aparecem as formas *brazi* e *brezill* da palavra Brasil.

O mapa chamado de Picignano, Pizignano ou Pzigani, datado de 1367, regista a mesma ilha com êste letreiro de leitura incerta, devido à obscuridade e velhice da escrita — *Ysola de Mayotlas? sen de Bracir*. O *sen* é, sem dúvida, o *sive* latino: *ysola de Mayotlas* ou de *Bracir*; mas que vem a ser *Mayotlas*? Como em mapas posteriores se ache a fórmula: *insula montonis ou moltonis siene de Bracir*, é quase certo tratar-se ali da mesma coisa. Então, teríamos, traduzindo êsse latim bárbaro: Ilha dos Carneiros ou do Brasil. A Ilha dos Carneiros (*moutons, moltonis* e *montonis*) era uma ilha lendária que se dizia ter sido achada por São Brandão na sua viagem pelo oceano, em busca do Paraíso.

Outro mapa italiano, o denominado Soleri, apontava em 1387 a Ilha de *Bracir*. O mapa do geógrafo Andréia Bianco, conservado na Biblioteca Municipal de S. Marcos, em Veneza, que deve datar de 1435 ou 1439, mais de meio século antes do descobrimento de Pedro Álvares Cabral, mostra na extremidade ocidental do Atlântico a *Ilha do Brazil*. A famosa poma ou globo de Behain, feito na Alemanha em 1492, ano do descobrimento da América, inclui a *Ilha Brazil*. Ela ainda aparece, com êste mesmo nome e com um rio que a divide pelo meio, nos mapas valencianos ou catalães de Juan Ortiz, os quais devem ter sido traçados ali pelos anos de 1496 e os próximos seguintes. Existem afinal os velhos mapas de Fra Mauro, de Gracioso Benincasa de Ancona e o da Biblioteca Nacional de Paris, n.º 1710 da coleção italiana, que registram, sendo todos do fim do século XV, anteriores, portanto, à vinda dos portugueses ao nosso país, a *ysola del Brazil* ou a *ysola de Bracil*.

A tradição cartográfica dessa Ilha Brasil vem de tão longe e se acha tão arraigada que ela continua a aparecer, mesmo depois do achado de nossa pátria. Segundo o depoimento da carta de Pêro Vaz de Caminha, Cabral deu ao país, ao encontrá-lo, o nome de Terra da Vera Cruz, logo mudado em Terra de Santa Cruz. Todavia, já em 1503, menos de três

anos após o descobrimento, o nome Brasil fizera com que êsse se apagasse e estava vulgarizado. Então, somente começava a exploração do chamado pau-brasil nas suas costas. A influência dessa exploração não poderia ser já tão grande que provocasse tão rápida mudança de nome. Outra causa devia ter concorrido e essa fôra a existência anterior do nome, que documentadamente comprovamos.

Nos mapas posteriores ao descobrimento do Brasil, como dissemos, continua-se a ver a tal ilha com seu nome, embora nem sempre corretamente escrito: no Atlas de Ramúsio de 1556, no da Biblioteca de Montpelier, nos de Ortelius e de Mercator de 1569, no veneziano de Coronelli, de 1696.

Na abalizada opinião do historiador Robert Southey, tão bem informado sobre as coisas de nossa terra, o nome Brasil pegou mais facilmente *por já terem os geógrafos antes o pôsto em voga*.

Essa voga era o resultado duma antiqüíssima lenda sobre a existência de uma terra afortunada, abençoada e feliz do lado do ocidente, lenda que se misturara, como muitas outras, à geografia dos antigos. Os hindus chamavam a essa terra *Uttara-Kuru*, país de sol, com areias de ouro e prata. Os egípcios denominavam Aalu ou Hotep, onde a vida era deliciosa. Os gregos acreditavam no Elisium, nas Hespérides, cobertas de frutos de ouro, na risonha Merópida, na Ilha dos Bem-Aventurados de Píndaro, nas Makarié, tôdas ao poente da Europa. Os romanos falavam da Eritia feliz de Pomponius Mela e das Ilhas Afortunadas, que alguns identificam com as Canárias. A Idade Média continuou o pensamento da mesma tradição, semeando no Mar Tenebroso, o Oceano Atlântico, para oeste, a Grande Irlanda, ou Ilha da Eterna Juventude dos irlandeses, a Yma de São Macuto, a Ysola de la Venture, a Vinlândia a Boa, das sagas ou poemas noruegueses, a Ínsula Deliciosa de Mernoc, a Ilha de São Brandão, na qual os bretões punham a entrada do Paraíso e, finalmente, a Ilha da Felicidade, a Terra da Promissão, que os celtas apelidavam na sua língua ora *Hy Bresail*, ora *O'Brasil*, nome derivado da raiz *bress*, que significa boa sorte, prosperidade, felicidade.

Um dos primeiros documentos escritos sobre o descobrimento do Brasil comprova a existência cartográfica anterior dêsse nome. Como se sabe, quando Pedro Álvares Cabral chegou à costa brasileira, em abril de 1500, esteve alguns dias ancorado na Baía Cabralia. Dali foram escritas sobre o importante acontecimento duas cartas a El-Rei D. Manuel, o Venturoso, de Portugal. A mais conhecida e citada é a do escrivão Pêro Vaz de Caminha, verdadeira reportagem ou crônica sobre a navegação, a terra, as gentes, seus usos e as cerimônias da posse e das duas missas. A segunda, pouco falada, é mais sintética e de caráter científico, sobre a posição geográfica da terra e das estrêlas que dela se avistam. Escreveu-a de 28 de abril a 1.º de maio, quando a datou, Mestre João Faras, Bacharel em Artes e Medicina, Cirurgião d'El-Rei, nascido na Galiza, tradutor da Geografia de Pomponius Mela, físico e astrônomo.

No segundo tópico da missiva, referindo-se à posição da Terra de Vera Cruz no planisfério, diz textualmente Mestre João: “quanto senhor al sytyo desta terra mande vosa alteza traer un mapamundi que tyene pero vaaz bisagudo e por ay podra ver vosa alteza el sytyo desta terra, en pero aqual mapamundi não certyfica esta terra ser habytada, o no: es mapamundi antiguo e ally fallara vosa alteza tan byen la mina...” Traduzindo-se êste texto quinhentista para linguagem vulgar, temos o seguinte: “Quanto à situação desta terra, mande Vossa Alteza buscar um mapa-múndi que possuí Pêro Vaz Bisagudo e por êle poderá Vossa Alteza ver a posição desta terra. O mapa-múndi não certifica ser ela habitada ou não. É um mapa-múndi antigo e nêle Vossa Alteza também achará traçada a Costa da Mina.”

Nada mais claro. Havia, pois, em Portugal, antes de ser descoberto o Brasil, em mãos do conhecido piloto João Vaz Bisagudo, que servia nas armadas portuguesas desde o tempo de D. João II, tendo comandado mesmo a que fôra restaurar no Çanagá ou Senegal o régulo de Jolofo, Bemoi, que o piloto assassinara por suspeitá-lo de traição, um *mapa antigo*, no qual já figurava o nome do Brasil.

Ora, é óbvio diante dessa documentação que o nome Brasil se applicava, desde o meado do século XIV, a uma ilha ou terra do Atlântico, cuja posição variava, por outra razão que não a existência nela da madeira de tinturaria chamada pau-brasil, só encontrada e explorada após o descobrimento de Cabral. Tal razão sòmente poderia ser a lenda antiqüíssima e persistente das terras felizes do Ocidente, vulgarizada entre todos os povos desde remotos tempos, as quais eram denominadas pelos celtas, irlandeses e bretões Hy-Bresail, Hy-Breasail ou O’Brasil.

As propriedades tintóricas da madeira que veio chamar-se com o tempo pau-brasil eram conhecidas de orientais e europeus muito antes do descobrimento do nosso país. Os árabes traziam-no para o Mediterrâneo de Ceilão e das Ilhas Malaias, com o nome de *sappan* ou *sapang*. A Europa o applicava na tinturaria desde o século XII pelo menos, com os nomes de *bressil*, *brasilly*, *bresils*, *braxilis* ou *grana de brasile*, adulterações viciosas dos têrmos dados pelos comerciantes italianos a essa madeira oriental: *verzino*, *berzino* e *berzi*. Para documentar isso, há velhas tarifas alfandegárias da França, da Espanha e da Itália, citadas nas obras de Pegolotti e de Muratori. O grande Marco Pólo, que fêz a volta de todo o Oriente no século XIII, refere-se à existência e comércio do *verzino* ou *bresil* em Sumatra, nas Ilhas Nicobar e em Ceilão. No século XV, em 1440, Giovanni d’Uzzano dividia o pau de tinta oriental em três espécies: *Verzino colonni*, o de Kaulam, atualmente Colombo, em Ceilão; *verzino ameri*, o de Ameri ou Lambri, em Sumatra; *verzino seni*, o do Reino do Sião, vindo pela China.

Quando se classificou cientificamente o verzino ou brasil, deu-se-lhe, em honra do famoso médico do Papa, Cesalpino, a designação *de Cesalpina*, mas acompanhado do determinativo *sappan*, referente à sua primitiva origem malaia.

Provada a existência do conhecimento do pau-brasil séculos antes do achado da terra que teve afinal o mesmo nome, provada também a existência dêsse nome, designando, anteriormente ao descobrimento dos portugueses, uma ilha ou região no Atlântico para oeste, procuremos verificar de que maneira êle se fixou para sempre no nosso país. O erudito comentador do livro de viagens de Marco Pólo, Henri Cordier acha que foi a terra que deu o nome à madeira e não o contrário, como vulgarmente se assoalha. De fato, o encontro das curiosas formas que a palavra reveste nos antigos escritores italianos leva a crer que *brasil*, através de *berzil* e de outras transformações, é mera corutela de *Verzino*, *berzino* e *berzi*. Os etimologistas, no entanto, sem atender a nenhum dêsses documentos de indubitável autenticidade, teimam em afirmar que *brasil* vem de brasa, porque a madeira tintórica é de côr vermelha como a brasa.

Para nós brasileiros o que em verdade interessa no caso é saber se, para o nosso querido país, seu nome veio dêsse pau côr de brasa ou daquela famosa ilha lendária, tida e havida pelos antigos povos como a Terra da Bem-Aventura, a Terra da Felicidade.

Resumamos o assunto e o esclareçamos com uma dedução lógica: O mito das Ilhas Afortunadas, sob várias designações, veio dos egípcios e hindus, influenciou os poetas e os geógrafos gregos e latinos, penetrou na Idade Média nórdica e ocidental. Todos os povos europeus navegadores acreditaram que elas demoravam para o lado do Ocidente, além dos mistérios do oceano e, cheias de sol, de abundância e de prazeres, ofereciam aos homens tôdas as delícias da vida. De acôrdo com Plínio, o antigo, e Isidoro de Sevilha, essa concepção se applicava às ilhas Canárias, já conhecidas de fenícios e cartagineses, já denominadas Afortunadas até pelos próprios geógrafos árabes. O conto lendário passou dessas ilhas para a Irlanda medieval, a Bretanha, a Noruega e a própria Islândia. No antigo idioma escandinavo, assegura o grande navegador e escritor Fridtjof Nansen, a denominação latina *Insulae Fortunatae* se transformou em *Vindand-it-Góda*, Vinlândia, a Boa. Depois que os normandos estiveram na América nos séculos X e XI, as notícias das terras que descobriram ao sudoeste da Groenlândia e a que deram aquêlê nome, se associaram às idéias míticas sôbre as Ilhas dos Abençoados ou dos Bem-Aventurados, sôbre as terras ocidentais da Eterna Mocidade e da Eterna Felicidade. As lendas de São Brandão entre os Irlandeses, gauleses e bretões aplicam-lhes os têrmos correspondentes dos dialetos celtas Hy-Breasail, Hy-Bresail e O'Brasil. É êste último que vai prevalecer na cartografia, desde 1350.

Ora, a semelhança dêle com o da madeira tintórica que os descobridores acharam no nosso país, quando fizeram lenha na margem do rio que desaguava na Baía Cabrália, tanto assim que, já em 1501, D. Manuel dava a Fernando de Noronha, chefe dum consórcio ou sociedade comercial, o monopólio de seu comércio e extração na costa bra-

sileira, gerou a corporificação de ambos num só, o de Brasil, que rapidamente substituiu o de Santa Cruz. Contra isso protestou, como voz clamando no deserto, o grande cronista e historiador João de Barros, atribuindo a mudança a artes do demônio contra o símbolo augusto da religião cristã.

Tracemos agora um esquema da origem e formação do nome Brasil, para definitiva compreensão do assunto pelos leitores:

ANTIGUIDADE

Lenda entre quase todos os povos
sobre a existência duma terra misteriosa e venturosa no oceano, do lado de oeste.

IDADE MÉDIA

A lenda consubstancia-se numa Ilha Brasil, de pouso incerto e nome com variantes, por influência dos vocábulos celtas Hy-Breasail, Hy Bresail e O'Brasil.

IDADE MÉDIA

O pau de tinturaria vem do Oriente, trazido pelos árabes, tomando no comércio europeu os nomes de Verzino, Berzino, Berzil e, finalmente Brasil.

ÉPOCA DO RENASCIMENTO

Acredita-se na existência duma Ilha Brasil, que aparece nos mapas antigos e é mesmo procurada pelo Oceano Atlântico.

ÉPOCA DO RENASCIMENTO

Os portugueses acham em 1500 a terra que veio a chamar-se Brasil e na qual abundava a madeira tintórica dêsse nome.

DEPOIS DE 1503

O nome da Ilha Brasil e o nome do pau-brasil se confundem no termo geográfico definitivo.

Em face dos documentos apresentados e dêste esquema, é lícito perguntar:

— Que preferem os Brasileiros: que o nome de sua pátria signifique Terra Abençoada, Terra Afortunada, Terra dos Bem-Aventurados ou recorde unicamente o vulgar e utilitário comércio dum pau de tinta?



Índios na capitânia de Cabral. Quadro de Oscar Pereira da Silva.



A Primeira Missa. Quadro de Vítor Meireles.



Extração do pau-brasil, segundo a "Cosmografia Universal", de Thevet.

AS TREZE VELAS DE PEDRO ÁLVARES CABRAL

A Esquadra que descobriu o Brasil. Seus navios e seus comandantes. Os nomes das naus e seu destino.

Muitos leitores curiosos dos escritos históricos desejam saber outros pormenores dos navios da armada de Pedro Álvares Cabral, que realizou o feito, para empregar o termo usado na carta de Vaz de Caminha, do “achamento” do Brasil. É possível dar certas informações sobre essas naus e mesmo os nomes de algumas delas. Infelizmente, não se conhecem todos, pois não figuram nos documentos da época, nem nas relações dos cronistas e historiadores.

Imponente, na verdade, foi esse armamento naval que largou do Tejo para a Índia, a fim de intimidar a mourama e firmar no Oriente o prestígio de Portugal. Compunha-se, pode-se afirmar, de acôrdo com a opinião da maioria dos que versaram o assunto, de 13 velas. É o que dizem, com pouca divergência quanto ao tipo dos navios, João de Barros, Damião de Góis, Gaspar Correia, Castanheda e Figueiredo Falcão. A famosa *Relação do Piloto Anônimo* declara a frota de 12 naus e navios; mas é possível que tenha deixado fora da lista o navio dos mantimentos, que regressou do Brasil. Estudando-se com o maior cuidado a documentação histórica sobre essa esquadra, é lícito concluir que devia contar dez naus e três navios redondos, navios menores, navios pequenos ou navetas, como também eram chamados. Muitas vezes, estes últimos não passavam de caravelas, que se tinham acastelado e armado de panos redondos, em lugar dos seus primitivos latinos.

A propósito do assunto, escreve Henrique Lopes de Mendonça: “A expedição de Pedro Álvares Cabral era a primeira que em som de guerra ia ameaçar no Oriente a arrogância muçulmana, já debilitada ao norte da África pela energia dos fronteiros portugueses. Um cuidado escrupuloso havia presidido à sua organização material, para que correspondesse, pela imponência do aspecto e pela eficácia dos meios de defesa e ataque, aos fins a que se destinava. Além do descobridor da Índia, que superiormente dirigira os aprestos da armada (*Vasco da Gama*), deveriam ter intervindo com o seu conselho e o seu exemplo, nos estaleiros e armazéns da Ribeira das Naus, os mareantes experimentados que eram Bartolomeu Dias, Nicolau Coelho e outros mestres e pilotos que das anteriores expedições haviam feito parte. As naus da frota, mau grado o seu porte, insignificante para olhos costumados à contemplação dos modernos colossos da marinha, impunham-se pelo alteroso das obras mortas, pela bojuda robustez dos cascos, pela vasta envergadura do velame, pela majestosa harmonia dos contornos. Amplas para acomodação da mercância, tinham de ser veleiras e de fácil manobra para as lides guerreiras. Sua mastreação, de elevada e donairoza guinda, apresentava porventura uma novidade para os mareantes portugueses do tempo. Nos mastros de proa e grande articulavam-se mastaréus onde cruzavam as vêrgas de gávea. Era talvez um progresso aconselhado pelo

aumento da tonelagem, dado que para mastros inteiriços se tornasse difícil encontrar troncos apropriados”.

Êsses navios eram considerados naquele tempo, pelo seu alteroso aspecto, pelo seu talhe, pelo seu tamanho e pelo seu armamento, verdadeiros *monstros* do mar. Tinham uma *alcáçova* ou castelo à proa e outro a ré, o chapitéu, êste fenestrado e enflorado de paveses. No beque, pendente do gurupés, a vela da cevadeira que recebia beijos das ondas. Na *alcáçova*, rompia o mastro de proa, inclinado para esta, com seu traquete e sua gávea. À meia-nau, desviado um pouquinho para a ré, o mastro grande, com a vela grande e a gávea grande. Saindo do *chapitéu*, o mastro da mesena armava a vela triangular do mesmo nome numa vergôntea ou antena, vela que marcava o compasso da andadura dos grandes barcos. Nos seus perpaus e conveses estiravam os férreos ou brônzeos pescoços, sôbre rasteiras carrêtas e reparos, os berços, falções, esperas e falconetes, como se chamavam os canhões ligeiros da época. Nos bailéus, a artilharia grossa, as bombardas e basiliscos. Dos topes dos mastros pendiam flâmulas e galhardetes. Nos panos trapezoidais do velame, sangrava a cruz da Ordem Militar de Cristo pintada em cinábrio. Todavia dessas embarcações cabralinas 10 deveriam ter de 200 a 300 toneladas no máximo; as três restantes iriam, quando muito, a 100.

Assim elas partiram da Baía de Cascais, romperam o estuário do Tejo e se fizeram na volta do mar, cortando o oceano no rumo de sudoeste, o vento pela alheta de estibordo e a proa sôbre as Canárias, por entre as quais passaram, avistando no domingo 22 de março de 1500 a Ilha de S. Nicolau, no Arquipélago de Cabo Verde. A viagem se fazia de conserva, umas à vista das outras; porém, na manhã de segunda-feira 23 de março, deu-se por falta de uma das 13 velas. Desgarrara e nunca mais se soube notícia dela. Seu fim permanece um mistério, uma vez que o tempo era bonançoso e os ventos de feição e regulares. A armada perdeu dois dias em pesquisas infrutíferas e continuou a rota.

Pêro Vaz de Caminha testemunha que a nau desgarrada e perdida foi a do comando de Vasco de Ataíde. Isso não influiu na marcha da esquadra e as singraduras continuaram regularmente até 21 de abril, quando os botelhos e rabos-de-asno, boiando nas vagas, assinalaram a proximidade da terra. Na manhã seguinte, apareceram gaivotas e furabuxos. Percebeu-se um monte arredondado, o Pascoal. Achou-se o Brasil.

Das 13 velas de Pedro Álvares Cabral 10 eram do Rei, revela uma carta de La Faitada de 1501; das restantes, uma era *delsignor don Alvaro (de Bragança), in compagnia de Bartolo fiorentino et Hironimo et uno genovese*; outra, do Conde de Pôrto Alegre, associado a alguns mercadores. Essas informações mandadas por êsse comerciante de Cremona para o *Oratore* de Veneza na Espanha tinham sido obtidas dum dos marujos dos navios cabralinos fundeados no Restelo, de volta da viagem à Índia, no decurso da qual se havia achado o Brasil.

Varnhagen, baseando-se num documento da Torre do Tombo, alinha os nomes de sete dos navios de Cabral; mas êsse documento não faz fé, porque não se prova historicamente que se refira a frota de 1500. Os únicos nomes que se podem afirmar verdadeiros são êstes: "El-Rei", nau de Sancho de Tovar; "S. Pedro", navio de 100 tonéis ou toneladas, como se diz hoje, de Pêro de Ataíde; "Anunciada" de Nuno Leitão da Cunha.

Os comandos das 13 velas de Cabral estavam assim distribuídos:

- 1 — Pedro Álvares Cabral — nau capitânia
- 2 — Sancho de Tovar — nau sota-capitânia ("El-Rei")
- 3 — Simão de Miranda — nau
- 4 — Bartolomeu Dias — navio destinado a Sofala
- 5 — Vasco de Ataíde — nau
- 6 — Aires Gomes da Silva — nau
- 7 — Simão de Pina — nau
- 8 — Nicolau Coelho — nau
- 9 — Nuno Leitão da Cunha — "Anunciada", navio
- 10 — Diogo Dias — nau
- 11 — Pedro de Ataíde — navio "S. Pedro", de 100 toneladas
- 12 — Luís Pires — nau
- 13 — Gaspar de Lemos — navio dos mantimentos.

Êste último foi mandado voltar a Lisboa com a notícia do descobrimento. Gaspar Correia diz que seu capitão era André Gonçalves, o que não está provado. A esquadra velejou do Brasil para a Índia a 2 de maio e a 24 foi assaltada por terrível temporal, que fêz naufragar os navios do comando de Bartolomeu Dias, de Luís Pires, de Aires Gomes da Silva e de Simão de Pina, perdendo-se a sua gente. Após a tormenta, desgarrou a nau de Diogo Dias, irmão do descobridor do Cabo da Boa Esperança, Bartolomeu Dias. Esta nau, segundo se diz, foi ter ao Mar Roxo ou Vermelho, arribando ao pôrto de Mogadoxo.

Das treze velas saídas do Tejo, portanto, sòmente doze chegaram ao Brasil e sòmente seis: a Capitânia de Cabral, a Sota-Capitânia, "El-Rei" de Sancho de Tovar, o "S. Pedro" de Pedro de Ataíde, o "Anunciada" de Nuno Leitão da Cunha, as naus de Nicolau Coelho e de Simão de Miranda, atingiram a Índia.

Na volta dessa viagem redonda, mais desfalcada ainda ficou a imponente frota que deixara o Tejo a 9 de março de 1500 e fôra tão perseguida de tempestades. A Sota-Capitânia "El-Rei" do comando de Sancho de Tovar se perdeu com "vento rijo" na costa africana de Melinde, salvando-se a gente, que lhe pôs fogo à carcaça; o mesmo se deu com a de Pêro de Ataíde. Na tormenta, a Capitânia de Cabral foi abalroada pela nau de Simão de Miranda; mas, felizmente, ambas se salvaram.

Enfim, de 13 velas tornaram unicamente a Portugal as de Gaspar de Lemos, de Cabral, de Simão de Miranda, de Nuno Leitão da Cunha,

de Nicolau Coelho e de Diogo Dias, encontrada de regresso da arribada a Mogadoxo, ao todo cinco, menos da metade. Um dêsses navios, o mais veleiro dêles, que era o pertencente a D. Álvaro de Bragança, talvez o "Anunciada" de Nuno Leitão da Cunha, foi mandado por Pedro Álvares Cabral na frente, para levar a Lisboa a alvissareira nova de sua volta ou regresso, de sua *tornada*, como então se dizia.

O PRIMEIRO SACERDOTE QUE VEIO AO BRASIL

Frei Henrique de Coimbra. Sua vida e sua obra.

Frei Henrique de Coimbra pode ser considerado o primeiro sacerdote do Brasil. Capelão da Armada de Pedro Álvares Cabral, que descobriu o nosso país e dêle tomou posse para a Coroa de Portugal, coube-lhe celebrar a Primeira Missa na terra da Vera Cruz.

Era Frei Henrique de Coimbra frade franciscano e trazia consigo naquela Armada sete monges da mesma Ordem Seráfica: Frei Gaspar, Frei Francisco da Cruz, Frei Simão de Guimarães, Frei Luís do Salvador, Frei Maffeo, italiano, todos pregadores e teólogos, sendo o último organista, Frei Pedro Neto, corista com ordens sacras, e o irmão leigo Frei João da Vitória.

Durante a permanência da esquadra cabralina em Pôrto Seguro, comemorando a festa da Ressurreição, rezou Frei Henrique de Coimbra a primeira missa que se disse no Brasil. Se a carta de Pêro Vaz de Caminha, escrivão da frota a El-Rei D. Manuel, o Venturoso, pode ser considerada o registro civil do achado de nossa pátria, a missa dita pelo frade franciscano é como que o seu batismo, — a afirmação do seu destino de país católico.

Após a cerimônia litúrgica e o sermão que fêz Frei Henrique de Coimbra, os franciscanos distribuíram presentes de miçangas e pequenos objetos de utilidade à indiada, o que continuaram a fazer diariamente, enquanto os navios permaneceram na costa brasileira. Durante êsse tempo, demonstraram os selvagens tanto respeito e veneração pelos sacerdotes de Cristo que Frei Henrique pediu a Pedro Álvares Cabral o deixasse ali com alguns companheiros, a fim de converter aquela pobre gente. Mas o Capitão-Mor não atendeu a seus rogos e levou todos os frades para a Índia, que era o seu destino já determinado.

Na viagem para a Índia, tendo a Armada demorado em Moçambique, Quíloa e Melinde, na costa oriental da África, os religiosos da Ordem Seráfica procuraram evangelizar seus habitantes, nada conseguiram e até, uma feita, estiveram em risco de perder a vida. Todavia, na primeira parada dos navios na Ilha de Anquediva, a 12 léguas da cidade de Goa, conseguiram batizar 23 hindus.

Descendo a costa do Malabar para o Sul, Cabral foi fundear em Calecute, onde devia estabelecer uma feitoria ou entreposto para o comércio português. O Samorim ou Rei daquela terra permitiu que os franciscanos pregassem livremente a doutrina cristã. Inúmeras foram as conversões dos naturais, que aumentaram sobretudo após se ter batizado um iogue ou faquir, celebrado por sua vida de santo anacoreta, fato que impressionou vivamente a população local. Esse iogue, que recebeu na pia batismal o nome de Miguel de Santa Maria, arrastou para as fileiras dos conversos muitos naires ou guerreiros nobres e grande massa popular.

De súbito, houve, porém, grande surpresa. Milhares de fanáticos atacaram os portugueses desembarcados da esquadra, trucidando-os, destruíram a missão franciscana, esquartejaram cruelmente três frades e iam fazer o mesmo aos quatro restantes, quando Pedro Álvares Cabral desembarcou à frente de marujos e soldados, bateu os assaltantes e salvou os religiosos. Em represália ao ataque, a frota portuguesa bombardeou a cidade, reduzindo-a quase toda a escombros.

Dirigiu-se Cabral à cidade de Cochim, onde lhe foi difícil entabular relações de amizade, devido ao que havia feito em Calecute. Mas as dificuldades foram aplainadas pela intervenção do antigo iogue Frei Miguel de Santa Maria. Os religiosos continuaram ali a sua pregação.

Frei Henrique de Coimbra e seus companheiros, de sua livre e espontânea vontade viviam em Cochim de esmolas, distribuindo com os pobres tudo o que lhes sobrava. Isso lhes deu imenso prestígio moral, o qual cresceu, quando os frades, por ocasião de terrível peste, não descansaram um momento, consolando, tratando e servindo os enfermos de qualquer casta. Naquela região, fundaram os franciscanos diversas capelas. O mesmo aconteceu na ilha chamada de Vaipen.

Frei Henrique de Coimbra acompanhou Pedro Álvares Cabral na sua viagem de regresso a Lisboa, para dar conta ao seu Rei do que havia feito na Índia e pedir-lhe recursos e sacerdotes para continuação daquela obra cristã tão bem começada.

Chegou à capital do Reino em julho de 1501, foi recebido com grandes mostras de aprêço e deu conta ao soberano de sua missão. D. Manuel viu no humilde frade um homem capaz de o servir em grandes missões. Por isso não o deixou voltar à Índia, retendo-o na Côrte como seu confessor e confiando-lhe importantes negócios do Estado.

A prudência e sabedoria do sacerdote que celebrara a primeira missa na terra brasileira impressionou tão favoravelmente o Santo Padre que Sua Santidade o nomeou Bispo de Ceuta, em Marrocos. Depois de consagrado em Lisboa, antes de tomar posse de sua diocese africana, Frei Henrique de Coimbra foi o Embaixador enviado por D. Miguel a Castela, a fim de levar os pêsames da Côrte lusa à espanhola pela morte da grande Rainha D. Isabel, mulher de D. Fernando.

Houve-se o grande franciscano com altas virtudes na governação do Bispado de Ceuta, promovendo ali grandes melhoramentos e estendendo de modo extraordinário a ação da Ordem Seráfica na catequese dos infiéis.

Mandou-o a Santa Sé em 1511 em visitaçao ao Convento das Clarissas de Vila do Conde, ao norte de Portugal. O grande Papa Leão X chamou-o pouco depois a Roma para dêle ouvir o relato do martírio do catequista Gonçalo Vaz, na África. De Ceuta, Frei Henrique de Coimbra foi transferido para a Sé de Lisboa, cujo arcebispado governou no ano de 1528. Faleceu em Olivença, cidade fronteiriça portuguesa, hoje no domínio da Espanha, no dia 4 de dezembro de 1532, sendo sepultado na Igreja de Santa Margarida.

Na "História Seráfica" de Fernando Soledade, publicada em Lisboa em 1705, se diz que Frei Henrique de Coimbra era homem de talento fora do comum e de esclarecido espírito. Seguiu desde moço a carreira da magistratura e atingira ao alto posto de Desembargador, quando, levado de sua viva fé, trocou a toga de magistrado pelo singelo burel de monge, fazendo seu noviciado e professando no velho Convento de S. Francisco, na Vila de Alenquer. O mesmo historiador acrescenta textualmente: "... não chegou a possuir a cadeira primaz de Braga, como escreveram alguns mal informados, porque o apanhou a morte antes que tivesse a confirmação pontifícia, como dizem outros, e é melhor o seu fundamento, porque nós não achamos seu nome no catálogo dos pastores daquela igreja..."

Do exposto, verifica-se que o primeiro sacerdote do Brasil desempenhou alto e valioso papel na vida eclesiástica de Portugal: Bispo de Ceuta, governou o Arcebispado de Lisboa e, segundo se presume, estava destinado à Diocese Primaz de Braga.

OS DOIS TÚMULOS DE CABRAL

Os restos mortais de Pedro Álvares Cabral. Onde se acham, em Portugal ou no Brasil? Os dois túmulos do descobridor no nosso país.

Onde se encontram os restos mortais de Pedro Álvares Cabral, Descobridor do Brasil? Aqui ou em Portugal?

A esta indagação que muitos fazem, porque corre a notícia de ter Varnhagen, o Visconde de Pôrto Seguro, trazido seus ossos para o nosso país, podemos responder com absoluta segurança.

Na verdade, muitas vezes parece que o destino se compraz em fazer andar à matroca os fúnebres despojos dos grandes homens; de outras, muda-os de lugar, para glorificá-los ou para esquecê-los; e, ainda de

outras, contribui para o seu desaparecimento. Os de Dante, após sucessivas mudanças, acabaram roubados de seu último túmulo, em Ravena. Os de Cristóvão Colombo, glorioso Descobridor da América, transferidos da catedral de Havana para a de S. Domingos, estão para ser depositados definitivamente ao pé do grande Farol-Monumento, que o Governo da República Dominicana pretende, ajudado das demais nações do Continente, erigir numa das praias daquela ilha. E os de Napoleão, sepultados em Santa Helena, acabaram descansando de vez sob a cúpula glorificadora dos Inválidos, em Paris. Agora lhes foram ajuntados o do Rei de Roma, que jaziam na cripta dos Capuchinhos, em Viena.

E os de Pedro Álvares Cabral?

Esse grande fidalgo português, filho de Fernão Cabral, cognominado por sua alta estatura o Gigante da Beira, Alcaide de Benavente, neto de Fernão Álvares Cabral, Guarda-mor do Infante D. Henrique, o Navegador, foi por indicação de Vasco da Gama, de volta da Índia, em 1499, provido pelo Rei D. Manuel no comando da grande esquadra destinada a colhêr no Oriente os primeiros frutos do descobrimento de seu caminho marítimo. Homem de grande coragem e capacidade, à frente de experimentados marinheiros como Bartolomeu Dias, descobridor do Cabo Tormentório, Pêro de Ataíde, alcunhado o Inferno, Sancho de Tovar, Aires Gomes da Silva, Simão de Miranda, Nicolau Coelho, companheiro de Vasco da Gama, Vasco de Ataíde, Nuno Leitão, Diogo Dias, Simão de Pina, Luís Pires e Gaspar de Lemos, avistou na manhã de 22 de abril de 1500 a Terra que chamou da Vera Cruz.

Desta se foi para Cochim e, vencendo as insídias dos homens e do mar, tornou a Portugal, onde se viu jubilosamente recebido por seu soberano, em Lisboa, a 23 de junho de 1501. Depois dessa rápida iluminação da Glória, caiu no esquecimento da Côrte e dos contemporâneos, porque altivamente se recusara a comandar a nova e poderosa armada que se aprestava para a Índia, em 1502, visto como davam ao chefe de uma de suas divisões, Vicente Sodré, poderes especiais que diminuían a autoridade do Capitão-Mor.

Pedro Álvares Cabral era casado com D. Isabel de Castro, da mais alta nobreza peninsular, neta de D. Fernando de Portugal e de D. Henrique de Castela, filha de D. Fernando de Castro e de D. Constança de Albuquerque Castro, e sobrinha do grande Afonso de Albuquerque, o Gigante da Índia. O Descobridor do Brasil faleceu na Península, como Alcaide e Senhor de Belmonte, antigo senhorio de sua família, sendo sepultado na capela fundada pela mesma na Igreja da Graça, em Santarém. Essa velha igreja, que outrora pertenceu ao mosteiro dos frades graciosos de Santo Agostinho, foi ultimamente restaurada pelo Governo Português e nela se pode ver, rasa no chão da referida capela, uma lápide clara com esta epigرافia em caracteres quinhentistas:

Aquy jaz Pedralvarez Cabral e

Dona Isabel de Castro sua molher

cuja é esta capella, he de todos

os seus erdeyros aquall depois da

*morte de seu marido foy cama-
reyra mor da Ifanta dona Mari
Fylha del Rey dõ João Nosso
Sñor ho terceiro deste nome.*

No rebôrdio inferior da lousa, se lê êste acrescentamento moderno, em letras góticas.

*6 agosto 1882. Estão aqui os ossos de
P. A. Cabral. B. auto na Torre do
Tombo, e C.^a M.^{al} de Santarem.*

Naturalmente, esta apostila epigráfica indica uma verificação feita pela Câmara Municipal de Santarém sôbre a autenticidade do jazigo e seu conteúdo, devidamente registrados nos arquivos da Torre do Tombo.

Sabe-se documentadamente que êsse jazigo familiar perpétuo foi adquirido por D. Isabel de Castro no ano de 1529. Conforme reza a própria inscrição, ela nêle se sepultou depois de viúva, no reinado de D. João III. Quando das comemorações dos Centenários de Portugal, em 1940, como prelúdio da solene abertura do Congresso Luso-Brasileiro de História, a Mesa daquele conclave, as altas autoridades do Estado, a Embaixada Especial do Brasil e as Delegações Brasileiras à Exposição de Belém fizeram comovida romagem ao túmulo de Pedro Álvares Cabral.

De onde vem, pois, a notícia corrente de que os restos do Descobridor se encontram no Brasil?

Do seguinte: Quem vai da Sacristia da Catedral Metropolitana do Rio de Janeiro para a nave dessa antiga Capela Imperial, encontra ao fundo do estreito e escuro corredor, embutida na parede, uma placa de mármore com êstes dizeres gravados em letras douradas:

Aos 30 de Dezembro de 1903, sendo Arcebispo desta diocese D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, Foi aqui depositada uma urna dupla de chumbo e madeira, contendo residuos mortuarios de Pedro Alvares Cabral, Descobridor do Brazil, extraídos ao XIV-III-MCMIII de sua sepultura na egreja de N. S. da Graça de Santarem, em Portugal, onde desde o ano de 1529 achavão-se em jazigo de familia. Trazidos e doados a esta Catedral pelo B.^{el} Alberto de Carvalho.

Desta sorte se vê que o que existe no Rio de Janeiro desde 1903 são *simples residuos mortuários* do Descobridor. Nesse ano, sem dúvida se procederam a reparos na capela da Igreja da Graça e se abriu o túmulo de Cabral. Então, o Dr. Alberto de Carvalho conseguiu obter um punhado das cinzas, como geralmente se diz, nêle contidas, trazendo, após difíceis tratativas com o Govêrno Português da época, para o nosso país e doando-o à Catedral Metropolitana dentro de uma urna de chumbo e madeira.

Nos jazigos perpétuos das velhas famílias, como êsse adquirido por D. Isabel de Castro, era costume ir enterrando, uns após outros, todos os ascendentes, descendentes e suas espôsas, de maneira que, no fim de

séculos, estavam os despojos mortais reduzidos a pó e êsse pó misturado, o que tornava quase sempre impossível distinguir as cinzas dos mortos. Assim, não podemos ter absoluta certeza de serem sòmente de Pedro Álvares Cabral os *resíduos mortuários* trazidos de Santarém por Alberto de Carvalho. Não haverá ali também alguma poeira fúnebre de sua mulher, a nobre Camareira-Mor da Infanta Filha de D. João III?

Seja como fôr, é digna dos maiores louvores a idéia de Alberto de Carvalho, querendo dar ao Brasil um pouco dos restos mortais do grande fidalgo que o revelou ao mundo em abril de 1500. A êle se deve êste fato raríssimo nos anais da história: um homem célebre com dois túmulos, um na terra onde nasceu e o outro na terra que descobriu.

Mas resta saber a origem de se dizer que o historiador Varnhagen trouxe para o Brasil os ossos de Pedro Álvares Cabral. Parece que estamos em presença do fenômeno que se classifica em folclore ou tradicionalismo como *intercorrência*, isto é, a intromissão duma idéia com certa analogia, próxima ou remota, no domínio de outra ou dum fato qualquer. Devemos ao erudito e suspicaz Visconde de Pôrto Seguro o achado e conseqüente vulgarização do documento capital do Descobrimento do Brasil, a famosa Carta de Pêro Vaz Caminha, escrivão da feitoria de Calecute embarcado na gloriosa Armada Cabralina. Trouxe-a êle, Varnhagen, de Portugal para estas bandas. Quando os *resíduos mortuários* vieram estabeleceu-se no caso uma certa confusão que a ignorância das coisas históricas foi aos poucos vulgarizando. Nada menos e nada mais do que isso.

Acresce que a expressão *resíduos mortuários*, tomada em acepção genérica, deu a entender às pessoas de juízo apressado serem não um pouco dêles contidos em pequena urna de chumbo e madeira, como diz a inscrição do corredor da Catedral, mas a sua totalidade.

A verdade histórica, pois, que de tudo ressalta é que os restos mortais do Descobridor continuam o eterno sono na capela da Igreja da Graça em Santarém e só um punhado de cinzas se encontra em terra brasileira.

Todavia é melancólica a situação em que se acham essas relíquias do Capitão-Mor daquela armada, tão acossada de temporais e desditas, que rompeu o Oceano Tenebroso e, buscando explorar a sua parte ocidental, veio lançar ferros um dia nas águas ignotas da costa do Brasil. Tudo o que temos feito, tudo o que somos e tudo o que seremos dependeu daquele glorioso feito. Aos *resíduos mortuários* de Cabral, que a maioria dos brasileiros desconhece onde se encontram, cabia, sem dúvida, lugar mais ao sol, de modo que todos os vissem e cultuassem a sua memória.

A ESPINHA DORSAL DA HISTÓRIA DO BRASIL

O Meridiano de Tordesilhas e a adivinhação do Brasil. Como esta linha mestra foi traçada e apagada.

Não se pode afirmar que o Brasil fôsse conhecido antes da chegada dos navios de Pedro Álvares Cabral a Pôrto Seguro, a 22 de abril de 1500; mas a documentação histórica hoje existente não deixa dúvidas de que foi pelo menos adivinhado, de que os portugueses, os maiores mestres do mar da história, pelo menos suspeitavam a existência de terras por estas paragens.

Essa fundada suspeita fêz com que, antes de têmos história própria, a qual começa de fato com o Descobrimento de Cabral, tivéssemos uma como história antecipada com existência concreta nos anais da diplomacia. Assim, a história do Brasil, pode-se dizer, começa no dia em que, por um tratado célebre, Portugal e Espanha dividiram por uma linha geográfica os domínios que viessem a descobrir. Essa linha se tornou uma verdadeira *espinha dorsal* de nossa história. Respeitando-a, os lusos acharam, exploraram e povoaram a costa brasileira. Desrespeitando-a, mais tarde, alargaram e engrandeceram o nosso vasto território. Chamou-se a essa linha de demarcação o Meridiano de Tordesilhas.

Vejamos sua origem e sua importância.

Enquanto os navegadores portugueses batiam a costa africana para o sul, dobrando o Cabo Bojador e avistando o Cabo Tormentório, depois chamado da Boa Esperança, em busca do caminho marítimo para a Índia, que Vasco da Gama descobriria em 1498, realizavam secretamente outras viagens de exploração pelo então desconhecido Oceano Atlântico. Os espanhóis procuraram também chegar à Índia, porém no rumo do oeste, e, com êsse fito, Cristóvão Colombo encontrou a América em 1492.

O achamento do Brasil se deu no reinado de D. Manuel, o Venturoso, Rei de Portugal. Todavia seu antecessor, o grande Rei D. João II, que prosseguia as tentativas do Infante D. Henrique, o Navegador para se dobrar o extremo sul do continente africano e ir à Índia, armou pendência com os Reis de Castela sobre a posse dos descobrimentos a serem realizados. O historiador espanhol Las Casas, Bispo de Chiapas, autor da monumental "Historia de las Indias", relatando as entrevistas de Cristóvão Colombo, ao regressar da América, com D. João II, que era seu amigo e com quem se carteava, afirma textualmente: "*El Rey D. Juan de Portugal decia que al Austro habia tierra firme, e que, dentro dos limites de 370 léguas a oeste de Cabo Verde, habia de hallar cosas e tierras famosas; tenia gran inclinación de enviar a descubrir al sudoeste de la isla del Fuego, no Archipiélago de Cabo Verde. Êsse texto é plenamente confirmado pela carta de setembro de 1493, um ano após o descobrimento da América, enviada a Cristóvão Colombo pelos Reis Católicos Fernando e Isabel, transcrita pelo historiador Navarrete. A carta em questão alude à chegada à Espanha dos enviados portugueses,*

encarregados por D. João II de dirimirem a questão entre os dois Reinos da Península Ibérica sobre a futura posse das terras encontradas. Diz que êsses enviados pensavam *haver terras firmes para o Sudoeste, proveitosas e ricas*.

As negociações entre Castela e Portugal sobre o assunto foram admiravelmente conduzidas pelos plenipotenciários portugueses, os quais, na insuspeita opinião de Navarrete tinham *maior saber e experiência das coisas do mar, da cosmografia e da astronomia do que os castelhanos*. Entre êles se encontrava o famoso Duarte Pacheco Pereira, autor da célebre obra *Esmeraldus de situ orbis*.

Convidado a intervir na disputa entre as duas coroas, como árbitro, o Papa Alexandre VI promulgou um Breve a 3 de maio de 1494, logo corrigido por outro, datado do dia seguinte, 4 de maio, estabelecendo, como linha divisória entre as possessões futuras de Portugal e Espanha, um meridiano traçado 100 léguas a oeste das Ilhas de Cabo Verde, já na posse dos lusitanos. Se essa linha de demarcação fôsse aceita, Portugal jamais poria os pés na América do Sul, visto como ela cairia em pleno oceano. É interessantíssimo, pois, que o soberano português não se conformasse com ela, visto que nada se sabia de concreto sobre a existência desse continente, que Colombo tocara somente no extremo setentrional.

Não se conformou e não a aceitou, porque vimos anteriormente que acreditava na existência de terras firmes para o sudoeste. Enviou à Côrte de Espanha, primeiro por intermédio de Rui de Sande, depois pelos seus delegados Pêro Dias e Rui de Pina, uma contraproposta: a linha de demarcação seria um paralelo traçado ao sul das Canárias, que estavam na posse dos espanhóis. Tudo o que fôsse encontrado ao norte dessa linha seria espanhol; tudo que se encontrasse ao sul, português. Era hábil a proposição. Salvaguardava para os castelhanos os descobrimentos já feitos por Cristóvão Colombo e os mais que se realizassem no Darien, no Mar Caraíba e no das Antilhas. A posse do caminho marítimo das Índias, todo no rumo sul, continuava com Portugal e a êste viria a pertencer, no futuro, quando achasse o Brasil, todo o continente meridional americano!

A Espanha recusou e enviou Lopo de Herrera a Lisboa, portador de novas instruções. Assim, as negociações continuaram pelo mês de maio de 1494 até comêço de junho, quando se chegou a uma resolução definitiva, que os dois países contendores aceitaram. Assinou-se, em conclusão, um tratado solene na vila espanhola de Tordesilhas, em que Portugal salvou para sua posse o Brasil *adivinhado e ainda não descoberto*: a linha demarcatória passaria a 370 léguas a oeste da ilha mais ocidental do arquipélago luso de Cabo Verde. Nessa conformidade, o meridiano tocaria na Ilha de Marajó, no estuário do Amazonas, ao norte, e, ao sul, nas imediações da atual cidade da Laguna, em Santa Catarina.

Essas 370 léguas deram para que os portugueses pudessem descobrir e, ~~felizmente, colonizar o Brasil~~. Contudo, estando certas nas medidas pouco ajustadas da época, em face das absolutamente corretas de hoje

resultam em muito menos, porque o seu ponto de partida sendo a ilha mais ocidental do grupo caboverdeano, portanto a do Corvo, que se acha 90 léguas ao ocidente das outras, de fato a correção é somente de 180 léguas.

O Tratado ou Convenção de Tordesilhas foi aprovado a 7 de junho de 1494 por uma Bula do Papa Alexandre VI e causou sensação na Europa. Conta-se que Francisco I, Rei de França, ao ter conhecimento dêsse ato do pontífice, não ocultara a surpresa e exclamara desejar ver o codicilo do testamento, em que Adão, o primeiro habitante do planeta, o legara assim, dividido em duas partes, somente aos espanhóis e aos portugueses.

Vê-se, por conseguinte, dêsses fatos históricos como se disputavam as terras, cuja existência oficialmente era ignorada, mas oficialmente também suspeitada, seis anos antes de Pedro Álvares Cabral aportar a Porto Seguro. Seis anos mais tarde, a 24 de janeiro de 1506, o Papa Júlio II ratificava por uma nova Bula a do seu antecessor Alexandre VI, encarregando o Arcebispo de Braga e o Bispo de Vizeu de confirmarem a linha de demarcação.

Tôda a história do Brasil vai ser mera decorrência dêsse Meridiano de Tordesilhas. Ela girará sempre, *grosso modo*, em função dêle, por causa dêle. Sua influência se prolonga pelos séculos até nossos dias. Temo-lo sempre presente no desenrolar de nossa formação colonial e imperial. É uma constante em todos os nossos problemas. De tal modo que podemos dizer do nosso país: — No princípio, era uma linha...

Sua presença punha limites às entradas lusas na vasta *largura do sertão*, como escrevia Pêro de Magalhães Gândavo. Sua ausência permitiu a expansão para oeste, tanto maior quanto mais longe estivesse o domínio efetivo da Espanha. Ao norte, alargamos quanto possível a Amazônia. Ao sul, encontramos a fechar o caminho pelo Guaíra a penetração das missões dos jesuítas espanhóis. Pretendeu-se tardiamente alcançar o Prata e daí as guerras que tivemos de sustentar.

O Meridiano de Tordesilhas, que prova pelo seu recuo de 100 léguas a 370 ao ocidente de Cabo Verde, a *adivinhação do Brasil* pelos portugueses, tornou-se o fator constante de nossa história, a referência a que vão ter, em última análise, todos os acontecimentos, desenrolados em função ou em torno dêle. Sem êle, não se pode compreender a formação da grandeza territorial do Brasil, desde as Bandeiras de penetração até a Guerra do Paraguai, desde essa até os litígios fronteiriços vencidos pelo gênio de Rio Branco.

A portugalidade de nossa essência nacional, o lusitanismo básico de nossa existência, a permanência fundamental dum sentido de vida, apesar das vastas áreas a serem conquistadas e povoadas, apesar das dilatadas infiltrações de tôda a espécie, tudo isso se vai ligar a essa linha que os Reis de Portugal e Castela, sob a égide dos Papas, riscaram idealmente no mapa da América do Sul e a audaciosa bota bandeirante apagou para sempre.

A linha convencional preexistente ao achado do Brasil em 1500 foi mantida para o seu primeiro crescimento, como fundo das paralelas que marcaram os perímetros das Capitanias, e abandonada quando o Brasil teve de crescer sozinho; mas, evocada ou afastada, ela continuamente se vislumbra através de nossa história como a linha de água que marca o papel de imprensa. Não é possível nunca esquecê-la ao estudar o *milagre português do Brasil*, — coesão de almas, perpetuidade da língua, manutenção dos costumes, continuidade dos sentimentos, conservação dum gênio próprio e peculiar no continente.

Graças ao domínio espanhol, tão funesto a Portugal e tão propício ao Brasil, puderam os bandeirantes invocar o pretexto de que a terra era *do mesmo Rei* para subir o Amazonas até Quito, internar-se no Paraguai até Concepción, rodopiar pelo Iguaçu e pelo Guaíra, fundar os estabelecimentos que mais tarde permitiriam a invocação da doutrina da posse efetiva, do *utis possidetis*, para a fixação definitiva de nossas fronteiras. Baseados nela, na distância de séculos, deram-se as mãos na mesma obra da defesa territorial do Brasil os seus dois grandes filhos: Alexandre de Gusmão e o Barão do Rio Branco.

A linha de Tordesilhas explica o sentido da obra civilizadora de Portugal na América do Sul. É a imensa pauta em que se escreveu desde antes de 1500 toda a nossa história.

AS PEDRAS VIVAS DA COLONIZAÇÃO

A divisão do Brasil em Capitanias. O autor intelectual dessa medida. Os Gouveias de Portugal na França.

O Brasil foi dividido em capitanias hereditárias em 1534, mas a idéia dessa providência, a primeira que tomou El-Rei D. João III para colonizar o vasto país descoberto em 1500, já fôra discutida em 1529 nos conselhos da coroa, como se depreende duma carta do Dr. Diogo de Gouveia, o qual a havia proposto naquela época. Esse documento fundamental para o amanhecer da nossa história se encontra arquivado na Torre do Tombo, em Lisboa.

O Dr. Diogo de Gouveia se encontrava em França, onde dava lições e viajava. Datou-a da cidade de Ruão a 1.º de março de 1532 e nela diz o seguinte ao Rei de Portugal: “A verdade era dar, Senhor, as terras a vossos vassallos, que três anos há que se V. A. as dera aos dois de que vos falei; a saber o irmão do Capitão da Ilha de S. Miguel, que queria ir com dois mil moradores, lá a povoar, e de Cristóvão Jacques com mil, já agora houvera quatro ou cinco mil crianças nascidas, e outros moradores, e se, Senhor, vos estorvaram por dizerem que en-

riqueciam muito... Quando os vossos vassallos foram ricos, os reinos não se perdem por mais se ganhar... porque quando lá houver sete ou oito povoações, êstes serão o bastante para defender aos da terra que não vendam o brasil a ninguém e não o vendendo as naus não hão de querer lá ir para virem de vazio”.

Da leitura e interpretação do que aí se transcreve verifica-se que foi o Dr. Diogo de Gouveia quem propôs a D. João III dividir o Brasil em tratos de terra dados aos seus vassallos para o povoarem, cultivarem e defenderem à sua custa. A posse dêsses latifúndios os interessaria no seu amanhã, progresso e defesa. A medida, no entanto, provocou opiniões contrárias daqueles que entendiam não ser conveniente os referidos vassallos se enriquecerem com a dádiva real. E, sàbiamente, o Dr. Diogo de Gouveia responde que os reinos também são ricos quando enriquecem os seus vassallos e que se não perdem por isso. Acrescenta que o aumento da população em consequência da medida que propusera impediria o gentio de vender o *brasil*, isto é, o pau-brasil. Em consequência, não o podendo carregar, as naus dos entrelopos e corsários estrangeiros deixariam de frequentar os nossos litorais, onde tantos malefícios causaram no decurso do tempo.

Em outro trecho de sua interessantíssima carta ao soberano, o eminente mestre que dava preleções na Sorbona, declara que tudo aquilo se devia fazer sobretudo para o *Serviço de Deus*, para a salvação pelo batismo e cristianização dos aborígenes, que era o que mais devia importar a Sua Alteza. Isto é mais uma prova do alto sentido espiritual que presidiu sempre à ação colonizadora dos lusos aonde quer que chegassem, primando sobre os interesses materiais. Era a conquista, mas sob a sombra benéfica da Cruz.

Dois anos após a citada carta, vencidas decerto as opiniões de alguns membros do seu conselho, D. João III resolvia dividir o Brasil em capitanias e doá-las a homens de prol com serviços ao Reino, os quais as colonizassem com seus meios próprios. As primeiras doações foram feitas a 10 de março de 1534: da Capitania de Pernambuco a Duarte Coelho Pereira, que fundou Olinda e trouxe consigo os troncos daquela Brava Gente que cobriu de glórias a história pernambucana; e da de S. Tomé a Pêro de Góis da Silveira. Seguiram-se a estas as outras doações: da do Espírito Santo a Vasco Fernandes Coutinho; da de Pôrto Seguro a Pedro de Campos Tourinho; da de Ilhéus a Jorge de Figueiredo Correia; da do Pará ao historiador das “Décadas”, João de Barros e Aires da Cunha, dividida em dois quinhões, ficando no meio dêles a do Maranhão, doada a Fernando Álvares de Andrade; da do Ceará a Antônio Cardoso de Barros, que só viria ao Brasil com Tomé de Sousa; da da Bahia a Francisco Pereira Coutinho. Pêro Lopes de Sousa, que explorara as costas do Brasil em 1530-1531, obteve três quinhões: Santo Amaro, Sant’Ana e Itamaracá. Seu irmão, Martim Afonso de Sousa foi contemplado com dois quinhões: S. Vicente e Rio de Janeiro.

Vária foi a sorte dessas donatarias. Umas prosperaram, outras consumiram recursos sem resultado apreciável, algumas os índios destruíram no nascedouro e ainda outras ficaram ao abandono. Mas sempre se adiantou alguma coisa no povoamento e defesa da nova terra, de maneira que, em 1548-1549, a Metrópole decidiu criar o Governo-Geral do Brasil, que unificou a administração do território e se tornou o alicerce da milagrosa coesão brasileira, cujas benéficas conseqüências as gerações do porvir foram colhendo até os dias atuais.

Entre os Donatários das Capitanias, os mais notáveis foram, sem dúvida, Martim Afonso de Sousa, Pêro Lopes de Sousa e Duarte Coelho. Eles encabeçam com razão a lista de Varnhagen. "Os dois primeiros, escreve Pedro de Azevedo, entraram no Brasil enviados pelo Rei de Portugal com o fim de reconhecerem as costas e de lá estabelecerem a autoridade real; e como recompensa dos serviços prestados ali receberam quinhões na divisão da costa americana. Os restantes, com exceção de Pedro de Góis, não conheciam a Terra de Santa Cruz; alguns mesmo nunca ali puseram o pé. Aos três capitães mencionados e a Duarte Coelho facilmente se acha justificação para as donatarias que receberam, mas aos outros não é tão fácil achar-se-lha. Segundo se julga, o entusiasmo não foi grande entre os portugueses para atravessar o Atlântico e ir gozar dos direitos majestáticos exarados nas cartas de doação daquelas terras e nos respectivos forais. Além da habilidade guerreira, os donatários tinham de possuir dotes administrativos e dispor de capitais para lavrar terras, que só produziam açúcar, já fabricado nas Ilhas da Madeira e de S. Tomé, circunstâncias que mais afastavam do que atraíam os pretendentes, que facilmente adquiriam na Índia honras e riquezas, como na verdade fizeram os dois irmãos Sousas, atraídos pelos esplendores asiáticos."

Tratando dessa divisão do Brasil em Capitanias Hereditárias, tão malsinada por alguns historiadores superficiais, faz-lhe justiça devida Carlos Malheiros Dias com estas ponderadas palavras: "Distribuído pelos Doze Donatários o domínio efetivo da terra — até aí abandonada ao incipiente comércio de resgate com os naturais — a Coroa lá domiciliava sentinelas vigilantes, reservando-se uma espécie de protetorado sobre as Capitanias. Cada vila de feudatário seria como uma fortaleza, ereta em sinal de uma posse para sempre legalizada e indiscutível. A autoridade régia estava finalmente representada na terra baldia. Com o andar do tempo, essa autoridade seria consolidada e o Estado avocaria sucessivamente à sua jurisdição, quer por compra dos direitos outorgados, quer pela desistência dos próprios donatários, os territórios sobre os quais lhes tinham sido concedidos poderes do governo, em retribuição de pesadas obrigações. O que, a um exame superficial pode parecer um erro ou um expediente leviano, representava a única solução imediata e compatível com as dificuldades do tesouro, do mais instantâneo problema da defesa do domínio perante as tentativas usurpadoras da França. Desfraldava-se a bandeira de Portugal nos litorais do

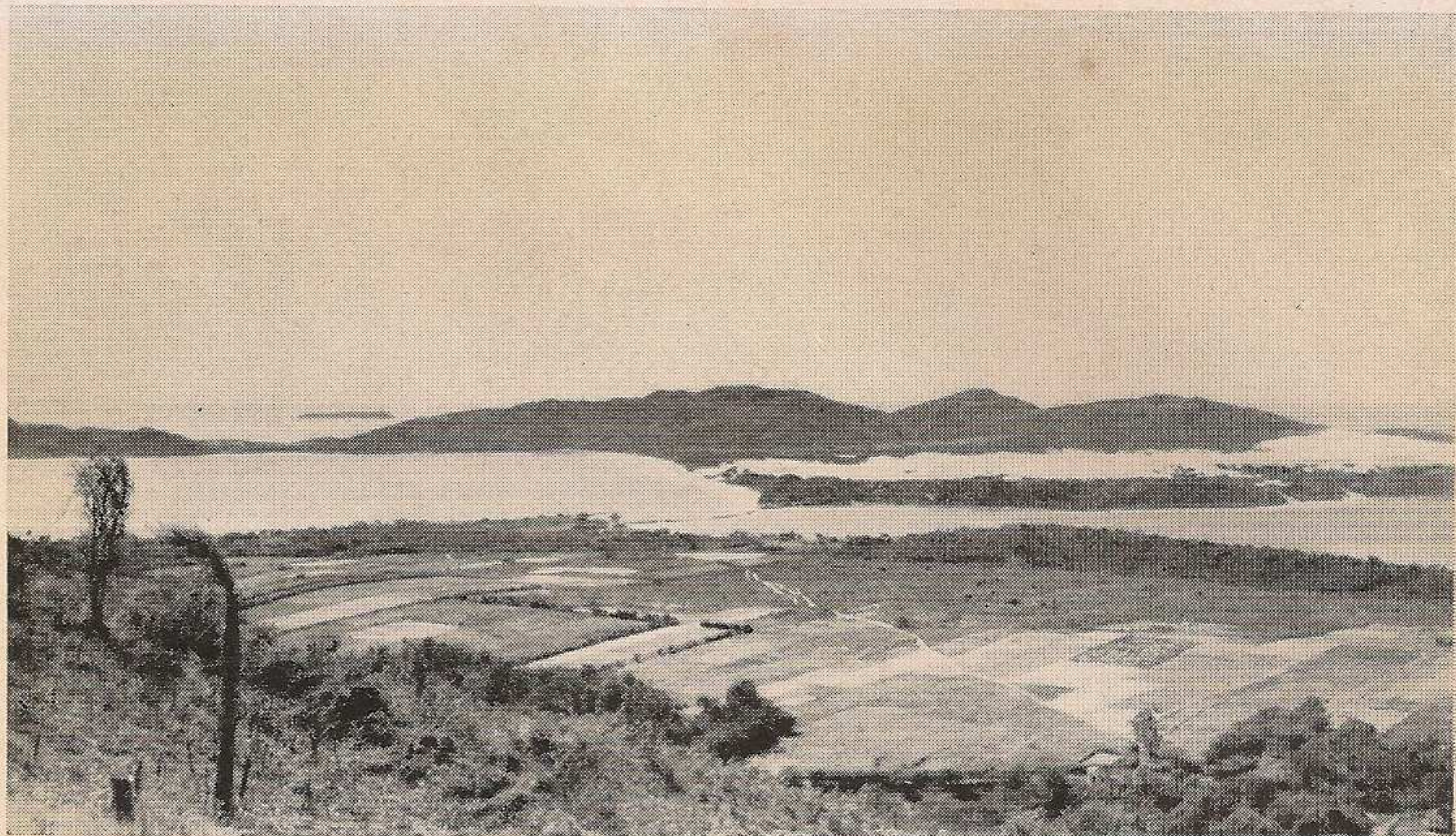
Brasil; a autoridade portugêsa não mais resultaria, apenas, dos títulos precários do descobrimento e da repartição de Tordesilhas, referendada pela Cúria, mas da posse efetiva, *manu militari*.”

Essa é a lídima verdade histórica. Acresce que a redação das cartas de doação e dos forais demonstra a experiência de govêrno e administrativa. Davam-se previlégios aos Donatários para interessar-lhes o orgulho e a ambição. Atraíam-se colonos e fixavam-se os mesmos à gleba pelas vantagens concedidas. Liberava-se a exportação de produtos, sòmente sujeitos ao imposto da sisa, a fim de incentivar a produção. Isentavam-se de tributos a importação com o fito de proteger a indústria do Reino e de facilitar a vida na colônia.

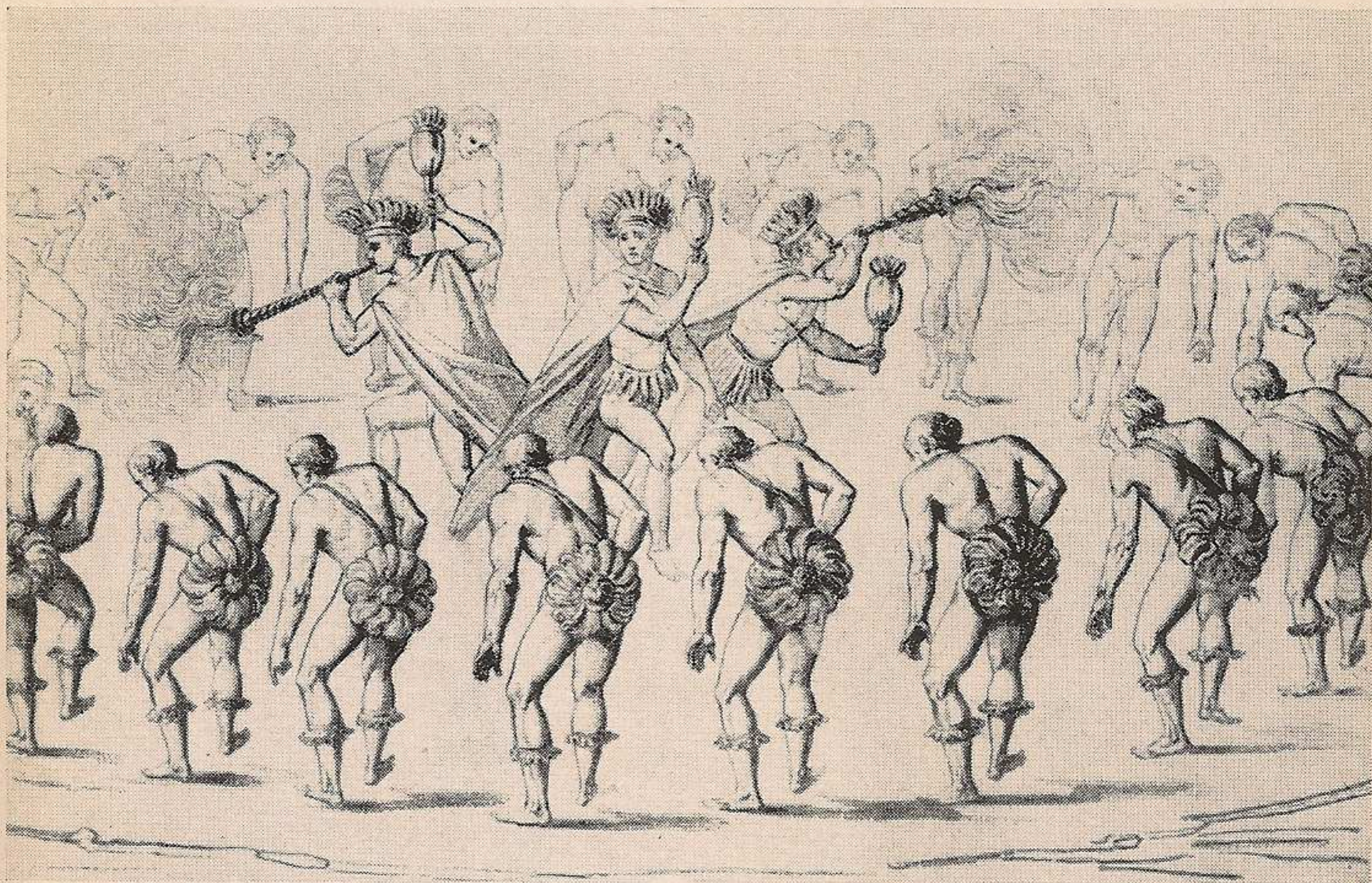
Tudo isso foi consequência da idéia assoprada em 1529 a D. João III pelo Dr. Diogo de Gouveia, que ainda vemos a insistir nela em 1532. Assim, o verdadeiro criador do regime das Capitanias no Brasil é êsse sábio mestre de Santo Inácio, que chegou a Reitor do Colégio de Santa Bárbara em Paris. Nascido na cidade de Beja, o Dr. Diogo de Gouveia, teólogo, cônego da Sé de Lisboa, doutorado pela Universidade de Paris, faleceu nessa cidade no ano da Graça de 1557.

Muitos foram os portugêses do nome de Gouveia, todos êles ilustres, que floresceram em França na segunda metade do século XVI, aos quais se refere F. Michel em seu livro “Les Portugais en France”: André, o *Sinapivorus* ou Papa-Mostarda, que dirigiu o Colégio de Santa Bárbara, substituindo seu tio Diogo, e também dirigiu o Colégio de Guienne, em Bordéus; Antônio, seu irmão, defensor da filosofia aristotélica, professor de Direito em Tolosa, Cahors, Grenoble e Valença, mestre de Montaigne, que o elogia, e, afinal, Conselheiro do Duque da Sabóia, Manuel Felisberto; e outro Diogo, sobrinho do Dr. Diogo de Gouveia, natural da Arrifana, em Santarém, doutor pela Universidade de Paris, membro da embaixada portugêsa ao famoso Concílio de Trento e Prior de Palmela.

Costumava o Dr. Diogo de Gouveia, imitando os alvanéis das velhas catedrais góticas, intitulados *mestres de pedras vivas, de vivis lapidibus*, repetir que *trabalhava para edificar com pedras vivas*. Assim o fêz na aurora do nosso Brasil, insuflando ao Rei de Portugal a idéia das Capitanias que foram as primeiras pedras vivas da colonização portugêsa na América do Sul.



Laguna, em Santa Catarina, ponto em que, no Sul do Brasil,
tocava o chamado Meridiano de Tordesilhas.



Dança dos Tupinambás. Gravura de Rugendas.



Brasão com a Pomba da Paz numa cartela em pedra do século XVIII,
na Câmara Municipal da cidade do Salvador.

OS TUPINAMBÁS DANÇAM NA FRANÇA

Os índios do Brasil na Côrte dos Valois. Sua influência na literatura e na arte da Europa.

Pouquíssimos brasileiros sabem que em 1550, meio século após o Descobrimento do nosso país, 50 Tupinambás escolhidos dançaram e fizeram combates simulados para divertir a civilizada Côrte de França, em presença da famosa Rainha Catarina de Médicis, à margem do Sena.

Pois é verdade. A relação autêntica dessa festa curiosíssima foi impressa por ordem da Municipalidade de Ruão, em 1551, sob o título de *La Deduction de la sumptueuse entrée*, com gravuras, que são talvez os primeiros documentos iconográficos aparecidos na Europa sobre os nossos indígenas. Mais tarde, o próprio *Ceremonial de France* incluía a notícia dessas danças e combates dos índios *brisilians* perante a faustosa Côrte dos Valois.

Nesse século XVI, tão célebre em tôda a Europa pela pompa de suas cavalgadas, entradas solenes, préstitos deslumbrantes e torneios magníficos, não faltou numa das Côrtes mais elegantes do continente europeu o exotismo fascinante dos selvagens brasileiros. Resumamos o que a respeito diz a relação impressa em França no ano de 1551 sobre a suntuosa entrada de Henrique II de Valois e sua mulher, a Rainha Catarina de Médicis na boa cidade de Ruão, capital da Normandia:

Ao longo da calçada que se estende da porta das muralhas até a margem do Sena, há um campo sem edificações de duzentos passos de comprimento e trinta e cinco de largo, na maior parte naturalmente plantado e sombreado de árvores e arbustos, formando, às vêzes, moitas espêssas. Pintaram-se os troncos dessas árvores e guarneceram-se as copas de ramos e folhagens que imitassem do modo mais natural possível as florestas do Brasil. Havia, entremeadas, outras árvores carregadas de frutos de várias côres e espécies, semelhando naturais. Em cada extremidade do terreno, puseram-se cabanas de troncos, de canas e de palmas, com cêrcas em volta, iguais às dos selvagens brasileiros. Entre as ramarias, avoejavam e grazinavam, periquitos, papagaios e outras aves de variada plumagem. Por êles também trepavam macacos, micos e sagüis trazidos da terra do Brasil pelos navios dos comerciantes de Ruão. Por tôda aquela quadra se viam cêrca de trezentos homens, inteiramente nus, sem que cobrissem sequer suas vergonhas, arrançados e enfeitados à moda dos habitantes do país da América de onde vem o pau-brasil. Entre êles, uns cinqüenta eram recém-chegados dêsse país, e os outros simulados, todos trazendo as faces pintadas, os lábios e orelhas furados com pedras do comprimento e grossura dum dedo embutidas, tôdas arredondadas e polidas, de côr branca ou verde esmeralda. Alguns dos simulados imitavam tão bem a língua, os gestos e os modos dos selvagens, que pareciam tão naturais quanto êles. Uns se divertiam em lançar flechas com arcos e zarabatanas nos pássaros com destreza extraordinária, maior do que a dos gregos e troianos. Outros perseguiam os

macacos. Estes se embalavam em rêdes de fios de algodão penduradas das árvores. Aquêles cortavam madeiras para levar a um fortim, como tinham costume de fazer na sua terra para os nossos marinheiros, trocando-a por machados, serrotes e pregos. Havia perto um navio com seus mastros e gáveas, artilharia e bandeiras que recebia a madeira cortada, como se estivesse comerciando na costa brasileira. Via-se um grupo dêsses selvagens chamados Tabajaras, acocorados em volta do seu Rei que acudia pelo nome de Morubixaba, ouvindo sua arenga em língua do Brasil, até que foram atacados por outro grupo, o dos Tupinambás, travando furioso combate a tiros de flecha e golpes de tacape, como costumam fazer. Os Tabajaras foram derrotados e os Tupinambás incendiaram as suas casas e cêrcas. Tudo de tal modo que até os marinheiros conhecedores da terra do Brasil e dos Canibais julgavam estar não em presença dum simulacro, mas duma cena natural e verdadeira. Depois dêsse interessante e divertido espetáculo, o Rei de França mostrou o maior contentamento.

Como se vê, a Côrte dos Valois teve diante dos olhos fascinados uma viva representação do que era o Brasil meio século após o Descobrimiento. A relação chama a êsse espetáculo textualmente *Sciomachie*, palavra tirada do grego *Sciamachia*, que literalmente significa *combate com a própria sombra*, isto é, combate em vão, combate simulado.

A presença do índio brasileiro não ficou só nesse curioso episódio da recepção de Henrique II pela nobre cidade de Ruão. O *Cerimonial de France, ou description des cérémonies, rangs et séances observées aux couronnemens, entrées et enterremens des Roys et Roynes de France et actes et assemblées solennelles*, editado em 1619 e em 1649, além de relatar a festa já descrita de Ruão, mostra que o nosso índio se tornou figura obrigatória dêsse ceremonial ou protocolo da Casa Real ao tempo dos Valois.

Na soleníssima recepção do Rei Carlos IX, filho de Henrique II e de Catarina de Médicis, pela cidade de Troyes, a 23 de março de 1564, novamente figuram os selvagens emplumados e armados, dançando e combatendo. Na entrada triunfal do mesmo soberano em Bordéus, a 9 de abril de 1565, apareceram trezentos homens de armas conduzindo doze nações estrangeiras cativas: gregos, turcos, árabes, egípcios, tapobrânios, hindus, canarinos, mouros, etiópios, selvagens americanos e brasileiros. Os chefes de cada um dêsses grupos fizeram ao Rei de França em seus idiomas naturais discursos que o intérprete de Sua Majestade traduziu em francês.

Os nossos índios que estiveram em Ruão foram levados para lá pelos corsários de Dieppe, Saint-Malô e Honfleur, que infestavam o litoral brasílico extraíndo, aliados a êles, o pau de tinta. Alojaram-nos em uma casa da atual Rua Malpalu, n.º 17, em frente da Rua dos Agostinhos, a qual tinha como tabuleta o seguinte letreiro *L'île du Brésil*. No meio de seus ornatos góticos, havia baixos-relevos em madeira, representando a Descoberta da América, o corte do pau-brasil, sua troca e seu trans-

porte, com os selvagens cintados e coroados de plumas, armados de arcos e flechas. A tabuleta foi recolhida e conservada no Museu de Antiguidades de Ruão.

Assim, o selvagem do Brasil penetrou no meado do século XVI na vida civilizada da Europa como um elemento exótico e novo que ia ter certa influência nas artes dos povos ocidentais. O velho Montaigne logo o introduziu na literatura francesa, traduzindo-lhe as ingênuas canções nativas, que Jean de Léry já analisara. Os pensadores julgaram encontrar nesses indivíduos ingênuos e nus o tipo do homem verdadeiramente feliz, entregue só a lei natural, o que viria informar as tiradas românticas de Rousseau, de Bernardin de Saint Pierre e de Chateaubriand. A "Utopia" de Tomás Morus, a "Cidade do Sol" de Campanella se radicam nesse indianismo literário. O índio coberto de cocares de penas comparece nas estampas e nos quadros, chega a participar da adoração dos Reis Magos. Vemo-lo no frontispício dos livros e nas relações dos embaixadores. Ao lado da literatura, a iconografia ganha mais um motivo.

Isto se verifica compulsando um velho manuscrito existente na Biblioteca Pública de Ruão desde 1838, contendo um poema oferecido ao Rei Henrique II como lembrança de sua entrada triunfal na cidade, ilustrado por dez magníficas miniaturas em cores, nas quais se vêem os nossos selvagens representados nus, dançando e combatendo, com suas plumagens e suas armas bárbaras.

Também na Igreja de Dieppe alguns baixos-relevos guardam a memória da visita que fizeram à França os índios do nosso país.

Êles tiveram a glória de ser vistos e aplaudidos pelas mais notáveis damas daquele tempo: Catarina de Médicis, Margarida de França, Diana de Poitiers, a Duquesa de Angoulême, bastarda do Rei, e Madame de Estouteville.

Na Biblioteca Nacional de Paris, existe uma série de preciosas gravuras, mostrando que, em 1613, comêço do século XVII, outros índios brasileiros estiveram em visita à França, sendo batizados com grande pompa na Catedral de Notre-Dame. Era um grupo de Tupinambás levados do Maranhão, então em poder dos franceses, que Cláudio d'Abbeville menciona em sua obra histórica.

A par dêsses fatos comprovados por ampla documentação, corre a lenda da estada na Côte dos Valois do nosso Diogo Álvares o Caramuru com sua mulher Catarina Álvares, a Paraguaçu, acompanhados dum séquito de índios que divertiram os soberanos franceses com suas danças. A êsse propósito, o erudito Ferdinand Denis, que estudou e comentou os documentos sobre os Tupinambás e Tabajaras em França, escreve: "Em vão se procura, entre os grandes personagens e os prelados que são nomeados antes das damas nobres, Pedro Fernandes Sardinha, Bispo do Brasil, que a lenda afirma ter visto Diogo Álvares na Côte de Henrique II. Êle estêve sem dúvida na França e, segundo Sander, residiu em Paris desde 1528; mas em 1549 estava no Brasil e em 1556 perecia de modo horrível, devorado pelos selvagens."

Sôbre a origem dos índios apresentados aos Reis de França, o mesmo autor acha que eram muito provàvelmente os Tupinambás das tribos temporariamente fixadas entre Pernambuco e a Bahia, talvez da região de Itamaracá, onde, então, os Normandos tinham estabelecido uma feitoria para extração do pau-brasil. Eram êles inimigos dos Tabajaras, cujos restos se refugiaram na Serra da Ibiapaba, no Ceará. Daí o combate simulado entre êles na presença do Rei Henrique II. Também ali cantaram seus cantos e o velho Montaigne, a êles se referindo, declara a sua imaginação completamente anacreôntica, sem nada de bárbaro, mas impregnada de ingenuidade e doçura.

Desta sorte agradável e cheia de êxito foi a primeira apresentação do índio brasileiro à gente culta da França.

A FUNDAÇÃO DA CIDADE DO SALVADOR

*Tomé de Sousa e o Govêrno-Geral do Brasil.
Uma data que permanece em mistério.*

A data de 29 de março foi escolhida pelo Instituto Histórico da Bahia como oficial e *simbólica* para as comemorações conjuntas do 4.º Centenário da Instituição do Govêrno-Geral do Brasil e da Fundação da cidade do Salvador. Data simbólica e nada mais, pois que se não conhece ao certo, com documentação irresponsável, aquela em que, de fato, se fundou a primeira capital do nosso país.

De 7 de janeiro de 1549 é a Carta Régia d'El-Rei D. João III, criando um Govêrno-Geral com jurisdição sôbre tôdas as Capitanias em que o Brasil tinha sido dividido, e mandando fundar uma fortaleza e povoação na Bahia, conforme reza textualmente: "para dali se dar favor e ajuda às outras povoações". Tem-se certeza que Tomé de Sousa, nomeado 1.º Governador-Geral, partiu de Lisboa a 1.º de fevereiro do mesmo ano e chegou a 29 de março seguinte à Baía de Todos os Santos.

O Governador-Geral vinha munido das instruções e meios adequados à criação do povoado e à instalação dos órgãos destinados a centralizar a administração da colônia na futura urbe, que seria nossa capital até o ano de 1763. Vinha a bordo de sua capitânia, a nau "Conceição", trazendo mais a nau "Salvador", comandada por Antônio Cardoso, a "Nossa Senhora da Ajuda", comandada por Duarte de Lemos, as duas caravelas de Pêro de Góis e Francisco Silva, e um bergantim. Essa frota conduzia muitos casais de colonos, 400 degredados, 600 soldados regulares, os jesuítas João Aspicuelta Navarro, Antônio Pires, Leonardo Nunes, alcunhado depois pelos índios Abarebebê, isto é, o Padre Voador, os irmãos leigos Diogo Jácome e Vicente Rodrigues, e, chefiando-os, o famoso Padre Manuel da Nóbrega, um dos criadores do Brasil-

Cristão. Vinham também o Dr. Pedro Borges como Ouvidor-Geral, Antônio Cardoso de Barros como Provedor da Fazenda, Luís Dias como Mestre-de-Obras, Diogo Peres como Mestre de Pedreiros e Miguel Martins como Mestre de Cal. Os navios transportavam ainda animais domésticos, sementes, materiais de construção e munições de bôca e de guerra.

Realizou-se o desembarque na Ponta do Padrão, hoje Santo Antônio da Barra. Segundo conta o Padre Manuel da Nóbrega, a travessia do oceano se fizera em 8 semanas, sem novidade, encontrando-se a terra, que era boa e chã, em plena paz. Estava em ruínas a capela da Vitória, fundada anteriormente pelo Donatário Francisco Pereira Coutinho, que, forçado a retirar-se para a metrópole, naufragara e perecera com todos os seus companheiros, muitos dêles mortos pela indiada, nos baixios e arrecifes das Peraúnas. O Padre Nóbrega pedia ao Rei um Vigário-Geral, porque os 40 ou 50 moradores da antiga povoação, restos da colonização da Capitania empreendida por aquêlê infeliz Donatário, viviam em pecado mortal, em concubinato com muitas índias, que êle denomina "negras", das quais haviam muitos filhos, e porque dos sacerdotes se diziam "coisas feias".

Diogo Álvares, o Caramuru, que assistia no velho povoado e gozava do maior prestígio, prestou os melhores serviços aos seus patrícios desembarcados, que todos os seus companheiros, lusos ou mestiços, receberam com demonstrações da maior alegria.

Até quando permaneceu Tomé de Sousa na antiga povoação? Parece que até fins de abril de 1549, quando mudou acampamento para o local escolhido a fim de construir a cidade, no alto da colina, entre o Terreiro de Jesus e o Largo do Teatro, hoje Praça Castro Alves. Na verdade, era-lhe impossível desembarcar e fundá-la imediatamente. Teve mesmo, para isso, de fazer guerra aos Tupinambás do Morubixaba Japiáçu, que ocupavam aquelas verdejantes elevações de terreno a cavaleiro da praia, despejando-os violentamente de três aldeias onde viviam, nos locais do Terreiro de Jesus, do Carmo e do Destêrro. Demais, houve mister proceder à demarcação e derrubada dos matos, preparo do terreno e transporte de materiais, instalação de oficinas, depósitos, etc.

Os trabalhos foram consideráveis para o meio e para a época. Traçaram-se as ruas e praças. Levantaram-se casas cobertas de palha. Fêz-se uma cêrca defensiva, uma paliçada, depois substituída por muros de taipa com tórres ou albarrãs, duas dando para o mar e quatro para o lado de terra. O Padre Nóbrega edificou a Capela da Ajuda, que foi a primeira matriz da Bahia e do Brasil. Abriram-se caminhos em ladeira, o do Pau da Bandeira e o da Misericórdia, levando do alto para a praia. E os jesuítas, não encontrando sítio apropriado para o seu Colégio no recinto fortificado, resolveram erguê-lo no chamado Monte Calvário, fora dêle.

Tudo isso nos leva a supor que a cidade só tenha podido ser oficialmente instalada em maio ou junho de 1549, mas nenhum documento

categorico dá uma prova concludente disso. Escrevendo a 9 de agosto desse ano ao seu Provincial, o Padre Mestre Simão, o Padre Nóbrega refere-se à procissão realizada no dia do Corpo de Deus, o que leva a crer já estivesse fundada a cidade. Diz êle: "Outra procissão se fêz no dia de *Corpus Cristi*, mui solene, em que jogou tôda a artilharia que estava na cêrca, as ruas muito enramadas, houve danças e invenções à maneira de Portugal".

Como se vê do texto, no dia do Corpo de Deus, a 13 de junho de 1549, segundo uns, a 20 do mesmo mês, segundo outros, Nóbrega diz que havia *ruas e ainda havia a cêrca*, onde troaram os canhões. As muralhas de taipa, portanto, não estavam prontas, salvo se êle emprega, como também se fazia na época, o termo cêrca por muralha. Além disso, suas palavras textuais: "Outra procissão se fêz" indicam claramente que, antes, houvera uma procissão ou mais de uma, o que denotava viver já a povoação sua vida religiosa, inseparável, então, da vida civil e administrativa. Decerto nisso se fundou o Barão do Rio Branco para afirmar que "em 13 de junho a nova cidade já estava fundada". Também Teodoro Sampaio, achando que a inauguração devia começar pelo edifício da Municipalidade, séde do Govêrno local, opina ser provável a fundação da Bahia nesse dia do Corpo de Deus, 13 de junho de 1549. Inácio Accioli, nas suas "Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia" e seu anotador Hipólito Cassiano de Miranda consignam, como data da referida fundação, o dia 6 de agosto. Por quê?

Talvez pelo que se encontra em outra carta do Padre Nóbrega, datada de 10 de agosto de 1549: "Pode-se já contar 100 casas, e se começa a plantar canas-de-açúcar, e muitas outras coisas para o mister da vida".

Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, autor do "Novo Orbe Seráfico Brasília", dá a cidade do Salvador como solenemente instalada a 1.º de novembro de 1549, tomando nesse dia o Governador-Geral Tomé de Sousa posse do seu cargo, com registro de sua patente e prestação do necessário juramento. Argumenta-se, no entanto, contra essa data, com outra carta de Nóbrega dirigida ao seu Provincial, essa de 6 de janeiro de 1550, em que o jesuíta conta que, com seu companheiro Leonardo Nunes, naquele dia 1.º de novembro, num dos navios da esquadra que batia a costa, embarcara para Pôrto Seguro e Ilhéus. Ora, os que combatem a data da fundação indicada por Jaboatão, argumentam que não empreenderia o famoso catequista tal viagem no dia da instalação solene da cidade. Todavia é lícito perguntar se o padre não teria embarcado depois de assistir à cerimônia, pois ignoramos completamente a que horas se realizou a posse e a que horas se deu o embarque.

Há ainda outros que apresentam e defendem como datas da fundação do Salvador ou pelo menos como mais aproximadas da verdadeira a dos pagamentos feitos a funcionários ou operários dos que vieram com Tomé de Sousa, o que historicamente não é de forma alguma aceitável.

A verdade verdadeira é que se não pode afirmar qual a data da fundação da cidade em face dos documentos até agora conhecidos e publicados. O mistério permanecerá enquanto se não encontrar um testemunho sério que autorize uma afirmação definitiva, categórica. Assim, andou bem o Instituto Histórico da Bahia reunindo as duas comemorações de 1949, a da Instituição do Governo-Geral e a da Fundação do Salvador, simbolicamente, na da chegada de Tomé de Sousa às plagas do Brasil, absolutamente indiscutível, ponto pacífico de nossa história, 29 de março. *Si et in quantum*, naturalmente.

Entre tôdas as suas primogenituras históricas, tem a velha e gloriosa Bahia a do primeiro brasão concedido ao Brasil. Segundo Gabriel Soares, o Rei D. João III deu em 1553 por arma à cidade do Salvador “uma pomba branca em campo verde, com um rôlo à roda, branco, com letras de ouro que dizem *Sic illa ad arcam reversa est*, e a pomba tem três fôlhas de oliva no bico”. Em linguagem heráldica racional e sintética de hoje, desta sorte se lê o citado brasão: de verde com uma pomba de prata, trazendo no bico um ramo de três folhas de oliveira ao natural, circulada por uma orla de prata, tendo em letras de ouro a legenda *Sic illa ad arcam reversa est*, assim ela voltou para a arca. A pomba, de acôrdo com as regras heráldicas, se não tem na descrição sua posição definida de modo especial, sòmente poderá ser considerada na posição clássica ou constante dessa ave na armaria, isto é, voante, na posição natural do voô, com a cabeça para a direita do escudo.

O mais que se queira fazer em relação à data da instalação da cidade do Salvador e da feitura do seu escudo heráldico, sem um documento comprobatório indiscutível, não passará de fantasia ou capricho pessoal.

A MAIS ANTIGA CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO BRASIL

A criação do Governo-Geral e o Regimento de Tomé de Sousa. Nossa Primeira Constituição data de 1548!

Desde que o Brasil se tornou independente de Portugal, em 1822, até hoje, foi sempre um país regido por uma Constituição, embora muitas vêzes, já no período republicano, os dispositivos dessa lei fundamental da nação fôssem suspensos por estados de sítio e governos provisórios, ou não devidamente cumpridos por ditaduras ocasionais.

Logo após a independência, reuniu-se no Rio de Janeiro uma Assembléia Constituinte para dotar com uma Lei Magna o Império nascente. As divergências e lutas políticas travadas no seu seio e dêle irradiadas para tôda a vida pública levaram o Imperador D. Pedro I a

dissolver militarmente a Assembléia. Mas, em 25 de março de 1823, Sua Majestade outorgava a Carta Constitucional elaborada pelo seu Conselho de Estado, liberal e parlamentar, a qual geriu os nossos destinos, acrescida dum Ato Adicional, até a proclamação da República, a 15 de novembro de 1889, portanto durante 66 anos.

A República convocou outra Assembléia Constituinte, em 1891, que deu ao Brasil nova Constituição, essa republicana, federativa e presidencialista, inspirada na dos Estados Unidos da América do Norte. A Constituição de 1891 como era chamada, sofreu debatida reforma na presidência do Sr. Artur Bernardes, de 1924 a 1925, e foi derogada pela revolução que triunfou em 1930.

Em 1934, votou-se outra Lei Básica, de caráter presidencialista e social democrático, à semelhança da Constituição da República Alemã, de Weimar. Anulou-a o golpe de Estado de 10 de novembro de 1937 e a ditadura que, então, se apossou do poder decretou em seguida nova Constituição, inspirada, segundo se diz, na da Polônia, presidencialista ao extremo, unitarista e até certo ponto fascista, que assim mesmo não foi fielmente cumprida.

Com a deposição do Presidente Getúlio Vargas em fins de 1945, tivemos outra Assembléia Constituinte e outra Constituição liberal-democrática, presidencialista e federativa.

Pelo exposto, naturalmente se deduz que a mais antiga Constituição do Brasil deve ser a do Império, proclamada jubilosamente no ano de 1824 e sòmente extinta no de 1889. Mas os que estudam a história de nossa pátria sabem que sua mais antiga Constituição, embora sem êsse pomposo nome e modestamente denominada Regimento, têrmo antigo que significa Regulamento, data do século XVI, de menos de cinqüenta anos após o descobrimento de Pedro Álvares Cabral, do ano da Graça de 1548.

Senão, vejamos:

Nessa data, estava o Brasil dividido em Capitanias Hereditárias, medida tomada para o início de sua colonização por êsse grande administrador que foi o Rei D. João III, a quem o ilustre letrado português Diogo de Gouveia a aconselhara. Algumas dessas Donatarias tinham progredido, outras se achavam estagnadas, outras jaziam em abandono e o povoamento esparso do litoral, a falta de recursos apropriados, a ausência duma autoridade central e efetiva, bem como o corvejamento de ambições estrangeiras sôbre o vasto país, obrigaram o Govêrno de Portugal a tomar urgente e acertadíssima providência, criando o Govêrno-Geral do Brasil.

A Carta Régia de D. João III, que criou o Govêrno-Geral, com jurisdição sôbre tôdas as Capitanias do país, as quais dêle se tornavam dependentes, traz a data de 7 de janeiro de 1549, mas tal providência já estava resolvida desde fins de 1548, achando-se escolhido para o alto cargo Tomé de Sousa, a quem foi dado um Regimento, que é, em verdade, a primeira Constituição do Brasil. Tomé de Sousa devia fundar uma povoação e construir uma fortaleza na Baía de Todos os San-

tos, para onde partiu de Lisboa a 1.º de fevereiro de 1549, tendo ali chegado a 29 de março seguinte. Viagem rapidíssima para aquela época, oito semanas sòmente, como relata o Padre Manuel da Nóbrega, que veio com êle.

Segundo êste, encontraram a terra em paz com cêrca de 50 moradores, “cheios de filhos das negras”, que é como o jesuíta chama às índias, pois ainda não havia negros no Brasil. Dos sacerdotes que ali estavam ouvia “coisas feias” e pedia com urgência um Vigário-Geral para discipliná-los.

Tomé de Sousa, o verdadeiro fundador do Brasil colonial, trazia consigo três naus de guerra, duas caravelas e um bergantim, com alguns degredados, vários casais de colonos, 600 homens de infantaria, os jesuítas Aspicuelta Navarro, Leonardo Nunes, depois cognominado pelos índios Abarebebê ou o Padre-Voador, e Antônio Pires, e os irmãos leigos Diogo Jácome e Vicente Rodrigues, todos sob a chefia do seu Superior, o grande Manuel da Nóbrega, pai da nossa catequese.

Êsses colonizadores desembarcaram junto das ruínas da capela de Nossa Senhora da Vitória, em volta da qual se estabelecera a primitiva povoação do donatário da Bahia, Francisco Pereira Coutinho, mais ou menos entre o Terreiro do Paço e o Largo do Teatro da primitiva cidade do Salvador, hoje Praça Castro Alves. Havia ali sòmente palhoças dentro duma cêrca. Tomé de Sousa levantou muralhas de taipa com seis tórres, duas para o lado do mar e quatro para o de terra, e Nóbrega construiu a Capela de Nossa Senhora da Ajuda, que foi a primeira matriz do Brasil. *Extra-muros*, construiu-se no chamado Monte Calvário o colégio dos jesuítas. O cronista Frei Jaboatão diz que a 13 de junho já estava fundada a cidade do Salvador e que nela se realizou a procissão de *Corpus-Cristi*, levando-se na mesma a bandeira de Tomé de Sousa, que se tornou o escudo heráldico da Bahia: em campo azul uma pomba branca com três fôlhas de oliveira no bico e a legenda: *Sic illa ad arcam reversa est*, assim ela voltou para a arca. Outros dizem que a referida bandeira data tão sòmente do 2.º Governador-Geral, Duarte da Costa. A solene instalação da capital do Brasil, porém, se fêz no dia 10 de novembro de 1549.

A primeira Constituição que tivemos datava, no entanto, do ano anterior, pois o Regimento dado pelo Rei a Tomé de Sousa foi datado de 17 de dezembro de 1548. Redigiu-o o Conde da Castanheira, conhecedor exímio das coisas do Brasil em tão remota época e de suas necessidades, tendo sido assinado pelo soberano na Vila de Almeirim, onde a Côrte se encontrava. O grande historiador brasileiro Adolfo de Varnhagen, Visconde de Pôrto Seguro, declara-o categoricamente um “modelo de tino administrativo”.

Assim pode ser considerado, desde que tenhamos na devida conta os costumes e as condições de vida daquele tempo, em tão priscas paragens como era o Brasil no seu amanhecer para a civilização. Para dar a medida da honestidade administrativa do homem encarregado de pô-lo em execução, Tomé de Sousa, basta dizer que, durante seu go-

vêrno, embora fôsse o Brasil uma região quase despovoada, não quis tomar para si um pedaço de terra e, sòmente depois de deixar o cargo, requereu ao Rei, que lhas deu por alvará, seis léguas de chão ao norte da cidade que fundara, para recolher o gado vacuum, adquirido com suas economias, que vagava por terras alheias. Aliás, já nas cartas de instituição das Capitâneas se proibia aos donatários adquirir terras nos seus domínios. Esses exemplos bem poderiam ter frutificado na história das nossas administrações.

Eis os principais artigos do Regimento ou Constituição de 1548, em resumo e linguagem atualizada:

“— Tanto que chegardes à Bahia tomareis posse da cêrca que nela está, que fêz Francisco Pereira Coutinho, a qual está ora povoada de vassallos e é favorecida de alguns gentios da terra.

— Tanto que estiverdes em posse da dita cêrca, mandareis reparar o que nela está feito e fazer outra cêrca ou taipal, como melhor parecer, em que a gente possa estar agasalhada e segura.

— Ao tempo que chegardes à dita Bahia, fareis saber por tôdas as vias aos capitães das Capitâneas da costa do Brasil de vossa chegada e eu lhes tenho escrito que tanto que o souberem vos enviem tôda a ajuda que puderem de gente e mantimento e as mais coisas que vos podem ser necessárias.

— Eu sou informado que a gente que possui a dita terra da Bahia é uma pequena parte da linhagem dos tupinambás e que, no ano de 1545, estando Francisco Pereira Coutinho por Capitão da dita Bahia, alguma dessa gente lhe fêz guerra, o lançou da terra, destruiu as fazendas e fêz outros muitos danos aos cristãos, e que outros tomaram o exemplo e fizeram o semelhante em outras capitâneas, e que alguns outros gentios não consentiram, nem foram nesse alevantamento e sempre estiveram de paz com os cristãos e os ajudam. Cumpre muito, pois, a serviço de Deus e ao meu os que fizeram guerra sejam castigados e os que sustentaram a paz sejam favorecidos.

— Encomendo e mando que, quando tiverdes a paz, vejais com pessoas que bem o entendam o lugar mais apropriado para a fortaleza, de modo que se possa defender e tenha qualidade para, com o tempo, se ir fazendo uma grande povoação, como convém, para dela se proverem as outras Capitâneas. O sítio deve ser sadio e de bons ares, com abundância de águas e pôrto em que possam amarrar e varar os navios. Vão para isso em vossa companhia pedreiros, carpinteiros e outros que entendam de cal, telha e tijolo.

— Tanto que tiverdes assentada a terra para se poder aproveitar, dareis de sesmaria as terras que estiverem dentro do têrmo da povoação a tôdas as pessoas que as pedirem, não as dando a pessoas que não queiram ir povoar e aproveitar, sendo que dentro de três anos não as poderão vender nem alienar.

— Dareis de sesmarias, sem fôro algum, as águas das ribeiras, para se fazerem açudes e engenhos de açúcar a pessoas que tenha possibilidades.

Os senhorios dos engenhos serão obrigados a moer as canas dos lavradores que os não tiverem, a fim de favorecê-los no aproveitamento das suas terras. Só dareis as águas aos que tomarem essas obrigações.

— Quanto as terras fora do termo até o Rio de S. Francisco, tomareis informações sôbre elas e as dareis de acôrdo com vosso parecer, mas de modo a facilitar seu povoamento e aproveitamento.

— Mando que com a maior brevidade e diligência se façam na Bahia navios de remo da feição que achardes conveniente para o serviço da terra (transportes) e defesa do mar.

— Acudireis a qualquer levantamento dos gentios e trabalhareis por tudo pacificar.

— Ireis visitar as outras Capitánias e deixareis na Bahia, em vosso lugar, por capitão, uma pessoa de tal qualidade e recato que vos pareça conveniente. Ireis com mais brevidade à Capitania do Espírito Santo, que está revoltada, para a reformar e povoar, de modo que fique pacificada.

— Em cada uma das Capitánias praticareis de acôrdo com o seu Capitão e o Provedor-Mor de minha fazenda, assim como com o Ouvidor e os homens principais que nelas houver. Que as povoações se cerquem, que as cêrcas existentes se reparem e que se provejam do necessário à sua fortaleza e defesa.

— Ordenareis que se façam nas vilas e povoações feiras em um dia de cada semana, para que os gentios possam vender e comprar.

— Pela terra firme adentro não poderá ir traficar com os gentios pessoa alguma sem vossa licença ou do Provedor-Mor, para evitar alguns inconvenientes.

— Porque a principal razão que me moveu a mandar povoar as terras do Brasil foi para que a gente delas se converta à nossa fé católica. Encomendo-vos muito que pratiqueis com os Capitães e oficiais a melhor maneira para se conseguir isso. Tratem bem todos os que forem de paz, favoreçam-nos sempre e não consintam que se lhes faça opressão nem agravo algum, de maneira que fiquem satisfeitos. E as pessoas que os oprimirem ou agravarem sejam castigadas como é de justiça.

— Assentai com os Capitães e oficiais os preços que honestamente vos pareçam valer as mercadorias que na terra houver e as que vão do Reino, para assim se venderem ou trocarem.

— Há pessoas que andam em navios e caravelas duma Capitania para as outras, enganosamente metendo a bordo os gentios pacíficos e vendendo-os como escravos, sendo isso motivo para que se revoltem e causem danos. Êsses incorrerão em pena de morte e também de suas fazendas. Também, por isso, pessoa alguma poderá fazer navio ou caravela sem licença vossa.

— Mando que pessoa alguma dê aos gentios arcabuzes, espingardas, pólvora, lanças, espadas, punhais, foices de cabo e facas alemãs. Quem isso fizer morra de morte natural na fôrca. Não se entende nesta proibição machados, machadinhas, foices de cabo redondo, podões, cunhas, facas pequenas e tesouras.

— Cada Capitão em sua Capitania, para a defesa dela, deve ter 14 peças de artilharia, 20 arcabuzes, 20 bestas, 20 lanças e 40 couraças de algodão, e todo morador deve possuir suas armas, o que fareis apregoar e notificar.

— As pessoas sòmente poderão se mudar duma Capitania para outra com licença, a fim de evitar certos inconvenientes.

— Todos os Capitães deverão vos informar do aparecimento de corsários e de sua fôrça para que possais tomar as providências exigidas.

— Haveri por muito meu serviço descobrir-se o mais que se puder sertão adentro e vos recomendo mandar pelos rios bergantins toldados e bem providos, que onde chegarem ponham padrões e marcos, fazendo assentamentos dos caminhos percorridos, o que me escrevereis minuciosamente.

— Os degredados, que não tenham sido condenados por furtos ou falsificações, poderão exercer qualquer ofício, mesmo da justiça e da fazenda.

— Passareis provisão de cavaleiros às pessoas que prestarem bons serviços de guerra em terra ou no mar.

— Podereis fazer dádivas aos que as merecerem, porém nunca além de cem cruzados.

— Perdoareis aos gentios rebelados, quando fizerem penitência de suas culpas, em consideração ao pouco entendimento dessa gente, o que muito as diminui.

— Levareis cópia das Ordenações do Reino e as fareis notificar a todos.

— O que não foi previsto neste Regimento deve ser por vós resolvido, depois das informações e conselhos que tomardes por escrito aos outros oficiais e às pessoas entendidas.”

Como se vê, todos os problemas da colonização naquela época estão previstos e tratados nesse documento, a defesa da Colônia, o trato com os índios, a fixação dos moradores, os transportes, os preços das mercadorias, a cristianização dos silvícolas, a indulgência para com êles, a maneira de atuar, de fazer justiça, de resolver os casos supervenientes e a instituição da lei civil igual à da Metrópole pelas Ordenações.

O historiador Varnhagen tinha razão de elogiar, como o fêz, essa primeira Constituição do Brasil.

AS FORTALEZAS DE FERNANDO DE NORONHA

O achado da ilha. Suas fortificações. Presídio e degrêdo. O tesouro do Capitão Kidd.

A Ilha de Fernando de Noronha fica a 525 quilômetros do Recife e a 345 do Cabo de S. Roque. Foi descoberta na primeira viagem de exploração dos portugueses após o descobrimento de Pedro Álvares Cabral, a da frota equipada pelo grande homem de negócios Fernão de Loronha ou Fernando de Noronha, na qual embarcara como piloto Américo Vespúcio. Essa expedição, cuja história é bastante nebulosa, durou de 1501 a 1502, sendo a data provável do achado da ilha a de 20 de março de 1502. Recebeu por isso o nome de Quaresma mudado mais tarde em S. João. Depois, teve o que até hoje conserva.

Pela Carta Régia de 16 de janeiro de 1504, o Rei D. Manuel fez doação da referida ilha a Fernão de Loronha, que êle enobrecera e a quem dera carta de brasão. D. Sebastião, em Carta Régia de 20 de maio de 1559, confirmou essa doação de seu avô na pessoa de Fernão de Loronha, filho de Diogo de Loronha e neto do primeiro Fernão de Loronha. A posse da ilha permaneceu, pelo menos juridicamente, nessa família até o século XVII, pois o Rei D. Pedro II tornou a confirmar a antiga doação, em 1693, na pessoa de João Ferreira Pestana, neto de Fernão Pereira Pestana de Loronha. Ao findar o século, porém, a Carta Régia de 24 de setembro de 1700 punha o arquipélago, isto é, a grande ilha e os ilhéus e penedos que a rodeiam sob a jurisdição da Capitania de Pernambuco.

Este ato promanava da necessidade de obstar continuasse a ilha a servir de pouso e abrigo de corsários e piratas. Desde 1625, os navios de corso que se dirigiam ao Brasil a tinham como base de abastecimento. Os holandeses a fortificaram em 1646, nela já encontrando alguns povoadores e uma bateria de 8 peças, que datava de 1629, graças a uma abortada tentativa de colonização.

Tôda a pirataria estrangeira que corvejava sôbre o litoral brasileiro ali costumava buscar repouso e refrêscos, pois havia na ilha água, lenha e cabritos que se tinham multiplicado em estado quase selvagem. Corre mesmo a lenda que o famoso pirata flibusteiro ou bucaneiro Capitão Kidd, herói de novelas e fitas cinematográficas, deixara um tesouro na caverna denominada do Funil ou dos Suspiros, ao pé do Morro de Nossa Senhora dos Remédios, sôbre cujo cimo se erguem as ruínas de velha fortaleza.

Caetano de Melo e Castro, Governador da Capitania de Pernambuco, reclamou, em 1694, enérgicas providências do Governo Metropolitano contra o abandono em que jazia aquela posição estratégica dos mares territoriais brasileiros. Era necessário, na sua opinião, povoar e fortificar a ilha. Expediram-se as ordens para êsse fim pelas Cartas Régias de 1695 e 1696, em virtude das quais se fizeram obras de fortificação e se puseram ali de guarnição 30 soldados com seu capitão e seu capelão.

Mais tarde, tão reduzida guarnição foi retirada e, na primeira metade do século XVIII, a Companhia Francesa das Índias Ocidentais estabeleceu um pôsto na ilha, mudando-lhe o nome para Delfina. Em setembro de 1736, o Vice-Rei do Brasil, Conde das Galveias, mandou pequena expedição expulsar os intrusos. Os soldados portugueses encontraram em Fernando de Noronha 12 franceses e um bom comêço de colonização.

A ocupação portuguesa definitiva da ilha realizou-se em 1737 com a expedição comandada pelo Tenente-Coronel João Lôbo de Lacerda. Uma fragata real transportou para lá 250 soldados e os materiais necessários à construção de vários fortes. Essas obras de fortificação continuaram até 1740, com vigor, e, mais espaçadamente, até 1778. Daí os restos de ruínas e fortalezas que se encontram nos sítios mais convenientes de Fernando de Noronha: Nossa Senhora dos Rémedios, Santo Antônio, Nossa Senhora da Conceição, S. João Batista, S. Joaquim, Santa Cruz, S. Pedro, Bom Jesus do Leão e Sant'Ana. Além dessas, várias baterias, o que eleva a 14 o número de obras fortificadas da ilha.

Durante a Monarquia, serviu Fernando de Noronha de presídio, para o qual se mandavam os mais terríveis criminosos dos sertões nordestinos. Alguns, apesar da distância em que fica do litoral brasileiro, construindo pequenas jangadas e aproveitando as correntes marítimas, realizaram evasões sensacionais. Entre elas, uma das mais notórias foi a do famoso cangaceiro cearense Cunduru, cuja vida romanceada Rodolfo Teófilo escreveu.

Era tão terrível a fama dos presidiários de Fernando de Noronha em tempos idos que, a propósito, corre em todo o Nordeste a seguinte história: Um pobre trabalhador chegou a uma venda cheia de beberões e valentaços para comprar gêneros alimentícios. Levava uma cédula de 20 mil réis novinha em fôlha, que havia ganho com o suor do seu rosto. Homem fraco e pacífico, entrou naquele meio um tanto intimidado e, logo, dois dos valentões presentes resolveram pregar-lhe um susto e tomar-lhe o dinheiro. O trabalhador, depois de comprar açúcar, café, carne-sêca e feijão, pôs a nota sôbre o balcão da venda e disse ao vendeiro:

— Agora, um tostão de aguardente.

Os dois famanazes ladearam-no e bruscamente disseram, provocando-o:

— Você não bebe sòzinho.

O pobre homem compreendeu o perigo e resolveu astuciosamente livrar-se dêle. Arrancou a faca da bainha, cravou-a no tampo do balcão e gritou, lamentando-se:

— Valha-me Nossa Senhora! Passei quinze anos em *Farnândi* e estou vendo que vou voltar de novo para lá...

A venda esvaziou-se como por encanto, êle bebeu em paz o tostão de cachaça, recebeu o trôco e carregou suas compras. Tal era a fama de quem estivera no degrêdo de Fernando de Noronha, que o povo denominava *Farnândi*...

A ilha continuou como degrêdo ou presídio durante a República. No período do Estado Novo, foi depósito de condenados políticos de vários matizes.

Não se conhece nada de historicamente seguro acêrca da passagem ou da estada do famoso pirata Kidd na Ilha de Fernando de Noronha. Através do tempo, porém, a tradição oral e esta ou aquela referência conservam a lenda da existência do seu tesouro na gruta ao pé do Morro de Nossa Senhora dos Remédios. Essa é a terceira lenda de tesouros ocultos nas terras brasileiras banhadas pelo Oceano Atlântico: o de Cavendish, pirata inglês que assaltou S. Vicente; o dos espanhóis fugidos do Peru, na Ilha da Trindade; e, finalmente, o do Capitão Kidd na de Fernando de Noronha. Infelizmente, nenhum dêles ainda foi encontrado.

A CRIAÇÃO DA AMAZÔNIA

A formidável expedição de Pedro Teixeira. De Belém a Quito e de Quito a Belém. Como nasceu a grandeza territorial do Amazonas.

Olhando-se o mapa da América do Sul, observa-se que o nosso continente, ligado ao setentrional por um istmo, afeta a forma dum presunço, com a parte do osso, a mais fina, voltada para baixo. Mais ou menos a mesma configuração apresenta o nosso Brasil, contido dentro dêle. Desta sorte, parece que, talvez devido somente a essa geometria, deve o território nacional aquela vastidão na região amazônica, em oposição ao estreitamento sulino nas fronteiras do Paraná, Mato Grosso, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Contudo, ao estudarmos os fatos da história do Brasil, verifica-se que isso foi o grandioso resultado da imperecível obra dum grande homem, hoje muito esquecido, infelizmente, por quase todos os brasileiros. Foi êle o grande soldado, o grande desbravador da Amazônia, o grande Bandeirante do Setentrião, Pedro Teixeira.

Nas primeiras décadas do século XVI, os ingleses e os holandeses procuraram se estabelecer na foz do Rio Amazonas ou das Amazonas, como então se dizia, naturalmente com a idéia preconcebida de, estando na posse efetiva da entrada daquela imensa artéria fluvial, mais tarde poderem incorporá-la aos seus domínios coloniais, como o fizeram com a Guiana e Suriname, que até hoje ainda possuem. Os colonizadores lusos, porém, nunca deixaram de estar atentos aos perigos de tais conquistas e, com os poucos recursos de que dispunham na época, mas ajudados de seu destemor, espírito de empreendimento e habilidade,

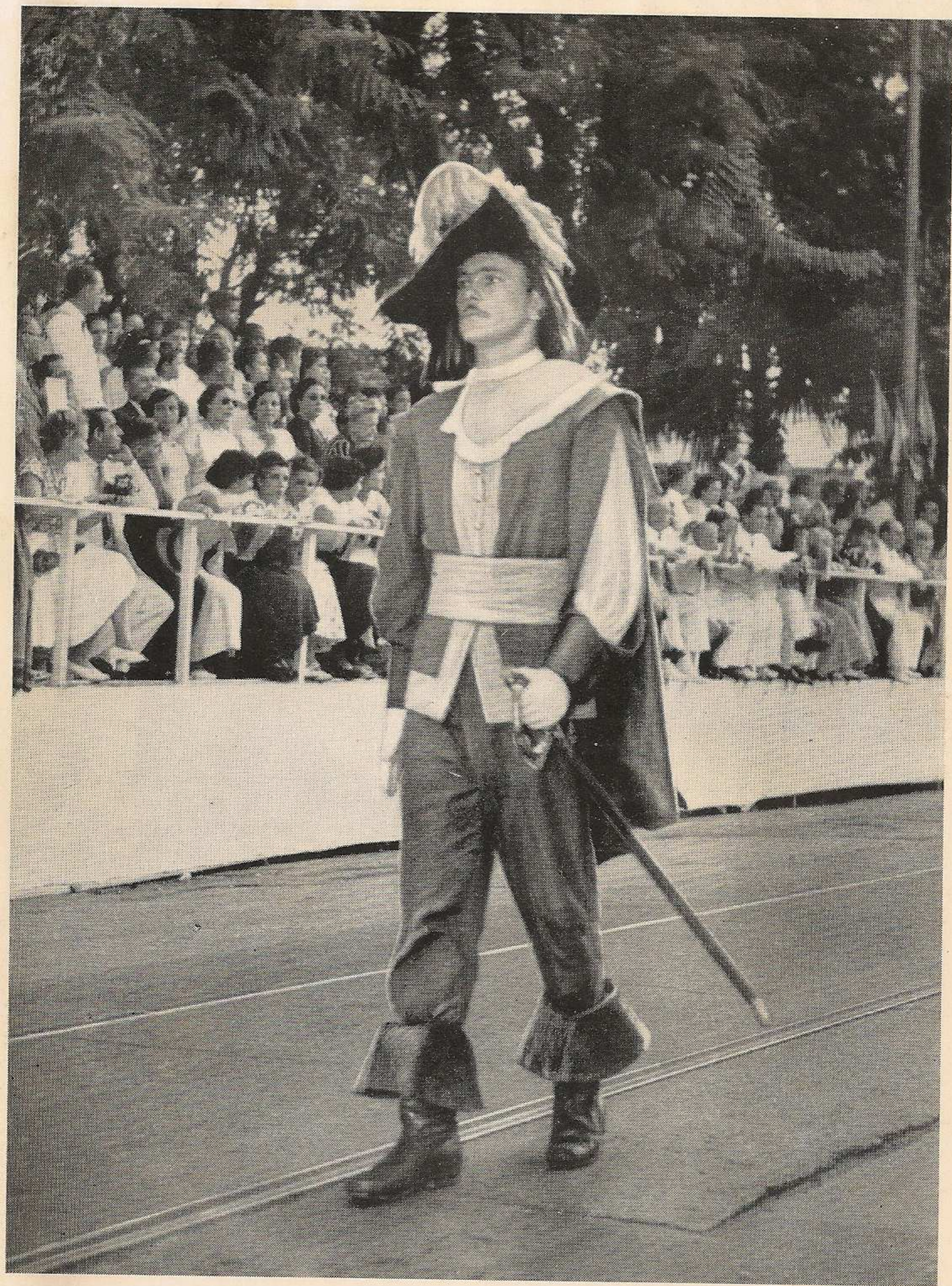
sempre lograram impedir que a pirataria estrangeira abrisse brechas na continuidade territorial do Brasil, que nos legaram íntegro como o haviam conservado. Foi essa a sua obra maravilhosa e imortal.

No ano de 1615, a 3 de dezembro, a fim de contrapor um óbice às ambições estranhas sobre a Amazônia, partiu de S. Luís do Maranhão, com 3 navios e 150 homens, o Capitão Francisco Caldeira Castelo Branco, com a missão de estabelecer uma fortaleza e fundar um povoado naquela região. Levava entre seus oficiais a Pedro Teixeira, que deveria, mais tarde, ali se cobrir de glória. A 25 do mesmo mês, fundava-se na Baía de Guajará, festivamente, a cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará, isto é, do Grande Rio. Naturalmente não lhe foi dado o nome de Natal, por já existir, na foz do Potengi, ao pé da Fortaleza dos Reis Magos, uma vila com êsse apelido, agora capital do Rio Grande do Norte.

Um ano depois, já o Capitão Pedro Teixeira se distinguia na luta contra os intrusos, tomando a 9 de agosto de 1616, apesar de ferido na refrega, um navio holandês, cuja artilharia serviu para guarnecer o forte construído em Belém por Castelo Branco. A base de operações dos flamengos era o grande forte de Manintuba, na foz do Rio Xingu, comandado pelo valente Capitão Oudaen. Pedro Teixeira, levando sob seu comando as companhias dos Capitães Pedro da Costa Favela e Jerônimo de Albuquerque, atacou-o e tomou-o no dia 23 de maio de 1625. Oudaen fugiu para a Ilha dos Tucujus, onde os ingleses haviam construído já três fortins artilhados, que o Capitão Filipe Pursell governava. Antes que esfriasse o ardor da sua gente, vitoriosa naquele primeiro embate, Pedro Teixeira desembarcou na ilha, no dia seguinte, 24 de maio, e dêles se apoderou, tendo morrido na luta os dois chefes estrangeiros: Oudaen e Pursell.

À margem esquerda do Amazonas, existia outro forte inglês, bem apercebido de canhões e mantimentos, chamado Taurege pelos britânicos e Torrego pelos portugueses. Pedro da Costa Favela saiu de Belém a 21 de junho de 1629 para rendê-lo. Pedro Teixeira levou-lhe reforços e apoderou-se da posição, depois de renhido ataque, a 24 de outubro. Durante o assédio da fortificação, os ingleses que se encontravam em outros pontos do território procuraram acudir aos seus defensores, mas foram desbaratados. No Torrego, rendeu-se o Capitão James Pursell, irmão do Capitão Filipe Pursell, morto em combate na Ilha dos Tucujus, à frente de 80 soldados ingleses. Depois dêsse feito, o grande guerreiro luso expulsou os britânicos de Maniocai, de Gurupá e do forte que possuíam, com o nome de Taeré, ainda na margem esquerda do Amazonas. Impedira a 26 de outubro o desembarque das forças inglesas do Capitão Nort, que recuaram e foram se estabelecer num fortim, na Ponta de Macapá.

Em 1631, Pedro Teixeira toma aos britânicos o Forte Filipe, levantado na margem esquerda do Amazonas, em frente da Ilha dos Tucujus, o qual, atacado por terra e pela gente de Jácome Raimundo de Noronha, vinda em canoas de Belém e Cametá, pelo rio, capitulou a 1.º de



Traje de Bandeirante da Casa da Torre. Reconstituição no Cortejo Histórico do 4.º Centenário da fundação da cidade do Salvador.



Traje de Dama da Casa da Torre. Reconstituição no Cortejo Histórico do 4.º Centenário da fundação da cidade do Salvador.

março. Em 1632, de 2 a 9 de julho, ajudado por Pedro Baião de Abreu, Pedro Teixeira atacou e se apoderou da fortaleza que o Capitão Nort levantara na Ponta de Macapá. Apesar dos reforços que trazia o navio do Capitão Roger Frey, o estabelecimento não pôde resistir às armas lusas e, no dia 14, o próprio navio foi abordado e obrigado a render-se.

Estava definitivamente livre o Extremo Norte do Brasil das tentativas conquistadoras de anglos e batavos. Suas bandeiras tinham sido para sempre arriadas dos mastros dos navios e dos fortes. Nunca mais elas tremulariam, como ameaça de posse, sobre as águas amazônicas. E o herói dessa epopéia até hoje não proclamada, antes até como que esquecida, entre os brasileiros, podia preparar e executar a segunda parte de sua obra colossal, que seria a fixação de nossas fronteiras rumo do oeste naquela ignota e vastíssima região, que ele iria devassar para glória do nome português e do Brasil nas Américas.

Desde o fim do século anterior, achava-se Portugal e, conseqüentemente, o Brasil sob o domínio filipino da Espanha imperial. Se ele foi funesto ao velho Reino da Península Ibérica, em compensação permitiu, sob o pretexto de *ser a terra do mesmo Rei*, que os portugueses, nesta parte do continente, exercendo os postos de comando, alargassem o nosso território, recuando duma vez por tôdas os limites traçados pela linha meridiana do famoso Tratado de Tordesilhas, que demarcava a fronteira das expansões espanholas e lusitanas.

Provido pelo Rei de Espanha da patente de *Capitão-Mor das entradas e descobrimentos de Quito e do Rio das Amazonas* e do Regimento real que lhe preceituava procurar a melhor comunicação fluvial com aquêlê Reino dos Andes, traçar o limite mais conveniente entre as possessões das coroas de Castela e de Portugal, e fundar uma povoação na linha divisória entre as mesmas, Pedro Teixeira preparou-se para levar por diante sua odisséia triunfal. Organizou em Cametá a sua expedição e dali partiu, à frente dela, no dia 28 de outubro de 1637. Abria-lhe caminho, como vanguardeiro, o bravo Coronel Bento Rodrigues de Oliveira.

É de imaginar-se o que foi o esforço despendido por essa expedição para remontar a caudal amazônica, vencer perigos e dificuldades, dominar o desconhecido e devassar o mistério das águas e das selvas. Só a 24 de junho de 1638, o vanguardeiro Bento Rodrigues atingiu o lugar denominado Paiamino, pertencente aos espanhóis, na margem direita do Rio Napo. Pedro Teixeira, que navegava logo após ele, reconhecendo cuidadosamente o caminho fluvial, chegou à embocadura do Aguarico, na margem oriental do Napo, onde deixou Pedro da Costa Favela, guarnecendo-a com alguma gente, a 3 de julho, e só se reuniu ao Coronel Bento Rodrigues no dia 15 de agosto. Havia quase 10 meses que deixara Cametá! Da gloriosa expedição faziam parte vários religiosos, entre os quais o Padre Cristobal de Acuña, espanhol, que a respeito escreveu um livro "*Nuevo Descubrimiento del gran rio de las Amazonas*".

Em janeiro de 1639, Pedro Teixeira chegou a Quito e ali foi solene-

mente recebido pelas autoridades espanholas, sendo conduzido debaixo do pátio até a igreja, onde se cantou um ofício de ação de graças, e tratado com tóda a consideração e deferência. Depois de dar o necessário descanso à sua gente, partiu de Quito para Belém do Pará a 16 de fevereiro do citado ano, concorrendo ao seu embarque tóda a população da atual capital da República do Equador.

Novamente o Coronel Bento Rodrigues rompeu a vanguarda da expedição, chegando a Paiamino a 24 de junho de 1639, onde se lhe reuniu Pedro Teixeira cêrca de 20 dias mais tarde. O Capitão-Mor tomou posse em nome de Filipe IV da margem esquerda do Rio Aguarico, para servir de divisa entre os domínios de Castela e Portugal, fundando ali pequeno povoado, que, no futuro, mantivesse a posse da região.

Após tão grandes e notáveis trabalhos no interior da Amazônia, que ousadamente percorreu de leste a oeste naquele tempo, Pedro Teixeira chegou a Belém, de volta de Quito, no dia 12 de dezembro de 1639. Durara pouco mais de dois anos a sua odisséia.

Em 4 de junho de 1641, o Grande Capitão, envelhecido e exausto, faleceu na então capital do Grão-Pará. De 1615 até essa data, portanto, em 26 anos de lutas heróicas, êle criara a Amazônia!

Foi êsse homem, hoje quase esquecido, que deu ao Brasil no extremo-norte sua vasta extensão territorial. Nas nossas atuais cédulas de cinco cruzeiros, vê-se no reverso, uma cena do século XVII: na barranca dum rio, velas de embarcações, bandeirantes e religiosos; no grupo central, um cavalleiro estende o braço como a indicar aos que o cercam a direção de onde viera. Em baixo, esta simples legenda: *Amazônia*. Andam essas notas de cinco cruzeiros de mão em mão, nas dos pobres e nas dos ricos, nas dos militares e nas dos civis, nas de todos os brasileiros, enfim; mas quantos dêles sabem que a pequena gravura nelas contida reproduz uma belíssima tela de Antônio Parreiras sôbre a expedição de Pedro Teixeira, que deu a Amazônia ao Brasil?

AS PRIMEIRAS F. E. B. DO BRASIL

Antes de irem à Itália, as tropas brasileiras combateram na África, no século XVII. As duas expedições brasileiras que reconquistaram Angola aos holandeses. A memória popular e o folclore.

A maioria dos brasileiros pensa que foi a F. E. B. a primeira expedição militar que do nosso país passou a outro continente, a fim de fazer guerra aos inimigos da Pátria. Todavia, há séculos, segundo nos ensina a nossa tão desprezada história, por duas vêzes as armas brasileiras foram além do oceano colhêr os louros da vitória.

Quando os holandeses se apoderaram no século XVII das regiões brasileiras compreendidas entre o Maranhão e o Rio S. Francisco, estabelecendo no Recife a sede de sua conquista, também se apoderaram da costa fronteira da África, pertencente aos portugueses, e de onde se tirava a escravaria para os duros trabalhos da produção do açúcar. Para expulsar os holandeses definitivamente do Brasil, era necessário pô-los para fora da Mina, de Luanda e de Benguela, posições africanas que ocupavam com vantagem. Como a Metrópole, em luta com a Espanha pela sua independência, não pudesse acudir a essa árdua tarefa, coube ao Brasil realizá-la, restaurando Angola no domínio luso, como restauraria Pernambuco, gloriosamente.

Assim, por duas vezes, no século XVII, tropas brasileiras tiveram de combater fora do Brasil em terras da África, deixando a memória de rasgos de valor infelizmente pouco conhecidos. Durante o período em que os holandeses dominaram em Angola, os defensores dessa colônia que se lhes não puderam opor por falta de poder marítimo, retiraram-se para o sertão e se mantiveram em guerra de recursos, aliados, às vezes, a elementos negros e, de outras, sendo obrigados a combatê-los. Como não pudessem ter um local certo para sede de seu governo e vivessem em constante movimento na região de Massangano, seu núcleo de resistência, espécie de *maquis*, tomou o nome curioso de República Volante de Massangano.

Para romper a cortina de ferro posta pelos flamengos, no litoral angolano e estabelecer contato com o *maquis* interno, expulsando o invasor da colônia, organizaram-se no Brasil duas forças expedicionárias.

A primeira, comandada pelo Governador do Rio de Janeiro, onde foi preparada, Francisco de Souto Maior, partiu da Guanabara e chegou ao pôrto angolano de Quincombo no dia 25 de julho de 1645. Desembarcou e se entrincheirou em dois pequenos redutos. Estabeleceu em breve ligação com um dos heróis de Massangano, o Capitão de Cavalos, como então se dizia, Gaspar Borges de Madureira, que, reforçado pelos seus elementos, marchou para o sertão e derrotou os pretos da famosa Rainha Ginga, então a grande aliada dos holandeses. Todavia, as doenças causaram grandes perdas entre os soldados fluminenses. O próprio Souto Maior caiu gravemente enfermo e veio a falecer em maio do ano seguinte, 1646, sem ter tido outro resultado senão dar alento, esperança, mais alguns homens e algumas armas àqueles que havia vinte anos vinham se batendo sem cessar em Angola contra o domínio da Holanda.

A segunda expedição partiu também do Rio de Janeiro a 12 de maio de 1648, em 15 navios de vários tipos, 6 fretados no pôrto, 4 adquiridos pessoalmente pelo chefe da mesma expedição, o grande Salvador Correia de Sá e Benevides, Governador do Rio de Janeiro, e 5 mandados da Bahia pelo Conde de Vila Pouca de Aguiar. As tropas embarcadas nesses navios numeravam 900 homens, na sua grande maioria voluntários brasileiros. Chegou a Quincombo a 12 de julho e desembarcou em Luanda a 15. A 17 de agosto, Salvador Correia tomou

de assalto, perto de S. Paulo de Luanda, o Forte de Santo Antônio, que os holandeses evacuaram em desordem. Com a artilharia de que se apoderou nessa fortificação inimiga e mais a trazida do Rio de Janeiro, bateu os entrincheiramentos e muros do poderoso forte flamengo de S. Miguel, mais adiante, assaltando-o audaciosamente, em seguida. Foi repellido com graves perdas para o seu efetivo de 900 homens: 163 mortos e 160 feridos! Não desanimou por isso e preparou-se para segundo ataque no dia seguinte.

A guarnição inimiga, que sentira a fúria dos assaltantes, não ousou esperar a nova investida e hasteou bandeira branca, capitulando com as honras da guerra. Quando 1.100 mercenários flamengos, franceses, alemães e negros, bem comidos e fortes, depuseram as armas na presença de 500 brasileiros esquálidos e enfraquecidos pela travessia marítima, as febres e a luta, o comandante holandês não ocultou sua surpresa e declarou que, se soubesse qual o estado em que se achavam os atacantes, não se teria rendido.

Depois de tão notável feito de armas, bastou a presença de dois dos navios de Salvador Correia para a rendição de Benguela. Fêz-se logo a necessária ligação com os guerrilheiros do sertão angolano e, a 21 de agosto de 1648, assinada pelo inimigo a entrega de tôdas as praças que ocupava, o Comandante da Segunda Fôrça Expedicionária Brasileira restaurava Angola na plena possessão e domínio da Coroa de Portugal. A ocupação pelos brasileiros da margem fronteira do Atlântico tirou aos invasores do Nordeste, ainda em luta com os libertadores de Pernambuco, as escalas de sua navegação, uma bela posição estratégica e uma grande fonte de recursos. Desta sorte, auxiliou extraordinariamente o feliz desfecho da campanha da restauração pernambucana.

A recordação dêsses fatos gloriosos apagou-se ou nunca existiu na tradição popular portuguesa, o que é a prova folclórica de que sòmente brasileiros tomaram parte nas duas expedições enviadas a Angola de 1645 a 1648, pois que ela vive até hoje no seio do nosso povo. As histórias certamente contadas pelos nossos expedicionários, de torna-viagem, pelos nossos pracinhas daquele tempo, conservou-se na memória da nossa gente, sobretudo no Nordeste e no Norte do país, no primitivo e bárbaro auto popular dos Congos ou do Rei dos Congos, cantado e representado na época das festas de Natal. Em 1921, no meu livro "Ao Som da Viola", reproduzi a versão mais popular e mais fidedigna dessa interessantíssima peça folclórica. O enredo é o seguinte: um Embaixador da Rainha Ginga, cujo nome é muitas vêzes estropiado, sobretudo em obediência às rimas, apresenta-se à côrte do Rei do Congo, aliado dos portugueses, pedindo-lhe passagem por suas terras para as tropas daquela soberana. Repellido, declara guerra, derrota de surpresa a gente do Congo, mata o Príncipe Herdeiro e leva prêso para Luanda o monarca vencido.

A Rainha Ginga ou Ginga-Bandi foi uma espécie de Catarina II da África Equatorial. Assistia na *Côrte dos Reis Antigos de Angola*, em Cabaça "por diante das pedras de Mapungo, a 300 léguas da fortaleza

de Ambaca”, dominando mesmo em Luanda, da barra do Rio Quanza até Massangano. Consideravam-na os povos negros um *valeroso rei*. Seus súditos respeitavam-na *como um deus*. Tinha fortificações em várias ilhas do Quanza, como as de Quinalongo e Maesse Lumbubo, e aliança com os *jagas* ou potentados locais, especialmente o poderoso soba Mubango. Para governar sòzinha e com mão de ferro, recorrera ao crime no seio da própria família, degolando um tio e assassinando o sobrinho, o legítimo Rei Angola-Ambandi.

Antes do aparecimento dos holandeses na África, aliára-se ao Maniputo, isto é, ao Rei de Portugal, fazendo-se batizar com duas irmãs e recebendo na pia o nome de D. Ana de Sousa, enquanto as *infantas* se chamavam D. Grácia e D. Bárbara. Estando seu sobrinho e soberano legítimo ainda menor sob a guarda e tutoria do *jaga* Casa, amasiou-se com êste e, desta sorte, dispôs da sorte de ambos, liquidando-os e usurpando o poder. Mal os flamengos se apoderaram de Angola, com êles se aliou, abandonando os portugueses, tornando-se sua inimiga, apostasiando o catolicismo, perseguindo os missionários e entregando-se a saturnais feiticistas.

Os portugueses contrapuseram-lhe um soberano negro, escolhido e entronizado pelo Capitão-Mor Antônio Álvares de Miranda e pelo Capitão Joseph Carrasco, ajudados pelo famoso *capitão da guerra preta*, o valoroso soldado africano Paulo Dias Musungu-Aanga, o Henrique Dias de Angola. Tal soberano tomou o nome D. Filipe I em homenagem à Casa então reinante em Espanha e Portugal e foi Senhor das Pedras de Mapungo e Maozendo, Dambi-Airi, Rei do Congo. A Rainha Ginga fêz-lhe guerra de morte, mas os lusos o auxiliaram, forçando-a a fugir de Quinalonga e Quinagrande, deixando-lhes nas mãos as irmãs prisioneiras.

Ginga homiziou-se no Reino de Matamba, escravizando à sua energia a soberana local e continuou a guerra contra os portugueses, mesmo depois que a Segunda Fôrça Expedicionária Brasileira expulsou de Angola seus aliados, os holandeses. Mandou certo dia ao Governador Pedro César de Meneses uma faustosa embaixada e, depois disso, desapareceu do cenário da história angolana.

O resultado mais notável dêsses episódios históricos é terem êles continuado a viver, embora sob naturais deturpações, na literatura oral do nosso povo. O Rei dos Congos, do auto brasileiro pela primeira vez publicado no “Ao Som da Viola”, em 1921, é, sem dúvida, o soberano do Congo ou do Cacongo, como se dizia, elevado ao trono pelos lusos para contrariar a influência da Rainha Ginga. Nos estribilhos e cantorias do referido auto, a cada passo palpitam as línguas africanas:

*Ó gingana, ó gingana, ó ginganoé!
Ginganoé, gilaguelo, ó gibagaloé!*

*Maracondê, maracondê!
É de bombaiê! É de bombaiê!*

Eh! mungá!
Eh! mungué!
Ai! lerê, lerô!
Ai! lerê, lerê!

Ó quixambê!
Ó lelê, ó lelê!
Ó quixambê!

O Embaixador que se apresenta à Côrte do *Rei Cariongo*, filho de *gentis guinês*, procura assassiná-lo. É prêso e rodeado pelos guerreiros congolezes, que cantam:

Prêso e morto, Embaixador,
Êste cruel assassino!
Veio matar Rei meu senhor,
Que mandou Rainha Gino!

No decurso da representação, a grande soberana de Angola é chamada de várias maneiras: Gino, Gina, Ginia, Ginga. O seu Embaixador declara-se *Almirante da Luanda* e filho do *Rei Catroquês*, isto é, dos *quatro quês*: Quanza, Quiçama, Quindonga e Quipupa, domínios de Ginga-Bandi. Todos os outros elementos dos Congos, que seria enfadonho estar a enumerar e comentar, se referem a pontos da história angolana ou a personagens dela durante o período em que reinou Ginga, de 1620 a 1660, incluindo-se nêle a época em que combateram nas terras da África gloriosamente os expedicionários brasileiros.

A memória do povo é tenaz. Ela não esquece nem aquelas páginas que, por êste ou aquêle motivo, até a própria história como que parece ter esquecido.

A CASA DA TÔRRE DE GARCIA D'ÁVILA

Ruínas que evocam uma grande história. A Dinastia dos Ávilas. De Tomé de Sousa à Independência.

Quando veio fundar a cidade do Salvador e iniciar o Governo-Geral do Brasil, Tomé de Sousa trouxe na qualidade de almoxarife dos armazéns reais seu criado Garcia d'Ávila. Nesse tempo, meados do século XVI, não tinha a palavra criado o sentido vulgar de hoje. Os criados d'El-Rei eram aquêles moços fidalgos que se educavam na côrte e rodeavam o soberano. Também os grandes fidalgos costumavam ter à sua volta outros fidalgos jovens de menor hierarquia, que denomina-

vam seus criados, sem que isso quisesse dizer que fôsem seus fâmulos ou lacaios. Eram simplesmente, os criados, crias da casa real ou das casas nobres.

Tendo chegado, pois, à Bahia em 1549, o moço Garcia d'Ávila se estabeleceu de início com um curral de vacas, na Ponta de Itapagipe, que estêve na sua posse até 1587, curral êsse que legou ao Mosteiro de S. Bento, posteriormente, quando já possuidor de certa fortuna. Para movimentar êsse primeiro estabelecimento de colonização, que podemos considerar como o início do nosso Ciclo do Gado, agregou índios mansos e comprou escravos da Guiné. Assim, começou a se enfronhar no trato das coisas da terra e principiou sua extraordinária carreira de criador de gado, desbravador e povoador dos sertões nordestinos.

Em 1552, fundou a chamada Quinta da Tôrre de S. Pedro de Rates, grande estabelecimento pastoril, possivelmente nas cercanias do atual Forte de S. Pedro. Obedecia desta sorte àquela sábia disposição do notável Regimento que o Conde da Castanheira redigira e o Rei dera ao Governador-Geral Tomé de Sousa, a qual obrigava aos que recebiam datas de terras a nelas construírem *tôrre* ou *casa forte*, a fim de estarem a coberto das surpresas de corsários e índios.

É na segunda metade do século XVI que Garcia d'Ávila consegue uma sesmaria de duas léguas de extensão na costa, abrangendo os campos de Itapuã e, com êles, a colina de Tatuapara, ao pé da qual, de 1553 a 1554 os jesuítas tinham localizado uma aldeia indígena. A elevação de terreno dominava o pequeno pôrto também denominado Tatuapara, de grande conveniência para a navegação de cabotagem daquelas priscas eras. Nela ergueu uma cêrca de pau-a-pique para defesa do incipiente estabelecimento rural. O domínio da região que dali por diante se estendia fôra dado ao Conde da Castanheira. Garcia d'Ávila lhe aforou 6 léguas de terra que levaram os limites da propriedade quase até o Rio Real e lhe foram definitivamente transferidas em 1560.

No ano de 1555, a indiada em revolta atacou a paliçada de Garcia d'Ávila. Marchou contra o gentio guerreiro uma expedição comandada por D. Álvaro da Costa, filho de D. Duarte da Costa, 2.^o Governador-Geral do Brasil. Nela, Garcia d'Ávila serviu como Alferes. A artilharia da nau "Esperança", surta no pôrto de Tatuapara, varreu à metralha os insurretos e auxiliou grandemente a consecução da vitória, que custou muito sangue. Depois da derrota dos silvícolas, os domínios de Garcia d'Ávila I se alargaram até os campos do Jacuípe e de Pojuca.

Foram êstes os pródromos do poderio e grandeza da Casa da Tôrre de Garcia d'Ávila, famosíssima nos anais de nossa história colonial. Seu primeiro senhor casara com uma índia batizada com o nome de Francisca Rodrigues, seguindo o exemplo de Caramuru e outros colonizadores lusos. Dela teve, em 1553, uma única filha, Isabel d'Ávila, que casou, em 1573, com Gil Vicente de Vasconcelos. Desta sorte se iam entrelaçando, na aurora do Brasil colonial, os filhos de Portugal e as filhas dos habitantes de suas novas possessões ultramarinas. Cruzava-se com o sangue índio o dos velhos troncos lusitanos.

Em 1559, Garcia d'Ávila I já era um dos mais ricos potentados da Bahia; mas a visão das imensas larguras do sertão brasileiro povoadas de selvagens e de lendas, o atraía como tentadora miragem e êle se tornou insaciável de bens territoriais, de aventuras, de poderio e de prestígio. Viúvo da índia Francisca Rodrigues, casou em segundas núpcias, já no Governo de Mem de Sá, com Mécia Rodrigues, cristã nova, filha da judia Branca Lopes, denunciada, certa vez, ao Santo Ofício por se manter fiel à religião mosaica. Não era fácil aos colonizadores naquele tempo a escolha de espôsa. Tinham de se contentar com as poucas mulheres que havia no país: índias ou cristãs novas, se não raparigas alegres, pois que outras de mais alta categoria não vinham da metrópole.

Garcia d'Ávila I viveu até o ano de 1609. Foi, portanto, entre 1553, quando levantou a primeira cêrca fortificada de Tatuapara e a data de sua morte que construiu de pedra e cal a célebre Casa da Tôrre, cujas ruínas ainda hoje nos impressionam. Dali partiu em 1575 na expedição contra os Caetés de Sergipe. Quase dez anos depois, em 1548, Gabriel Soares assim descreve aquela propriedade, que foi a base de operações do desbravamento do interior do Nordeste Brasileiro: "Tatuapara é uma enseada onde se mete um riacho dêste nome, em a qual entram caravelões da costa com preamar; nesta enseada têm os navios muito boa abrigada e surgidouro, de que se aproveitam os que andam pela costa. Aqui tem Garcia d'Ávila, que é um dos principais e mais ricos moradores da cidade do Salvador, uma povoação com grandes edifícios de casas de sua vivenda e uma Igreja de Nossa Senhora mui ornada, tôda de abóbada, em a qual tem um capelão que lhe ministra os sacramentos".

Por essa descrição de Gabriel Soares se vê que, em 1584, já estava edificada a Casa da Tôrre, se não tôda e tão grande como hoje denunciam suas ruínas, pelo menos em sua maior parte. A capela de abóbada é positivamente dessa época primitiva. Falando de Garcia d'Ávila, o Padre Fernão Cardim acha que êle possuía no seu tempo tanto gado que não sabia o número de cabeças. Acrescenta que só o âmbar colhido nos litorais de suas terras lhe dava uma renda de 8 mil cruzados anuais. Recebia generosamente os hóspedes e até os servia em pessoa. O mesmo padre se refere à capela, dizendo-a sextavada e de abóbada, tal qual como ainda se conserva.

Na parte central do prédio se elevava um torreão, onde se acendiam almenaras ou sinais de fogo, os quais avistados de Itapuã e repetidos, transmitidos dali ao Rio Vermelho e dêste a Salvador, davam aviso de inimigos que viessem por terra de Sergipe ou de esquadras que se dirigissem à barra. O ponto, para êsse efeito, era estratégico e prestou mais tarde relevantes serviços. A Casa da Tôrre, construída de face para o mar, era tôda de pedra de Boipeba e canjicado grosso, argamassado com cal e cola de peixe. As partes mais antigas, de abóbada. Quando os franceses andaram no século XVIII ameaçando as costas do Brasil, fêz-se um revelim artilhado no pôrto, com um torreão, que é o a que

se refere D. Rodrigo da Costa em 1702. O "Livro que dá rezam do Estado do Brasil" assinala a Torre. Tal nome veio à casa de Garcia d'Ávila ou duma torre que tenha existido, ou dêsse assinalamento, ou daquela prescrição do Regimento de Tomé de Sousa que mandava os sesmeiros levantarem tôrres e casas fortes, ou ainda do próprio torreão central do edifício até hoje de pé, o que é mais plausível. O certo é que o nome permaneceu na tradição nacional.

Da cristã nova Mécia Rodrigues não teve Garcia d'Ávila I descendência; mas procriou nas suas escravas muitos filhos, entre os quais foi o preferido um chamado Homem, nascido de Catarina Rodrigues, bandeirante na conquista de Sergipe com Cristóvão de Barros e um dos capitães da expedição sertanista de Gabriel Soares, em 1591. A filha primogênita de Garcia d'Ávila I, a mameluca Isabel, casada com Gil Vicente de Vasconcelos, depois da morte dêste pelos Tupinambás, contraiu segundo casamento com Diogo Dias, neto de Caramuru, grande sertanista que ajudou a aumentar a fortuna em terras e gados da família. Homem d'Ávila faleceu antes de completar 30 anos e o velho Garcia d'Ávila I morreu nonagenário, em 1609, no Hospital da Misericórdia, onde humildemente se recolhera, legando os bens ao seu neto, filho de Isabel e bisneto de Caramuru, em cujas veias fervia o sangue português misturado ao indígena. Vestido com hábito de S. Francisco, foi sepultado ao pé do altar da Sé da Bahia.

Francisco Dias d'Ávila I, neto do fundador da Casa da Torre, casou com a filha dum dos maiores rendeiros do avô, o experimentado criador e sertanista Manuel Pereira Gago, que lhe aumentou os domínios com novas sesmarias no Vale de Subaúma. Fêz capelão da Torre ao seu cunhado, o Padre Antônio Pereira Gago, que se tornou seu mentor espiritual, o gizador dos planos de penetração do território, a inteligência viva que presidiu ao engrandecimento sem limites da Casa da Torre. Francisco Dias d'Ávila era a energia que executava. O padre, a cabeça pensante que a dirigia. Já em 1621, o primeiro expulsava os índios Tapanhunas do litoral e estendia o domínio territorial da família até a margem do S. Francisco. A Casa da Torre, dona dum reino, dentro em pouco, pela associação dêstes dois homens, seria dona dum império.

A propósito escreve Pedro Calmon: "Tratou de desvendar o segredo das minas de prata de Belchior Dias Moréia, promoveu o povoamento dos altiplanos de Jacobina, tangeu as pontas de gado do Itapiru para o médio S. Francisco. Fêz do boi o seu soldado. Os outros sertanistas se apossavam do país com tropas de guerrilheiros; êle o empalmou com as suas boiadas. O rebanho arrastava o homem; atrás dêste, a civilização. A terra ficava à mercê da colonização: êle a inundou de gados, em marcha incessante para o interior. Aquêles animais levavam nas aspas os limites da capitania. Dilatavam-na".

Razão nos sobra, portanto, para considerar, como antes o fizemos, Garcia d'Ávila I o iniciador e, como fazemos agora, Francisco Dias d'Ávila I o herói epônimo do nosso Ciclo do Gado, da nossa Civilização do Couro, ainda tão pouco e tão mal estudada.

A invasão holandesa viria deter algum tempo a expansão dos Ávilas para os sertões. Em 1624, no mês de maio, a gente da Casa da Torre avista no azul do mar as velas pandas dos barcos flamengos, que demandavam a barra da Baía de Todos os Santos. Deu sinal a Itapuã que se correspondeu com o Rio Vermelho e este avisou a cidade do Salvador. Os batavos dela se apoderaram e a população se acolheu, sob o mando do heróico Bispo D. Marcos Teixeira, à aldeia do Espírito Santo, aonde logo correu com seus acostados armados e seus frecheiros índios Francisco Dias d'Ávila I.

Expulsos os flamengos da Bahia, depois de acérrima luta de guerrilhas, que tornou insustentável a conquista, continuou o engrandecimento da Casa da Torre. Ela administrava e defendia as sesmarias de Robério Dias, filho de Belchior Dias Moréia, primo de Francisco Dias d'Ávila I. Em 1627, Belchior morrera no Jebiberibe, indo à caça da prata, e seu filho menor carecia de proteção adequada. Além disso, prosseguia o seu destino de devassar os sertões. Com seu protegido João Caelha, o holandês Glimmer e Domingos Fernandes Calabar, prático nas andanças sertanistas, futuro guia dos holandeses, então com 18 anos de idade, as bandeiras da Casa da Torre penetraram as regiões do S. Francisco, povoaram-nas de fazendas de criação de gado e as vincularam ao seu imenso patrimônio territorial.

Em 1630, os holandeses se apoderaram de Pernambuco e, dentro em pouco, começaram a estender o âmbito de suas conquistas. Francisco Dias d'Ávila I recolheu-se à Casa da Torre e passou ao serviço pacífico de vigiar o perigo de outra invasão, combinando seus sinais de fogo com Itapuã e o Rio Vermelho. Retirando de Pernambuco e de Alagoas, através de Sergipe, àquela posição estratégica se acolheu o Príncipe de Bagnuolo antes de recolher-se à Bahia. Em abril de 1638, o Príncipe de Nassau atacou a cidade do Salvador, desembarcando em Itapagipe. Essa tentativa de conquista frustrou-se diante da resistência encontrada e os flamengos se viram obrigados a voltar ao Recife no fim de maio. Mas um destacamento batavo firmara-se na ponta das Baleias, na Ilha de Itaparica, de onde incomodava a navegação portuguesa. Isso durou cerca de sete meses e, então, as almenaras e outros sinais da Casa da Torre avisavam os barcos amigos se havia ou não corsários à vista.

Sucedeu a Francisco Dias d'Ávila I seu filho Garcia d'Ávila II. O tio Padre continuava como mentor dos destinos da casa e fê-lo casar, para não sair o patrimônio da família, com sua tia D. Leonor Pereira. Em 1641, após a restauração do Reino Português com D. João IV, ele recebeu a honrosa patente de Capitão de Ordenanças. As núpcias realizaram-se em 1642 e mantiveram a unidade do vasto latifúndio ancestral.

Em 1651, as bandeiras de penetração de Garcia d'Ávila II chegavam às primeiras quedas de água do S. Francisco. Um ano após, ultrapassavam as rechãs de Jacobina. Em 1659, o chefe da casa obtinha a concessão de novas sesmarias e recalcava as tribos Cariris no sertão de Rodelas. Ao mesmo tempo que varava o interior ignoto, policiava o mar

contra os flamengos sediados no Recife, com uma flotilha de jangadas veleiras, tripuladas por bravos pescadores. Foi a primeira vez na nossa história que a jangada tradicional prestou serviços de guerra.

Garcia d'Ávila II teve dois filhos: Francisco Dias d'Ávila II e Bernardo Pereira Gago. Era costume nessa época dar, às vezes, o nome do avô materno ao filho segundo duma família nobre. Teve mais uma filha, que se chamou Catarina Fogaça. O primogênito aprendeu a ser sertanista desde tenra idade na companhia do pai. Êste o levou numa de suas bandeiras audazes à outra margem do S. Francisco, entrando ousadamente pelo Piagoí, o atual Piauí, até os confins do Maranhão. Outros sertanistas também vararam os sertões. Entre êles, o mais famoso era o Sargento-Mor Guedes de Brito, que buscava os segredos a Oeste e abriu luta contra a Casa da Tôrre em marcha pelo mesmo rumo. Acabaram dividindo por acôrdo as suas zonas de penetração. Para os Ávilas, ficou o Noroeste; para os Guedes de Brito, o Sul. Já nessa direção subiam também os paulistas.

Quando Francisco Dias d'Ávila II ultimou a conquista do Piauí, em 1675, faleceu seu pai, Garcia d'Ávila II. Aquêlê fôra nomeado Capitão-Mor dos Índios Mansos em 1660 e, associado a Agostinho Pereira, grande sertanista, irmão de Gaspar Rodrigues Adorno, atingiu o Rio Salitre. Então, explodiu uma revolta geral da indiada pelos altos sertões afora. Pimenteiras, Gurguéias, Amoipiras, Acroás, Galaches, Guaisquis, tôda a tapuiada se achava em ebulição. As fazendas de gado perdidas nas amplidões sertanejas corriam perigo. Organizou-se uma grande expedição em que tomaram parte os mais famosos caudilhos sertanejos da época: Bernardo Pereira Gago, Afonso Serra, Domingos Rodrigues de Carvalho, o irmão dêste Francisco e o famigerado Domingos Afonso Sertão ou Domingos Afonso do Sobrado, assim conhecido por ser o administrador das *sobras* ou *sobrado* das sesmarias da Casa da Tôrre além do S. Francisco, no interior de Pernambuco. A expedição bateu os índios, escorraçou-os, chacinou-os e atravessou o Rio Verde que até 1672 fôra o limite das entradas, chegando até os Rios Parnaíba e Mearim. Em 1680, os bandeirantes da Casa da Tôrre começaram a se encontrar com os paulistas que subiam do Sul.

Êsse Francisco Dias d'Ávila II, Conquistador do Piauí, casou com uma sobrinha. Sempre o mesmo cuidado de não deixar fugir ao sangue o patrimônio feudal. Dêsse consórcio nasceu Garcia d'Ávila III. O pai, em 1688, fêz guerra aos índios Janduí e, ao mesmo tempo, frente a nova sublevação da indiada, sobretudo no Ceará: Icós, Paiaçus, Caratius e Suanus. Em 1691, batia os índios do Itapicuru e do Mearim. Em 1692, obtinha do govêrno a sesmaria do Parnaíba. Essa jornada do Maranhão lhe apressou a morte, em consequência das enfermidades e canseiras de 30 anos de guerra no sertão. Finou-se o grande sertanista no ano da Graça de 1695.

Garcia d'Ávila Pereira, o 3.º Garcia d'Ávila daquela famosa progênie de bandeirantes, sucedeu-lhe na gestão dos imensos bens patrimoniais da Casa da Tôrre. Seu rendimento anual era calculado em 50 mil libras,

equivalentes então a 200 contos de réis, soma formidável para a época. Fiel à manutenção do morgadio no seio da família, casou com uma prima, moça de apenas 14 anos, Inácia de Araujo, de quem teve um filho, Francisco Dias d'Ávila III. Não foi, porém, um desbravador dos sertões como os antepassados. Coronel de Ordenanças, limitou-se ao papel de Senhor de Engenho. Faleceu em 1734. Os tempos eram outros. Os índios, batidos e dizimados pelas guerras de corso e de morte, recalçados pelos Paulistas que subiam do Sul, desapareciam nas profundezas do planalto central. Data da inação de Garcia d'Ávila III o declínio da Casa da Torre.

Dois anos antes de sua morte, em 1732, Francisco Dias d'Ávila III casava com D. Catarina Francisca Correia de Aragão Vasqueanes. Como seu pai, que se ornara com o título de Coronel de Ordenanças, limitou suas aspirações às magistraturas citadinas. O filho, Francisco Dias d'Ávila IV, falecido prematuramente em 1750, manteve, como o pai, o vasto morgadio latifundiário e obteve as patentes e honras de Mestre-de-Campo do Têrço de Auxiliares da Torre e de Coronel de Ordenanças, sendo também Familiar do Santo Ofício. Casara com Leonor Pereira Marinho e morrera, segundo se dizia, envenenado pela espôsa, que contraiu novas núpcias com Pedro de Albuquerque Brito da Câmara. As vozes sobre êsse envenenamento foram tantas que sobre êle houve devassa, prontamente abafada, perdurando o mistério daquela morte até hoje.

Do seu consórcio com Leonor Pereira Marinho deixou dois filhos: Garcia d'Ávila IV e uma moça, que recebeu na pia batismal o mesmo nome de sua mãe. Êsse Garcia d'Ávila IV, o último varão da Casa da Torre, fez dois casamentos sem deixar linhagem. A irmã, Leonor Pereira Marinho desposou o Mestre-de-Campo José Pires de Carvalho e Albuquerque. Assim, a velha e opulenta Casa da Torre passou para êsse novo nome. A geração dos Pires de Carvalho e Albuquerque produziu notáveis varões no início da vida do Brasil Independente, os chamados Três Irmãos da Torre. Então, escreve Pedro Calmon: "A Casa da Torre teve a sua hora: quando aquela nobreza territorial, amolentada nos domínios velhos, se desentorpeceu de súbito, o clarim soou pelos montes, à volta da cidade, e a juventude se lembrou que guardava nas arcas, herdada dos avós, a espada que defendera o país em 1625, em 1638, em 1645..." Era a Guerra da Independência contra as hostes portuguesas do General Madeira, cujo triunfo se realizaria no dia 2 de julho de 1823, a data que definitivamente imortalizou a Bahia nos fastos da nossa história.

Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, cognominado o Santinho, dedicou-se à carreira das armas. Francisco Elesbão, mais tarde Visconde de Jaguaripe, foi Secretário de Estado. Antônio Joaquim, o Morgado, seria o Visconde da Torre de Garcia d'Ávila com grandeza, em 1841 tendo sido Barão em 1822 e Visconde somente em 1826.

A Casa da Torre, berço de toda essa formidável história, no entanto, foi abandonada. Do mesmo modo que a fidalguia européia desde o

século XVI deixara os castelos feudais pelas delícias das côrtes, a nossa nobreza rural fêz também seu êxodo para as cidades. O tempo realizou sua obra destruidora e do solar guerreiro e fidalgo dos Ávilas restam agora sòmente ruínas entre os coqueiros, em que o vento do Atlântico canta a saudade das coisas mortas. Andaria bem avisado o Govêrno Federal ou o da Bahia restaurando aquela casa, onde, como disse o poeta, "outrora ressoaram hinos", e nela instalando um museu que lembrasse o heroísmo das aventureiras bandeiras que devassaram os sertões e o povoaram com seus rebanhos e vaqueiros destemidos.

O TESOURO DA ILHA DA TRINDADE

A história duma ilha. As alfaias do Peru. Aventureiros, piratas e ingleses.

Viajando a serviço de Portugal para a Índia, em 1501, o Capitão João da Nova, que partira de Lisboa a 5 de março, descobriu a 120 léguas da costa do Brasil uma ilha deserta, rochosa e batida pela vaga, a que deu o nome de Conceição, mudado depois para Ascensão e finalmente para Trindade. Ela fica na altura do Espírito Santo, a 20.º e 31' de latitude Sul, e 13.º, 47' e 57" de longitude Oeste do meridiano do Rio de Janeiro.

Dois anos depois, em 1503, navegando também para a Índia, a ela aportou o grande Afonso de Albuquerque, que lhe impôs a primeira mudança de nome. Como em 1508 o navegador luso Tristão da Cunha, de torna-viagem a Portugal, descobrisse por 79º e 55' de latitude Sul uma ilha que batizou com o nome de Ascensão, para evitar confusões, a que Afonso de Albuquerque assim crismara passou a chamar-se da Trindade.

João da Nova era um fidalgo da Galiza que fôra para Lisboa ao tempo de D. Manuel, o Venturoso, atraído pelas aventuras marítimas dos portugueses, em busca de nomeada e fortuna. Deu-lhe El-Rei o comando duma frota de 3 navios seus e um do famoso mercador Bartolomeu Marchione, destinada a fundar na Índia a feitoria de Cananor. Ruman-do ao Ocidente, como Pedro Álvares Cabral, descobriu aquela ilha. Tornaram-se célebres, no Oriente, suas desavenças com o Terrível Albuquerque e faleceu em Cochim, no ano de 1509.

No arquivo da Tôrre do Tombo, em Lisboa, existe uma carta de doação da Ilha da Trindade a Belchior Camargo, assinada por D. João III e datada de 1539. O mesmo Belchior Camargo, porém, nada fêz para tomar posse ou colonizar a ilha em questão. Devido ao seu difícil acesso pela braveza do mar e a costa inçada de rochedos e cachopos, os portugueses a deixaram séculos ao abandono até que a Com-

panhia Inglesa da Guiné, que praticava o comércio de escravos, pretendeu nela estabelecer uma estação marítima, fazendo-a ocupar, a 15 de abril de 1700, pelo Capitão Edmond Halley.

Portugal protestou contra a ocupação e, pela Carta Régia de 22 de fevereiro de 1724 determinou as providências necessárias para reentrar na posse da ilha. Por ordem régia de 18 de junho de 1756, o Piloto José Álvares saiu do Rio de Janeiro num hiate, com 30 homens, a 27 de setembro, e foi proceder à sondagem do litoral e à exploração do interior da Trindade. Em 1775, ali aportou na sua segunda viagem para o Pacífico, o grande navegador inglês Cook.

Em guerra com a Espanha, no ano de 1781, os ingleses de novo se apossaram da Trindade, que transformaram em entreposto do contrabando que praticavam no Rio da Prata, sobretudo através da Colônia do Sacramento. O Comodoro Johnston guarneceu a ilha com um destacamento de infantaria de marinha. O Governo Espanhol reclamou enérgicamente junto ao Governo Português e este pugnou junto ao Governo Britânico pela evacuação daquele território, que juridicamente lhe pertencia.

A 13 de junho de 1782, veio de Lisboa aviso ao Vice-Rei do Brasil D. Luís de Vasconcelos, Conde de Figueiró, para levar à Trindade a ordem de desocupação dada pelo Almirantado Britânico e empregar a força no caso de recusa da guarnição a obedecê-la. A 16 de dezembro do referido ano, partiu do Rio de Janeiro, sob o comando do Capitão-de-Mar-e-Guerra José de Melo, a nau "Nossa Senhora dos Prazeres", levando artilharia, munições, abastecimentos e 150 homens de infantaria de linha às ordens do então Coronel do Regimento de Extremós, mais tarde Brigadeiro e Marechal-de-Campo, Francisco José Raimundo Chichorro da Gama Lôbo, Cavaleiro Professo na Sagrada Ordem de S. João de Malta. O Governador inglês, Capitão Filipe D'Auvergne, já tinha abandonado a posição desde 22 de agosto, deixando nela sua artilharia de ferro. A 10 de janeiro de 1783, os expedicionários lusos estavam à vista da ilha e nela desembarcaram no dia 13, edificando logo o Forte da Rainha e artilhando-o com os canhões ingleses.

Resultaram nulas as medidas do Governo Português para colonizar a ilha, na qual procurou aclimar colonos, cultivar o terreno e conservar uma guarnição, em virtude de ser ela sáfara, distante e de áspero contorno e difícil acesso. Grandes e improfícuas eram as despesas para a manutenção do estabelecimento, de modo que a guarnição foi logo reduzida de 150 para 88 homens. Em 1785, passando por ali, o célebre explorador francês La Pérouse, segundo conta na sua "Relação de Viagem", desembarcou com risco de vida, viu a bandeira de Portugal drapejar sobre a pequena fortaleza e encontrou os soldados em mísero estado, na maioria sem fardamento, em fraldas de camisa. Em carta ao Vice-Rei Conde de Resende, D. Luís de Vasconcelos manifestou sua opinião sobre a inutilidade de se manter aquêle posto e este mandou em 1797 retirar o destacamento e o armamento. Esta providência fôra pedida à Metrópole em 1793 e autorizada em 1795. O retorno da tropa e

o transporte dos canhões, munições, pertences e alfaias da capela do forte foram feitos pela fragata "Princesa da Beira" e uma corveta mercante.

No decurso da sua ocupação militar, Chichorro da Gama mandou Antônio Rodrigues Montezuma levantar um mapa corográfico da ilha, que este fez nos dias 16, 17 e 18 de janeiro de 1785, na escala de 1.100 braças. Esse precioso documento cartográfico se encontra hoje na mapoteca do Museu Histórico. Em nota manuscrita ao mesmo, declara textualmente o cartógrafo: "Esta ilha é toda de morros muito altos que a fazem impraticável quase por todas as suas margens, deixando um desembarque para a parte do sul da dita ilha, o qual é praticável em tempo de bonança para lanchas e vai notado neste plano com as letras *a a a*; as terras que são capazes de cultura vão lavadas em aquarela amarela; todo o mais terreno é impraticável; da praia do porto sobe um caminho muito rápido que com várias voltas dá passagem para a parte oposta e, neste lugar, faz a ilha garganta, e menos altura, mas é impossível atravessar a ilha em outro qualquer lugar. O Forte da Rainha é um reduto que tem oito braças de comprimento na sua face para o poente do porto e é aberto para a parte da montanha, está situado em uma planície levantada do nível do mar dez braças, nêle deixaram os ingleses nove peças de ferro de calibre 4 encravadas e montadas em reparos do mar. A ilha está em 20 graus mais 30 minutos de latitude e 13, 55 de longitude".

Várias vezes a Trindade foi visitada por nossos vasos de guerra. Em 1825, pela corveta "Itaparica", do comando de Jorge de Brito. Em 1856, pela "Isabel". Em 1871, pela "Baiana". Em 1876 e 1884, pela "Niterói". Em 1894, pelo transporte "Penedo". O Barão de Jaceguai lá esteve na "Niterói" e dela nos deixou sucinta descrição. O Governo Imperial concedeu a João Álvares Guerra, por Decreto de 29 de novembro de 1884, permissão para explorar minerais e salinas na Trindade, o que o mesmo não realizou. O Governo da República procurou em 1891 estabelecer ali sem êxito uma colônia penitenciária. Dois anos mais tarde, em 1893, declarou sua oposição à tentativa dum escroque norte-americano, que se intitulava Barão Harden Hicky e andava distribuindo prospectos para engajar aventureiros que o seguissem à Trindade, onde pretendia fundar um principado autônomo.

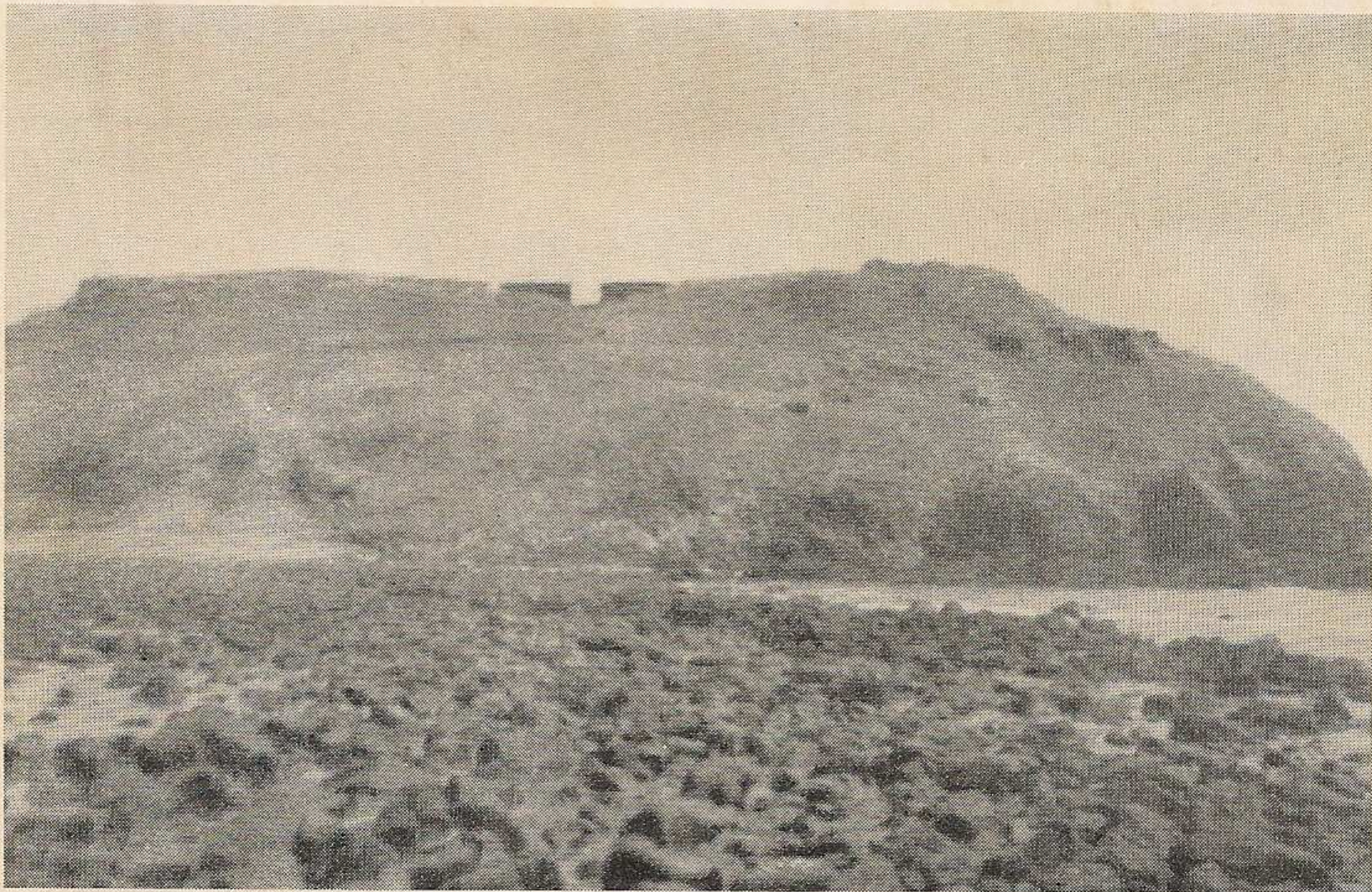
É que de longa data corre a lenda da existência dum tesouro enfurnado na ilha, incendiando muitas imaginações delirantes. Conta-se que jaz ao pé do monte denominado Pão de Açúcar e provém das riquíssimas alfaias das igrejas do Peru. Durante a Guerra da Independência naquela República, os espanhóis as retiraram e as iam levando para a Metrópole, quando os piratas delas se apossaram. Perseguidos por navios de guerra da Espanha, estes as ocultaram na ilha. Foram, no entanto, apanhados, conduzidos a Cuba e ali enforcados, sem revelar o segredo. Um único conseguiu escapar e faleceu em meados do último século num hospital de Bombaim, na Índia. Era russo de nascimento e, na hora da morte, contou a mirabolante história ao capitão do navio

em que servia como marujo. Esse capitão procurou, sem nada conseguir, encontrar o local do tesouro, visto como um desmoronamento de terras na base do Pão de Açúcar subvertera a topografia do terreno.

Várias expedições clandestinas ou notórias têm procurado localizar o tesouro da Trindade. A mais famosa foi, em 1885, a da barca "Áurea", cujos tripulantes desembarcaram a 25 de março e ali permaneceram até 17 de abril do referido ano sem nada achar. Posteriormente, um tal Knight, que já estivera na Trindade em 1881, fez outra tentativa malograda, segundo conta em seu livro, publicado em Londres, em 1889, "The cruisher of the Falcon — A voyage to South America". Há uma bibliografia abundante sobre o assunto: Victor de Hamel "The search for hidden treasure story of the expedition", 1885, in "Tyneside Echo" de 20 de julho de 1885; "A Real Treasury Hunt — Daily Graphic", Londres, 1889; artigos de Tito Martel na "Gazeta de Notícias" do Rio de Janeiro, 30 e 31 de março de 1896; e a "Pátria Brasileira" de Virgílio Cardoso de Meneses.

Lembrando-se de terem estado de posse da Trindade no fim do século XVIII, os ingleses tornaram a ocupá-la por ordem de Lord Kimberley em janeiro de 1895, operação realizada pelo navio de guerra "Barracouta", que içou sobre os restos do antigo Forte da Rainha a bandeira da Grã-Bretanha. O "Financial News" de 4 de junho do mesmo ano publicou a notícia da incorporação oficial da ilha ao Império Britânico. Em julho, a nossa Legação em Londres confirmava o fato e o Governo Brasileiro começava a atuar na defesa de nossos direitos tradicionais. Uma grande onda de indignação se elevou em todo o país, prestigiando a ação governamental. A Companhia Telegraph Construction da Inglaterra queria a ilha para estação de cabo submarino ligando a Europa à América do Sul sem passar pelo Brasil. Trocaram-se notas diplomáticas de protesto por parte do Brasil e de defesa do ato de pirataria por parte da Grã-Bretanha. Esta, sem argumentos de real valor, propôs o arbitramento, que o Brasil não aceitou, porque não podia admitir o menor motivo de litígio em território histórico e tradicionalmente seu. O Governo de Portugal ofereceu-se como mediador no pleito e sua admirável atuação foi plenamente coroada pelo êxito. Em agosto de 1896, a Inglaterra reconheceu a soberania brasileira sobre a Trindade e mandou o mesmo navio da ocupação indébita, o "Barracouta", retirar todos os sinais do seu ato de prepotência. Em 1897, o cruzador "Benjamim Constant" levou à ilha e nela colocou um marco padrão de granito da nossa posse mansa e pacífica.

Mais tarde, já em nossos dias, a Trindade foi algum tempo terra de degrêdo político. *Plenum exilis maris*, escreveria Tácito sobre essa triste época. Mas, nem os ingleses, nem os portugueses, nem os brasileiros, nem os aventureiros e nem os presos encontraram que se saiba o famoso tesouro com as alfaias do Peru. Se existe, continua nas entranhas da terra seu letargo fascinante.



Ruínas do Forte de São José na Ilha de Fernando de Noronha.

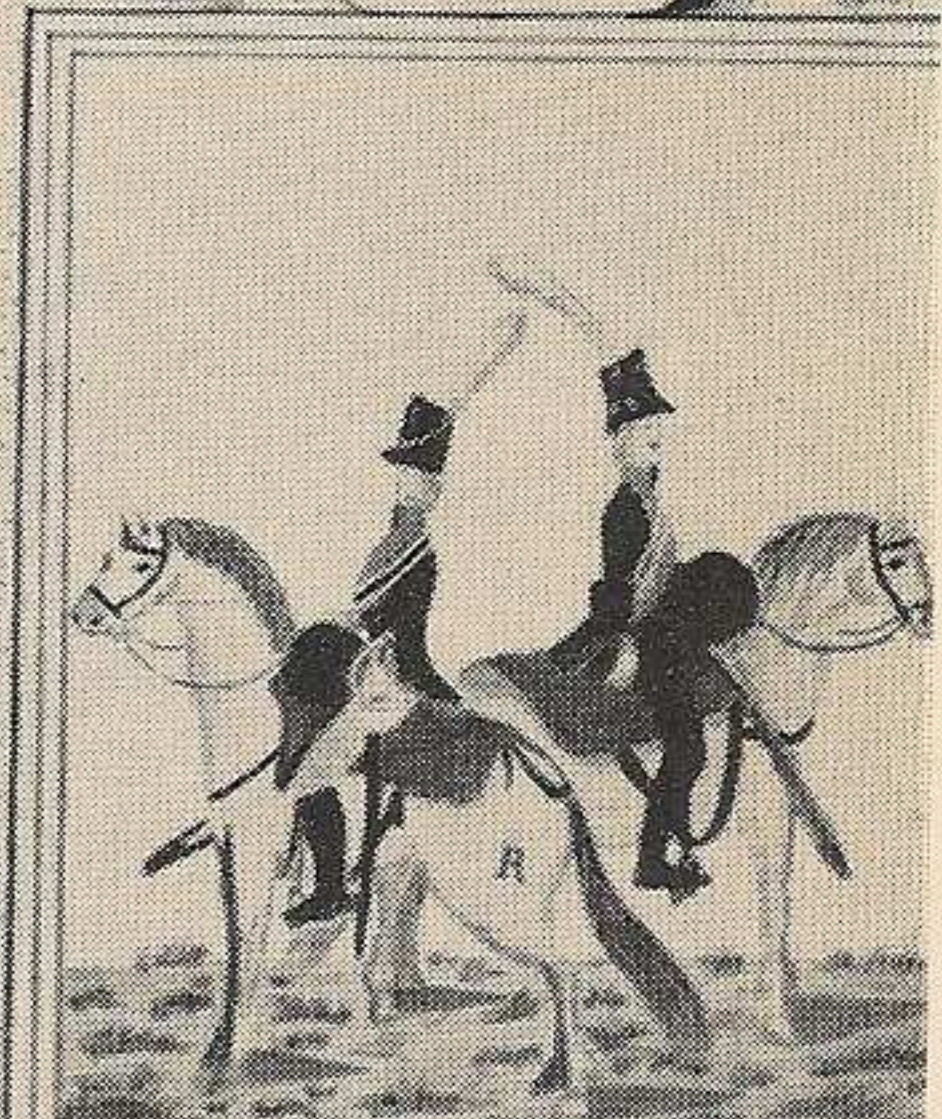
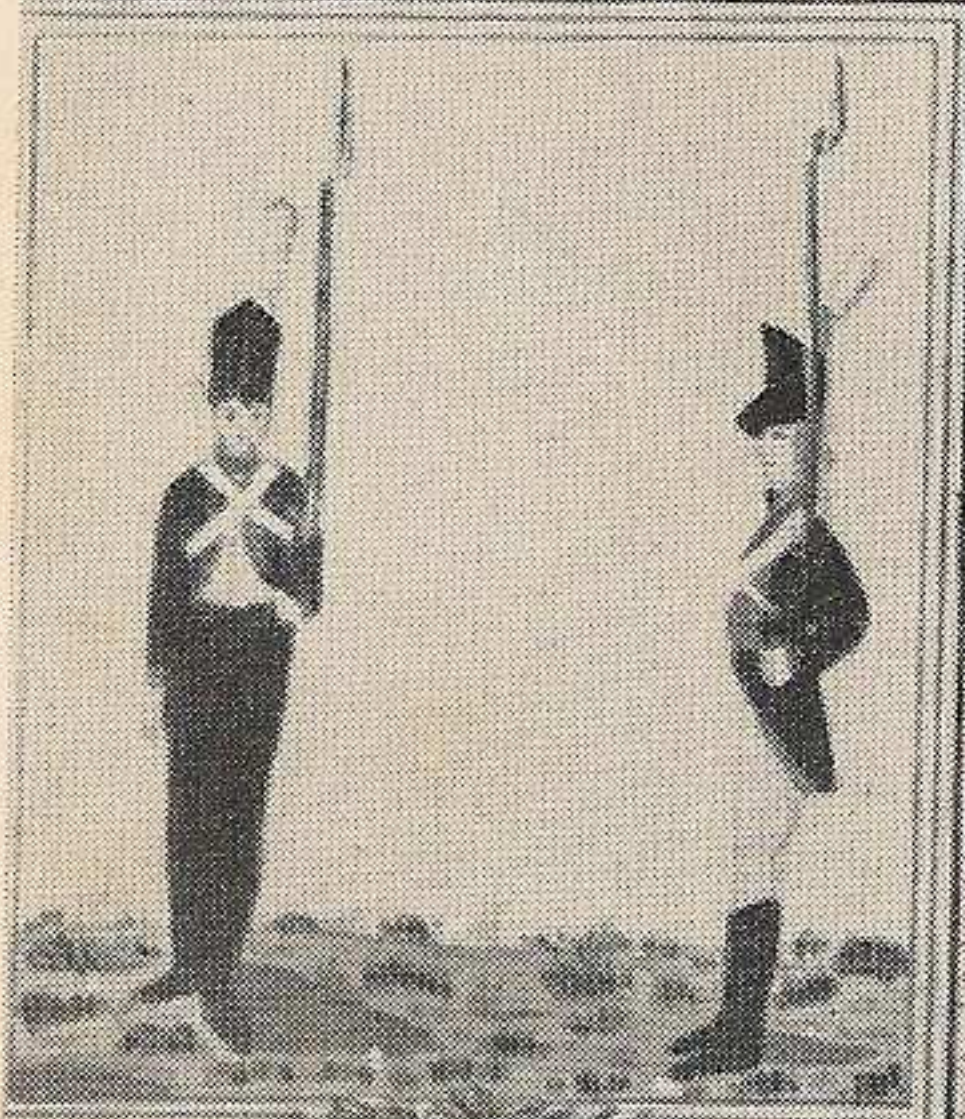


Canhões e restos da bateria de São Joaquim em Fernando de Noronha.

Ligação de Soluções

1725

Roules de Soie Teinte



Legião dos Voluntários Reais de São Paulo, que participou
com o maior brilho na nossa Guerra dos Cem Anos.

A NOSSA GUERRA DOS CEM ANOS

A luta pela Colônia do Sacramento. O poeta inglês que se bateu no Prata.

O maior choque entre espanhóis e portugueses na América do Sul por questões de limites se deu nas fronteiras meridionais do Brasil. A luta para a sua definitiva fixação durou de 1680 a 1777, isto é, 97 anos, quase um século. Podemos dividi-la em 5 períodos: 1.º — de 1680, quando D. Manuel Lôbo fundou na margem oriental do Rio da Prata a Colônia do Sacramento até o Tratado de Utrecht, em 1715. 2.º Dessa data até 1737, quando se fundou a Vila do Rio Grande de S. Pedro. 3.º — Da fundação do Rio Grande ao tratado de limites de 1750. 4.º — Dêse tratado ao de Santo Ildefonso, assinado em 1777. Foi essa a nossa Guerra dos Cem Anos, com alternativas de derrotas e vitórias. Ora, íamos até o Prata. Ora, recuávamos até a Ilha de Santa Catarina.

O grande pomo de discórdia nessa longa luta foi justamente a Colônia do Sacramento, estabelecida no estuário platino, que, tomada pelas armas espanholas, nos era restituída pela força dos tratados, movida naturalmente pelos interesses do contrabando internacional que tinha ali seu principal foco. Obedecendo às ordens da Metrópole, D. Manuel Lôbo, Governador do Rio de Janeiro, levou ao Prata uma expedição em fins de 1679 e assentou em frente a Buenos Aires, na costa uruguaia, as bases duma fortaleza e duma vila, a 20 de janeiro de 1680. Dela se apoderou o Governador espanhol D. José de Garros, de surpresa, a 7 de agosto do mesmo ano. Portugal protestou enérgicamente junto ao Governo da Espanha e obteve a restituição da praça em 1688, em virtude dum acôrdo assinado a 7 de maio de 1681. Em 1703, como estivesse Portugal na Europa em guerra contra a sua vizinha peninsular, o Governador de Buenos Aires, Valdez y Inclan, pôs cerco à Colônia durante 6 meses e obrigou sua guarnição a capitular e a retirar-se para o Rio de Janeiro.

A guerra na Europa terminou com a paz de Utrecht, em consequência da qual voltou a Colônia do Sacramento à posse de Portugal, recebendo-a dos espanhóis em 1716 o antigo Governador de Santos, Manuel Gomes Barbosa. Ao mesmo tempo, os espanhóis que haviam entregue aquêle importante pôsto, resolveram isolá-lo do Brasil, povoando e fortificando a região, então denominada do Monte do Vidéu. Mas os portugueses se adiantaram a ocupá-la, sendo expulsos pelo Governador de Buenos Aires, D. Bruno Maurício Zabala. Em contraposição, o Governo Português tomou providências para explorar e povoar a região que se chamara Vacaria do Mar, atual Rio Grande do Sul, por meio de expedições e avanços que partiam da Laguna e Destêrro, em Santa Catarina, bases de nossa expansão meridional.

Compreendendo o perigo que representava para as possessões espanholas no Prata a existência da Colônia do Sacramento, o Governador de Buenos Aires, D. Miguel de Salcedo, sitiou-a em novembro de 1735 e intimou à rendição seu Governador, Antônio Pedro de Vasconcelos.

Governava o Rio de Janeiro, nessa época, o grande soldado e administrador Gomes Freire de Andrade, Conde de Bobadela, que enviou pelo interior, em socorro da praça assediada, o Mestre-de-Campo Manuel Dias da Silva, à frente de tropas paulistas, e encarregou o Brigadeiro Silva Pais de investir Montevideu e, se possível Buenos Aires. As necessidades provenientes dessa luta no sul do Brasil contra os vizinhos castelhanos levariam o Governo de Portugal a mudar, em 1763, a capital brasileira da cidade do Salvador para a do Rio de Janeiro, mais próxima do teatro das operações de guerra.

Não podendo apoderar-se de Montevideu, o Brigadeiro Pais fundou no litoral sul-riograndense a Vila do Rio Grande de S. Pedro, como sentinela da barra da Lagoa dos Patos com o oceano. A frota portuguesa enviada em socorro da Colônia bateu os espanhóis e o armistício de 1737 fez com que seu cerco fosse levantado. Frustrou-se, assim, a tentativa de D. Miguel de Salcedo. A luta passou para o terreno diplomático.

A 13 de janeiro de 1750, firmou-se em Madri um tratado de limites entre Portugal e Espanha, em que se definiram as fronteiras meridionais da América Portuguesa e da América Espanhola. A Colônia foi cedida aos espanhóis, em troca do território denominado dos Sete Povos das Missões do Uruguai.

Os índios nelas aldeados pelos jesuítas não aceitaram a troca e rebelaram-se, o que deu ensejo à chamada Guerra Guaranítica ou Guerra Guaraní. Os sete povos eram Santo Ângelo, S. Borja, S. João Batista, S. Luís Gonzaga, S. Lourenço, S. Miguel e S. Nicolau. Foram invadidos por forças luso-espanholas, comandadas pelo General castelhano D. José Andonaegui e pelo próprio Gomes Freire de Andrade, que derrotaram a indiada do cacique Nanguiru em Caiboaté, envolvendo-a e chacinando-a. A submissão dos indígenas feita com rios de sangue motivou o famoso poema "Uruguai" de José Basílio da Gama.

Em 1758, D. Pedro Ceballos substituiu no comando dos castelhanos a Andonaegui e logo se indispôs com Gomes Freire de Andrade, que se retirou para o Rio de Janeiro. Em 1761, o Tratado do Pardo entre Portugal e Espanha anulou o de 1750 e a Colônia voltou à posse da coroa portuguesa, sendo as Missões restituídas à Espanha.

Aliado à Inglaterra, Portugal entrou na guerra de 1761 contra a Espanha. Essa guerra teve naturalmente sua repercussão na América do Sul. Apesar de Gomes Freire de Andrade ter reforçado a Colônia do Sacramento, governada por Vicente da Silva da Fonseca, em 1762, D. Pedro Ceballos a sitiou e obrigou a capitular a 29 de outubro desse ano. Levou, depois, por diante suas armas vitoriosas e invadiu o Rio Grande do Sul.

O Conde de Bobadela faleceu no Rio no começo de 1763, sendo substituído pelo Conde da Cunha como Vice-Rei do Brasil e, então, a sede do governo colonial foi transferida da Bahia para a cidade de S. Sebastião. No dia de Reis do referido ano, 6 de janeiro, uma expedição que levava víveres, munições e reforços para a Colônia, ignorando

completamente a ação de Ceballos, chegou àquele pôrto e se viu obrigada a atacá-lo. Era composta pelas fragatas inglesas "Lord Clive" do comando de John Macnomara e "Ambuscade" do comando de William Roberts, acompanhadas da fragata portuguesa "Glória", que conduzia, comboiando alguns transportes, as tropas de desembarque do Tenente-Coronel Vasco Alpoim. Tendo saído do Rio a 20 de novembro de 1762, não sabiam que os espanhóis se achavam já de posse daquela disputada praça de guerra.

Pouco depois de meio-dia, os 2 navios ingleses e o português romperam fogo contra os baluartes. O bombardeio durou até 4 horas da tarde, quando principiou a esmorecer o revide da artilharia espanhola. No entanto, a fragata de Macnomara começou a arder e foi destruída, salvando-se somente de sua tripulação de 340 homens 78. O próprio comandante pereceu no combate. A outra fragata inglesa, com mais de 40 balas no costado, retirou-se, fazendo muita água. A portuguesa sozinho teve de deixar a luta, conduzindo a salvamento os seus transportes.

Achava-se a bordo da "Ambuscade" o poeta inglês Thomas Penrose, Tenente de Marinha, que escreveu duas odes dedicadas à sua noiva, uma antes e outra depois da ação. Thomas Penrose, nascido em Bristol em 1743, contava, então, 20 anos de idade. Faleceu na Inglaterra em 1779 com 36 anos. Começara a vida seguindo a carreira eclesiástica, mas a sede de aventuras o levava a entrar para a Armada. Ferido gravemente no bombardeio da Colônia do Sacramento, de regresso à pátria, deixou a Marinha, indo estudar teologia em Oxford. Ordenou-se como pastor protestante e sucedeu a seu pai no cargo de Vigário de Newburg. Deixou um poema intitulado "Os ímpetos da imaginação" e uma ode famosa "Ao gênio da Grã-Bretanha". Essas produções reunidas a outras esparsas, entre as quais as que escreveu em face dos muros artilhados da Colônia, foram publicadas sob o título "Poems" em Londres, no ano de 1781.

Assim, um poeta inglês tomou parte na nova Guerra dos Cem Anos e derramou seu sangue pela expansão meridional do Brasil Português.

Foi efêmera a paz firmada em Paris entre as potências européias em luta, no ano de 1763. Ceballos entregou a Colônia, porém permaneceu na posse dos territórios do Rio Grande, o que seria semente de novos dissídios. O Brigadeiro Sá e Faria expulsou dali os castelhanos; mas o Governador de Buenos Aires, Vertiz, veio com reforços e renovou a luta. Foi quando o Governo Português tomou enérgicas providências, mandando tropas metropolitanas, nomeando comandante das mesmas o famoso General Bohm e enviando para o Sul toda a guarnição do Rio de Janeiro. Em 1775-1776, a luta estava no auge, com a colônia bloqueada por Vertiz. Em 1777, de novo Ceballos investia contra o Brasil e trazia suas tropas vitoriosas até a Ilha de Santa Catarina, que ocupou. A Colônia do Sacramento, mais uma vez isolada, teve de se render aos castelhanos.

A guerra cessou em face das modificações políticas resultantes da morte de D. José I. A 1.º de outubro de 1777, assinou-se o Tratado de

Santo Ildefonso, que restituiu a Portugal Santa Catarina e manteve a Colônia na posse da Espanha.

Terminou desta sorte a Guerra dos Cem Anos pela posse do domínio do Prata. Todavia a Colônia do Sacramento voltaria ao poder do Brasil, quando D. João VI conquistasse a Artigas o território uruguaio e o incorporasse ao Reino-Unido como Província Cisplatina, de 1816 a 1820. Em 1828, quando o Império outorgou à Banda Oriental a sua independência, em virtude do tratado com a Argentina, definitivamente se perdeu aquêle ponto avançado da expansão lusa para o sul, que custara tanto sangue, inclusive o do poeta inglês Thomas Penrose.

A ESFINGE DO FERRO NO BRASIL

*A luta para desvendá-la desde o século XVI.
De Ibirapuera a Volta Redonda.*

É da primeira metade do século XVII que datam os esforços para aproveitar no Brasil o minério de ferro. Podemos mesmo recuar mais ainda no tempo a história de nossa siderurgia, chegando ao ano de 1578, isto é, ao século XVI, quando se descobriram as primeiras jazidas daquele minério, pois é sabido que, pelo menos teòricamente, o Govêrno Colonial encarou o assunto.

Êsses esforços nunca foram coroados pelo êxito. A ação patriótica dos governos teve sempre obstáculos misteriosos, a impedir-lhe a marcha. A sabotagem e o silêncio do mistério envolveram desde o início a fabricação do ferro no nosso país. Como envolvem os achados do petróleo.

A primeira fundição de ferro do Brasil data do comêço do século XVII. Foi montada em Ibirapuera, perto de Santo Amaro, S. Paulo, por Francisco Lopes Pinto e seu cunhado Diogo Quadros. Por morte do primeiro, a 26 de fevereiro de 1629, a fundição de Ibirapuera fechou as portas.

O mesmo Francisco Lopes Pinto fundou a célebre fábrica de ferro de Biraçoiaba ou Araçoiaba, como se lê em outros documentos, que mais tarde se chamou Fábrica de S. João de Ipanema. O Govêrno de S. Paulo, embora mais tarde lhe fizesse muitas críticas, procurou aproveitar nessa fundição, em 1798, as apregoadas habilitações de João Manso, apelidado o Químico, autor de várias tentativas industriais na época. Afirmava-se que o ferro fundido por êle em Ipanema não se podia utilizar por ser extremamente quebradiço.

Vindo para o Brasil, D. João VI não demorou em tomar providências sôbre a fabricação do ferro. A Carta Régia de 4 de dezembro de 1810 deu ao Govêrno Real o monopólio da exploração das jazidas.

Foram no mesmo ano contratados para trabalhar o nosso ferro vários técnicos suecos, chefiados pelo Engenheiro Carlos Gustavo Herdburg. Como se vê, o poder público ia à melhor fonte da indústria siderúrgica buscar o pessoal técnico competente para nos iniciar nos seus mistérios. Nada conseguiu. Os suecos se desentenderam e nada produziram. Como que obedeciam a uma ordem secreta de sabotagem. Em consequência, os trabalhos de fundição foram suspensos em virtude dos dispositivos da Carta Régia de 7 de setembro de 1814.

Durante os quatro anos que medraram de 1810 a 1814, apesar da má vontade, desídia e sabotagem dos suecos, pelo menos se tinham construído alguns altos-fornos do sistema Stuckofen, corrente na época. Em 1814, a direção dos trabalhos foi entregue a Frederico Guilherme de Varnhagen, pai do historiador do mesmo nome, o Visconde de Pôrto Seguro, oficial alemão a serviço do Brasil. Ele deixou essa direção sete anos mais tarde, 1821, sem que durante êsse tempo a nossa incipiente siderurgia avançasse um passo.

Mas, como o Governo Real, o Governo Imperial não perdia de vista o magno problema. Alguns viajantes que freqüentaram o Brasil no Primeiro Reinado contam do grande interesse de D. Pedro I na obtenção de técnicos para movimentar nossa indústria do ferro. Era mesmo uma preocupação constante. No seu livro "O Rio de Janeiro como é", Schlichthorst documenta isso. Diz êle, narrando seu desembarque no Arsenal de Marinha em presença do jovem monarca: "O Imperador ocupou-se principalmente com um suposto aluno da Escola de Minas de Freiberg, vindo no nosso transporte, que desembarcara com seu traje típico. Examinou-o por todos os lados e, rindo, gracejou da roupa singular. O homem estava, portanto, em maré de fortuna, o que devia ao acaso ou, antes, àquela parte de sua vestimenta (*fundo de couro das calças*), que, no linguajar mineiro, tem nome tão pinturesco quanto indecente, a qual foi, na verdade, o que chamou a atenção do soberano. Todavia sua ignorância do assunto passava dos limites. Enviado à Província de S. Paulo *para melhorar as suas fábricas de ferro*, pouco tempo ali se demorou. Regressou ao Rio de Janeiro e trabalha na Casa da Moeda como ferreiro, ofício de que entende mais do que de mineralogia, cujos rudimentos mal sabe."

Schlichthorst chegou ao Rio de Janeiro em 1824 e pelo seu depoimento vemos como o Imperador se achava interessado no aproveitamento do nosso minério de ferro, em busca de técnicos para desenvolver a siderurgia brasileira fôsse como fôsse. D. Pedro I, compreendendo o valor dessa indústria em relação à defesa nacional, havia mandado pôr a fundição de Ipanema sob a guarda do Ministério da Guerra e contratar na Europa os técnicos necessários à sua movimentação. A decepção produzida pelos suecos ao tempo de D. João VI fêz com que se procurassem os novos na Prússia. Parece que êsses traziam as mesmas ordens secretas de sabotagem dos seus antecessores escandinavos, pois entraram em luta, passavam o tempo a beber e procediam de tal sorte que a fábrica caiu na mais melancólica decadência. A tal ponto que

o Ministério da Guerra dela se desinteressou e, em 1825, um Decreto a transferiu para o Ministério do Império.

No meado do século XIX, D. Pedro II procurou reviver a indústria siderúrgica em Ipanema e pôs, em 1852, a velha fundição novamente sob a égide do Ministério da Guerra. Fêz-lhe mesmo uma visita espetacular, perpetuada em placas de ferro com epígrafias em relêvo. Mas tôdas as tentativas de desenvolvimento da fabricação do ferro entre nós, que equivale a uma grande libertação econômica das forças internacionais e a uma certa independência no preparo da defesa militar do país, encontraram sempre os óbices intransponíveis das sabotagens secretas de toda espécie. Todos os esforços naufragaram.

Temos presentemente Volta Redonda. Peçamos ao céu que se não transforme por artes de berliques e berloques da noite para o dia, quando menos se espere, numa Biraçoiaba ou Ipanema em ponto grande. A verdadeira independência do Brasil ainda custará muito a ser feita. Desvendará a nossa geração a Esfinge do ferro? E a do petróleo?

GUERRAS DE CORSO E DE MORTE

Como se extinguiram os índios do Ceará. A Guerra do Caju. Capítulo ignorado de nossa história.

Embora a colonização portugueza no Brasil sempre se tenha desenvolvido com pacífica intenção, muitas vêzes, apesar das recomendações régias e dos cuidados dos catequistas, houve lutas bravas contra o silvícola, do que proveio o desaparecimento de tribos inteiras. Tais lutas assumiram algumas vêzes o aspecto de verdadeira matança, sobretudo nas regiões de criação de gado do Nordeste, devido ao fato de os indígenas caçarem e destruírem os rebanhos.

Um dos capítulos mais terríveis dessas *guerras de corso e de morte*, como então se dizia, foi escrito na minha terra natal, o Ceará, do século XVII ao XVIII. As primeiras notícias documentadas dessas lutas são de 1666, quando, em dezembro, por ordem expressa do Governador da Capitania, o Capitão Filipe Coelho de Moraes, à frente de 30 arcabuzeiros, guerreou os índios Paiacus, nas imediações da Lagoa da Precabura, entre a atual cidade da Fortaleza e a antiga Vila do Aquirás, matando todos os que por ali demoravam, como castigo por haverem êles trucidado dez pobres índios mansos da Aldeia da Paupina, atual Mecejana.

Em setembro de 1671, o Ajudante Francisco Martins teve ordem de cativar ou destruir os índios da nação dos Tremembés, caso verificasse terem sido êles os autores da morte dum soldado português que desapa-

recera. No mês de outubro seguinte, o Governador da Capitania do Ceará Grande ordenava nova investida contra os Paiacus, depois de haver reunido uma junta de pessoas gradas e respeitáveis, que, tomando conhecimento dos malefícios e atropelos por êles praticados contra a população pacífica, a declararam justa. Pouco depois, em novembro do mesmo ano de 1671, temendo que se reunissem e passassem à ofensiva os restos dos Paiacus, dispersos no mês anterior, as autoridades mandavam um Sargento-Mor, com dez soldados e uma peça de artilharia, exterminá-los nos arredores da Aldeia de Parangaba, hoje subúrbio da capital cearense.

Decorreram sete anos sem lutas, depois dêsses exemplos de fôrça e violência. Mas, em 1678, o Governador Bento Correia decretava o envio duma expedição contra os Irarius, que devastavam as fazendas do sertão, os quais foram exterminados, salvando-se sòmente as crianças e as mulheres, reduzidas à escravidão.

O Governador da Bahia, Matias da Cunha, tendo recebido constantes e aflitivas queixas dos colonos do Ceará contra os indígenas depredadores dos seus gados, no correr do ano de 1687, reuniu uma junta de teólogos, missionários e militares, à qual as expôs e pediu providências, cuja responsabilidade não desejava tomar sòzinho. A junta decidiu que a guerra era justa e ela foi feita com rigor.

No ano de 1693, a população indígena do Ceará sofreu grave devastação, devido às contínuas guerras que faziam às tribos ferozes dos Icós e dos Cariris, nas cobiçadas e férteis terras do Alto Jaguaribe, os bandeirantes vindos da Bahia e de Pernambuco, que, por elas afora, iam estabelecendo fazendas e povoações.

Em agosto de 1700, ano em que o sertão foi abalado pelas guerras de clã entre as duas poderosas famílias, os Montes e os Feitosas, os índios Jucás chacinaram os índios Quixelôs, aldeados em S. Mateus. Os Montes e Feitosas, que podemos comparar aos Montechis e Capulettis, aos Orsinis e Colonas da Itália, aos Ocampos e Davilas da Argentina, guerrearam-se durante mais ou menos um século nos sertões cearenses. Os índios Jucás e Cariris seguiam os Montes; os índios Quixelôs e Capixabas, os Feitosas, matando-se reciprocamente.

Uma Carta Régia de 20 de abril de 1708 ordenou *guerra geral* aos *índios de corso*, isto é, salteadores, em tôdas as Capitanias do Norte do Brasil, a fim de exterminá-los, devendo os que resistissem ser passados a fio de espada e os que se rendessem vendidos como escravos. O produto da venda dêstes cativos serviria para cobrir as despesas feitas com a guerra pela Fazenda Real; mas, se dos *quintos* a ela destinados sobrasse alguma coisa, deveria se dar um presente ao Governador da Capitania de Pernambuco. O mais seria repartido de acôrdo com as determinações do chamado Regimento de Fronteiras, entre os oficiais e soldados que tomassem parte na expedição.

No referido ano de 1708, o Capitão Bernardo Coelho exterminava, por ordem do Governador, as seguintes tribos: Icós, Cariris, Carius e Caratius, em pleno sertão; e o Governador de Pernambuco, Félix José

de Mendonça, ordenava ao Capitão-Mor do Rio de S. Francisco guerrear os índios de corso até ficarem todos inteiramente *sogeitos aos brancos*.

Os índios Anacés atacaram em agosto de 1713 a Vila do Aquirás, cuja população fugiu para se refugiar na Vila do Forte ou da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção de Nova Bragança, agora simplesmente Fortaleza, capital do Ceará. A indiada, porém, a acometeu no caminho e matou duzentas pessoas. Então, depois de tomar conselho na reunião da junta dos Maiores da Capitania, como preceituava, nessas eventualidades, uma Provisão d'El-Rei D. João IV, acauteladora da vida dos aborígenes, o Governador mandou afixar à porta dos edifícios públicos e das igrejas os *banhos de guerra livre aos selvagens*. A guerra de corso era para escravizar, a de morte para aniquilar, mas ambas realizadas por agentes do Govêrno. A guerra livre podia ser feita por qualquer pessoa, como quisesse e a qualquer tempo, sem dar contas a ninguém. Uma como legalização geral do morticínio com que se respondia ao morticínio cometido pelo gentio bárbaro.

As conseqüências dessa guerra livre de 1713 foram, necessariamente, a matança e a escravização. O Coronel de Cavalaria de Milícias Barros Braga prendeu logo 400 Anacés, dos quais trucidou 95. O Capitão Pascoal Correia Vieira escravizou 125 e não se sabe a conta de quantos matou. O Capitão Antônio Vieira da Silva perseguiu a casco de cavalo os assaltantes do Aquirás e assassinos de sua população, liquidando a bala e a faca 28 dêles. A terrível guerra continuou até 1714, quando ficaram definitivamente destruídas, além da nação dos Anacés, as dos Jaguaribaras e dos Canindés.

Em 1715, uma Ordem Régia, vinda diretamente da Metrópole, mandava continuar a guerra, tais eram as queixas contra as atrocidades cometidas pelos silvícolas, até seu completo extermínio.

Depois disso, só há notícia de nova ofensiva dos brancos contra os índios em novembro de 1721. Nessa data, o Capitão-Mor Salvador Alves fêz guerra de corso aos tapuias do Jaguaribe, aprisionando e escravizando dezenas dêles. Mas, já em 1722, o Governador da Capitania do Ceará dava ordem ao Capitão Luís Ferreira Pessoa para guerrear os selvagens das margens do Rio Acaracu ou Acaraú, o Rio das Garças de José de Alencar, e a quaisquer outras tribos que lhe constasse estivesse cometendo tropelias e roubos de gado. Enviava, ao mesmo tempo, o Capitão-Mor José de Moura Negrão contra os índios de Aracatiaçu, Mundaú e Água das Velhas, grandes destruidores de rebanhos. No mesmo ano, o citado Coronel de Milícias Barros Braga atacava a tribo dos Jenipapos, no Jaguaribe; o Capitão-Mor Estêvão Duro de Azevedo combatia tôdas as nações que se não achassem tranqüilas nos seus aldeamentos; e o Capitão-Mor João Félix de Carvalho percorria os sertões, fazendo guerra ao gentio bravo que encontrava, de acôrdo com as ordens que lhe tinham sido passadas.

O Conselho Ultramarino de Lisboa determinou em 1739 que o Governador da Capitania do Maranhão tirasse das aldeias de índios man-

sos da Serra da Ibiapaba, no Ceará, 250 bons flecheiros, a fim de empregá-los na guerra que era preciso fazer com urgência aos índios bravos da tribo dos Guegués, que viviam de saltear gados nos limites do Ceará com o Piauí.

Assim, além das guerras parciais, gerais ou livres que se faziam contra os indígenas rebeldes, inadaptáveis, mal afamados, ladrões de gado ou matadores de gente, e das lutas entre os poderosos clãs de colonizadores que os tomavam como acostados, capangas ou cangaceiros, ainda o gentio era usado, quando já mais ou menos reduzido à civilização, como tropa auxiliar das milícias brancas ou mestiças contra seus irmãos de sangue.

A razão maior da luta entre o colonizador e o aborígine no Nordeste do Brasil se acha no fato de êste caçar e prear as reses das fazendas, como se fôsem animais bravios. Êle não possuía nenhuma noção de propriedade. Via, vagando pelas várzeas atapetadas de panasco verde manadas de bois, vacas, vitelas e garrotes. Para a sua fome cada uma daquelas cabeças de gado valia mais do que uma capivara e o mesmo que uma anta. Flechava-as e, depois que provava a sua carne succulenta e saborosa, não podia mais passar sem ela. O gado começava a diminuir por isso numa *ribeira*, cujos fazendeiros se reuniam, se armavam e exerciam represálias. O silvícola contra-atacava com violência. O resultado era a intervenção do poder público com a guerra.

Ao consultar os documentos sôbre esta, verifica-se que as grandes investidas do indígena e a maior reação do branco se processam no período em que florescem e frutificam os cajueiros na faixa litorânea do Nordeste. Dos vastos cajueirais praieiros que os índios, descendo de suas estações de caça no sertão nesses meses em que não chove, visitavam anualmente, tiravam êles grandes elementos de vida. Comiam assados os maturís ou frutos verdes, comiam os frutos maduros, assavam as castanhas e delas retiravam as amêndoas saborosas. Pilavam-nas e as misturavam à farinha de mandioca, transportando essa *tumbança* como alimento de poupança em suas viagens e travessias. Do suco do caju, que também bebiam fresco, faziam o *mocororó*, espécie de cerveja com que se embebedavam em suas bárbaras festas, deixando-o fermentar em cabaças penduradas dos ramos das árvores, ao ar livre. E ainda, para vários usos, empregavam a resina do cajueiro.

Ora, ao cessar a chuva no sertão, as tribos demandavam todos os anos o litoral para a colheita do caju. Êste se achava ocupado pelo colonizador ou, entre o alto sertão bravio e a zona dos tabuleiros litorâneos, se encontravam já estabelecidos os fazendeiros com seus gados. O choque era fatal e dêle teria de resultar, como resultou, o aniquilamento do mais fraco.

A guerra do Caju travada entre o branco e o índio em tôda a região nordestina, de que traçamos nesta página alguns episódios ocorridos no Ceará, entre os quais o mais expressivo é o do ataque da Vila do Aquirás, quase na foz do Rio Pacoti, ainda não foi convenientemente

estudada por nossos historiadores. É como que uma revelação a explicar muitos fatos sobre que até hoje não se fixou bem a atenção dos que estudam o nosso Passado. Talvez sirva como sugestão para ser escrito um novo capítulo da História do Brasil.

O MISTÉRIO DA MORTE DE DUCLERC

A primeira invasão do Rio de Janeiro pelos franceses. Derrota e morte misteriosa de seu chefe.

Em 1710, organizou-se em França uma expedição para hostilizar Portugal na sua colônia sul-americana, composta de cinco navios de guerra e uma balandra de transporte, que conduziam mais de mil soldados, sob o comando de João Francisco Duclerc. Essa expedição destinava-se a tomar o Rio de Janeiro e readquirir o prestígio perdido antes pelas armas francesas na malograda tentativa de De Gennes, repellido da Guanabara e da Ilha Grande.

A cidade, governada por Francisco de Castro Morais, era defendida pelas Fortalezas de S. João, Praia Vermelha, Laje, Santa Cruz, Ville-gagnon e Margarida, por baterias nos Morros de S. Bento e do Castelo, e por um entrincheiramento do lado de terra, entre os Morros de Santo Antônio e da Conceição, que passava pela então Rua do Fogo, hoje dos Andradas. Havia mais postos militares no Morro do Destêrro, Santa Teresa atualmente, Praia de Copacabana e Barra da Tijuca. A guarnição compunha-se do chamado Têrço Velho de Infantaria, do Têrço Novo, de companhias de artilharia ou de Pés-de-Castelo e de companhias de estudantes e patriotas armados, com bastante munição.

A frota de Duclerc partiu de Brest, procurou forçar a barra e foi repelida a 11 de agosto de 1710. Rumou para a Ilha Grande e lá o chefe estabeleceu seu pôsto de comando, tentando, sem resultado, as-senhorar-se dum ponto de desembarque em Copacabana e na Barra da Tijuca. À vista da resistência encontrada, resolveu desembarcar a tropa em Guaratiba, marchando dali sobre a cidade pelo caminho de Camorim e Jacarepaguá no dia 18 de setembro. À noite, a coluna expedi-cionária acampou sem ter encontrado o menor tropeço no Engenho Velho. A 19, marchou pela Estrada de Mata Porcos (Rua Estácio de Sá) e pela de Mata-Cavalos, agora Rua do Riachuelo, repelindo as avançadas dos defensores e ocupando com uma pequena guarda de flanco as encostas de Santa Teresa. Prosseguiu pelo Caminho do Destêrro, hoje Rua Evaristo da Veiga, e pelo Caminho da Conceição da Ajuda, depois Rua da Ajuda, de que resta um trecho que é a Rua Chile, forçando a resistência que encontrou, sobretudo da parte dos estudantes e dos

patriotas na Rua do Parto, onde se encontram nos nossos dias as Ruas S. José e Rodrigo Silva. Durante êsse trajeto, os franceses foram constantemente hostilizados pelo fogo dos contingentes de infantaria do Capitão Crispim da Costa, dos elementos populares chefiados pelo Frade Francisco de Meneses e pela companhia de estudantes do Capitão Gurgel do Amaral Coutinho.

Alcançaram, no entanto, a Rua da Misericórdia, onde se acha a Câmara dos Deputados, e avançaram para a Rua da Cruz, atual 1.º de Março, com o fito de se apoderarem do Convento do Carmo e da Casa dos Governadores, para nesses edifícios se entrincheirarem. Foram, porém, recebidos por nutrido fogo dos terços de infantaria postados no Largo do Carmo, Praça 15 de Novembro, e da companhia de estudantes de Joaquim da Costa Freire, que guarnecia a Casa dos Governadores. O Sargento-Mor Martim Correia de Sá não lhes deu tréguas com sua infantaria de linha. Gregório de Castro Morais, irmão do governador, desembocava da Rua do Cano, agora 7 de Setembro, com o terço de seu comando. Pela Rua do Ouvidor surgia uma companhia de milicianos montados. E os elementos que tinham combatido desde Mata-Cavalos se adensavam na retaguarda da coluna invasora, cortando-lhe a retirada.

Vendo-se cercado, Duclerc resolveu acolher-se ao Trapiche do Açúcar, que ficava na confrontação da atual Rua da Alfândega. Ali poderia resistir até que sua esquadra forçasse a barra e viesse socorrê-lo. Os defensores da cidade atacaram-no rijamente, com perda de gente, inclusive do comandante do terço de infantaria, obrigando-o a capitular, após desesperada resistência, na tarde de 19 de setembro. A esquadra só apareceu à entrada da barra no dia 21, quando nada mais podia fazer senão retirar-se tristemente para a França.

Foram grandes as perdas em homens nessa luta terrível. Os defensores da cidade tiveram 50 mortos e 80 feridos. Os franceses, 250 mortos e 150 feridos. 621 soldados e oficiais depuseram as armas. Como os sinos das igrejas repicassem em comemoração da vitória, a guarda de flanco postada por Duclerc nas encostas de Santa Teresa desceu do morro e veio ter ao Campo de Santo Antônio, que é agora o Largo da Carioca, onde os estudantes e patriotas a cercaram, causando-lhe baixas e aprisionando-a. A expedição de Duguay-Trouin, em 1711, viria vingar essa derrota das armas de Luís XIV.

Duclerc e seus oficiais prisioneiros foram recolhidos ao Colégio da Companhia de Jesus, no Morro do Castelo. Dali passou, depois, para o Forte de S. Sebastião. Em fevereiro de 1711, deu-lhe o Governador a cidade por menagem e o albergou na casa do Tenente Tomás Gomes da Silva, um dos melhores sobrados da cidade, à Rua da Quitanda, esquina da desaparecida Rua do General Câmara, fazendo-o guardar por dez soldados do Têrço Velho sob o comando do Furriel-Mor daquele corpo.

Ali foi êle assassinado misteriosamente a 18 de março do mesmo ano por um grupo de homens mascarados ou rebuçados, como dizem os documentos contemporâneos, sem que a guarda lhe pudesse valer. Enquanto uns tomavam conta da porta e da escada, os outros friamente

lhe davam cabo da vida. Foi sepultado na Capela de S. Pedro da antiga Igreja da Candelária e é muito conhecido o registro do seu sepultamento, que lhe chama *De Cré*.

Quem preparou e realizou êsse crime? Não se sabe. A devassa ou inquérito aberto pelo Ouvidor da Comarca nada apurou. O Conselho Ultramarino mandou especialmente o Desembargador Antônio da Cunha Souto Maior proceder a nova e rigorosa inquirição, que absolutamente nada concluiu. Duguay-Trouin, quando se apoderou do Rio de Janeiro em setembro de 1711 e o pôs a resgate, escreveu uma carta ao Governador Francisco de Castro Morais, dizendo, entre outras coisas, o seguinte: “Quero crer que sois honrado e, portanto, não tereis tido parte nesse vergonhoso assassinio; mas isto não basta, pois Sua Majestade quer que me nomeeis os autores do crime, para se fazer exemplar justiça.” O Governador respondeu-lhe nestes termos: “A respeito da morte do Sr. Duclerc, cumpre-me declarar que, por solicitação sua, o pus na melhor casa desta terra, onde êle foi morto. Quem o matou? Eis o que se não pôde verificar, por mais diligências que se fizessem, tanto por minha parte como por parte da justiça. Asseguro-vos que, se se descobrir o assassino, será punido como merece”.

Até hoje perdura o mistério da morte de João Francisco Duclerc. Ou não se conseguiu mesmo descobrir quem eram os embuçados e quem os mandou praticar o crime, ou se tratava de gente tão importante que tornou inócuas as devassas procedidas. É possível que, no caso, se possa aplicar o dito francês — *cherchez la femme*. Parece que o capitão francês era dado a conquistas amorosas. O próprio Governador Francisco de Castro Morais depõe que êle era “desbocado e requestador de mulheres honradas”. Qual teria sido a brasileira ou portuguesa do século XVIII, na mui leal e heróica cidade de S. Sebastião, que o enfeitiçou e o levou à morte? Sòmente Deus sabe. Os túmulos continuam a guardar êsse segredo.

A opinião dos historiadores manifesta-se um tanto controvertidamente sobre o episódio. Macedo e Southey atribuem o crime a uma vingança particular, sem mencionar a razão do agravo que a motivou. Antônio Duarte Nunes assegura a mesma coisa. Mas Monsenhor Pizarro considera Duclerc como conspirador e sua morte como consequência das urdiduras em que andava metido. Naturalmente essa conspiração sòmente poderia ser tramada contra o domínio português no seio de alguns *quintas-colunas* da época, em vista de nova tentativa francesa contra a cidade. O Cônego Fernandes Pinheiro suspeita ter sido o próprio Governador quem mandou matar o seu prisioneiro. Não diz, contudo, nem por que, nem para que.

Sobre êsse mistério a verdade é que o juízo da posteridade continua suspenso. O Cura da Candelária, Padre Bartolomeu de França (que coincidência!) deixou-nos êste singelo atestado: “Em dezoito de março, das sete para as oito horas da noite, de mil e setecentos e onze anos, mataram o General dos Franceses que entraram a tomar esta cidade, o qual mataram dois rabuçados que lhe entraram pela porta adentro es-

tando na cama, e dois ficaram guardando a porta na escada, e tinha sentinelas para que não passeasse e não lhe valeram, e chamou-se João Francisco, que era o nome da pia, e o nome de guerra era Moçu de Cré (*Monsieur Duclerc*), está enterrado na Capela de São Pedro da Igreja de Nossa Senhora da Candelária, porque morava na rua que se chama da Candelária, da cruz para o Campo, em umas casas que foram de João Azevedo". Isto na ortografia da época. E até hoje a história nada mais disse, embora lhe tenha sido muito perguntado.

A GUERRA GUARANI

*O Tratado de Madri e a Batalha de Caabaité.
O fim das missões jesuíticas no Uruguai.*

A guerra guaranítica, como dizem os documentos coevos, em que o Brasil tomou parte no século XVIII, cantada por Basílio da Gama no seu poema "Uruguai" e não "Uruguai", como vulgarmente se escreve, foi injusta e inútil. Suas raízes mergulham no fim do século XV, quando a 7 de junho de 1494 se estabeleceu, pelo Tratado de Tordesilhas, o meridiano de demarcação entre as possessões espanholas e portuguesas, o qual devia passar a 370 léguas a oeste do arquipélago de Cabo Verde. Durante os séculos XVI, XVII e XVIII, tanto os lusos quanto os castelhanos desrespeitaram essa linha divisória, sobre a qual nunca chegaram a acôrdo os cosmógrafos dos dois países rivais da Península Ibérica.

No Oriente, a Espanha ocupara as Ilhas Filipinas, sustentando que a elas tinham direito e obtendo de Portugal uma indenização pelas Molucas, onde suas naveas haviam chegado e comerciavam com as especiarias. Na América, os portugueses pretendiam o recuo do meridiano, de maneira a poderem ocupar o Prata e o Paraguai. Procurou-se resolver o litígio secular com o Tratado de Madri, negociado pelo grande estadista Alexandre de Gusmão e assinado a 13 de janeiro de 1750.

Esse tratado baseou-se na teoria do *uti possidetis*, pela qual as terras ficavam em poder daqueles que as haviam ocupado e desfrutavam sua posse mansa e pacífica. A única exceção feita foi a da Colônia do Sacramento, estabelecida pelos lusos no estuário platino. Ela devia ser cedida à Espanha, que daria em troca o território a leste do Rio Uruguai e ao norte do Ibicuí, onde os jesuítas espanhóis, dali violentamente expulsos pelos bandeirantes paulistas no ano de 1638, tinham voltado a estabelecer os chamados Sete Povos das Missões de 1687 a 1707.

Chefiados pelos jesuítas, os índios guaranis daquelas missões se opuseram à execução desse tratado que ia de encontro ao seu direito natural e, aliás, fôra muito atacado pela opinião pública, tanto em Lisboa

como em Madri. Assim, a demarcação do território pelos comissários dos dois governos encontrou resistência armada por parte da população indígena, o que deu origem à guerra denominada guaranítica. As tropas luso-espanholas, comandadas pelo Governador de Buenos Aires, D. José Andonaegui, e pelo do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, Conde de Bobadela, numerando 2.500 homens com artilharia invadiram as Missões e tudo levaram por diante a ferro e fogo. Daí o que diz o citado poema "Uruguai":

*Fumam ainda nas desertas plagas
Lagos de sangue, tépidos, nojentos.*

De fato o sangue correu a jorros naquele rincão, em que a esse exército bem armado e municiado se opuseram com a maior bravura, na defesa de seus lares, 1.600 guaranis mal armados e com canhões de taquara.

A 22 de dezembro de 1755, as tropas do comando do Capitão-General Gomes Freire de Andrade, compostas de soldados brasileiros dos terços e regimentos de Santa Catarina, S. Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, deixaram a Vila de S. Gonçalo e romperam a marcha pela margem direita do Rio Piratini, rumo ao território que deviam invadir. A 16 de janeiro, reuniam-se às espanholas do General Andonaegui no local denominado Rincão d'El-Rei, nas cabeceiras do Rio Negro.

O pequeno exército guarani, organizado pelos jesuítas e chefiado pelo cacique Nicolau Nhanguiru esperava-as em Caaibaté ou Monte Alto, mais tarde denominado Campo da Cruz. Travou-se a desigual peleja e os pobres índios, apesar de se baterem com denôdo, foram mais do que derrotados, foram na verdade chacinados pelos seus vencedores, como o demonstra de sobejo o número das suas perdas. Dos 2.500 luso-espanhóis que participaram da ação 4 morreram e 41 saíram feridos, contando-se entre eles o General dos castelhanos, D. José Andonaegui. Dos 1600 guaranis foram mortos 1200, 154 aprisionados e os restantes feridos.

Todo esse sangue ali derramado resultou inútil, pois a 12 de fevereiro de 1761 o Tratado de Madri foi anulado, voltando a Colônia do Sacramento à posse de Portugal e as Missões à da Espanha. O litígio pelas fronteiras meridionais continuou mais renhido. Do mesmo modo nos limites da Amazônia. Em 1756 e 1757, D. José Joaquim Viana, para marcar o domínio espanhol na margem oriental do Prata, fundou as Vilas do Salto e de Maldonado, de maneira a isolar no estuário disputado a Colônia do Sacramento. No norte, os castelhanos violavam o território amazonense. Em virtude desses fatos, os portugueses ocupavam a margem direita do Rio Paraguai e nela estabeleciam o Forte de Coimbra. Na região do Amazonas, fortificavam Tabatinga e construíam nos lindes da atual Bolívia o famoso Forte do Príncipe da Beira.

Apesar do tratado de limites de Santo Ildefonso, assinado a 1.º de outubro de 1777 pela Espanha e Portugal, esse grave litígio prosseguiu no tempo e no espaço, dando origem a ruinosas e constantes guerras,

em consequência das quais o Brasil ora crescia, ora minguava na cobizada direção do Rio da Prata. Durante a campanha de 1801 contra os espanhóis, conseguimos levar as nossas fronteiras meridionais até os Rios Uruguai, Quaraím e Jaguarão, do que resultaram os novos tratados de Badajoz naquele ano e de Amiens em 1802.

Assim, foi inútil desperdício de sangue o que ensopou o Campo de Caabaité. Nunca houve uma guerra, relativamente aos efetivos nela empenhados, tão mortífera e, ao mesmo tempo, de tão precários resultados. Daí o estado de ruína daquelas prósperas missões que jamais puderam voltar ao antigo florescimento.

UM PRÍNCIPE MOEDEIRO FALSO

A moeda falsa em Minas Gerais no tempo da Colônia. As famosas "dobras tapadas". Um segredo de nossa história.

No ano da Graça de 1730, constituiu-se no Rio de Janeiro pequena sociedade de mineradores de ouro, com o fito de eximir a produção de suas lavras auríferas do pesado impôsto que sôbre ela pesava na Capitania das Minas Gerais. Da mesma faziam parte o Guarda-Mor Luís Teixeira, Inácio de Sousa, Francisco da Costa Nogueira, Antônio Pereira de Sousa, que também acudia pelo nome de Francisco José, abridor de cunhos da Casa da Moeda, Antônio da Costa, o Farçola, Alexandre da Cunha Matos, Manuel da Silva Soares, Manuel Martins, o Serra Negro, oficial de ferreiro, José Fernandes Barcelo, Manuel de Matos, caixeiro de Manuel de Albuquerque, Francisco Bravo, ourives do Rio das Mortes, e Custódio Cordeiro. Seu plano era cunhar moeda com o ouro minerado, evitando levá-lo às Casas de Fundição, onde do seu pêso descontavam o tributo cobrado pelo Govêrno, o qual naquele ano proibia a circulação do ouro em pó e intimara todos os mineradores a fundirem em barras de ouro ou moeda, no prazo de seis meses, o metal precioso que possuísem.

A tal sociedade, para lograr seus fins, montou uma fábrica secreta de moeda na roça de Ituverava, propriedade do Guarda-Mor das Minas Luís Teixeira, na Freguesia de Paraopeba, pertencente à povoação de S. Caetano, que dêsse fato tomou o nome de S. Caetano da Moeda. Mais tarde se chamou sòmente Moeda. A oficina funcionava no interior de mata secular e espessa, na falda duma serra, que passou a ser chamada também Serra da Moeda. Ali, o abridor de cunhos os abria no material preparado pelo oficial de ferreiro, fundia-se o ouro e nêle se batia o cunho das moedas de Minas Gerais. Parece que o abridor dêsses cunhos pagou no cadafalso a sua rara habilidade.

Essa moeda cunhada clandestinamente em Ituverava era falsa sòmente quanto à cunhagem, mas não quanto ao metal, pois os moedeiros clandestinos empregavam ouro de teor até mais alto do que o das Casas da Moeda oficiais. Por isso, mais tarde, depois de serem êles presos e processados, e a fábrica destruída, permitiu o Govêrno a circulação das moedas que haviam fabricado. Elas se distinguem das da cunhagem oficial da época por serem fundidas e terem os cunhos menos profundos. Essas peças são denominadas na numismática brasileira *dobras tapadas*.

A denúncia da existência da fábrica de moedagem do Paraopeba, que também cunhava barras de ouro, as quais circulavam como moeda nos tempos coloniais, foi levada ao Vice-Rei do Brasil, André de Melo e Castro, Conde das Galveias, o qual mandou prender os implicados que se achavam no Rio de Janeiro e ordenou ao Governador das Minas Gerais tomasse as providências que o caso exigia. O historiador Roberto Southey afirma, com admiração, que a denúncia ao Vice-Rei veio de Lisboa.

Na devassa sôbre o crime previsto nas leis e cominado a penas severíssimas foi encarregado Diogo Cotrim da Silva, Ouvidor da Vila de Sabará. A serra foi sitiada pela tropa, sendo presos Inácio de Sousa, muitos cúmplices e empregados, apreendendo-se também todo o material dela, muito ouro em pó e grande quantidade de moeda já feita e ali enterrada.

Estendeu-se do Rio de Janeiro à Capitania das Minas Gerais a rêde dos processos, que colheu, além das pessoas já mencionadas, Francisco da Costa Moreira, o Padre Manuel de Carvalho, Domingos Rodrigues Moreira, Custódio Ribeiro, José Fernandes Braziela, Manuel de Albuquerque e outros, que foram postos "em prisões separadas", isto, é, incomunicáveis.

Todos êsses pormenores se encontram parte na "História do Brasil" de Roberto Southey, parte em circunstanciada notícia do "Almanaque de Minas" de 1865 e o resto na Carta escrita de Lisboa Ocidental, a 12 de agôsto de 1732, pelo Rei D. João V ao Vice-Rei Conde das Galveias, e numa nota que a acompanha.

Tendo a sociedade se constituído no Rio de Janeiro em meados de 1730 e a fábrica sido ocupada pela tropa em 1731, durante êsse curto lapso de tempo, no entanto, foi grande a cunhagem de dinheiro, que começou a ser notada no segundo semestre de 1730. Pensou-se ao princípio na existência de mais duma fábrica, mas se verificou que sòmente havia aquela, a qual fôra mudada de lugar uma vez, naturalmente com receio da ação policial do Govêrno.

Os processos deram azo a vilanias, extorsões e arbitrariedades, que a Côrte de Portugal procurou coibir, nomeando os Desembargadores Brás do Vale e Francisco Pereira da Costa para "conhecer dos excessos". Nêles se tinha notabilizado o Ouvidor de Ouro Prêto, Sebastião de Sousa Machado. Muitos presos foram remetidos para o Limoeiro, em Lisboa. Alguns implicados conseguiram fugir para o sertão da Bahia.

Disse-se até que levaram consigo parte do material de fabricação. Os bens dos acusados foram sequestrados pela Carta Régia de 25 de outubro de 1733.

Xavier da Veiga, nas suas “Efemérides Mineiras”, tratando da Carta Régia de 29 de outubro de 1733, que mandou estabelecer na Capitania de Minas Gerais, em lugar do impôsto cobrado pelo ouro apresentado nas Casas de Fundição, o censo de indústria e o tributo *per capita*, por cabeça, a capitação, pelo qual cada minerador pagaria, produzisse ou não produzisse ouro, cita o trecho do mesmo documento que justifica a medida: “a fim de evitar os descaminhos, fraudes e roubos que se cometiam em prejuízo da Coroa.” De certo modo, a fabricação das *dobras tapadas* influíra para a adoção do novo regime tributário. O mesmo historiador acrescenta à sua notícia esta espantosa revelação:

“O Conselheiro José Antônio da Silva Maia, que foi Ministro de Estado no reinado de D. Pedro I, nas suas “Memórias sôbre o quinto do ouro em Minas Gerais”, escreveu o seguinte, a propósito de fraudes e roubos que se cometiam em negócios de mineração aurífera: — *É tradição constante que, em uma fábrica de moeda falsa descoberta no Paraopeba, bem petrechada, era principal interessado um muito próximo parente d’El-Rei D. João V.*” E Xavier da Veiga conclui: “É insuspeito o depoimento de Silva Maia, homem instruído, circunspecto e muito ádito à realeza de Portugal e do Brasil, pelo que se pode considerar certa a versão firmada na *tradição constante*. Pena é que a revelação histórica não se completasse com o nome do Príncipe moedeiro falso, próximo parente do mesmo Rei, que, nesta data, expediu novas ordens contra fraudes e roubos praticados em prejuízo da Coroa, quando o mais graúdo dos trampolineiros era pessoa de sua família, residente no seu próprio palácio...”

Ora, não havia na época, no Brasil, nenhum Príncipe português e os documentos sôbre o assunto nem de leve se referem a tal presença na fabricação das *dobras tapadas*. Xavier da Veiga aceita o depoimento no ar de Silva Maia e de suas últimas palavras se infere que o tal Príncipe atuaria de Lisboa. É verdade que de lá veio a denúncia para as autoridades da Colônia. Terá havido mesmo êsse Príncipe Moedeiro Falso? A história ainda não pôde esclarecer devidamente êsse sêgrêdo.

O IMPERADOR DOS MAMELUCOS

A fábula de Nicolau I, Rei do Paraguai. Um romance picaresco de mau gosto. Os Paulistas e Jesuítas caluniados.

O romance chamado picaresco, isto é, de altas aventuras e malandragens, como se diz na gíria atual, é muito antigo e se manifesta com feitio próprio em cada época e em cada país. Chamou-se entre os gregos da decadência *fábula milesiana* e produziu histórias do feitio do "Asno de Ouro" de Lúcio de Patras e de Luciano de Samosata. No mesmo gênero, Apuleio escreveu também o "Asinus Aureus". O velho Estrabo conta-nos que essa forma literária se chamava *cinedológica*, de *cinaede*, em latim, *kinaidés*, em grego, a cortezã, tendo sido criado na prosa por dois autores desaparecidos: Sotade e Alexandre, o Etólio. Em verdade, o grande romance picaresco da civilização romana é o "Satiricon" de Petrônio.

Do século XVI ao meado do século XVIII, a Espanha foi o grande cenário do romance picaresco. Ele se adaptou de tal modo àquele meio que acabou tomado como criação original da Península. Basta lembrar entre as dezenas dêsses romances as duas obras primas no gênero, que são o "Lazarillo de Tormes" e o "Estebanillo Gonzalez". É seu irmão, em francês, o "Gil Blas", de Lesage.

Em França, o romance picaresco toma um feitio mais heróico, sua pulhice ascende a níveis políticos e cortesãos. O pícaro francês é herói e espadachim, mas vive dos expedientes de suas contínuas aventuras, como o Estevinho Gonçalves, da Espanha. O tipo perfeito do romance picaresco francês é o de Alexandre Dumas "Os Três Mosqueteiros".

No nosso Brasil, podemos incluir na espécie, sem esquecer as diferenciações que a tornam peculiar aqui e ali, as extraordinárias "Memórias dum Sargento de Milícias". De fato, seu herói, o Leonardo, não passa de refinadíssimo pícaro.

É curioso observar que o romance picaresco de certo modo se liga à história verdadeira. Sabemos que o "Satyricon" está recheado de alusões a personagens e acontecimentos do tempo de Nero. As cenas de caráter histórico abundam a cada passo no "Estebanillo Gonzalez", como em outras novelas semelhantes. E é de feição histórica o enredo dos "Três Mosqueteiros". O mesmo se dá quanto ao "Sargento de Milícias".

Pensando bem, os autores dos romances picarescos metem à bulha a história e, desvirtuando-a, fazem o papel de demolidores da verdade dos fatos e de desmoralizadores das instituições e das altas figuras humanas, que são apresentadas ao público leitor sob um aspecto mentiroso e antipático.

Já na segunda metade do século XVIII, quando o romance picaresco de estilo espanhol estava quase sepultado, surgiu em França uma novela da espécie unicamente destinada a atacar, caluniar, enxovalhar e desmoralizar os jesuítas, então a braços com a perseguição que lhes moviam poderosos Ministros: Aranda na Espanha, Choiseul em França, Pom-

bal em Portugal. Sua autoria anônima foi atribuída e um renegado da Companhia de Jesus. Ao mesmo tempo o livreco, aproveitando as lutas travadas no sul do Brasil por questões de limites entre Portugal e Castela, pretendia desmoralizar de todo a ação da catequese dos índios pelos jesuítas e a defesa constante que, com reais sacrifícios, dêles faziam nos Sete Povos das Missões do Uruguai e no Paraguai. A obra, mal escrita, mal feita, referta das mais deslavadas mentiras, teve, no entanto, grande repercussão na Europa, sobretudo no seio das classes mais ignorantes. O momento de luta contra a ação da Companhia de Jesus por tôda parte era por demais propício ao êxito fácil e passageiro duma literatura barata dêsse jaez. A tal novela intitula-se “Nicolau I, Rei do Paraguai e Imperador dos Mamelucos”. Os mamelucos de que aí se trata são os famosos mestiços de S. Paulo, assim chamados, que compunham os efetivos das Bandeiras de penetração e encontraram a barrar-lhes o caminho, ao sul, os Padres da Companhia, de origem espanhola, defensores acérrimos e fidelíssimos do território de seu Rei nas regiões do Prata. É por êsse ponto que tão deslavada publicação toca de perto a nossa história. É um eco, embora falso, do choque da expansão brasileira chefiada pelos Paulistas com a expansão castelhana dirigida pelos jesuítas.

Os grandes historiadores da meritória ação catequizadora e civilizadora da Companhia de Jesus no nosso continente, como Lozano e Charlevoix, por exemplo, o autor da “Histoire du Paraguay”, em 1757, que considera os Paulistas “génération perverse”, nem sequer aludem à existência de qualquer personagem tido e havido no século XVIII por Nicolau I, Rei do Paraguai e Imperador dos Mamelucos. Guardam idêntico silêncio os bons historiadores portugueses e brasileiros.

O Padre Martinho Dobrizhoffer, um dos missionários no Prata, naquele tempo, na sua *História dos Abiponos Nação Paraguaia, Eqüestre e Belicosa*, publicada em latim, em Viena, no ano de 1783, ri da cínica invenção e prova que o único Nicolau existente no Paraguai no século XVIII de certo nome e valor fôra um Corregedor da Redução de Conceição, que tinha o título de Capitão, era ótimo músico e seus irmãos de sangue consideravam muito sob o nome de Nicolau Neenguiru. Durante as lutas travadas em 1756 contra os lusos, naquelas regiões, êsse pobre chefe índio morrera acidentalmente numa escaramuça. O Padre Dobrizhoffer refuta cabalmente e documentadamente a fábula.

A ela nem de longe se referem os “Anais contendo atos, avisos, escritos, denúncias, doutrinas e inquéritos compostos pelos Membros do Parlamento de Paris” contra os jesuítas, de 1764 a 1767; os documentos reunidos por Astrain na “Historia de la Compania de Jesus en la Assistencia de España”; Crétineau Joly na sua apologia jesuítica “Histoire de la Compagnie de Jesus”, 1859; J. Huber, no seu livro contrário aos jesuítas — “Der Jesuite norden”, impresso em Berlim, em 1873; o próprio Cônego Gay, testemunha de muitos acontecimentos nas Missões, e outros, posteriores, como Nusdorf, Gothein, Pfothenhauer, Von Muhr, Vallentin e Boehmer.

Apareceu o romance ou novela de Nicolau I, em francês, em 1761, com esta indicação absolutamente falsa: *Au Paraguay de l'imprimerie de Nicolas Premier*. A 8 de maio de 1761, o Parlamento da França em consequência do famoso Processo Lavalette, declarou ilegal a existência da Companhia de Jesus. Suprimiu-a por Decreto de 6 de agosto de 1762 e o Rei confiscou-lhe os bens a 14 de junho de 1763.

Logo depois, com idêntica indicação editorial, surgiu um panfleto complementar da obra primitiva, subordinado a êste título: *Remonstrances au Parlement sur l'arrêt rendu le 8 Mai 1761*. Entre parênteses, seguia-se um subtítulo demonstrativo por si só de que tudo não passava de meras calúnias assacadas contra os jesuítas: *Les jésuites marchands de gros et en détail*.

A obra na sua edição original é hoje em dia raríssima. Todavia, de vez em quando os inimigos da Igreja e sobretudo os da Companhia a reeditam e espalham. Uma das últimas reedições foi a de M. Biedma Filho, de Buenos Aires, em 1904, separata de "La Revista del Paraguay", com uma tiragem somente de 100 exemplares *fora do comércio*. É um desses preciosos exemplares que possui a biblioteca do Museu Histórico Nacional.

A novela picaresca do Imperador Nicolau I, em forma de auto biografia, é a seguinte: Chamava-se Nicolau Rubiouni. O emprêgo do ditongo *ou* pelo *u* espanhol ou português denota a influência francesa. Não era índio, mas andaluz, nascido em 1710, na Aldeia de Taratos. Desde pequeno, manifestara as mais torpes e perversas inclinações. Fugiu de casa aos 18 anos, roubando uma pistola e um anel, porque tentara matar um indivíduo, refugiando-se em Sevilha, onde vagabundeou sem recursos, vivendo de expedientes, durante quatro anos.

Aos 22 de idade, fingindo-se modesto e arrependido, tornou-se laicaio duma beata, D. Maria de la Cupiditá ou Cupidez, nome absolutamente arranjado com intenção pejorativa. A beata tinha paixão por êle e o chamava carinhosamente Medelino. Aproveitando-se disso, o rapaz dilapidava a casa em companhia de outros pícaros, de tal modo que, em 1733, um irmão de D. Maria, Coronel dum Regimento de Cavalaria, o expulsou e acabou com aquêles escândalo.

Nicolau Rubiouni meteu-se numa aldeia próxima e passou ao serviço dum almocreve. Em Medina, aconselhou os arrieiros a recusarem o pagamento do impôsto de estradas, o pedágio, do que resultou um conflito com os guardas, tendo êle morto um destes a pauladas. Sabendo que seriam todos perseguidos, abandonou os companheiros e se escondeu na casa duma velha amiga, da qual saía disfarçado a assaltar e roubar os transeuntes incautos. Vestido de frade franciscano, surripinou mil pesos a um tal Santiago Hulpino e dirigiu-se a Málaga, onde passou cerca de dez anos, comendo do que havia roubado.

Em 1743, sem vintém, fingiu-se devoto e, de cidade em cidade, chegou a Saragoça, metendo-se no Colégio dos Jesuítas, ali existente, e conseguindo ser nêle recebido como irmão leigo. Durante três meses, demonstrou hipòcritamente a maior cordura e a maior modéstia, o que

lhe permitiu aos 39 anos de idade ser recebido como noviço da Companhia. Fêz os votos sacerdotais e, como procurador da casa em que servia, furtava à vontade o dinheiro que lhe confiavam.

Namorou-se da filha única do negociante Fortieri, de Huesca, a menina Vitória, e na sua casa se apresentava a fazer-lhe a côrte disfarçado em fidalgo andaluz, tôdas as vêzes que podia deixar o convento por três ou quatro dias. Falsificou documentos e de tal modo se impôs ao pai da moça que com ela se casou sob o nome postigo de Conde de Enmades. Viveu maritalmente com D. Vitória até 1752, quando o seu Superior, desconfiando de sua conduta, o transferiu para outra cidade, como porteiro dum noviciado. Continuou a visitar a rapariga de quando a quando, mas, temendo ser descoberto, acabou por abandoná-la, grávida, partindo para a América como missionário. Antes de partir, porém, fomentou uma rebeldia no convento, sem maiores conseqüências.

Embarcou em Cádis, onde teve notícia de que o comerciante Fortieri e a filha andavam por tôda parte à sua procura. Assim, sòmente se sentiu seguro em pleno mar.

Nicolau desembarcou em Buenos Aires e dali se dirigiu à missão de S. Gabriel, onde estudou a fundo a língua guarani e se pôs a catequizar os índios com outros propósitos que não o de convertê-los à fé católica, distribuindo-lhes bebidas alcoólicas que recebia de contrabando, a fim de ganhar sua amizade. Insinuou-se no ânimo da indiada e despertou nela o ódio contra os portugueses e contra os espanhóis. À frente dela, apoderou-se dum forte chamado do Santíssimo Sacramento, que transformou em seu quartel-general, depois de chacinar os padres missionários e todos quantos resistiram à revolta. Os jesuítas que conseguiram escapar foram por êle recambiados para Buenos Aires.

Então, Nicolau I se fêz proclamar Rei do Paraguai, cunhando medalhas comemorativas enviadas à Europa, em cujo anverso vinha o seu busto com o título e em cujo reverso se via Júpiter fulminando os Titãs. Em outras medalhas, pôs o dístico: *A vingança pertence aos deuses e a seus enviados*. O novo soberano logo se tornou conquistador. Reuniu aos seus índios uma corja de aventureiros europeus e, à frente de 18 mil homens, levando como lugar-tenente um tal Mário, invadiu o Uruguai. Usava manto escarlate, botas de couro dourado, faixa de sêda verde e uma adaga. Tinha uma guarda e um serralho. Nos acampamentos, sua tenda era rodeada de trincheiras.

Derrotou as tropas guaranis dos jesuítas e tomou, uma após outra, tôdas as suas missões entre os Rios Uruguai e Paraná.

Neste ponto, a fábula grosseira e picaresca diz textualmente isto: "Tendo chegado o estrépito dessas vitórias aos ouvidos dos mamelucos, êstes povos enviaram uma embaixada convidando Nicolau a se mudar para S. Paulo e estabelecer ali a capital de seu império... A cidade de S. Paulo, antigamente chamada Piratininga, está situada além do Rio de Janeiro, para o lado do Cabo de S. Vicente, no extremo do Brasil. Fundada pelos portugueses, viram-se êstes, depois de estabelecidos nela, como os antigos romanos, baldos de mulheres. Foram, pois, obrigados a

tomá-las entre os índios. Dessas uniões diversamente feitas nasceram filhos com todos os defeitos das mães e todos os defeitos dos pais, sem nenhuma de suas virtudes. Na segunda geração, já estavam tão degenerados moralmente que as cidades vizinhas se julgavam desonradas, se tivessem relações com gente tão corruta. Para mostrar o soberano desprezo em que eram tidos, deram-lhes o apelido de mamelucos, com o qual ficaram posteriormente conhecidos. Há muito tempo sacudiram o jugo de Portugal e não obedecem aos governadores enviados pelo Rei Fidelíssimo. Acha-se, portanto, tal cidade como uma espécie de República, com suas leis e governos próprios. É mister notar que se formou como a antiga Roma, com a escória de tôdas as nações. É asilo de todos os que fogem às penas merecidas por seus crimes ou que desejam levar vida licenciosa. Negros fugidos, ladrões e assassinos podem ir para lá que são bem recebidos. A vantajosa situação de S. Paulo e as fortificações que os habitantes levantaram fizeram os Reis de Portugal perder a esperança de submetê-la. Todavia, os mamelucos pagam um quinto do ouro extraído de suas minas ao Rei Fidelíssimo, tendo cuidado bastante de reiterar sempre a declaração de que essa contribuição não passa dum presente ao Soberano para testemunhar o respeito que dedicam à sua pessoa sagrada”.

Tôdas essas incríveis falsidades revelam a caluniosa invencionice da fábula do Imperador dos Mamelucos. O seu fim, passando as raias da mentira, torna-se absolutamente ridículo. Os mamelucos paulistas, deslumbrados com as vitórias de Nicolau I, Rei do Paraguai, ofereceram-lhe a cidade de S. Paulo e a coroa imperial, enviando-lhe uma embaixada. Então, o aventureiro, comandando 6 mil homens escolhidos, entrou triunfalmente em Piratininga no dia 16 de junho de 1754, sendo a 27 de julho seguinte coroado na principal igreja paulistana Imperador dos Mamelucos.

Numerosa e variadíssima é a série de escritos que na segunda metade do século XVIII se publicaram contra os jesuítas, fomentados nos países da Europa ocidental pelos governos interessados na supressão da Companhia. A luta vinha subindo de grau desde a questão denominada do Rito Chinês, que o Papa Clemente XI condenou em 1715. Em 1756, coincidindo com a expulsão dos Padres da Côrte Portuguesa pelo Marquês de Pombal, o Jansenista Pascal publicara as suas infames “Lettres d’un Provincial”. Ao mesmo tempo, em virtude do Tratado de Madri, Portugal trocara o Sete Povos das Missões do Uruguai pela Colônia do Sacramento e as tropas dos dois Reinos peninsulares invadiam aquê-le território e guerreavam os índios das Reduções, que se conservavam fiéis à Companhia. Foi a chamada Guerra Guarani, que outro inimigo dos jesuítas, José Basílio da Gama, cantou no poema “Uruguai”. As penas venais eram postas em ação contra os Padres. Apareciam em público as *Monita Secreta*. Inventava-se o Papa Negro e a existência de verdadeira Maçonaria no seio da Ordem. Publicava-se o famoso “Anti-Cotton”. Os assaltos dos Enciclopedistas não davam tréguas aos inacianos. Depois do misterioso atentado contra D. José I, Pombal con-

seguia a expulsão geral dos jesuítas e, em 1761, levava à fogueira da Inquisição o infeliz Malagrida. Contudo, em 1761, como não havia sido possível conquistar as Missões para a Coroa Lusa, elas eram restituídas à Espanha e, assim, terminava a luta entre os jesuítas e os bandeirantes ou mamelucos, que vinha desde 1635.

A fábula de Nicolau I, Rei do Paraguai e Imperador dos Mamelucos, é uma das maiores mentiras que jamais se escreveram contra a gente de S. Paulo e contra a Companhia de Jesus, que tão relevantes serviços prestou à Conquista Espiritual das Américas.

A CIDADE QUE O BRASIL ESQUECEU

*A Odalisca Mineira que adormece no silêncio.
O mistério e as lendas de S. Tomé das Letras.*

A pouco mais de 40 quilômetros da tradicional cidade de Baependi, em Minas Gerais, chega-se por um caminho áspero e difícil ao sopé da Serra de S. Tomé, onde a vegetação frondosa esconde aos nossos olhos as rochas metamórficas que lhe servem de base, o gnaiss micaxistoso. E dali, por ladeiras estreitas e esconsas, serpenteando à borda das perambeiras, galgando os abismos hiantes, que os automóveis vencem com esforço, se ascende a pontos de onde se avistam muralhas de rochas denteadas mordendo o azul do céu, as quais lembram verdadeiras ameias dum recinto fortificado. Enfim, por uma brecha dessas penedias, se galga o platô da montanha, a cerca de 1.400 metros de altitude. O olhar perde-se num horizonte longínquo e acinzentado sobre o oceano coagulado das montanhas. Reina um silêncio de tumulto. O chão, em que medram escassas vegetações, é todo áspero e hostil, de laminae de quartzo granular com mica, enfeitado de dendritos ou arborizações de manganês, que o Barão de Eschwege classifica como itacolumito, às vezes coberto pelos líquens cladônios sanguíneos. Nas proximidades, encontra-se o amianto e tudo ali respira desalento e melancolia.

Logo à vista de quem chega, na parte mais hispida do planalto, varrida de ventanias, erguem-se as paredes de pedra duma igreja inconclusa, cuja nave boceja para o firmamento espanado de nuvens. A gente antiga que ali se estabeleceu queria render nela culto a Nossa Senhora do Rosário, mas, antes de estar pronto o templo, a vida se retirou pé ante pé daquele local e o abandono sobre ele estendeu o sudário do silêncio e do esquecimento.

Logo adiante, encostada à muralha crenulada que se avistava da subida, fenece e morre aos poucos uma pequena cidade do século XVIII. Abafa-a a miséria da decadência. Tomba caladamente em ruínas e nem uma alma caridosa se lembra de proteger as suas velhas e desco-

nhecidas obras de arte. Os serviços oficiais de proteção a monumentos históricos e tradicionais procuram lugares mais acessíveis e famosos: Ouro Preto, S. João d'El-Rei, Mariana, Sabará, Congonhas, Caeté ou Diamantina. Ali ninguém vai. Aquilo ninguém conhece. O que significa ninguém sabe.

Entretanto, com toda a certeza, ali, como cantou o poeta, "outrora ressoaram hinos", houve grandeza, festas, sentimento de arte, preocupação urbanística, como se depreende da observação das arquiteturas, das torêuticas, das pinturas e da simetria das construções. Numa vasta praça retangular, emoldurada, ora de casas térreas, ora de vastos sobrados, com suas vêrgas de portas e janelas em curvas graciosas do século XVIII, ergue-se a Igreja de S. Tomé, com duas tôrres sineiras, alevantada em 1785 ao gôsto típico da época, bem ao pé duma gruta, em cuja entrada se vêem inscrições ou pinturas rupestres de côr vermelha, até hoje indecifráveis, como tôdas do gênero, as quais deram àquele lugar o nome significativo de S. Tomé das Letras. A população definha na ignorância e na miséria, miséria de confranger a alma, vivendo parcamente de tirar lâminas de pedra, que os caminhões dificultosamente levam a Baependi ou à estação ferroviária de S. Tomé a uns 14 quilômetros, do outro lado da montanha.

O solo é tão pedrento que, não tendo onde enterrar os mortos, os habitantes construíram, ao lado da igreja, um muro de pedra e encheram de terra, trazida de longe, aquêlo quadrilátero, que se transformou em cemitério. Dentro do templo, se a obra de talha dos altares é relativamente pobre, as velhas pinturas o enriquecem. Nas paredes da Capela do Santíssimo Sacramento, vêem-se afrescos, já deteriorados pela umidade, de Joaquim José da Natividade, decorador da velha matriz de Baependi. Os tetos de madeira da nave e da capela-mor são pintados admiravelmente, parecendo ser obra do famoso pintor Ataíde ou dum seu discípulo. Na sacristia, existe o retrato a óleo, em tamanho natural de Gabriel Francisco Junqueira, Barão de Alfenas, trabalho do pintor Fachinetti, paisagista e retratista, que esteve no Brasil em meados do século XIX e deixou aqui vasta e preciosa obra.

O Barão de Alfenas, titulado por D. Pedro II a 11 de dezembro de 1848, Comendador de Cristo, Deputado Provincial em Minas Gerais de 1830 a 1833, era grande fazendeiro na região e possuía casa de moradia ainda existente, ao pé da Igreja de S. Tomé. Também frequentavam aquela vila no Segundo Reinado, homens de prol como o Visconde de Caldas e outros de alta importância social. Os grandes cultivadores dos municípios próximos mantinham nela casas para passarem o tempo das festas, quando por aquelas ruas hoje êrmas e tristonhas se desenrolavam as procissões faustosas, parando com rezas e cantorias nos nichos dos Passos, que vão caindo em calíça e pó. S. Tomé das Letras foi erigida em Paróquia em 1840. Pertenceu ao município de Lavras em 1841 e passou para o de Baependi em 1842. Teve, então, o seu tempo áureo.

Mas a construção religiosa e urbana denota à primeira inspeção a vida do século XVIII e a data existente na matriz, 1785, não deixa sobre isso a menor dúvida. Como, por que e quando surgiu em tão priscas eras, naquele deserto rincão, em tamanha altitude, sem terras de pastagem ou semeadura, êsse burgo colonial, que o romancista Bernardo Guimarães apelidou a Odalisca Mineira? Lá não há ouro a tentar bandeirantes. Não é um pouso no caminho das bandeiras que buscavam Lavras ou o Rio das Mortes. Quando muito, seria uma sentinela do sertão antigo dos Cataguás, pendurada e debruçada do alcantil.

Três lendas procuram explicar o mistério da origem dessa cidade morta. Diz a primeira, contada por Carlos Rabelo, que um sacerdote da catequese, como Frei Pedro Palácios na cova de Vila Velha, no Espírito Santo, se fêz eremita naquela gruta ao lado da igreja, em cuja entrada se vêem as inscrições vermelhas, ao tempo em que as bandeiras decifravam a esfinge do território mineiro, acrescentando que um Bispo muito sábio conseguiu decifrar aquelas *letras* como sinal da estada ali do santo ermitão.

A segunda me foi narrada há tempos, em longa carta, pelo Sr. Pedro Batista Campos, morador em Silvestre Ferraz. De acôrdo com essa tradição, no período colonial, o português Francisco Junqueira, estabelecido com fazenda de criação nas proximidades, percorrendo aquêles desertos rincões na caça de veados, encontrou na citada gruta uma imagem de S. Tomé, de barro, com cêrca de 20 centímetros de altura, que levou para sua fazenda. Em memória do achado, mandou buscar uma imagem maior em Portugal e construiu uma capela, na qual teve origem a igreja atual. Êsse Francisco Junqueira era pai do Barão de Alfenas. Afirmava o Sr. Pedro Batista Campos que a imagem de S. Tomé achada na caverna das Inscrições em 1920 ainda podia ser vista no oratório da Fazenda "Criminosos", no município de Silvestre Ferraz, pertencente ao já finado Domingos Teodoro Junqueira, bisneto do português Francisco Junqueira.

A terceira, finalmente, vem num folheto sobre S. Tomé das Letras, de autoria de Hermes da Fonseca Filho, publicado em 1935. Diz que, na noite tempestuosa em que nasceu Gabriel Francisco Junqueira, futuro Barão de Alfenas, um escravo de nome João Antão, com três companheiros, fugiram ao cativo e se acoitaram naquela serra deserta e penhascosa. Ao completar Gabriel Junqueira 18 anos, andando a percorrer as serranias, encontrou um negro velho, o tal João Antão, que o conduziu até a gruta, onde o Barão achou a imagem de S. Tomé e as famosas letras indecifráveis em vermelho. Por isso, fundou ali a primitiva capela. Ora, essa história é absolutamente insustentável, uma vez que a igreja data de 1785 e a arquitetura do povoado afirma o fim do século XVIII.

Há, pois, melhores razões para admitir a formação do arraial em tôrno do ermitão do tempo das bandeiras, como se deu com Frei Pedro Palácios no Espírito Santo, como aconteceu em Appenzell, a Cella do Padre ou do Abade, na Suíça, sendo as romarias e festas religiosas con-

seqüentes a êsse fato as criadoras do desenvolvimento daquele lugarejo isolado das Minas Gerais. Isto é o que parece mais consentâneo e mais lógico.

As inscrições da gruta, gravadas na rocha e betumadas de vermelho, como milhares de outras existentes no Brasil e por todo o mundo, que se chamam litóglifos, petróglifos, inscrições rupestres, *pierres à coupoules*, pedras dos elfos, etc., continuam a desafiar o saber dos arqueólogos. O seu segredo ainda não foi de todo revelado. Não se sabe quem as fêz nem o que possam significar, apesar de sôbre o assunto haver inúmeros trabalhos de grandes sábios e eruditos.

A Vila de S. Tomé jaz entre dois píncaros pétreos da serrania: o do Gavião e o do Leão. Ao pé dêste, há também uma gruta rasa, em cuja arcada irregular se vê a figura vermelha dum animal sem cabeça, do tamanho de mais ou menos 1 metro. Sôbre êsse petróglifo corre uma lenda curiosa. Nos tempos idos, um caçador de veados foi ali atacado súbitamente por uma fera terrível, um leão, diz o povo. Não há pròpriamente leões na América, mas os *pumas*, as chamadas onças-maçarocas e suçuaranas pertencem ao gênero *leo* e são consideradas pelos naturalistas como leões americanos. Vendo a morte diante dos olhos, o pobre caçador bradou por S. Tomé e, imediatamente, o animal que o ia devorar tombou morto, com a cabeça decepada. É êsse milagre que a inscrição perpetua. Perto, numa espécie de soleira natural, acha-se gravado um pé humano de dimensões comuns. Foi a marca que deixou o pé do santo, quando degolou o leão.

Esquecida do Brasil, a cidadezinha morta de S. Tomé das Letras dorme no alto da montanha o seu sono secular, no meio do mistério de sua origem, das esfinges de suas inúmeras *letras* vermelhas que brasonam as penedias ressequidas e ao embalo de suas lendas encantadoras.

Quanta e quanta coisa que assim se vai acabando por êste vasto e querido Brasil afora!

A CAVALARIA DO SERTÃO

Milícias e Ordenanças sertanejas. Os Couraças da Bahia. A roupa de couro dos Vaqueiros já foi uniforme militar.

Foi sempre constante preocupação de todos os povos organizar militarmente as populações rurais, de modo a contar com elas para reserva de seus exércitos e defesa segura de seu território. Pela sua resistência física e pelo seu apêgo à terra, o camponês tem sido, em tôdas as partes e em todos os tempos, o melhor dos soldados. Era dos seus campos que os romanos tiravam aquêles legionários com os quais venceram o

mundo e para os campos, nas chamadas colônias militares, voltavam os veteranos das suas campanhas longínquas. Quando Roma substituiu o camponês-soldado pelo mercenário oriental ou germânico, abriu o ciclo da anarquia militar que a levou à ruína. Na Idade Média, a *hoste* se organiza na base de mais ou menos dez homens a pé para cada *lança* ou cavaleiro. Quando os documentos da época dizem que o Duque ou o Conde ou o próprio Rei se achavam à frente de mil lanças, por exemplo, basta multiplicar mil por dez para sabermos o efetivo daquela mesnada ou tropa feudal. Os cavaleiros são os acontidos ou fidalgos de segunda categoria, ligados ao chefe por êstes ou aquêles laços de suserania. Os peões que os acompanham — sergentes ou serventes, valetes, arqueiros, besteiros ou estafeiros, armados de arcos, bestas, ascumas e machetes — vêm das vilas e aldeias, são a vilanagem, a peonagem. Para a guerra, na época medieval, o soberano convoca o *ban* ou bando, composto de todos os *bans* ou bandos de cada feudo, e, se preciso, o *arrière-ban*, isto é, o segundo-bando ou o bando da retaguarda, que incluirá todos os campônios em estado de pegar em arma, uma verdadeira milícia territorial. Para isso, até o raíar dos tempos modernos, os Reis obrigavam os homens do campo à posse de armas e a certos exercícios, de maneira a tê-los prontos, quando necessitassem convocá-los. Os conselhos, as beetrias e outras organizações municipais também eram obrigados ao fornecimento de certo número de archeiros ou de besteiros. Na Inglaterra, cada camponês, devia ter seu arco e exercitasse com êle. Daí a fama dos archeiros ingleses que tantas batalhas venceram na Guerra dos Cem Anos e ainda grandemente colaboraram para a grande vitória lusa de Aljubarrota.

A essas organizações de reservas territoriais militares os alemães denominavam *landwehr* e *landsturm*, fôrça-da-terra e tropa-da-terra, designações que estiveram em uso oficial até a guerra de 1914-1918. Em Portugal, chamaram-se *milícias* e *ordenanças*. Com êsses nomes vieram para o Brasil. Os soberanos portugueses obrigavam a gente do campo a ter em cada *fogo* ou moradia uma arma de haste (lança curta, chuço, partazana), ou uma espada, ou, mais tarde, um arcabuz com certo número de cargas. Depois, foram dando uma certa forma aos camponeses já armados, até que D. Sebastião instituiu sàbiamente as chamadas Companhias de Ordenanças, que definitivamente estruturaram as reservas territoriais portuguesas.

No início da vida colonial brasileira, quando os estabelecimentos nascentes ao longo da vastíssima faixa costeira do Brasil viviam constantemente ameaçados, do lado de terra pelas correrias dos indígenas, do lado do mar pelas incursões dos corsários e piratas diepeses, ingleses e holandeses, as autoridades recomendavam a cada cidadão ter a sua *coira* ou colête de acolchoado de algodão, para defender-se das flechas dos selvagens, o seu morrião ou capacete, a sua espada ou terçado e, se possível, o seu mosquete ou arcabuz.

São os homens do torrão que, aguerridos pelo meio, vão permitir no século XVII a organização daquelas famosas *companhias de assalto*, que

tantos males causaram aos holandeses, bem como a do *térço* de pretos de Henrique Dias. Terminada a luta contra o invasor herege, o Governador Brito Freire, restaurando a Capitania de Pernambuco, dá-lhe a nossa talvez mais antiga organização militar. De acôrdo com suas determinações, cada comarca era obrigada a fornecer um *térço* de soldados territoriais, dando cada freguesia uma companhia e sendo os mestres-de-campo, sargentos-mores, capitães, tenentes e alferes escolhidos entre os homens de melhor posição das localidades. Nasceu, assim, o nosso decantado coronelismo matuto. Desta sorte, naquele tempo, a Capitania de Pernambuco podia contar com uma reserva de 6.500 homens e 800 cavalos.

Algumas explicações se fazem necessárias: o *térço* era a unidade militar da época, um *térço de coluna*, segundo a organização feita para os exércitos espanhóis por Gonçalo de Córdova, *El Gran Capitan*; a *coluna* era comandada por um *colunello* ou coronel, o *térço* por um *mestre-de-campo*, tendo como assessor um *sargento-major*, *sargento-maior* ou *sargento-mor*, o major atual. O *térço* compunha-se de dez companhias de cem homens cada uma, correspondendo, pois, mais ou menos a um regimento.

A primeira reforma da organização militar deixada por Brito Freire no Nordeste foi feita em 1663 pelo Conde de Óbidos, que reduziu tôda a tropa territorial pernambucana a dois *terços* com efetivos completos. Depois, o Governador Henrique Luís Freire criou um regimento de dragões auxiliares a pé, espécie de infantaria montada ou preparada para montar. É curioso que, em 1805, Napoleão tivesse a mesma compreensão dessa arma e criasse os seus dragões a pé. Foram, aliás, elementos do 5.^o de dragões a pé que prenderam na fronteira o infeliz Duque de Enghien. Henrique Luís Freire também organizou dois regimentos de Cavalaria Ligeira de Ordenanças no sertão, um com 600 cavalos em Itamaracá e Goiana, o outro com 500, repartido entre Pôrto Calvo, Alagoas e Serinhaém.

Esta é a origem da Cavalaria do Sertão nas regiões nordestinas do Brasil. Até pouco depois da guerra holandesa, nos remotos distritos sertanejos havia sòmente as denominadas Ordenanças do Mato, filhas legítimas dos antigos frecheiros auxiliares de raça tupi que acompanhavam as bandeiras e entradas sertanistas, contrapondo-se nas lutas aos *tapuias-brabos*. Essas Ordenanças do Mato, segundo os documentos iconográficos existentes, já eram compostas de *matutos*, de *caboclos*, isto é, de habitantes campestres da região, descendentes da mestiçagem entre lusos e indígenas. Andavam de camisa e ceroulas de algodão, chapéu de palha de carnaúba, cinturão, patuá, baioneta ou terçado e granadeira ou grande espingarda de sílex. A indumentária era a que se usou nos sertões até mais ou menos meio século passado.

A Cavalaria Ligeira de Ordenanças, que nasce com os dois regimentos criados pelo Governador Henrique Luís Freire, à proporção que o sertão se povoa e desenvolve, também cresce. A pouco e pouco, criam-se novos regimentos no interior de Pernambuco, da Paraíba e do Ceará.

E o mais curioso é que o Governo da Capitania, dando prova de alta inteligência e compreensão, não os enfarpela com os bicórneos, casacas, calções e botas à européia da época, como não enfarpelou os infantes das Ordenanças do Mato, mas, a exemplo do que fez com êstes, deixa-os com a indumentária própria da região. Assim, a Cavalaria do Sertão tem como uniforme a roupa de couro dos vaqueiros.

Ao lado das bombachas, do chiripá e do poncho dos gaúchos, a roupa de couro do vaqueiro nordestino é, decerto, a indumentária mais original do Brasil. Criou-a a necessidade de defesa do cavaleiro contra os espinhos e garrancheiras das caatingas e carrascais na faina de campear o gado que nêles se acoita ou amocamba. Compõe-se de sapatos ou alpercatas de sola bruta sôbre os quais vem se prender a polaina ou aba duma perneira de couro de veado, que veste e entangue as pernas do cavaleiro até a cintura, deixando unicamente de fora as nádegas, já defendidas pela sela. O peito é coberto por uma espécie de avental curto, a *véstia*, que pende do pescoço e cai abaixo da cintura, muitas vêzes de couro mosqueado de onça ou maracajá, ou de couro esquisito de caititu. Um casaco de couro, também de veado, denominado *gibão*, pende dos ombros do vaqueiro como uma peliça de hússar. Êle o veste na ocasião necessária para defesa completa do tórax. Completam a vestimenta um chapéu de fundo semi-esférico ou cônico, de abas formadas por sete solas superpostas e recosidas, que se usa de várias formas e cujas bordas são levantadas ou abaixadas, de modo a que a maneira do chapéu indique a *ribeira* ou sertão do vaqueiro, e um par de luvas grosseiras, com o polegar sòmente separado e os outros dedos vestidos juntos.

Com ligeiras modificações na cobertura foi essa roupa de couro a adotada pelo Governo Colonial para uniforme da Cavalaria do Sertão.

Sabíamos que durante a Guerra da Independência, na Bahia, 1823-1824, os jagunços e outros sertanejos tinham sido levantados em armas contra as tropas lusas do General Madeira e que com muitos dêsses homens foram formadas as célebres Companhias de Couraças, vestidas nas roupas de couro dos vaqueiros, trazendo, porém, nos punhos do gibão divisas verdes e amarelas. Não sabíamos, todavia, que já em distantes tempos coloniais os couros da vaqueirama haviam sido oficializados como uniforme da Cavalaria Ligeira das Milícias e Ordenanças do Sertão. Esta descoberta fizemo-la recentemente, ao encontrarmos e adquirirmos para o Museu Histórico Nacional em Lisboa um curioso livro, contendo, em aquarelas ingênuas e realistas, todos os fardamentos das tropas territoriais da Capitania de Pernambuco no século XVIII, abrangendo Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

De acôrdo com êsses autenticíssimos documentos iconográficos, os milicianos da cavalaria sertaneja vestiam a roupa de couro dos vaqueiros sòmente com pequena modificação da cobertura, substituída por uma espécie de barrete com pala e argelina ou cobre-nuca também de couro. Essa cavalaria, segundo se vê das aquarelas, era talvez mais uma infantaria montada, *dragões a pé*, pois que leva armas de fogo e terçados ou

chifarotes, em lugar de lanças ou sabres. À maneira oriental, marcha ao som de *anacaras* ou tambores de a cavalo, como diriam os clássicos.

Eis aí uma revelação que reputamos curiosa para a nossa história militar. Pouca gente ou, melhor, quase ninguém sabia no Brasil que a roupa de couro do vaqueiro nordestino já foi oficialmente considerada uniforme militar.

O PRECURSOR DE TIRADENTES

A revolta de 1720 em Ouro Preto. O martírio de Filipe dos Santos. O sonho da Independência.

Depois da terrível luta entre os Paulistas e os Emboabas pela posse das lavras de ouro, não mais reinou a tranqüilidade na Capitania das Minas Gerais. Entre 11 horas e meia-noite de 28 de junho de 1720, rompeu grande motim na sua capital, a famosa Vila Rica de Albuquerque, crismada depois com o nome, hoje tradicional, de Ouro Preto. Grupos de homens mascarados e armados desceram súbitamente do Morro do Ouro Podre, onde se erguia o Arraial de Pascoal da Silva Guimarães, conhecido depois como Morro da Queimada. Dirigiram-se à casa do Ouvidor da comarca, Martinho Vieira, odiado por seus despachos e sentenças iníquos e arbitrários. O magistrado conseguiu fugir e a chusma devastou, furiosa, a sua moradia.

Em carta ao Rei D. João V, o Capitão-General de Minas Gerais, D. Pedro de Almeida, Conde de Assumar, reconhecia que êsse levante fôra provocado pelo desprêzo do referido Ouvidor para com as partes que o procuravam e pela violência das suas decisões. Já o advertira contra êsse despotismo. Todavia Martinho Vieira lhe respondera que se “metesse com as armas que êle se meteria com a justiça”. Comentando essas informações, o historiador Xavier da Veiga declara que os fatos subsequentes àquela sublevação mostrariam ser o Conde de Assumar ainda mais perverso do que o Ouvidor por êle incriminado. Vivia o povo das Minas Gerais naquele tempo escorchado de tributos, dízi-mos, pedágios, passagens de rios, direitos de entrada e quintos do ouro, com que pagava o fausto insolente da luxuriosa, sensual e beata Côrte de D. João V. Essa tributação era cobrada com rigorosa fiscalização e indescritível ganância. Mas o contrabando do ouro as conseguia sempre iludir, de modo que se pensou na imposição dum tributo fixo de dez oitavas de ouro para cada bateia. Daí as queixas e revoltas que se sucederam no comêço do século XVIII, a do Morro Vermelho em Caeté e a de Vila Real de Sabará, em 1715, por exemplo, as quais fizeram com que se sustasse a cobrança.

Mas a Lei de 11 de fevereiro de 1719 sôbre as casas de fundição do ouro veio repor a situação em termos piores do que as anteriores, pois que proibia a circulação do ouro em pó, forçando todos os que o batavam a o quintarem naquelas casas de fundição. Isso provocou a revolta dos mineiros de Pitangui, capitaneados por Domingos Rodrigues do Prado, logo afogada em sangue pelas autoridades. O povo das Minas Gerais se opunha a essa tirania do fisco, formando, como escreveu o próprio Conde de Assumar, nesse sentido “um partido universal”.

Contra a execução da referida lei, irrompeu o motim de 28 de junho de 1720 em Vila Rica, anúncio de rebelião mais geral. Chefiou-o o mais opulento mineiro da cidade, Pascoal da Silva Guimarães, assessorado pelo Dr. Manuel Mosqueira Rosa, aclamado substituto do Ouvidor Martinho Vieira, o filho do Dr. Mosqueira Rosa, Frei Vicente Botelho, Frei Francisco do Montalverne, ambos franciscanos, João Ferreira Dinis, Tomé Afonso e Filipe dos Santos, tribuno e agitador das massas populares. No arraial do Morro do Ouro Podre se tinha concertado a conjura e dêle haviam sido enviados emissários que a deviam articular em outras comarcas.

Os bandos de mascarados, gritando estentôreamente — Viva o povo! entrincheiraram-se em frente da Casa da Câmara, que ocuparam, e foram sendo aos poucos engrossados por gente de tôdas as classes e condições. De todos os chefes do levante o único que se encontrava nessas trincheiras era Filipe dos Santos; os outros andavam em missão noutros pontos. Os sublevados contavam já nas suas fileiras cêrca de 2 mil homens. Côncios de sua fôrça, enviaram uma intimação ao Capitão-General Conde de Assumar, que se encontrava na vila do Ribeirão do Carmo, atualmente cidade de Mariana, onde residia no Paço, ao pé da Igreja de S. Francisco. Exigiam a suspensão da lei sôbre as casas de fundição e dos processos fiscais arbitrários, e indulto ao povo em revolta. D. Pedro de Almeida respondeu com evasivas, protelando a solução do caso. Enquanto isso se passava, a Câmara Municipal de Vila Rica se reunia e manifestava contrária à sublevação. Os ânimos irritaram-se. Filipe dos Santos fêz prender os camaristas, declarando que só os poria em liberdade quando o Capitão-General desse seu assentimento às exigências feitas.

Êste continuou a tergiversar, mistificando os rebeldes com a proclamação da suspensão da lei pelo prazo dum ano. Conta o jesuíta Manuel da Fonseca na sua “Vida do Padre Belchior de Pontes”, que, a 2 de julho de 1720, marcharam os rebeldes sôbre a Vila do Carmo, sendo recebidos no Alto do Rosário pelo Senado da Câmara de pendão alçado, os homens bons e prudentes da localidade, e vários sacerdotes que procuraram acalmá-los. Dirigiram-se, no entanto, ao Paço do Conde e fizeram de viva voz seus protestos e petições. Ouviu-os D. Pedro de Almeida, concedeu-lhes o que pediam e mandou publicar o seu perdão. Diríamos hoje anistia.

Assim procedeu o Capitão-General das Minas Gerais por não dispor de fôrça para enfrentar o motim. Êle mesmo o confessa em carta de

2 de agosto de 1720 ao Vice-Rei do Estado do Brasil, na Bahia: cedera “até que o tempo descobrisse depois o caminho que devia seguir para restabelecer o que fica arruinado da parte de Sua Majestade.” De tôdas as concessões se lavrou minuciosa ata com o testemunho dos notáveis da vila e de Eugênio Freire, comissário do Govêrno de Lisboa para o estabelecimento das casas de fundição.

A vitória popular seria em breve frustrada. Parece que a ambição de predomínio desorientou os cabeças da revolta. Houve tumultos e rixas em vários lugares. No meio dessa efervescência, corriam vozes de que o Mestre-de-Campo Pascoal da Silva Guimarães, apoiado por Sebastião da Veiga Cabral, antigo e bravo defensor da Colônia do Sacramento, pretendia expulsar o Governador e assumir o cargo; o Dr. Mosqueira cobiçava a ouvidoria da comarca; e ainda outros, remanescentes dos Paulistas de antanho, desejavam uma desforra contra os descendentes dos Emboabas, apoderando-se de todos os postos de governação e justiça da Capitania, embora houvesse muitos paulistas importantes que apoiavam a autoridade.

O Conde de Assumar deixou correr o marfim e preparou um golpe contra os amotinados. Armou os escravos no Ribeirão do Carmo, concentrou os destacamentos dos famosos Dragões das Minas e, na noite de 13 de julho, prendeu em Mariana Sebastião da Veiga Cabral. Lançou de surpresa os Dragões sôbre Vila Rica, invadiu-a e encarcerou Pascoal da Silva Guimarães, Mosqueira Rosa, Frei Vicente Botelho, Frei Francisco de Montalverne e outros. Filipe dos Santos escapou à prisão e correu à Vila de Cachoeira do Campo, onde reuniu o povo e o exortou a marchar contra as fôrças do Capitão-General. Atacado por esta, defendeu-se, acabando por ser aprisionado.

A 16 de julho de 1720, o Conde de Assumar entrava triunfalmente em Vila Rica à frente dos seus esquadrões de cavalaria. Estava esmagada a sublevação. Tinha a palavra a vingança oficial. Foi rápida e cruel. A tropa incendiou o casario de Pascoal da Silva Guimarães no Morro do Ouro Podre, os ranchos dos seus mineiros e as senzalas de sua numerosa escravaria. Do grande arraial quase não ficou pedra sôbre pedra. Por isso hoje se denomina Morro da Queimada. Muitos conjurados foram remetidos para as masmorras do Rio de Janeiro e outros para as de Lisboa. Alguns cronistas como Teixeira Coelho e Pedro Taques dizem que foram justicados os cabeças do motim. Todavia nas suas cartas ao Rei D. João V, o Capitão-General sòmente se refere à execução de Filipe dos Santos. O historiador Diogo de Vasconcelos também só fala da morte dêste, assegurando que Pascoal da Silva Guimarães, levado para Portugal, ali conseguiu mais tarde ser sôlto e demandar nos tribunais, sem resultado, por injúrias e prejuízos, contra o Conde de Assumar.

Filipe dos Santos fôra apanhado com as armas na mão e o Governador o considerava “o mais diabólico homem que se pode imaginar”, acrescentando que era “o agente por quem o povo se movia”, tendo praticado “coisas inauditas”. O processo sumário realizado contra êle



Embarque do Príncipe Regente D. João VI para o Brasil em Lisboa. Quadro de Delarive.



Rua típica de São Tomé das Letras, a cidade que o Brasil esqueceu.



Cruzeiro de pedra de Cachoeira do Campo, onde foi prêso
Filipe dos Santos, o Precursor de Tiradentes.

não passou duma farsa monstruosa. O herói, segundo o depoimento do Conde, mostrou-se resoluto e impenitente, confessando seus crimes. Como Tiradentes, mais tarde, assumiu a plena responsabilidade do que fizera e desafiou o ódio dos improvisados juizes, que não trepidaram, açulados pelo Capitão-General, em cometer êsse crime jurídico hediondo.

A execução de Filipe dos Santos foi tremenda! Reza a tradição que, amarrado às caudas de quatro cavalos, arrastado pelas ruas de Vila Rica, morreu bárbaramente esquartejado. Em carta de 21 de julho ao Rei de Portugal, contudo, diz o Conde de Assumar que, “diante de todo o povo, foi enforcado e seus quartos postos em todos os lugares aonde tumultuou”. O mesmo fim teria Tiradentes. Mas o mesmo Conde se contradiz, comunicando ao Vice-Rei do Brasil, na Bahia, em carta de 2 de agosto seguinte: “o mandei arrastar e esquartejar”. Não se sabe ao certo a data dêsse incrível martírio, sendo provável a de 16 de julho de 1720, dia da entrada triunfal de D. Pedro de Almeida em Vila Rica.

O que é digno de nota é a confissão do crime feita pelo Conde de Assumar a D. João V: “Eu, Senhor, bem sei que não tinha jurisdição para proceder tão sumariamente, e que não o podia fazer sem convocar os ministros da comarca; mas uma coisa é experimentá-lo e outra ouvi-lo, porque o apêto era tão grande que não havia instante que perder”.

Há, porém, palavras mais importantes nessa epístola-relatório do Capitão-General ao seu soberano: “Ainda não houve motim nas Minas, dos muitos que se tem feito, que, por qualquer motivo que se intentasse, deixasse de levar a cláusula de expulsar os governadores e ministros... na gente das Minas muitos têm por brio o entrar voluntariamente em motins... inveterado e sempre abominável costume dêste país, onde se entende que ser traidor aos disparates dum povo é muito maior crime que ser traidor contra as leis e resoluções de Vossa Majestade. Descobriu-se finalmente o intento do maior dos cabeças, *que era formar uma república* neste Govêrno, expulsando-me dêle e a todos os ministros d’El-Rei, e não tornar a admitir nenhuns outros que se mandassem”.

A tomar como verdadeira a afirmação que aí fica do Conde de Assumar, a qual tem sido considerada mera cavilação para se justificar perante o Monarca por alguns historiadores, o sonho da independência abrolhou em Minas mais de meio século antes da Inconfidência. Filipe dos Santos foi um dos seus protomártires, o precursor do Tiradentes, cujo martírio tem feito na nossa história com que se esqueça o seu ou seja pôsto em plano secundário.

O JUDAS DA INCONFIDÊNCIA MINEIRA

A delação de Joaquim Silvério. O pagamento dos 30 dinheiros. O Judas muda de terra e de nome.

No dia 3 de março de 1789, Joaquim Silvério dos Reis, arrematante dos direitos de entrada na Capitania de Minas Gerais, era oficialmente intimado a prestar contas à Fazenda Real do alcance em que estava para com ela de 172:763\$919 réis, soma avultadíssima para a época. No processo fiscal de que resultou essa intimação, era o arrematante declarado textualmente “doloso, fraudulento e falsificador”. Registrando o fato, o historiador Xavier da Veiga diz que, ao invés de pagar o referido alcance, Joaquim Silvério procurou captar as boas graças do Governo Colonial, denunciando os Inconfidentes, o que lhe valeria “tôda a sorte de *honras* e benefícios, aliás inúteis para sua memória execrável”.

Em documento datado de Vila Rica (Ouro Preto) a 25 de fevereiro de 1791 e apenso aos autos do processo da Inconfidência Mineira, o Visconde de Barbacena, Governador da Capitania de Minas Gerais atesta que a primeira denúncia da conjura lhe foi levada *vocalmente* por Joaquim Silvério dos Reis no dia 15 de março de 1789, isto é, doze dias após a intimação para entrar com os 172 contos e pico que devia ao Erário. Dessa comunicação e do que sôbre ela pudera averiguar “debaixo das cautelas e disfarces” que lhe pareceram necessários deu conta o Visconde ao Vice-Rei do Estado do Brasil, D. Luís de Vasconcelos, Conde de Figueiró, em carta de 25 de abril seguinte, prometendo enviar-lhe o delator e persuadindo-o *artificialmente* que fôsse à sua presença com carta de apresentação datada de 19 de abril, a fim de que o Vice-Rei dêle se servisse “oportunamente na averiguação dos conjurados naquela Cidade e nesta Capitania, que êle me tinha prometido extorquir individual e nomeadamente do Alferes Joaquim José da Silva Xavier”.

Como se vê documentadamente, Joaquim Silvério dos Reis não se limitou só a denunciar a conspiração, o que ainda se poderia justificar dêste ou daquele modo, mas se prestou ao papel de espião, mais infame do que o de simples delator. Foi, portanto, um verdadeiro Judas, que seguiu e espionou como uma sombra má o infeliz Tiradentes, destinado a ignominioso suplício.

Não se contentou o Visconde de Barbacena com a denúncia verbal de Joaquim Silvério e obrigou-o a fazê-la em carta datada da Borda do Campo a 11 de abril de 1789, escrita na Vila da Cachoeira e entregue pessoalmente no dia 19, na qual, após a assinatura, o Judas ostenta o seu título: *Coronel da Cavalaria das Gerais*. Inicia o vergonhoso documento, justificando-se: “Pela forçosa obrigação que tenho de ser leal vassalo...” Dá todos os pormenores de seu conhecimento e os nomes daqueles que o haviam convidado a participar da projetada rebelião e assim termina: “Ponho todos êstes tão importantes particulares na

presença de V. Ex.^a, pela obrigação que tenho da fidelidade, não porque o meu instinto nem vontade sejam de ver a ruína de pessoa alguma, o que espero em Deus, que com o bom discurso de V. Ex.^a há de acautelar tudo e dar as providências sem perdição dos vassallos. O prêmio que peço tão-sòmente a V. Ex.^a é o rogar-lhe que, pelo amor de Deus, se não perca a ninguém. Meu senhor, mais algumas coisas tenho colhido e vou continuando na mesma diligência, o que tudo farei ver a V. Ex.^a, quando me determinar. O céu ampare e ajude a V. Ex.^a, para o bom êxito de tudo. Beija os pés de V. Ex.^a o mais humilde súdito”.

Sabujice, bajulação e hipocrisia refalsada! Que se não perca a ninguém! Mas Tiradentes subiu ao patíbulo da Lampadosa e os outros foram degredados para Moçambique e o Rio de Sena, na África, açoiçados ou encerrados nos calabouços, e carregados de ferros nos pés e nas mãos.

O Governo Português premiou o Judas da Inconfidência com muito mais de 30 dinheiros. Um Decreto Real de 4 de outubro de 1794 lhe concedeu, como “princípio de remuneração”, o hábito da Ordem Militar de Cristo com 200 mil réis de tença. Acrescentam as notícias que Sua Alteza Real o Príncipe Regente, mais tarde D. João VI, governando em nome de sua mãe, D. Maria I, que ficara louca, “houve por bem lançar-lhe o dito hábito por sua real mão”, no dia 20 de outubro seguinte.

Esse documento leva a crer que, enquanto os pobres Inconfidentes seguiam algemados nos porões dos navios para Moçambique e Ambaca, o denunciante de lágrimas de crocodilo ia a Lisboa ser condecorado pelas mãos do soberano. Cabe ao fato, como apostila, a famosa quadra lusitana, a propósito dum judeu que recebera a mesma condecoração:

*Valei-nos, ó meu Jesus Cristo!
Valei-nos, ó Cristo Jesus!
Pois pregaram a Cruz de Cristo
Em quem pregou Cristo na Cruz!*

Esse princípio de remuneração foi logo seguido de maior ou, pelo menos, mais útil mercê. Outro Decreto Real, expedido no dia 13 de outubro de 1794, antes de Joaquim Silvério receber a cruz das mãos de Sua Alteza Real, levantou o seqüestro dos seus bens em consequência do vultoso alcance em que, como já se viu, se encontrava para com a Real Fazenda na qualidade de arrematante ou contratador dos direitos de entrada na Capitania de Minas Gerais. Foi o perdão total da sua dívida.

Ainda não era tudo. Os 30 dinheiros dobravam pé com cabeça. No mesmo ano de 1794, a 20 de dezembro, dava-lhe o Governo de Lisboa o título de Fidalgo da Casa Real, com fôro e moradia nela, e o nomeava Tesoureiro da Bula nas Capitâncias de Minas Gerais, Goiás e Rio de Janeiro. Assim, choviam sôbre o delator e espião as honras de caráter militar, nobre e até religioso, como se houvesse o propósito de, sobre-carregando-o com elas, eximi-lo da animadversão que certamente o

rodeava e do desprezo com que, decerto, os seus contemporâneos o tratavam.

A verdade é que, apesar de tantas mercês, Joaquim Silvério dos Reis não pôde viver muito tempo em Minas, onde se sentia alvo da má vontade e do desdém de todos, mesmo daqueles que não apoiavam moralmente a rebeldia projetada pelos Inconfidentes e eram súditos fiéis da Coroa Portuguesa. Não lhe deve ter servido muito o perdão do alcance e a tença de 200 mil réis do hábito de Cristo, pois anos mais tarde impetrava do Príncipe Regente a concessão de novo favor, sendo-lhe dada por Decreto Real de 4 de agosto de 1808, quando a Côrte já se encontrava no Rio de Janeiro, a pensão anual de 400 mil réis.

Impossibilitado de residir em Minas Gerais pela inapagável memória de sua nefanda traição, Joaquim Silvério dos Reis conseguiu ser transferido, no seu pôsto de Coronel, para a longínqua Capitania do Maranhão, na qual pouca gente o conhecia e onde não permaneciam quentes, como em Minas, as cinzas da grande tragédia. Contudo, ali mesmo, procurou disfarçar seus nomes com o acréscimo de mais um, passando a assinar Joaquim Silvério dos Reis Montenegro, como consta dum documento existente no arquivo do Museu Histórico Nacional e cujo teor é o seguinte:

“Recebi do Snr. Fernando Antonio da S.^a Tezoureiro do Real Erario e pagador das tropas desta Capitania a qta.^a de Sesenta e dois mil Seis sentos Setenta e Seis reis do meu soldo Vencido no Mez de Junho como Coronel da Infantaria paga — e agregado a 5 Regimt.^o de Milicias da Cid.^e Mar.^m 1.^o de Julho de 1818. Rs. 62\$666. *Joaquim Silverio dos Reis Monte Negro. Coronel.*”

Em baixo a averbação da tesouraria. A letra soberba e ornamentada de curvas desafia um estudo grafológico. Vemos por êsse documento que o Judas da Inconfidência, em 1818, quatro anos antes da Independência do Brasil, ainda se achava no Maranhão. Ali veio a falecer na cidade de Alcântara.

A FÔRCA DA LAMPADOSA

A maior fôrça que houve no Brasil. Que fim levou e onde se acha? O encontro dos seus restos. Os paus da fôrça tornam-se amuletos.

Diz Joaquim Norberto na sua documentada “História da Conspiração Mineira”, que é como denomina o movimento mais conhecido como Inconfidência, que a fôrça em que foi, no Largo da Lampadosa, supliciado seu herói e mártir, o Alferes Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha o Tiradentes, atraía a atenção pela sua desmarcada altura. É

possível que a famosa Alçada ou tribunal que condenou os participantes da conjuração ao degrêdo e o Alferes à morte, determinando o tamanho fora do comum do patíbulo, erguido no Largo da Lampadosa, tivesse o fito de assim escarmentar os assistentes da execução e tirar do seu espírito, pelo terror, as veleidades de novas conjuras contra o poder real. De fato, o castigo a que Tiradentes foi submetido nos dá essa impressão: além de enforcado, salgado e esquartejado seu corpo, para a exposição em vários lugares, no Rio e em Minas, também arrasada sua casa em Ouro Preto e notados de infâmia os seus descendentes. Depois de realizado o enforcamento, transportaram o cadáver para uma das dependências térreas da antiga Casa do Trem, onde se procedeu ao bárbaro esquartejamento e salgação. A Casa do Trem, mais tarde ampliada e convertida em Arsenal de Guerra da Côrte, é aquêle edifício em que está hoje instalado o Museu Histórico Nacional.

Em seu “Dicionário Jurídico”, Pereira de Sousa descreve a fôrca composta de dois ou três paus fincados no chão, com uma ou mais traves atravessadas e pregadas na parte de cima, das quais se penduravam em cordas de laço corredio os condenados à morte. Algumas vêzes, a fôrca era posta sôbre um estrado, que a tornava mais alta. Acrescenta ser de uso fazer fôrças mais elevadas ainda, quando se queria chamar a atenção para certos crimes e para certos criminosos. Em 1755, por exemplo, depois do terremoto de Lisboa, o Marquês de Pombal ordenou que “os executados por crime de roubo fôssem-no em fôrças tão altas quanto possível”. Justamente a êsse uso obedeceu a prescrição da Alçada, relativa ao cadafalso destinado ao protomártir da Independência brasileira.

Além de extraordinariamente alta, a fôrca de Tiradentes foi montada sôbre um estrado bastante elevado, ao qual se subia por uma escada de 21 degraus, de modo que, por sôbre os cordões de tropas que o encerravam num triângulo de baionetas, pudesse o povo ver, mesmo de longe, perfeitamente, a execução. Além disso, um grande lampião, preso a um poste por um braço de ferro, destinava-se a iluminar à noite um dos quartos do corpo esquartejado ali exposto, bem salgado para não apodrecer depressa.

Terá êsse terrível instrumento de suplício desaparecido completamente na voragem do tempo, como tantos outros que, desde os tempos coloniais até o meado do século XIX, serviram para dar *morte natural*, como se dizia, a centenas de réus da pena última por crimes políticos e comuns? Ou dêle subsistem ainda algumas relíquias que concretamente nos lembrem o atroz martírio de Joaquim José da Silva Xavier?

No seu número 134, de 14 de junho de 1893, o jornal carioca “A República” publicava a seguinte notícia sôbre a fôrca de Tiradentes: “Em poder do Sr. Tenente Deocleciano Mártir, acha-se essa preciosidade da nossa vida política. Está velha, maltratada e quase completamente podre! A escada do patíbulo tem 21 degraus e é de grossa madeira de lei. Os troncos do guindaste são colossais e ainda conservam a côr vermelha. Têm diversos furos, e entre êles uma gargalheira e um pedaço de algema. Tem também o lampião da fôrca, sendo que êste

está completamente escangalhado. Esta relíquia foi encontrada enterada no calabouço da antiga Cadeia dos Frades, denominada mais tarde Aljube". Na mesma data, outro jornal carioca, "O Tempo", repetia a notícia.

O Tenente Deocleciano Mártir era um republicano histórico que tomou parte saliente em diversos acontecimentos políticos do comêço da República, no Rio de Janeiro. Estêve, no Govêrno do Presidente Prudente de Moraes, implicado na conspiração de que resultou o atentado contra o mesmo, em frente ao Portão da Minerva, no Arsenal de Guerra, hoje entrada do Museu Histórico Nacional, por ocasião do regresso das fôrças do Exêrcito que haviam combatido em Canudos. O anseçada Marcelino Bispo, então, se lançara fora de formatura e atacara o Chefe do Govêrno. O Marechal Bittencourt, Ministro da Guerra, e o General Mendes de Moraes, Chefe da Casa Militar, se interpuseram entre o assassino e a vítima, sendo o primeiro morto e o segundo ferido pelo furioso soldado. As pessoas de certa idade, entre as quais me incluo, ainda tiveram ocasião de conhecer nesta cidade, andando pelas ruas, sempre de prêto e apoiado em muletas, o Tenente da Guarda Nacional Deocleciano Mártir.

De posse da fôrça de Tiradentes que descobrira no Calabouço do Aljube, êle a recolheu ao Museu Nacional, que, então, funcionava no seu antigo edifício do Campo de Sant'Ana, Praça da República, onde hoje se acha instalado o Arquivo Nacional. Com a mudança do Museu Nacional para o antigo Palácio Imperial, na Quinta da Boa Vista, para lá foi transferida a velha fôrça. Sabendo disso, ao fundar-se em 1922 o Museu Histórico Nacional, sua Diretoria ali a foi buscar e a incluiu nas suas salas de exposição. As mudanças, o tempo, a umidade e os cupins já tinham dado cabo dos 21 degraus da escada. A ferrugem destruíra o lampião, a gargalheira e o resto da algema, que decerto tinham servido para a exposição do pedaço do corpo de Tiradentes. Restavam sòmente os dois grossos troncos do guindaste, com seus furos, e quatro traves possantes, tudo ainda com restos de côr vermelha a que aludem as notícias dos jornais cariocas de 1893.

O achado dêsse instrumento de suplício no antigo Aljube ajuda sobretudo a documentar sua autenticidade. O circunspecto historiador Vieira Fazenda, que conhecia como ninguém as tradições e coisas da capital do Brasil, diz, a propósito, no seu consciencioso trabalho "Antigualhas e Memórias do Rio de Janeiro", estampado no volume 140 da "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro": "Em anos do século findo, as execuções capitais eram feitas nos Largos da Prainha, Capim e principalmente no Largo do Moura, ficando por alguns dias guardados os esteios (da fôrça) nos célebres barracões de madeira pertencentes ao negociante Diogo Manuel de Faria. *Dai eram removidos para o Aljube.* Li algures que há poucos anos foram encontrados os restos da fôrça em um subterrâneo dessa antiga prisão. Êles deverão figurar no Museu Nacional".

O Aljube, como o próprio nome árabe está dizendo, era uma prisão; mas essa designação somente se applicava em Portugal e no Brasil para indicar o lugar destinado a prender eclesiásticos. O do Rio de Janeiro ficava ao pé do Morro da Conceição, na Rua do Aljube ou da Valinha, para diferenciar da Rua da Vala, atual Uruguaiana, isto é, no fim da Rua do Valongo, agora Acre e comêço da dos Ourives, nas cercanias do antigo Largo de Santa Rita, por onde passa agora a Rua Marechal Floriano. Quando o Príncipe Regente D. João veio, tangido pela invasão francesa de Junot, General de Napoleão, para o Brasil, ocupou o Paço da Cidade, atual Repartição dos Telégrafos. Ao pé dêste, onde se ergue agora a Câmara dos Deputados, ficava a prisão da cidade, a Cadeia. Foi logo desocupada, a fim de servir de dependência à moradia do Príncipe, sendo os presos removidos para o Aljube, que passou a ser a prisão comum, com o nome popular de Cadeia dos Frades ou Cadeia da Relação. No edifício da antiga prisão, depois, quando se proclamou a Independência, se instalou a Câmara dos Deputados, que ali permaneceu até o comêço do século XX. Daí o chamarem todos aquela casa a Cadeia Velha. Destruído, quando Presidente da Câmara o Sr. Arnolfo de Azevedo, em seu lugar se edificou o Palácio Tiradentes. Nessa ocasião, as grades da célula, onde o protomártir passara as horas da agonia, foram tiradas e recolhidas ao Museu Histórico. Dali o glorioso Alferes saíra na manhã de 21 de abril de 1792, no meio de longo préstito, para através das Ruas do Parto, atual S. José, e do Piolho, atual da Carioca, do Campo de Santo Antônio hoje Largo da Carioca, e do Largo do Rocio, alcançar o alto e vermelho patíbulo da Lampadosa, onde o algoz o esperava para o enforcar.

Parece que os fados quizeram preservar até nossos dias alguns daqueles grossos e pesados madeiros que serviram à tétrica execução. Infelizmente se perdeu a escada que ressoou aos lentos passos do pobre condenado, o qual estaria longe de pensar que por êles subia para a imortalidade. Também infelizmente se perderam aquelas alças de ferro de que foram penduradas as suas carnes sangrentas e aquela grande lanterna que as iluminou noites seguidas, na solidão e no silêncio, até que seu estado de putrefação obrigasse os executores da bárbara sentença a sepultá-los em lugar ignorado.

O destino da fôrca de Tiradentes assemelha-se ao do seu corpo martirizado. Foi êste dividido entre o Rio e Minas. A fôrca também sofreu nos seus restos idêntica divisão. Tendo-se fundado em Ouro Preto o Museu da Inconfidência e sendo óbvio que nesse instituto não podiam deixar de figurar algumas dessas preciosíssimas relíquias, a Diretoria do Museu Histórico ofereceu, para serem ali convenientemente expostas, duas das travessas que possuía.

Sabem agora os leitores a história da lendária fôrca, como e por que a fizeram em desmesurado tamanho, onde foi depositada, após a execução, como a encontraram um século depois da Inconfidência quase ano por ano, o desgaste que sofreu, as mudanças a que estêve sujeita e o que dela resta hoje em dia no Museu Histórico Nacional.

Há uma velha superstição que atribui o poder de dar sorte às coisas que serviram para as execuções de pena de morte, sobretudo dos enforcados. Corre que um pedacinho de fôrca é uma verdadeira relíquia, um forte *patuá* ou *mandinga* para atrair a felicidade. A Diretoria do Museu Histórico teve de, por causa disso, exercer sôbre a fôrca de Tiradentes na sala onde se encontra constante vigilância, visto como grande número de visitantes, aproveitando qualquer descuido dos guardas, cortavam pequeninas taliscas dos velhos e pesados madeiros vermelhos. Se êsse hábito se generalizasse, com a continuação os restos da fôrca de Tiradentes desapareceriam em breve, consumidos pelo público em amuletos. Todavia a fôrca de Tiradentes foi a maior que jamais houve no Brasil!...

A HISTÓRIA DOS ÍNDIOS DA NAÇÃO GUAICURU

Os famosos Índios Cavaleiros. Sua origem e seus costumes. Guerras e aventuras sangrentas.

Nas velhas Histórias do Brasil, em que os meninos do meu tempo de infância aprendiam nos colégios a conhecer e amar o passado da pátria, impressionava, mais do que tôdas, uma antiga gravura representando os índios Guaicurus montados a cavalo.

A história dêsses cavaleiros selvagens foi escrita no ano da Graça de 1795 pelo então Comandante do Real Presídio de Coimbra, ao sul de Mato Grosso, Francisco Rodrigues do Prado. Êsse interessante trabalho manuscrito estava na posse de José Manuel do Rosário, que o ofereceu em 1839 ao venerando Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Seu título completo é o seguinte: "História dos Índios Cavaleiros ou da Nação Guaicuru, em que descreve os seus usos e costumes, leis, alianças, ritos e govêrno doméstico, e as hostilidades feitas a diferentes nações bárbaras, aos Portuguezes e Espanhóis, males que ainda são presentes na memória de todos". O Instituto publicou a obra no seu hoje raríssimo 1.^o volume da "Revista", naquele mesmo ano de 1839, que foi o de sua fundação.

Conta Francisco Rodrigues do Prado que os Guaicurus habitavam vasta região nas margens do Rio Paraguai, que se estendia do território brasileiro aos do Paraguai e de Corrientes, nêle vivendo errantes, sem cultivar a terra e sem permutar seus gêneros e frutos com outros povos. Eram chamados pelos espanhóis Cambás, pelos paraguaios Lingoas e pelos bolivianos Xiriquanos. "Os primeiros que deram notícias dêsses bárbaros foram os antigos Paulistas; e já os encontraram senhores de grandes manadas de gado vacuum, cavalos e lanígeros. Não se sabe o tempo em que houveram êsses animais; pode bem supor-se que os não hou-

veram por permutação, por terem na sua língua nomes próprios, tendo aquêles que os tem havido de nações civilizadas conservado o nome próprio que tem entre as nações de quem os houveram. Com os cavalos se fizeram temíveis aos outros selvagens, e aos mesmos Paulistas, que não saíam ao sertão senão com grande levada, receavam encontrá-los em campo limpo, pelo modo com que eram acometidos. Tanto que os Guaicurus os viam, ajuntavam os cavalos e bois, e, cobrindo os lados, os apertavam de sorte que, com a violência com que iam, rompiam e atropelavam os inimigos, e êles com a lança matavam quantos encontravam diante. O único remédio que tinham os Paulistas para escapar era meterem-se no mato; e, amparados das árvores, a tiro os derrubavam a seu salvo”.

Os cavalos dos Guaicurus obedeciam aos seus assobios e êsses terríveis cavaleiros se dividiam em três castas: os nobres ou capitães, os soldados ou guerreiros e os servos ou cativos. Essas castas eram hereditárias e não se uniam pelo casamento. Eram índios altos, acobreados, escuros, carnudos, bem feitos e endurecidos pelo exercício. Não havia entre êles calvos, os cegos eram raros e os longevos abundavam. “Êste povo conserva um ar de semelhança, o que já se observou entre os Judeus, os Guebros ou Guaris, chamados nas outras eras os Pársis, e nos Vândalos. Todos conservam, estando quietos, um semblante melancólico...”

As mulheres envelheciam cedo e se envolviam em panos. Todos se ornavam de penas na cabeça, nos pulsos e, nas pernas. As largas cintas eram de algodão tingido de côres. Usavam colares de contas e furavam o lábio inferior, no qual passavam um batoque, às vêzes de prata, mas quase sempre de madeira. Das suas orelhas pendiam crescentes de prata. Foram êles que mataram a gente da famosa Bandeira de Aleixo Garcia, quando regressava do Potosi, no século XVI.

Monógamos, o marido ia viver com a família da mulher. Praticavam o aborto e admitiam a prostituição masculina, denominando Cudinas aos efebos, que à mesma se destinavam. As casas de esteira eram portáteis como tendas. Comiam todos os bichos, mesmo os mais imundos. Diziam-se descendentes da ave de rapina chamada caracará, mas isso não os impedia de a matarem e devorarem. Acreditavam num deus bom, nos demônios e na imortalidade da alma. Reverenciavam os astros, para onde iam os espíritos, e pintavam os cadáveres de luzidas côres, como se estivessem vivos, enterrando-os nos cemitérios comuns em feitio de cabana. Mudavam de nome tôdas as vêzes que morria uma pessoa ou um escravo da família. Carpiam lamentosamente os defuntos. As mulheres falavam com têrmos diferentes do da linguagem dos homens. Seu govêrno era exercido pelos mais idosos e todos se mostravam muito cheios de soberba.

Levavam vantagem sôbre os outros índios, nas guerras que lhes moviam sempre, pelo uso do cavalo. Dos brancos haviam obtido machados e facões. Suas lanças de afiadas choupas mediam dezoito palmos de comprimento. Além delas, carregavam maças de rija madeira, arcos e flechas. Montavam em pêlo e governavam os cavalos por meio duma

corda que passavam por dentro das suas bôcas. Em campanha, vestiam um colête de couro de onça e elegiam para chefe um dos mais moços da tribo. Pelo contato com os índios fluviais Paiaguás, seus aliados, tornaram-se também destros canoeiros.

No comêço do século XVIII, os Guaicurus pintaram o sete no sul de Mato Grosso. Em 1725, destruíram uma frota de canoas, matando 600 pessoas. Em 1728, chacinaram os mercadores que se dirigiam a Cuiabá. Em 1726, assassinaram inúmeros portugueses que vinham pelo sertão acompanhados de índios Parecis. Em 1730, mataram no caminho de S. Paulo o Ouvidor Antônio Alves Lanhas Peixoto e cêrca de 400 homens. Em 1731, praticaram nova matança perto de Cuiabá. Em 1733, outra em Carandá. Isso motivou a expedição mandada contra êles de S. Paulo, sob o comando do Tenente-General Manuel Rodrigues de Carvalho, a qual os atacou e dizimou nas ilhas do Rio Paraguai. Todavia, os Guaicurus ainda voltaram a atacar e matar os colonizadores de Mato Grosso em 1743, 1744, 1752, 1753, 1768, 1771, 1774 e 1775.

Neste último ano, o Capitão-General de Mato Grosso e Cuiabá, Luís Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, enviou de Vila Bela contra os temíveis selvagens o Capitão Matias Ribeiro da Costa, que, em pura perda, procurou pacificá-los. A paz sòmente foi feita em 1791, por meio dum ajuste assinado no Presídio Real de Coimbra. As vítimas da sanha dos Guaicurus subiam, então, a mais de 4 mil!

O historiador dêsses famosos silvícolas termina seu manuscrito com estas palavras: "Depois disto, continuam êles a vir em magotes ao presídio de Nova Coimbra nas canoas, em tempos de águas, e a cavalo, na sêca. Sempre são bem recebidos e tratados, em virtude das ordens que para isso há. Arranchando-se fora na entrada, em suas casas de esteiras, entram dentro do forte de dia e desarmados, e depois do toque de Trindades saem para fora e só entram os capitães. Em todo êste tempo, têm dado provas de sincera amizade, tanto que no ano de 1793 restituíram dois escravos, que tinham fugido do presídio para suas terras".

"Pelo meio do século passado, acabaram os Guaicurus de arruinar a pequena cidade de Gera, a qual os Paulistas tinham principiado a destruir. Os espanhóis que escaparam foram fundar a Vila de Teguego, nas margens do Paraguai, donde também fugiram perseguidos dos mesmos inimigos. Os Guaicurus os perseguem na Vila de Curambati, que fundaram em Vila Rica, sua colônia, em Belém, e mesmo nos subúrbios de Assunção, capital daquela grande Província, umas vêzes abrasando as casas e matando seus habitantes, outras roubando-lhes os cavalos e gados, e destruindo-lhes as sementeiras."

"Na Província de Xiquitos, fizeram maiores males, depois que o Cura do povo de Santo Coração prendeu a muitos em tempo de paz e usou com êles de bastante rigor. Dêste cativoiro fugiram alguns, e daí veio o obrigar, no ano de 1785, a mudar o dito povo do Santo Coração 35 léguas mais para um lado, e roubarem-lhe os gados, cavalos e gente,

que conservam por cativos, passando desta sorte os miseráveis habitantes daquela Província ao barbarismo de que seus pais tinham saído.”

“Desde então foi que os povos de Santo Coração, S. Tiago e S. João ficaram no abatimento em que hoje se vêem; as aldeias êrmas, as casas reduzidas a pardieiros, os campos sem cultura; tudo, enfim, em tal estado, que faz supor um viajante que aquela Província acaba de sofrer uma devorante peste, uma guerra de religião, ou algum monstro, que com o seu corruto hálito tem infeccionado tudo o que é criado sensível.”

Este triste quadro dá razão ao historiador em dizer que os Índios Cavaleiros foram “Fatais aos portugueses” e fizeram aos espanhóis “todos os danos”. Entre os selvagens da América do Sul, ao lado dos Charruas e dos Minuanos, tiveram êles o domínio do cavalo, que os conquistadores trouxeram e se desenvolveram na vida selvagem dos pampas sulinos. Com êsse domínio se tornaram uma das mais guerreiras e terríveis nações indígenas do continente. Hoje vivem em paz, esquecidos, enfraquecidos e semi-aculturados. Das suas glórias sangrentas de antanho resta sòmente a memória em páginas olvidadas como as que estivemos citando. Graças à pena de Francisco Rodrigues do Prado, tiveram os Guaicurus o seu historiador, coisa rara nos anais do Brasil.

O REI DA VINGANÇA

Januário Garcia, o Sete Orelhas. Um dos maiores criminosos do sertão.

Januário Garcia, alcunhado o Sete Orelhas, foi um dos mais terríveis facínoras do nosso interior. Pior do que Lucas da Feira, Jesuíno Brilhante, Rio-Prêto, Cabeleira, Cunduru, Antônio Silvino, Lampião *et magna concomitante caterva*. Nascido em S. Paulo, residia em Minas Gerais e começou sua vida de crimes por uma *vendetta* típica dos nossos sertões. Depois, sua fama os encheu de terror.

Em fins do século XVIII, sete indivíduos, rezam as crônicas, atacaram de surpresa em lugar êrmo um irmão de Januário Garcia (outros dizem um filho), espancaram-no e esfolaram-no vivo, deixando-o a esvair-se em sangue ao sol, sôbre um montão de areia, onde agonizou e morreu no meio de pavorosos sofrimentos. Essa monstruosidade horrorizou e indignou Januário Garcia, que era homem de posses, de certo prestígio e destemido. Reuniu-se a seus tios Mateus e Salvador Garcia, pronto a tirar vingança dos cruéis matadores sem recorrer à Justiça, mas fazendo-a por suas próprias mãos. Um cronista retrata-o com estas palavras: “Foi um dos últimos espécimes da antiga raça paulista. Encarnação poderosa e perfeita da tenacidade mais inexcedível, coragem que tocava as raias da loucura, perseverança extremada, inabalável até que se consumasse a empresa iniciada... Era um mágico. Parecia que o de-

mônio se empenhava em sua causa e o guiava direitinho aos lugares onde se aninhavam, ocultos e amedrontados, os algozes de seu irmão”.

Januário Garcia à sua custa procedeu a uma devassa particular sobre o crime, conseguiu saber o nome dos sete assassinos e durante doze anos consecutivos se consagrou à obra da vingança, conseguindo matar todos êles. Cortava-lhes uma das orelhas, enfiava-a num cordel e trazia ao pescoço êsse macabro colar. Daí o terrível apelido que lhe pôs o povo das Minas Gerais.

Quando soube com segurança quais os autores da tortura e morte cruelíssima infligida a seu irmão, matou com certa pontaria, um após outro, três dêles. Os outros quatro, apavorados e sabendo que estavam condenados sem remissão, afundaram-se na largura do sertão e buscaram guarida em lugares ignotos, ou se esconderam nas cidades mais populosas, vivendo com tôda a cautela sob a proteção das autoridades. Nada disso os salvou. Januário Garcia tinha agentes pagos por tôda parte, os quais lhe davam notícias de todos os passos dos perseguidos. Ele vencía enormes distâncias, gastava rios de dinheiro, rompia tôdas as dificuldades, não se importava que o tempo corresse até consumir a vingança. Antes de matar, folgava em gozar a agonia daquele que decidira riscar do número dos vivos. E se declarava com orgulho mero instrumento da justiça, pois aquêles desgraçados não tinham hesitado em esfolar um homem vivo, deixando-o rebolar-se, prêsa de dores incríveis, debaixo dum sol de fogo e em cima de areia frouxa, o que mais lhe aumentava a tortura.

Não era possível exercer essas vinganças e colhêr essas orelhas humanas no decurso de doze anos, sem ser obrigado a outros crimes. Praticou-os com desassombro Januário Garcia, auxiliado por seus dois tios, de modo que, no comêço do século XIX, quando a obra da sua *vendetta* tocava ao fim, já tinham êles três assassinado mais de quinze pessoas.

Mais ou menos em 1802, os últimos assassinos do irmão de Januário, fugindo à sua tenaz perseguição, acolheram-se ao povoado de Santo Antônio do Amparo, onde contavam com protetores e poderiam resistir a qualquer ataque. Informado de que êsses indivíduos se encontravam naquele têrmo da comarca do Rio das Mortes, o Terrível Vingador para lá se dirigiu, acompanhado dos tios e de seus acostados. Assaltaram o lugar, tomaram-no, mataram os perseguidos e os que os tinham acolhido, e incendiaram tôdas as casas. Não ficou pedra sobre pedra. A coisa foi tão espantosa que a Câmara da Vila de Tamanduá fêz uma grave representação ao Conselho Ultramarino de Lisboa.

Depois dêsse feito, faltava sòmente ultimar o derradeiro dos sete esfoladores. Era Manuel Martins Pereira que se acoitara em S. José d'El-Rei, hoje Tiradentes, naquela época vila florescente, rica e muito populosa. Não podendo entrar na povoação devido às providências tomadas pelas autoridades locais, Januário e os tios se aboletaram numa casa dos arredores e começaram a brincar com Manuel Martins Pereira como o gato brinca com o rato antes de devorá-lo. Eram ameaças. Eram sustos

contínuos. O infeliz se queixou ao Govêrno da Metrópole, já que o da Colônia se mostrava impotente contra o famanaz. A 26 de janeiro de 1803, o Conselho Ultramarino tinha ordenado ao Governador da Capitania de Minas Gerais que prendesse Januário, seus tios e comparsas; mas nada fôra feito. A 26 de setembro do mesmo ano, veio uma Ordem Régia, determinando enèrgicamente que os Governadores das Capitanias de S. Paulo e das Minas Gerais se pusessem de acôrdo, a fim de serem presos e punidos aquêles malfeitores.

Enquanto o pau vai e vem, folgam as costas, diz o ditado popular. Enquanto iam queixas e vinham ordens, Januário Garcia agia com decisão e realizava sua tarefa atroz de vingador. A Ordem Régia não foi executada. Manuel Martins Pereira arribou às escondidas de S. José d'El-Rei ou S. José do Rio das Mortes, varou os sertões e foi homiziar-se no Rio Grande do Sul. Januário Garcia seguiu-o como um cão de caça e lá o matou, completando com sua orelha o rosário das que trazia ao pescoço.

Finalmente a polícia resolveu mover-se de fins de 1803 a comêço de 1804, em sua perseguição. Ele defendeu-se algum tempo, cometendo por conseguinte novos crimes; porém isso não lhe interessava, visto como terminara sua ação vingadora. Muito astucioso, escondeu-se bem escondido e fêz constar por tôda parte que tinha morrido. A família abriu inventário de seus bens em cartório, fêz-se a partilha dos mesmos e foi essa devidamente homologada pelo juiz. Januário Garcia Leal, como verdadeiramente se chamava, estava juridicamente morto. Era o que êle queria. Deixaram o pseudomorto em paz.

Então, voltou tranqüilamente às suas fainas de fazendeiro na propriedade agrícola que possuía. Prosperou e se constituiu tronco de numerosa família. “Muitos dos seus descendentes, escreve um historiador, desfrutaram invejáveis posições sociais, merecendo a consideração pública e tendo feito jus a receber do Governo Monárquico comendas e títulos de nobreza”. Os episódios e anedotas dêsse Rei da Vingança tornaram-se tradicionais e mesmo folclóricos entre o povo mineiro.

Januário Garcia envelheceu tranqüilamente e faleceu bastante idoso rodeado de sua família, em consequência dum acidente numa porteira de sua fazenda. Sua vida facinorosa, que tem a justificá-la até certo ponto o horrendo crime cometido contra seu irmão, projetou-se, além da crônica histórica dos nossos sertões, no âmbito da literatura nacional. Inspirado nela, Martim Francisco de Andrada compôs um drama hoje esquecido “Januário Garcia ou o Sete Orelhas”. Seria preferível ter-lhe dado o título que pomos a êste ligeiro estudo — “O Rei da Vingança”.

CANHÕES QUE FALAM DO PASSADO

Obras de arte de Portugal, Espanha, Itália, França e Holanda. O que nos contam e nos revelam.

Houve quem escrevesse em França e, posteriormente, entre nós sobre a Estética das Batalhas, procurando nas mais célebres pugnas da história seus aspectos artísticos. Poder-se-ia também escrever um livro notável sobre a estética das armas empregadas na guerra através das civilizações. Porque, de fato, até os tempos atuais, quando essa preocupação desapareceu de todo diante das estandardizações industriais e do sentido absolutamente material e utilitário da vida, sempre os homens procuraram nos armamentos, nos uniformes e na própria ordenança das milícias guerreiras a beleza e a harmonia.

Vemos essa preocupação estética entre os próprios selvagens, que marcham para a luta cobertos com seus mais brilhantes ouropéis, que pintam de variegadas cores os seus corpos nus e enfeitam de embutidos, de desenhos e de plumas coloridas as suas armas primitivas. Vemo-la entre as tribos bárbaras nos seus capacetes de bronze coroados de plumas, de crinas, de cornos dourados ou de asas abertas. Vemo-la no armamento ofensivo e defensivo, nos carros de batalha e nas próprias máquinas de guerra dos Assírios, dos Egípcios, dos Persas, dos Gregos e dos Romanos. Vemo-la ainda nas armaduras florejadas, nas cotas heráldicas, nas grandes lanças apendoadas de galhardetes, nos timbres dos elmos, na cinzeladura das adagas e espadas através dos séculos medievais. E vemo-la finalmente, essa preocupação de arte, nos morriões, nas couraças, nas vestes, nas rapieiras, nos arcabuzes e bestas, nos mosquetes e canhões da época moderna.

Com o século XVIII, na organização dos exércitos permanentes e unificados num estilo disciplinar único, principia o abandono da preocupação artística na terra e no mar. Simplificam-se as indumentárias, alisam-se os canhões, apagam-se as douraduras dos navios de guerra e o metal liso, o ferro e o aço predominam com a sua frieza cruel, cada dia mais, até que, do século XIX ao XX, tôdas as armas se transformam em máquinas.

Também, paralelamente, o garbo militar, o amor das belas fardas, o sentido decorativo daquilo que um dia chegou a se chamar *la guerre en dentelles* desaparece na voragem dos conflitos sem a menor beleza, em que os homens se matam a distância, sem discriminação de idade ou sexo, em que se arrasam cidades sob bombas infernais e em que a mecânica, a química e a física substituem o valor pessoal e moral dos combatentes.

Desta sorte, somente nos Museus, onde a gente aprende a compreender e amar as coisas mortas, se podem ver e admirar hoje aquelas armas trabalhadas e produzidas para matar homens, sem dúvida, mas

com uma preocupação de arte e beleza que parece as tornarem mais próximas de nossa alma, por conseguinte, de certa maneira, mais humanas.

Nas coleções do Museu Histórico Nacional, se podem examinar e estudar detidamente inúmeros exemplares de armas lusas, holandesas e francesas dos séculos XVI e XVII, sobretudo, em que a feição artística é a característica predominante. Broquéis, escudos, capacetes, espadas, pistolas, arcabuzes, mosquetes e peças de artilharia miúda ou grossa mostram os seus ornatos estilizados, cinzeladuras, embutidos de madreperla e marfim, lavrados de bronze e latão, incrustações de ouro e de prata, damasquinados, galivados e encastoados preciosos.

Nesse capítulo, são dignos de nota os canhões históricos, desde os pequenos falconetes de marinha às pesadas caronadas, desde os curtos e grossos morteiros às longas e esguias colubrinhas, desde as bombardas de porte diminuto aos fortes canhões de bronze ornamentados de golfinhos, brasões e efígies. Alguns recordam episódios de campanhas esquecidas, da guerra holandesa, da conquista de Caiena ou da avançada sobre o Prata. Outros conservam a memória dos pontos extremos que alcançou a expansão colonizadora de nossos antepassados: ao Sul a Colônia do Sacramento e o Forte de Coimbra, ao Norte a Guiana Francesa, a oeste o Forte do Príncipe da Beira no Guaporé ou a Fortaleza de Tabatinga no Solimões. Estes conjugam as armas reais de D. José I com as armas pessoais do poderoso Sebastião José de Carvalho, Conde de Oeiras e Marquês de Pombal. Aquêles rememoram a invasão dos franceses no Rio de Janeiro com o perfil de Luís XIV, o Rei Sol. Há os que nos falam dos Filipes e Carlos de Castela, antes e depois do domínio espanhol, e há os que ostentam as siglas da Companhia das Índias Ocidentais, pseudônimo comercial das Províncias Unidas da Holanda na malograda conquista do Nordeste. E muitos contam da bravura de nossos marujos e soldados em Humaitá e Avaí, na guerra contra o Paraguai.

Entre eles, uns são mais humildes na sua decoração artística, outros mais cheios de ostentação e outros ainda trazem nas faixas das culatras bojudas, a par da heráldica altissonante, a assinatura dos grandes fundidores-artistas que os moldaram e vasaram em metal candente. Florões, golfinhos, serpes entrelaçadas, carrancas, gregas, arrebiques, palmas, monogramas, coroas e legendas que os exornam tomaram com a pátina dos séculos um aspecto de joalheria de bronze. O famoso Claves de Amsterdã pôs o seu nome neste, o não menos famoso Jacobus Rocca de Gênova autenticou outros e há os que saíram das mãos do autor da estátua de D. José no Terreiro do Paço, em Lisboa, o Sargento-Mor Bartolomeu da Costa. Josephus Barnola, artista espanhol, fundiu um falconete tomado na Colônia do Sacramento, com as armas conjugadas de Filipe V de Castela e sua mulher, Isabel Farnese. Bento Afonso fundiu em Portugal um outro, que veio do Forte de Coimbra. Gil Pin é o autor dum canhão pombalino e François Dupont, o de outro, saído do Arsenal de Rochefort e do qual nos apoderamos em Caiena.

Há os que trazem na bolada o dístico latino: *Ultima ratio justitiae*, último argumento da justiça; os que imprecam a divindade nesta frase: *A Deus pesso (sic) seu favor nas batalhas que tiver para sahir vencedor*; os que têm nome de batismo: *Tiberio, El Moncivel, Presidente Lopez*; os que desenvolvem em latim epigráfico capítulos da nossa história nos nomes dos soberanos e de seus delegados ou nos daqueles que nos atacaram: *Ludovicus XIII Deo Gratia Francia et Navarra Rex*.

No seu livro "Artes e Artistas em Portugal", o erudito Sousa Viterbo diz que a fabricação da artilharia em Portugal começou em Lisboa no meado do século XV e, já no reinado de D. Manuel, o Venturoso, possuía o Reino a melhor coleção de canhões do mundo, e o armamento dos navios lusos sobrepujava o de todos os outros da Europa, tendo o referido soberano pôsto em voga o sistema de armar até os barcos menores com artilharia pesada. As mesmas informações nos dá Garcia de Rezende na sua "Crônica de D. João II".

A artilharia de bronze colecionada e exposta no Museu Histórico mostra que, além de fabricar excelentes e artísticos canhões, Portugal os encomendava aos melhores fundidores de Gênova e de Amsterdã. Cada uma dessas peças constitui verdadeira revelação de coisas da nossa história.

Ao lado dos que vieram *sob los rios que vão* das longínquas paragens de Mato Grosso e da Amazônia, aonde dificultosamente os levaram, para defesa do território, os bandeirantes e colonizadores, estão aquêles que tomamos aos espanhóis e seus descendentes nas guerras platinas, sendo os mais interessantes os que recordam a Guerra do Paraguai.

O principal dêles é o grande canhão morteiro de calibre 80, *El Cristiano*, fundido no Paraguai com os sinos de tôdas as suas igrejas e colocado nas formidáveis baterias de Humaitá. Ao evacuar essa fortaleza, Solano López mandou lançá-lo ao rio, onde o pescou o Almirante José Carlos de Carvalho, então simples oficial subalterno da Armada, trazendo-o para o Rio de Janeiro. Num dos munhões, tem gravado seu nome de *El Cristiano*. No outro, o ofertório — *La Religion al Estado*.

A voz cristã dos sinos calou-se nos céus paraguaios e a voz da pólvora, semeando a morte, a substituiu nessa histórica e medonha bôca de fogo. Hoje, ela boceja em silêncio no pátio do Museu Histórico e nesse silêncio nos conta, sem rancor pelos inimigos daquele tempo, a epopéia dos nossos soldados e marinheiros, como também o heroísmo dos marinheiros e soldados paraguaios.

Visitando um dia a triste planície de Waterloo, onde Napoleão fôra vencido à frente dos franceses, Vítor Hugo viu uma pomba aninhada na bôca do leão de bronze que coroa o monumento dos ingleses mortos naquela batalha e escreveu êste verso:



O Tiradentes
como Alferes
dos Dragões das
Minas, segundo
J. Washt Rodrigues.



O Imperador
D. Pedro II, que
os paraguaios
pretendiam
raptar no
Rio de Janeiro.

L'oiseau de la paix dans la gueule de la bête.

Nas tardes tranqüilas, quando a luz do sol já não desce mais no sombrio pátio colonial do Museu Histórico, muitas vêzes os pardais vadios pousam na bôca hiante do enorme canhão de Solano López. Os poetas, então, poderão ver o que viu Vítor Hugo e dizer com êle:

Os pássaros da paz nas fauces do monstro.

A GUARDA REAL DOS ARCHEIROS DO PAÇO

A guarda dos Palácios Imperiais do Brasil. Uma tradição venerável.

É uma tradição monárquica ser a guarda interna dos paços reais e imperiais dada por soldados vestidos e armados à maneira antiga. Geralmente se conservam nesses reduzidos e escolhidos corpos de tropa os uniformes do século XVIII e mesmo mais velhos ainda, como o dos Suíços do Vaticano, que foram desenhados pelo divino Rafael, no século XV. São armados de partazanas, espontões ou alabardas. Em Espanha eram chamados Alabardeiros e na Áustria Archeiros. Com êste mesmo nome existiram em Portugal e no Brasil.

Sòmente os que se interessam em esmiuçar os aspectos mais íntimos do nosso passado sabem que Archeiros, de calções e meias de sêda, sapatos rasos e bicórneos, espada e alabarda, davam guarda nos corredores e portas dos aposentos do Paço da Cidade ou do de S. Cristóvão, quando nêles se encontravam os soberanos do Brasil.

Essa Guarda Real dos Archeiros, que se extinguiu pelo Decreto de 31 de maio de 1878, foi trazida, como tôda a Côrte, de Portugal para o Brasil, quando o Príncipe Regente D. João demandou nossas plagas forçado pela invasão francesa de Junot. Ela dava serviço interno na moradia do monarca, guardando sobretudo os corredores e as portas dos aposentos. Acompanhava também o soberano nas solenidades, como ainda hoje o fazem os alabardeiros da Tôrre de Londres nas grandes cerimônias a que comparece o Rei.

Seu uniforme era composto de sapatos de entrada baixa, meias brancas de sêda, calções pelo joelho e ampla casaca de corte militar, de casemira vermelha, com lapelas, canhões, costuras, abas, bolsos e carcelas debruados de largos cadarços azuis estampilhados em ouro com as armas do Reino. Na cabeça, alto bicórneo ou chapéu de pasta negro com plumas da mesma côr. Pendendo de largo boldrié de sêda a espada. Nas mãos enluvadas, a alabarda de choupa alta e cutelos brasonados. Os oficiais usavam um espontão ou uma córseca, arma de haste mais curta e mais leve do que a alabarda.

Ainda em 1808, ano de sua chegada ao Rio de Janeiro, o Príncipe Regente reformou a Guarda Real dos Archeiros, trazida de Lisboa, que ficou sendo composta de 36 soldados e um Capitão-Comandante. Assim a herdou D. Pedro I, ao proclamar nossa independência ou, melhor, separação política de Portugal. Mas a reformou pelo Decreto Imperial de 18 de junho de 1823. A Guarda passou, então, a contar, além do seu Capitão-Comandante, 40 soldados efetivos e 20 honorários.

A indumentária foi também, como era natural, modificada, não nas linhas gerais de suas peças, porém nas suas côres. Os calções e as casacas passaram a ser verdes, côr nacional do Império Brasileiro, com cadarços amarelos estampilhados pelo brasão do novo Império. Nas faces dos cutelos das alabardas, os monogramas reais de D. João VI foram raspados, gravando-se por cima as iniciais do filho. Mais tarde se faria em parte a mesma operação, a fim de estampar a sigla de Pedro II em lugar de Pedro I. Isto foi, aliás, mais fácil.

Das alabardas que restam da Guarda Imperial dos Archeiros do Paço, como se denominou essa tropa no tempo do Império, e que se encontram nas coleções do Museu Histórico se verifica que existem de três feitios nitidamente reconhecíveis: um de choupa pontuda e cutelos mais reduzidos, sem o menor ornato, com os monogramas grosseiramente gravados, que parece ser o modelo mais antigo; outro muito semelhante a êste, porém de choupa menos longa e cutelos mais largos, em que se vê bem claro sôbre as outras marcas apagadas a sigla P. 2.^o; enfim um terceiro, de feitura mais apurada, choupa e cutelos menores, com as letras imperiais e os dragões heráldicos da Casa de Bragança em aplicações de latão dourado, o qual parece ter sido o último usado.

Além de várias alabardas, enriquecem as coleções do Museu Histórico relativas à antiga Guarda Real e Imperial dos Archeiros os seus dois tambores com escudos imperiais de prata repuxada; o seu clarim de prata cinzelada, que, por diversas vêzes, tocado pelo Clarim-Mor do Regimento dos Dragões da Independência, puxou no Rio de Janeiro a parada tradicional de 7 de Setembro e fez soar a alvorada dessa data, quando do seu Centenário, em 1922; as bandeirolas imperiais de sêda com franjas de ouro, que pendiam dos clarins nas formaturas do Paço; e finalmente, por doação do Sr. Guilherme Guinle, a partazana do Capitão, que é a peça mais rara de tôdas por ser única.

Não se conhece o destino que tenha levado o outro clarim de prata dos antigos Archeiros. Consta ter sido vendido há muitos anos a um colecionador de Buenos Aires. Em mãos de particulares até hoje ainda existem diversas alabardas. Como se viu, houve de três modelos ou feitios, o que faz presumir, se a substituição de uns pelos outros foi completa e se deu nas duas reformas que a tropa sofreu, a de 1808 e a de 1823, calculando a média do efetivo em 40 homens, a existência de umas 120 dessas armas.

Para completar sua documentação de armaria e indumentária sôbre os antigos Archeiros do Paço, como o povo os chamava no tempo da Monarquia, possui o Museu em perfeito estado de conservação várias pe-

ças do seu uniforme, inclusive um fardamento completo, do chapéu armado aos calções.

Nenhum ato de heroísmo, nenhum feito excepcional ilustra a crônica dos antigos archeiros. No entanto, em sua presença estamos diante de uma tradição venerável. Esse pequeno corpo militar durante séculos, desde os pródromos da dinastia bragantina no Portugal Restaurado, de ra guarda íntima, constante e fiel a D. João IV, D. Afonso VI, D. Pedro II, D. João V, D. José I, D. Maria I e D. Pedro III nos velhos paços reais de Mafra e de Queluz, da Bemposta e das Necessidades. Atravessara o oceano com o Príncipe Regente e viera guardá-lo, bem como aos seus sucessores D. Pedro I, D. Pedro II, e a Princesa Regente D. Isabel, nas terras do Brasil, nos corredores e portadas do Paço da Cidade ou do Paço de S. Cristóvão. Foi a testemunha discreta e absolutamente silenciosa da vida da Côrte Brasileira e dos maiores acontecimentos de sua história.

João Batista Debret deixou entre suas litografias a figura dos velhos Archeiros e por ela os podemos invocar nos tumultuosos dias de hoje, hieráticos e solenes, marchando dois a dois pelos vestíbulos da Boa Vista, precedidos pelos seus dois tambores brasonados de prata, pelos seus dois clarins cinzelados e pelo seu Capitão a bater espaçadamente nos pisos de madeira e mármore com o conto metálico da partazana. E os versos famosos de Vítor Hugo bailam em nossa memória:

*Quand le régiment des hallebardiers passe,
L'aigle noire d'Autriche, l'aigle à la griffe rapace
Dit: — Voilà le régiment de mes hallebardiers!...*

AS PROVÍNCIAS PERDIDAS DO BRASIL

*Como as ganhamos e como as perdemos. Duas
belas campanhas militares esquecidas.*

A decadência do ensino da nossa história faz com que a maior parte dos nossos jovens ignore seus mais interessantes episódios. Quantos brasileiros, por exemplo, saberão que a Guiana Francesa e o Uruguai já estiveram incorporados ao Brasil como suas Províncias, ambas durante oito anos?

Contemos essa história a começar pela Guiana. Como se sabe, o Príncipe Regente de Portugal, aclamado em 1816 no Brasil como Rei, sob o nome de D. João VI, veio para cá forçado pela invasão da metrópole determinada pelo Imperador Napoleão I às tropas do General Junot, à qual era impossível resistir. Aqui chegando, o Príncipe Regente abriu os portos brasileiros ao comércio das nações amigas, pondo fim ao re-

gime colonial, renovou sua aliança com os ingleses e declarou guerra à França no famoso Manifesto de 28 de janeiro de 1808, datado da Bahia, onde a esquadra real tocara antes de atingir o Rio de Janeiro.

Nesse mesmo ano, para tornar efetiva essa guerra, organizou-se uma expedição destinada a ocupar a única colônia do Império Francês no nosso continente, a Guiana. Reuniu-se em Belém do Pará um contingente de mais ou menos 900 soldados brasileiros, a fim de investir as fronteiras daquele território inimigo, sob o comando do Tenente-Coronel Manuel Marques d'Elvas. Concomitantemente se aprestavam no Rio de Janeiro a fragata britânica "Confiance" e os pequenos navios de guerra lusos: escuna "Invencível Meneses", cúter "Vingança" e chalupa "Leão", para conduzirem à feitoria de Caiena, capital da Guiana, 800 homens de tropas nacionais, comandados pelo Major Joaquim Manuel Pinto. A chefia das forças navais estava entregue ao Comodoro inglês James Lucas Yeo. O Governador da Guiana Francesa, Victor Hughes, teve notícia desses preparativos e preparou-se para resistir.

A campanha militar foi planejada desta sorte: um ataque por via terrestre, partindo de Belém, conjugado com outro por via marítima. A 6 de novembro de 1808, Manuel Marques d'Elvas saiu da capital do Grão-Pará e levou um mês para alcançar, através das maiores dificuldades de reabastecimento e transporte nas vastas regiões do Amapá, as fronteiras da colônia francesa, cujos defensores não ofereceram grande resistência.

Esta se tornou forte, quando se processou o ataque por mar. Nos primeiros dias de janeiro de 1809, a expedição partida do Rio de Janeiro, chegou à vista da Ilha de Caiena e, no dia 7, desembarcou na foz do Rio Mauri, pela madrugada, sem que os franceses dessem por isso, 220 soldados brasileiros e 80 marinheiros ingleses. Parte dessa força, comandada por Lucas Yeo, tomou a arma branca a bateria do Diamant, com 3 peças, na qual morreu seu heróico defensor, o Capitão Chevreuil. A outra parte, chefiada por Joaquim Manuel Pinto, apoderou-se das 2 peças da bateria de Degras-des-Cannes. Estabelecida, assim, uma cabeça de ponte na foz do Mauri, as embarcações da pequena esquadra transportaram da costa continental para a Ilha de Caiena os expedicionários do Tenente-Coronel Marques d'Elvas, vindos por terra de Belém e reduzidos pelas fadigas e doenças de 900 a 350 homens.

O cúter, a chalupa e a escuna, navios que podiam se aproximar da costa, fizeram uma preparação de artilharia para o prosseguimento das operações, bombardeando as posições do inimigo. O Tenente-Coronel Marques d'Elvas assumiu o comando da expedição, atacou em seguida e tomou as 2 peças da bateria Trio, as da Crique Fouillée e as do Canal de Torcy. Aproveitando a noite, o Governador Victor Hughes fez uma sortida para retomar as posições perdidas durante o dia. Esse vigoroso contra-ataque foi repellido pelos brasileiros.

A 8 de janeiro, capitaneando 100 brasileiros e 80 ingleses, o Comodoro Yeo desalojou os franceses de todo o Canal de Torcy, tomando-lhes duas peças de campanha de bronze, uma das quais se conserva exposta

até hoje no nosso Museu Histórico e foi fundida por Etienne Dupont, no Arsenal de Rochefort, no ano de 1793, em plena Revolução Francesa.

No dia 9 de janeiro de 1809, os atacantes avançaram até Legrand-Beau-Regard e enviaram por um parlamentar uma intimação de rendição aos franceses. Estes pediram armistício para confabular e, afinal, a 12 foi assinada em Bourda a capitulação, pela qual o Governador Victor Hughes entregava a praça de Guerra e todo o território da Guiana sob a condição de sair com as honras da guerra e ser transportado para a França, com cerca de 600 soldados de 1.^a linha da guarnição.

A 14 de janeiro, as tropas brasileiras entravam triunfalmente em Caiena. Foi desta sorte a Guiana Francesa incorporada pelas armas ao Brasil, sob cujo governo permaneceu, tendo tido a melhor de suas administrações, segundo reconhecem os historiadores franceses, até 1818. Governou-a durante êsse período, com tino, justiça e acêrto, o grande estadista que foi João Severiano Maciel da Costa, Marquês de Queluz.

Tendo caído o Imperador Napoleão I após a campanha da França de 1814 e se transformado em 1815 num mero aventureiro militar, a quem esperava o desastre final de Waterloo, reuniu-se o famoso Congresso de Viena para firmar a paz na Europa e suas colônias. A diplomacia portuguesa, inspirada por D. João VI, fêz os maiores esforços para que a Guiana continuasse na posse do Brasil. O futuro Rei estava disposto a renunciar às seculares pretensões de Portugal à praça fronteiriça de Olivença, em favor da Espanha, que daria em troca compensações à França pela Guiana. Mas esta e aquela não estiveram pelo ajuste e, a 9 de junho de 1815, assinou-se o Ato Final do Congresso de Viena, cujo artigo 107 rezava o seguinte: “Sua Alteza Real o Príncipe Regente do Reino de Portugal e do Brasil, para manifestar de maneira incontestável a sua consideração particular para com Sua Majestade Cristianíssima (*o Rei de França Luís XVIII*), obriga-se a restituir a Sua Dita Majestade a Guiana Francesa até o Rio Oiapoc, cuja embocadura está entre o 4.^o e o 5.^o graus de latitude setentrional, limite que Portugal considerou sempre como o que fôra fixado pelo Tratado de Utrecht. A época da entrega dessa colônia a Sua Majestade Cristianíssima será determinada assim que as circunstâncias o permitirem, por uma convenção particular entre as duas Côrtes; e proceder-se-á igualmente, com a maior brevidade, à fixação definitiva dos limites da Guiana Portuguesa e Francesa, conforme o sentido exato do Tratado de Utrecht”.

O Tratado de Utrecht fôra o que pusera têrmo, a 6 de fevereiro de 1715, à chamada Guerra da Sucessão da Espanha, entre a França e a Prússia dum lado, e a Áustria, a Inglaterra e Portugal do outro, a qual deu princípio ao crescimento da Prússia. Assinou-o, como plenipotenciário português, o Conde de Tarouca. Essa luta repercutira nas nossas fronteiras do Norte, de 1709, quando o Sargento-Mor José Antunes da Fonseca impedira a penetração da catequese francesa no Amapá e dali expulsara os invasores.

Ora, vê-se que, pelo artigo 107 do Tratado de Viena, D. João não fechava a porta a negociações ulteriores para a posse da Guiana e firmava os seus limites, embora adiando sua entrega, o que muito serviu à diplomacia de Rio Branco para a defesa do Amapá, já nos nossos dias.

Somente dois anos após esse tratado, a 28 de agosto de 1817, assinou o Governo Luso-Brasileiro com a França a Convenção estabelecendo as condições em que se devia processar a restituição do território ao norte do Oiapoc, que levava o Brasil ao Mar das Antilhas. Em novembro de 1818, chegou a Caiena uma esquadra francesa sob o comando do Contra-Almirante Bergeret, conduzindo a bordo da Capitânia o Conde de Carra-Saint-Cyr, nomeado pelo Rei Luís XVIII Governador de Caiena e incumbido de receber a administração das mãos do Marquês de Queluz.

Vejamos agora como o Brasil fez do Uruguai também uma de suas Províncias.

Durante a permanência do Príncipe Regente, depois Rei D. João VI no Brasil, Napoleão tornou à força seu irmão José Bonaparte Rei da Espanha, depondo o soberano legítimo Fernando VII, irmão de D. Carlota Joaquina, mulher de D. João. As colônias espanholas na América rebelaram-se contra o usurpador e esse movimento pouco a pouco se transformou em guerra de independência. A revolução estalou na Argentina em 1810 e esta desejava incorporar o território da Banda Oriental ou Uruguai, que também queria ser livre sob a chefia do famoso caudilho D. José Artigas. D. João resolveu intervir no Prata, para evitar essa incorporação. Em 1811, mandou um exército luso-brasileiro sob o comando do General D. Diogo de Sousa, Conde de Rio Pardo, sob o pretexto de pacificação, fazer um passeio militar até a margem platina. Em 1816, desencadeou uma campanha invasora, admiravelmente concebida e executada por meio de duas pinças, uma pelo litoral, dirigida pelo General Carlos Frederico Lecor, futuro Visconde da Laguna, e outra pelo interior, comandada de fato pelo General Joaquim Xavier Curado, Conde de S. João das Duas Barras. A primeira bateu os uruguaioes em Índia Muerta e ocupou Montevideu. A segunda venceu-os em Carumbé e Tacuarembó. As colunas volantes limpavam o território. Em 1820, após quatro anos de luta, Artigas, definitivamente batido, refugiou-se no Paraguai, onde morreu exilado, e o Uruguai foi reduzido a Província Cisplatina. O Império herdou-a do Brasil-Reino, mas, em 1825, seus habitantes, ajudados, ora disfarçadamente, ora abertamente, pelos argentinos, se rebelaram. Os brasileiros perderam os combates do Rincon de Haedo e de Sarandi. Estalou a guerra naval e terrestre contra a Argentina, cujo exército, sob o mando do General Alvear invadiu o território do Rio Grande, onde travou com o nosso, comandado pelo Marquês de Barbacena, a indecisa batalha do Passo do Rosário ou de Ituzaingó, e recuou além da fronteira. Apesar de a nossa esquadra ter esmagado a dos platinos na memorável Batalha do Monte Santiago, como que havia no Sul um empate de armas. A guerra era impopular no Brasil, tão impopular quanto se tornara D. Pedro I. Em 1828, com interferência da diplomacia inglesa, assinou-se a paz

no Rio de Janeiro, pela qual a Argentina e o Brasil reconheciam a independência da República Oriental do Uruguai e se comprometiam a garanti-la no tempo e no espaço.

Vemos, por essa resenha dos acontecimentos no comêço do último século, que a Guiana e o Uruguai, no tempo de D. João, foram Províncias do Brasil, o qual nessa época foi o maior Brasil territorial de todos os tempos, com a cabeça no Mar Caraíba e os pés banhados pelas águas do Rio da Prata. Hoje, essas duas vitoriosas campanhas no extremo-norte e no extremo-sul estão esquecidas. Raros brasileiros terão ouvido falar delas.

O ENTERRADO VIVO DO PARAGUAI

A Guerra no Uruguai de 1816 a 1820. O caudilho Artigas e seu fim melancólico.

A campanha de 1816 a 1820 contra o caudilho uruguaio José Gervásio Artigas, que teve como resultado final a incorporação da Banda Oriental ao Reino do Brasil sob o nome de Província Cisplatina, é uma das mais, senão a mais bela de nossa história militar. Duas massas invasoras foram lançadas sobre aquêlê território: uma composta pelos veteranos portuguezes da Legião dos Voluntários Reais, que estivera aquartelada em Niterói, soldados que haviam combatido contra Napoleão na Guerra Peninsular, deslocando-se de Santa Catarina por terra, ao longo da costa, tendo como objetivo Montevideu; a outra composta de rudes milicianos brasileiros entrando pela fronteira do Rio Grande a operar em terreno conhecido, no qual se haviam de longa data habituado a combater. Esta coluna marcharia sobre Paissandu. E a fôrça naval estabeleceria no Prata a comunicação entre as duas pontas da possante tenaz. Depois, a cavalaria em reides sucessivos limparia de inimigos todo o Uruguai.

Na ausência de meios fáceis e rápidos de comunicação, os comandantes das duas massas invasoras tiveram as mãos livres para atuar ao sabor das necessidades, de sorte que a unidade de comando, pouco aconselhável no caso, foi meramente nominal e, para dirigir as duas séries de operações separadas, a do litoral e a do interior, foram escolhidos homens de grande bravura e capacidade como o General Carlos Frederico Lecor, depois Visconde da Laguna, e o General Joaquim Xavier Curado, mais tarde Conde de S. João das Duas Barras.

Os antecedentes políticos explicavam, se não justificavam, essa memorável campanha. Processava-se no Prata ao sôpro dos movimentos da independência a fragmentação do antigo Vice-Reinado espanhol. A Argentina era prêsa de anarquias e despotismos. O Paraguai insulava-se.

A mulher do Rei do Brasil, D. Carlota Joaquina, intrigava por trás dos bastidores como irmã de Fernando VII de Espanha. E a grande, varonil figura de José Gervásio Artigas desembainhava a espada para criar a pátria uruguaia.

A ambição argentina não poderia admitir isso; mas, não tendo meios para atuar, preferiu deixar ao Brasil Reino as mãos livres, contanto que Artigas fôsse destruído. Daí a entrada no Uruguai, em 1811, dum Exército Pacificador Luso-Brasileiro sob as ordens de D. Diogo de Sousa, 1.º Conde do Rio Pardo, que realizou vitoriosa marcha até Paissandu, marcha esta que foi o prefácio da invasão pujante de 1816.

O caudilho Artigas, nascido em Montevideu em 1754, criado no campo como verdadeiro gaúcho, antigo oficial dum regimento de Blandengues, popularíssimo entre a gauchada e a indiada que lhe chamavam *El Padre Artigas*, apoderara-se da Banda Oriental e sonhava criar ali uma nação. Foi quando as tropas de D. João VI entraram em cena ao rufo compassado dos tambores e ao clangor marcial dos clarins, marcando uma série de admiráveis triunfos militares.

O General Lecor penetrou o território cisplatino pela orla litorânea. Levava consigo regimentos de fuzileiros azuis, que tinham combatido em Tórres Vedras sob as ordens de Wellington, caçadores de niza côr de pinhão, que haviam lutado com os franceses no Buçaco, lanceiros, que tinham carregado os veteranos de Massena, e a famosa Legião de Albufeira. Com a artilharia, êsse corpo de tropas numerava mais de 4 mil homens. Sua vanguarda, comandada pelos Generais Sebastião Pinto e Bernardo da Silveira, derrotou completamente os uruguaiois à margem do arroio Índia Muerta. Foi o bastante para que a cidade de Montevideu se entregasse sem resistência, recebendo os vencedores com repiques de sinos, Te Deum e festas, a 19 de janeiro de 1817.

O plano de Artigas fora levar a invasão ao Brasil, enquanto fôsse invadido; mas cometeu o grave êrro de fragmentar suas fôrças, sendo por isso derrotado onde quer que se apresentasse. Enquanto seus Tenentes Rivera e Otorgués deviam retardar o avanço de Lecor, outros atacariam a outra ponta da tenaz luso-brasileira, que vinha pelo interior em dois destacamentos, o flanco guarda de Chagas Santos, que André Artigas sitiou em S. Borja, e o grosso do General Curado, cuja base era o acampamento de Ibirapuitá Grande. Contra êste avançaram as fôrças orientais de Sotel e de Verdun. Se lograssem derrotar os invasores, voltar-se-iam contra a coluna de Lecor, a atacariam pela retaguarda, cortando-lhe as comunicações, e a esmagariam.

Mas o General Curado cobria-se com as cortinas da cavalaria gaúcha e paulista dos Generais José de Abreu, depois Barão do Sêrro Largo, e Mena Barreto, que seria o 1.º Visconde de S. Gabriel. Estavam sob seu comando excelentes unidades, de longa data curtidas nas lutas da fronteira, que conheciam a palmo o terreno em que pisavam e tôdas as manhas do adversário que combatiam: milícias do Rio Pardo, Legião de S. Paulo, Regimento de Granadeiros da Ilha de Santa Catarina, Dragões de Lunarejo.

José de Abreu repeliu Sotel no Ibicuí e socorreu Chagas Santos em S. Borja. Mena Barreto derrotou estrondosamente Verdun em Ibiracai. E o Brigadeiro Joaquim de Oliveira Álvares bateu o próprio Artigas, que escapou a casco de cavalo, no combate de Carimbé.

No ano de 1817, o comando-chefe das operações foi nominalmente exercido por D. Luís Teles da Silva Caminha e Meneses, Marquês de Alegrete, porém a iniciativa dos movimentos continuou nas mãos livres dos chefes de destacamentos. O General Curado bateu os artiguenhos no Arapeí e na famosa Batalha de Catalán. Lecor ocupara Montevideu. As duas massas invasoras começaram, então, a lançar investidas e expedições para todos os lados, as quais iam limpando o terreno de inimigos. Assim, Concepción era incendiada, as Missões taladas, Tiraparé vencido, Pascual Moreira pôsto em fuga e Verdun aprisionado. Artigas recorreu às guerrilhas. Não tinha outra saída, pois a esquadilha do Comandante Sena Pereira, remontando o Rio Uruguai, estabelecera a necessária ligação entre Curado e Lecor, fechando o anel de ferro e fogo que devia estrangular qualquer resistência.

Em 1818, Chagas Santos sitiou S. Carlos; Ferreira Braga derrotou os Blandengues de Aranda; Luís de Carvalho matou-o a espada; Lavalleja era aprisionado; Mena Barreto destroçava Pablo Castro em Guabiju; Bento Manuel tomava as baterias de Calera do Barquin e Perucho Berna, e punha o próprio Artigas a correr no Arroio da China.

Em 1819, Chagas Santos se apoderava de S. Nicolau; José de Abreu batia André Artigas, filho adotivo do Caudilho uruguaio, em Itacurubi; Bento Manuel punha em fuga no Arroio Grande a Frutuoso Rivera; e os Dragões de Lunarejo varriam pampas e coxilhas.

Em 1820, o comando nominal da campanha coube a D. José de Castelo Branco Correia e Cunha Vasconcelos e Sousa, Conde da Figueira, Capitão-General do Rio Grande do Sul, mas Curado era quem de fato dirigia a campanha; na Quebrada do Belarmino, foi envolvida e destruída a vanguarda de Artigas; finalmente, na Batalha de Tacuarembó, êle perdeu seus derradeiros recursos. A êsse homem, que se intitulava Protetor dos Povos Livres, só restava a fuga, que empreendeu melancolicamente, abandonado de todos e de tudo, tendo como únicos companheiros dois soldados negros, seus fiéis ordenanças.

Era Ditador do Paraguai o frio e sinistro Dr. Frância. Em carta que escreveu ao Comandante Velasco, do Forte Bordon, assim conta como D. José Gervásio Artigas foi se refugiar na República: "Artigas, reduzido à última extremidade, veio como fugitivo ao Passo de Itapuã e me mandou pedir que lhe permitisse passar o resto de seus dias em qualquer ponto da República, pois se via perseguido também pelos seus, e que, se lhe não fôsse concedido êsse refúgio, teria de ocultar-se nos matos. Era um ato, não só de humanidade, como também honroso para a República, conceder asilo a um chefe infeliz que se entregava. Assim, mandei um oficial com vinte húsares para que o trouxesse".

Pobre Artigas! O suspeito Frância enterrou-o vivo no Paraguai. Em Assunção, recolhido ao Convento das Mercês, espionado às escondidas

pelo Ditador, não conseguiu avistar-se com êle. Depois de seis meses de recolhimento no mosteiro sob a mais rígida disciplina conventual, o caudilho foi conduzido à Vila de Santo Isidro de Curuguati, onde lhe deram a companhia do fiel Alsina, seu ordenança negro, o seu cavalo, uma casa para morar e uma onça de ouro por dia para seu sustento. Ali lavrava a terra como simples campônio.

O Dr. França morreu em 1840. Enquanto se não escolhia o sucessor, Artigas estêve prêso e algemado. Êsse sucessor, D. Carlos Antônio López, o pôs novamente em liberdade. Faleceu a 23 de setembro de 1850, pedindo no delírio que lhe trouxessem o seu cavalo. Tinha 86 anos de idade.

Graças à derrota de Artigas, o Brasil Reino realizara o sonho português de se debruçar sobre as águas do Rio da Prata. O Uruguai era Província sua com o nome clássico de Cisplatina. Essa dominação duraria cerca de onze anos, nos quais, segundo o insuspeito testemunho do grande Zorrilla de San Martín, panegirista de Artigas, demos ao povo oriental respeito às leis, consideração aos seus costumes locais, manutenção dos funcionários civis e militares, ordem, tranqüilidade e riqueza.

Com a independência, o Império do Brasil herdou do Brasil-Reino o território da Cisplatina e o litígio que nêle se incluía em energia de potencial. Êle viria à tona, assoprado da Argentina, em 1825, levando-nos a uma guerra impopular e infeliz, que duraria até 1828, terminando pela liberdade da Banda Oriental, constituída em República do Uruguai, nação livre e soberana, o sonho de Artigas realizado sem êle, o Grande Enterrado Vivo do Paraguai!

O VENCEDOR DE PIRAJÁ

Um soldado de Napoleão na Guerra da Independência do Brasil. O General Pedro Labatut.

A luta dos baianos contra os portugueses, que se denomina na nossa história Guerra da Independência, precedeu a proclamação desta por D. Pedro I à margem do Ipiranga, a 7 de setembro de 1822, pois, a 25 de junho dêsse ano, sublevaram-se os brasileiros na Vila da Cachoeira contra a autoridade do General Inácio Madeira, que ocupava a cidade do Salvador com tropas numerosas e aguerridas. A sublevação foi promovida pelos Coronéis de Cavalaria de Milícias José de Garcia Pacheco e Rodrigo Antônio Falcão Brandão, mais tarde feito Barão de Belém. Em nome do povo, a Câmara Municipal aclamou solenemente o Príncipe Regente D. Pedro como Defensor Perpétuo do Reino do Brasil. Como se vê, êsse título foi anterior ao de Imperador, que o soberano tomaria depois do Grito do Ipiranga. No dia seguinte ao dessa insur-

reição, 26 de junho, organizou-se uma Junta Interina Conciliatória e de Defesa, presidida por Antônio Teixeira de Freitas Barbosa, posteriormente Barão de Itaparica, secretariado por Antônio Pereira Rebouças, que iniciava a carreira de advogado no fôro cachoeirense.

No mesmo dia 25 de junho, em que rompeu êsse movimento, uma canhoneira portuguesa metralhou a Vila da Cachoeira. Os milicianos e os habitantes armados levantaram trincheiras e responderam aos canhões com a sua fuzilaria, sob o comando do Coronel José Garcia Pacheco, durante 4 dias. A 28 de junho, tripulando canoas e embarcações miúdas, atacaram o barco de guerra português e o tomaram de abordagem. Foi êste o primeiro combate da Guerra da Independência.

Todavia o sangue já havia corrido na gloriosa cidade do Salvador, onde os ânimos estavam agitados desde fevereiro de 1822. O 1.º Regimento de Infantaria da Bahia, a Legião de Caçadores e o Regimento de Artilharia da Bahia, que eram compostos de oficiais e soldados brasileiros, tinham aclamado Brigadeiro o Tenente-Coronel Manuel Pedro de Freitas Guimarães, Governador interino das Armas, e se recusavam a consentir fôsse êle substituído pelo novo Comandante nomeado pelas Côrtes de Lisboa, o General Luís Inácio Madeira de Melo. Daí o choque entre essas unidades e a tropa européia do mando dêste, mais aguerrida e melhor armada. Para evitá-lo, a Junta do Govêrno, empossada a 2 de fevereiro, após vários entendimentos, resolveu na madrugada de 19 dêsse mês que o Govêrno das Armas fôsse exercido por uma Junta Militar, da qual fariam parte Madeira, como Presidente, e Freitas Guimarães, como vogal, até vir uma decisão de Lisboa sôbre a matéria. Os brasileiros não aceitaram o alvitre e as avançadas dos quartéis rivais trocaram tiros. O combate principiou contra o Batalhão luso n.º 12, na Praça da Piedade, pela manhã cedo. Os brasileiros foram repelidos e encurralados no Forte de S. Pedro, onde se defenderam. Houve vários recontros em outras partes da cidade, nos quais os nacionais não levaram a melhor. A soldadesca portuguesa entregou-se a condenáveis excessos, invadindo casas particulares e saqueando-as. Foi quando muitos soldados quiseram penetrar no Convento da Lapa e ali mataram com uma baionetada a heróica Abadêssa Joana Angélica, que lhes impediu a passagem, deixando malferido a coice de espingarda o velho capelão do mosteiro.

O General Madeira sitiou os brasileiros no Forte de S. Pedro, no dia 20. Freitas Guimarães compreendeu logo que seria inútil resistir e fêz seus comandados se evadirem à noite em grupos para o interior. Alguns lograram êsse intento. Outros foram aprisionados na Estrada de Brotas. Mas, a 21 de fevereiro, quando o forte se rendeu, os vencedores sômente encontraram nêle o Brigadeiro Freitas Guimarães, um Tenente-Coronel, dois Oficiais subalternos e meia dúzia de Cadetes.

Foram êsses acontecimentos que determinaram a insurreição de Cachoeira em junho seguinte. O movimento alastrou logo pelo interior da Província, de maneira que as tropas lusas ficaram isoladas na capital. O General Madeira contava ali com a presença da esquadra portuguesa e com uma guarnição forte e disciplinada de veteranos da Guerra Pe-

ninsular e de corpos milicianos, na maioria formados pelos residentes europeus. Os insurgentes romperam as hostilidades no dia 28 de junho de 1822, organizando a Junta cachoeirense batalhões de Voluntários, entre os quais os famosos Couraças, vestidos de couro como os vaqueiros sertanejos. No mês de julho seguinte, o Tenente-Coronel Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, mais tarde Visconde de Pirajá, iniciou o bloqueio terrestre da cidade do Salvador, enquanto algumas lanchas artilhadas faziam guerrilhas marítimas contra os portugueses. Pouco a pouco foram chegando reforços de Alagoas, Pernambuco e Paraíba. A 21 de agosto, desembarcava em Jaraguá, Maceió, o General Pedro Labatut à frente das tropas enviadas do Rio de Janeiro. Na Guerra da Independência, na Bahia, além de Joana Angélica, houve outra famosa heroína, que se bateu como um soldado: Maria Quitéria de Jesus.

Pires e Albuquerque dirigiu as forças brasileiras até 20 de outubro de 1822. Dêse dia até 27, comandou-as Falcão Brandão. O comando passou, então, para o General Labatut. Era francês, nascido em Cannes, na Provença, e servira nos exércitos de Napoleão. Emigrara para o Brasil como alguns outros veteranos da Epopéia, fugindo às perseguições da época dos Bourbons. Trazia no peito a cruz de Cavaleiro da Legião de Honra, que lhe dera o Imperador dos Franceses por atos de bravura. Entregou-se logo à tarefa de organizar as tropas nacionais que cercavam a capital da Província. Compunham-se de mais de 12 mil homens: 7 mil baianos, 1.300 fluminenses, 900 pernambucanos e paraibanos, 120 alagoanos, no continente; 2.500 baianos e de outras procedências, na Ilha de Itaparica, e 710 marujos da flotilha de canhoneiras do famoso João de Oliveira Botas. Cooperava com essas forças a esquadra imperial de Lord Cochrane, que bloqueava o pôrto. O General Madeira dispunha de pouco mais de 10 mil homens, e de uma frota poderosa, mas os víveres lhe escasseavam, bem como a liberdade de ação. A iniciativa das operações se achava com os brasileiros.

A 28 de outubro de 1822, Labatut estabeleceu seu quartel-general no Engenho Novo e a 3 de novembro reforçou as posições dos sitiados em Itapuã, Pirajá, Cabrito, Coqueiro, Bate-Fôlha e outros pontos, de modo que, quando os lusos, comandados pelo Coronel Gouveia Osório procuraram fazer violenta surtida para aliviar o cerco da praça, no dia 8 de novembro, convergindo seu maior esforço sobre Pirajá, foram ali estrondosamente batidos pelos independentes. É esse o célebre combate de Pirajá, cantado em prosa e verso nos nossos anais. A 29 de dezembro, procedia-se a um grande reconhecimento armado sobre as trincheiras da cidade. A 7 de janeiro de 1823, os portugueses foram novamente batidos em sua investida contra a Ilha de Itaparica.

Manteve-se Labatut no comando do Exército até 21 de maio de 1823. Nessa data, tendo Labatut conhecimento de que o Coronel Gomes Caldeira conspirava contra sua autoridade, prendeu-o e mandou conduzi-lo para Itaparica; mas os oficiais amotinaram os soldados, depuseram e prenderam o General, o que causou a mais triste impressão no Brasil inteiro. O comando ficou nas mãos dos chefes das Brigadas, Coronel

José Joaquim de Lima e Silva, depois Visconde de Magé, e Barros Falcão. A Junta da Cachoeira lançou uma proclamação às tropas, convocando-as à disciplina, e nomeou para o Comando-Chefe o Coronel Lima e Silva, que o assumiu no dia 27 de maio.

Aproximava-se, contudo, o fim da campanha. A 1.º de julho de 1823, os residentes portugueses e suas famílias embarcavam para a Metrópole. Na madrugada do dia 2, os 6 mil soldados portugueses eram conduzidos para bordo dos transportes de guerra. O General Madeira seguia-os com seu estado-maior, depois de haver licenciado os corpos de Milícias. E, às 11 horas da manhã, os 71 navios lusos abriam as velas e se afastavam do Brasil.

A 1 hora da tarde, o Exército Brasileiro entrava triunfalmente na velha cidade do Salvador, no meio do júbilo de sua população. As fragatas de Lord Cochrane cruzavam fora da barra e iniciavam a perseguição da esquadra lusa em retirada.

O General Labatut enviado prêso para o Rio de Janeiro, respondeu a Conselho de Guerra, sendo absolvido unânimemente. Para depô-lo, tinham espalhado a calúnia de que estava em entendimentos com os portugueses. O General defendeu-se cabalmente em várias publicações feitas na Bahia e no Rio, de 1823 a 1824: "Despedida aos baianos", "Resposta ao Coronel Francisco de Lima e Silva", "Resposta aos seus inimigos", "Declaração franca de sua conduta" e "Defesa".

A 25 de outubro de 1824, o Coronel Felisberto Gomes Caldeira, que fôra *magna pars* na deposição de Labatut no ano anterior e exercia, então, o Governo das Armas na Bahia, foi assassinado em sua casa por dois alferes e alguns soldados do 3.º Batalhão de Caçadores, conhecido como Batalhão dos Periquitos, por causa de seus penachos e chouriças verdes. Na deposição de Labatut, em 1823, diante do inimigo, Gomes Caldeira aconselhara o seu fuzilamento, declarando: — "Os Generais não se prendem, matam-se!" Em julho dêsse ano, promovera indisciplinada manifestação militar contra a posse, no ambicionado cargo de Governador ou Comandante das Armas, do Brigadeiro Moraes. Pouco tempo depois, entrou em luta com o Coronel José Joaquim de Lima e Silva, que substituíra Moraes, obrigando-o a renunciar para evitar um conflito armado. Finalmente, conseguira a nomeação almejada, para acabar dêsse modo trágico. Fora êle próprio o iniciador daquele fermento de indisciplinada que se tornara o abismo destinado a tragá-lo.

Por Decreto Imperial de 10 de novembro de 1824, o Batalhão de Periquitos foi dissolvido. Uma comissão militar julgou os implicados na quartelada, condenando à morte um major e um alferes, que foram fuzilados.

Do General Pedro Labatut guarda o nosso folclore, como lembrança uma quadra curiosa, referente às suas tropas de libertos e pretos baianos:

*Fecha a porta, gente,
Aí vem Labatut,
Com um bando de negros
Parece urubu!*

O Vencedor de Pirajá comandou em 1832 as forças imperiais que terminaram a pacificação do sertão cearense, desde dezembro de 1831 agitado pelo levante reacionário do Coronel Joaquim Pinto Madeira, que foi batido pela sua vanguarda sob o comando de Francisco Xavier Tôrres no sangrento combate do Icó. De 1840 a 1841, dirigiu uma expedição contra os Farrapos do Rio Grande do Sul. Faleceu em avançada idade, na Bahia, a 24 de setembro de 1849. E, a 4 de setembro de 1853, seus restos mortais foram transferidos para a matriz de Pirajá. Hoje se encontram em um belo Panteão, erigido ao lado da mesma.

A BANDEIRA DO BRASIL

Sua origem, seus símbolos e seu autor. As estrelas das Províncias e dos Estados.

A opinião geral diz que a nossa bandeira é obra de José Bonifácio, o qual nada mais fez do que referendar o decreto de sua criação, logo após a proclamação da independência. A mesma opinião geral também afirma que as cores verde e amarela foram escolhidas por D. Pedro I. Essa, todavia, não é a verdade sobre a invenção do pavilhão nacional.

O verdadeiro autor da bandeira do Brasil foi o notável pintor João Batista Debret, autor da "Voyage pittoresque" e um dos membros daquela famosa Missão Artística que, em 1816, D. João VI mandou contratar em França para fundar nossa Academia de Belas-Artes. O documento iconográfico dessa autoria até pouco tempo desconhecido foi encontrado no arquivo particular de D. João VI e atualmente se encontra na coleção do Sr. Augusto de Lima Júnior.

D. João VI foi o criador do Brasil-Nação. Em 1809, no Manifesto em que declarou do Rio de Janeiro guerra à França de Napoleão, proclamava que a Corte Portuguesa elevaria sua voz do seio do *novo Império* que viera criar na América do Sul. A Maria Graham confessou o Conde da Barca certa vez que o pensamento de El-Rei era *to found a New Empire*, era fundar um novo Império. Sabe-se que, em face do perigo de sua deposição pelas Cortes de Lisboa, ele, que, em 1816, elevara o Brasil a Reino, unido irmãmente ao de Portugal e Algarves, pensara em se tornar soberano independente no nosso país.

Nessa ou em outra ocasião, o Rei encomendou ao artista um projeto de bandeira para o Reino do Brasil e este o desenhou numa folha de papel comum inglês, usado na correspondência. Sua marca de água dá ao documento iconográfico uma indiscutível autenticidade. É a do fabricante J. Budgen, com a data de 1820. Ora, justamente de fins de 1820 para 1821 se agravaram as relações entre o Monarca e aquelas Cortes de Portugal.

Descrevamos o modelo colorido que Debret entregou a D. João VI: em campo verde um losango amarelo, em cujo centro um círculo de 19 estrêlas sob uma coroa real, sendo maior a estrêla logo abaixo desta, rodeia a esfera armilar com a cruz da Ordem de Cristo, sustida por dois ramos, um de cana e outro de fumo, unidos na parte inferior por um dragão, tudo de verde.

Analisemos agora, heráldicamente, o simbolismo dêsse pavilhão: verde é esperança e amarelo riqueza; verde era ainda uma das côres tradicionais da simbólica nacional portuguesa, a côr das bandeiras de guerra de D. João IV, e amarelo, a côr por excelência da Áustria, a que fôra unido por D. Maria Leopoldina o herdeiro do trono, da qual descendia o soberano por D. Mariana, mulher de D. José I. A esfera armilar com a cruz da Ordem de Cristo eram velhos símbolos do Brasil, a esfera vinha dos tempos de D. Manuel, a cruz de Cristo *em verde* dera D. João IV ao Principado do Brasil, apanágio de seu infeliz primogênito, o Príncipe D. Teodósio. Os ramos de cana e fumo representam as grandes produções da época. O dragão é a famosa *serpe*, timbre heráldico do escudo de armas da casa de Bragança, que aparece nas armas reais de Portugal e no castão do cetro de nossos Imperadores.

Como se vê, tudo na composição de Debret respira história e tradição. Todavia, dois elementos novos são por êle introduzidos no pavilhão que se iria tornar, com pequenas modificações, o perpétuo símbolo da Nação Brasileira. Em primeiro lugar, o losango incluído no campo verde, que aberrava dos tipos comuns das bandeiras do século XVIII e princípio do XIX, tôdas elas divididas em cruz ou esquarteladas, cortadas em faixas ou agironadas. Como bom francês contemporâneo da epopéia militar da Revolução e do Império em seu país, Debret inspirou-se na forma revolucionária das bandeiras e estandartes tricolores, com um losango branco entre quatro triângulos alternados, formando o campo, dois azuis e dois vermelhos. Eram assim as signas das chamadas Meias-Brigadas da República e de alguns regimentos de Napoleão.

Demais, a inclusão dum losango num campo é figura rara na Heráldica. Aos escudos que apresentam essa inclusão chamam-se tècnicamente *vestidos*.

A segunda novidade que vai ter vida tão longa quanto essa primeira é a adoção das estrêlas de cinco pontas para significarem as Províncias do Brasil. Naturalmente a maior é o Rio de Janeiro, seguindo-se em posição igual as outras 18: Grão-Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, S. Paulo, Santa Catarina, Goiás, Mato Grosso, S. Pedro do Sul e Cisplatina, isto é, a Banda Oriental, o Uruguai. Ainda se não destacara a comarca do Rio Negro como Província do Amazonas da do Grão-Pará, o que aconteceu em 1852, nem se arrancara a S. Paulo a comarca de Curitiba para constituir a Província do Paraná, o que se fêz em 1853.

Quando se fizer a Bandeira Imperial, em 1822, os elementos heráldicos, que estão em verde no centro do losango amarelo, serão reunidos

e conjugados no brasão do Império, o qual, sustido por dois ramos, então de café e fumo, será de verde com uma esfera armilar de ouro sôbre a cruz de Cristo rodeada por um círculo azul com 19 estrêlas de prata de cinco pontas. A coroa imperial fechada e alta domina êsse escudo. As estrêlas representativas das Províncias tornam-se tôdas perfeitamente iguais.

Elas são reduzidas a 18, depois de 1828, quando o Imperador para terminar uma guerra impopular e ruinosa, outorga a independência à Cisplatina e faz nascer a República Oriental do Uruguai sob as garantias recíprocas do Brasil e da Argentina. Todavia é muito raro encontrar essa redução numa bandeira ou num copo de espada, porque logo se incluiu no círculo estrelado, como unidade diversa da Província Fluminense, a cidade do Rio de Janeiro. Eis a razão por que encontramos nas pedras heráldicas entre 1828 e 1852 as mesmas 19 estrêlas de D. João VI e de D. Pedro I.

Com a criação da Província do Amazonas, as estrêlas passam a 20. Com a da do Paraná a 21. E, assim, êsse elemento heráldico nos dá muitas vêzes, com relativa segurança, a data dum objeto histórico em que figure.

Confrontando-se o modelo de bandeira do Reino do Brasil desenhado por Debret para D. João VI e o da Bandeira Imperial de D. Pedro I, é forçoso convir que ambos sòmente podiam ter tido o mesmo autor: João Batista Debret. A não ser assim, alguém que conhecia o seu desenho de 1820 ou 1821 plagiou-o para o projeto de 1822. Ora, se o modelo de Debret foi encontrado no arquivo particular de D. João VI, em Lisboa, no poder dos descendentes dos Marqueses de Aguiar e do Lavradio, como já declarou há tempos o Sr. Augusto de Lima, é claro que o Monarca o levou com seus papéis ao retirar-se de nosso país, forçado pelas circunstâncias políticas, em 1821. Nessas condições, ninguém o poderia conhecer e só mesmo Debret, que o tinha de cor, como seu autor, o poderia reproduzir. A boa lógica indica-o, pois, como verdadeiro criador da nossa bandeira.

A tradição desta foi, infelizmente, bastante sacrificada pelo espírito sectário, quando se proclamou a República. Mantiveram-se as côres e sua disposição geométrica, que a Revolução Francesa inspirou. Os símbolos da tradição, no entanto, foram retirados e substituídos pelo globo azul de nosso céu estrelado, com o Cruzeiro do Sul e outras estrêlas, mas não visto diretamente, como se vê à noite a olhos nus, e sim refletido num espelho, isto é, *em posição invertida*. Acima da faixa com o lema Ordem e Progresso, uma estrêla isolada, correspondente àquela maior do 1.º projeto de Debret, significa o Distrito Federal, a ex-Côrte, o antigo Município Neutro. As outras estrêlas, de tamanho variado e posições diversas representam os Estados, sendo de notar que, quando Províncias do Império eram iguais em situação eqüidistante. Agora, simbòlicamente, se estabeleceu entre êles diferenças mais do que sensíveis.



Ruínas da Matriz de São Matias, na velha cidade de Alcântara,
onde morreu o Judas da Inconfidência.



Casa velha em São José D'el-Rei, cidade onde viveu
Manuel Martins Pereira, perseguido pelo Rei da Vingança.

A representação das Províncias Brasileiras por meio de estrêlas idênticas em círculo, idéia de Debret, deve ter impressionado bastante a opinião, pelo menos nos meios administrativos do país, não sabemos ao certo se no tempo de D. João VI ou se já no de D. Pedro I. Tanto assim que elas foram, no período final do Brasil-Reino ou no período inicial do Brasil-Império, gravadas nas pedras heráldicas de muitos dos nossos monumentos, envolvendo as velhas quinas de Portugal. Podemos verificar êsse curioso fato nas pedras de armas de alguns chafarizes públicos das velhas cidades de Minas, como por exemplo em Sabará, e no frontispício esculturado dos templos, como no da Igreja de S. Francisco de Assis, em Ouro Prêto. São essas quinas ou escudetes, semeados *de 5 besantes em santor* ou *quincôncio*, dentro do círculo de estrêlas, gravado posteriormente a elas, que a ignorância do autor do "Guia de Ouro Prêto", publicação oficial, fiando-se na de Diogo de Vasconcelos, denomina *dados*, como se a Heráldica tivesse alguma coisa com instrumentos de jôgo.

A primeira vez que a Bandeira Imperial do Brasil, concebida por João Batista Debret, flutuou à testa de nosso glorioso Exército foi na bela parada militar da Aclamação do Imperador, realizada a 12 de outubro de 1822 no Campo de Sant'Ana, crismado então como Campo da Aclamação. O mesmo Debret deixou-nos a memória dessa solenidade numa de suas preciosas litografias. Formaram 6 mil homens das três armas sob o comando do velho General Curado, Conde de S. João das Duas Barras, conquistador da Província Cisplatina e vencedor do caudilho Artigas. José Clemente Pereira pronunciou um discurso da sacada do Senado. A artilharia salvou com 101 tiros a presença de D. Pedro I e a entrega da primeira bandeira imperial ao jovem Alferes do 1.º Batalhão de Granadeiros, o Batalhão do Imperador, Luís Alves de Lima e Silva, mais tarde Marechal do Império e Duque de Caxias.

Assim, foram as mãos do futuro Condestável do Império e herói epônimo da Nação Brasileira que empunharam pela primeira vez o símbolo sagrado da Pátria.

OS FERROS DA ESCRAVIDÃO

Os navios negreiros. Marcas de fogo. Instrumentos de tortura.

Em geral, a idéia que se tem dum navio negreiro, isto é, dum barco a vela empregado no transporte de escravos da costa da África para o Brasil é a das descrições literárias ou dos versos condoreiros de Castro Alves: verdadeiro inferno flutuante, com os infelizes negros amontoados em infetos porões, morrendo à míngua como môscas e sendo lançados

ao mar acorrentados uns aos outros, às vezes os vivos aos mortos. Todavia a realidade nunca foi tão cruel quanto a prosa e a poesia. Naturalmente, pois se cada escravo valia bom dinheiro, era mercadoria destinada à venda, os donos da carga deviam zelar por ela, pela sua saúde e pelas suas boas condições. Cada morte equivalia a um prejuízo. Mas não vamos cair em exagero contrário e pintar o navio negreiro como um paraíso. Fiquemos no meio termo: um purgatório.

No tempo de D. Pedro I, os traficantes de escravos, com armazéns no Valongo e no Aljube, imediações do pôrto, eram dos negociantes mais ricos e mais considerados do Rio de Janeiro. Um negro da Costa valia em 1824 cerca de 200 mil réis, 200 cruzeiros. Os viajantes estrangeiros que nos visitaram nessa época informam que os depósitos de escravos do Valongo eram ventilados e muito limpos, sendo lavados várias vezes por dia. Não havia nêles o mau cheiro existente nas prisões da Europa, naquele tempo.

Schlichthorst, que esteve no Brasil de 1824 a 1826, depõe que os navios negreiros tinham mais espaço do que geralmente se imagina: "Um barco que, na Europa, escreve êle, receberia 300 passageiros, transporta da África 400 negros. Durante a travessia, a ordem é modelar e os escravos são alternadamente empregados no serviço do convés e guardados no porão. Dão-lhes alimentação adequada à sua natureza e aconselhada pela experiência de muitos anos: arroz, farinha de mandioca e muito pouca comida salgada. Favorecem o mais possível a aproximação dos dois sexos, o que conserva sadios e alegres êsses inocentes filhos da natureza. Como o Capitão e os outros oficiais são interessados na carga, a cobiça os leva a ter o maior cuidado na conservação e tratamento dos pretos. Um médico pela saúde corporal e um capelão, pela espiritual. Em regra, todos são batizados antes do embarque, marcando-se com um ferro quente uma pequenina cruz no peito dos novos cristãos. No decurso da viagem, a mortandade raramente vai além de 5 %".

Para compreender a pouca importância dessa percentagem, é necessário ter em vista as condições primitivas da travessia marítima do oceano em navios de vela, tendo-se em conta que, nos transportes comuns de passageiros livres, ela atingia às vezes 10 %.

O costume de marcar a fogo, isto é, com um ferro em brasa os escravos, tal como se procede com o gado equino e bovino, era bárbaro e se manteve no Brasil até os últimos tempos da existência do instituto servil. Com pequenina cruz, como se viu marcavam-se os novos cristãos. Com um F, os escravos fujões. Havia ainda outras marcas de procedência ou de propriedade feitas da mesma maneira cruel.

Nos engenhos e fazendas em que trabalhavam milhares e milhares de escravos, a necessidade de manutenção da disciplina entre indivíduos quase selvagens ou sem os menores rudimentos de civilização, capazes somente de temer as dores físicas, levava amos, capatazes efeitores ao emprêgo de instrumentos de castigo. Isto absolutamente não justifica as crueldades muitas vezes cometidas.

Entre êsses instrumentos, pode-se citar em primeiro lugar, o *tronco*, construído com duas peças de madeira, nas quais se abriam buracos de várias dimensões para prender, tanto os escravos como os delinquentes comuns, pelos braços, pela cabeça ou pelas pernas. Uma variante do tronco era o *vira-mundo*, barra de ferro com alças em que se prendia o condenado à prisão, ao mesmo tempo, pelos braços e pelas pernas, de maneira que o corpo ficava inteiramente curvado. Nas regiões do Prata, fazia-se isto com os soldados faltosos, empregando-se dois fuzis cruzados. Era o que se chamava o Cepo Uruguaio.

Os escravos eram ainda presos por gargalheiras ao pescoço, cintas de ferro com correntes, algemas ou anjinhos nos pulsos e grilhões nos pés. Aos reincidentes na fuga ao cativoiro punham-se golilhas com uma vareta de ferro perpendicular por trás da cabeça, que levava uma bandeirola vermelha. Aplicavam-se ainda punições com a palmatória e a peia, rêlho ou bacalhau. De onde aquelas quadras populares:

*Xiquexique é pau de espinho,
Umburana é pau de abeia,
Gravata de boi é canga,
Palitô de negro é peia.*

*A ponte do Maranguape
É feita de geringonça,
Bacalhau é comer de negro
E negro é comida de onça.*

Ignorava-se nessas priscas eras a causa da opilação, a ancilostomíase duodenal. Os negros atingidos por essa enfermidade, devido à perversão do apetite que ela determina, davam-se ao chamado vício de comer terra. Ficavam enfraquecidos, sem poder trabalhar. Tomando o efeito como causa, procurava-se impedi-los de praticar a geofagia por meio de bridões espatulados de ferro que se colocavam sôbre suas línguas ou de prendedores de ferro postos nos beijos. Êsses aparelhos que parecem instrumentos de tortura não tinham finalidade martirizante.

Aos escravos empregados na mineração de ouro ou diamantes algumas vêzes se impunham mordanças de ferro, análogas aquelas *pausicapae* que os romanos colocavam na escravaria empregada nos moinhos para que não comessem a farinha. Essas mordanças destinavam-se a impedir que os bateadores e garimpeiros pretos engolissem pepitas ou pedras de certo valor, que, depois, poderiam vender às escondidas de seus senhores.

Desde o século XVII, o Govêrno Real se preocupava em evitar que os escravos fôsem torturados fisicamente e cruelmente castigados. Uma Carta Régia de 1688, datada de 20 de março daquele ano, portanto anterior de um pouco mais de dois séculos à abolição gloriosamente realizada pela Princesa Isabel, proibia êsses castigos aos senhores e os obrigava a punir com moderação e de acôrdo com a lei. Mandava ainda que os Governadores-Gerais do Brasil punissem os amos que se exce-

dessem. Os senhores de escravos protestaram e moveram de tal sorte os pauzinhos que a Carta Régia foi ab-rogada. Mas outras disposições legais se sucederam que foram limitando os castigos e só os permitindo em presença da autoridade, desde que fôsem além de certos limites.

O chamado vício de comer terra existia também entre os índios e já se acha registrado num documento brasileiro do século XVI, o manuscrito anônimo intitulado "Descrição geográfica da América Portuguesa", que pertenceu à biblioteca de D. Pedro II e foi publicado no tomo I da "Revista do Instituto Histórico": "Tem êste gentio outra barbaridade grande, e é quando algum tem ocasião de desgosto, que reputa por desonra de sua pessoa, se delibera a morrer com resolução estranha, deixando de comer até perder a vida, ou comendo terra para o mesmo fim, e isto sem que alguém o possa evitar, porque é assentado consigo de morrer e só a morte os satisfaz".

Sòmente em 1881 o Professor Perroncilo, de Turim, descobriu a ação dos ancilóstomos duodenais. Muitos anos ainda levaram os médicos para encontrar os específicos curativos da doença. Graças a essa descoberta, os opilados não precisam mais de bridões na bôca ou de presilhas de ferro nos lábios.

O PRIMEIRO SENADO DO BRASIL

Como foi constituído. Uma assembléia que honrou a Nação.

O primeiro Senado do Brasil foi instituído a 22 de janeiro de 1826, sendo seus membros escolhidos pessoalmente pelo Imperador D. Pedro I nas listas tríplexes apresentadas pelo Corpo Eleitoral.

Compuseram essa alta assembléia nacional homens ilustres nos nossos annos. Pela Província do Grão-Pará, Nabuco de Araújo, mais tarde Barão de Itapuã, grande estadista, cuja glória se prolongou no seu filho, Joaquim Nabuco. Pela do Maranhão, Almeida e Silva e o Barão de Alcântara, João Inácio da Cunha. Pela do Piauí, o Barão de Monte Santo, L. J. de Oliveira. Pela do Ceará, João Carlos de Oyenhausen e Grevenburg, Marquês do Aracati, que a governou no regime colonial, foi Governador de Goiás e S. Paulo, Ministro de Estrangeiros e morreu governando Moçambique; Rodrigues de Carvalho, Mota Teixeira e o engenheiro militar Costa Barros. Pela do Rio Grande do Norte, Albuquerque Maranhão. Pela da Paraíba, João Severino Maciel da Costa, depois Marquês de Queluz, que fôra Governador de Caiena ao tempo de D. João VI, e Estêvão José Carneiro da Cunha. Pela de Pernambuco, Antônio Luís Pereira da Cunha, Marquês de Inhambupe, Araújo Gondim, Mayrinck, J. I. Borges, J. J. de Carvalho e Bento Barroso Pereira.

Pela de Alagoas, o Marquês de Barbacena, Felisberto Caldeira Brant, e D. Nuno Eugênio de Lócio Seblitz. Pela de Sergipe, Mata Bacelar. Pela da Bahia, J. J. Carneiro de Campos, Marquês de Caravelas, Carvalho e Melo, Visconde da Cachoeira, Borges de Barros, Visconde da Pedra Branca, Clemente Ferreira França, Marques de Nazaré, F. Carneiro de Campos e o grande João da Silva Lisboa, Visconde do Cairu. Pela do Espírito Santo, o Padre Santos Pinto. Pela do Rio de Janeiro, Pereira da Fonseca, Marquês de Maricá, Vilela Barbosa, Marquês de Paranaguá, Álvares de Almeida, Marquês de Santo Amaro, e Ferreira de Aguiar. Pela de Minas Gerais, Nogueira da Gama, Marquês de Baependi, Silveira Mendonça, Marquês de Sabará, Ribeiro de Rezende, Marquês de Valença, Fonseca de Vasconcelos, Visconde de Caeté, Tinoco da Silva, Furtado de Mendonça, Faria Lobato, Ferreira da Câmara, Gonçalves Gomide e Marcos Antônio Monteiro de Barros. Pela de S. Paulo, o Bispo do Rio de Janeiro, D. José Caetano da Silva, D. Francisco de Assis Mascarenhas, Marquês de S. João da Palma, Lucas Monteiro de Barros, Visconde de Congonhas do Campo, e Fernandes Pinheiro, Visconde de S. Leopoldo. Pela de Santa Catarina, Rodrigues de Andrade. Pela do Rio Grande do Sul, Teixeira de Bragança. Pela de Goiás, F. M. Gordilho Veloso da Barbuda, Marquês de Jacarepaguá, depois de ser Visconde de Lorena e Barão do Pati do Alferes. Pela de Mato Grosso, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, Marquês da Vila Real da Praia Grande. Pela Cisplatina (atual Uruguai), D. Damaso Larrañaga.

Eram ao todo 50 Pais Conscritos, que se repartiam desigualmente pelas antigas Províncias do Império, correspondentes aos Estados atuais, menos as do Amazonas e do Paraná, que só seriam criadas no governo de D. Pedro II. Acresciam-se a elas a antiga Cisplatina, que o Brasil perderia em 1828. As do Pará, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso e Cisplatina deram cada uma um Senador. As do Maranhão, Paraíba e Alagoas deram dois. A do Ceará deu três. As de S. Paulo e Rio de Janeiro, 4. As de Pernambuco e Bahia, 6. A de Minas Gerais, 10.

O Senado Imperial escolhido a 22 de janeiro de 1826 somente se reuniu em maio do mesmo ano, quando os primeiros Senadores prestaram o juramento exigido pela Constituição outorgada à Nação Brasileira em 1824. Formavam êstes um grupo de homens verdadeiramente notáveis pelos seus atos, sabedoria, discernimento e valor pessoal. Uma lista de homens públicos de primeira grandeza que exerceram grande e duradoura influência nos destinos do Brasil e, vindos do tempo de D. João VI ou do próprio Primeiro Reinado, realizaram sua ação decisiva nos negócios públicos através de grande parte do segundo período da época imperial.

Entre êles sobressaíam, sem dúvida, o Visconde de Cairu, o grande auxiliar de D. João VI no levantamento do *Império Brasileiro*, que lecionara hebraico, grego, latim, jurisprudência, economia, política e filosofia na Universidade de Coimbra, inspirador da abertura dos nossos portos, primeiro passo para a independência; o Marquês de Caravelas,

teólogo, jurista e economista, que chegaria a Regente do Império, um dos autores de sua sábia Constituição; o Marquês de Baependi, Doutor em Matemáticas e Filosofia, professor da Academia de Marinha de Lisboa, Marechal-de-Campo e Conselheiro de Estado; o Marquês de Paranaguá, engenheiro militar, Ministro 11 vezes em diversas pastas; o Marquês de Queluz, Doutor em Direito, Desembargador, notável administrador da Guiana Francesa; o Marquês de Barbacena, que servira na Marinha de Guerra portuguesa e comandaria o nosso Exército em Ituzaingó, estadista, diplomata, homem de alto preparo e largo descortino; o Visconde de S. Leopoldo escritor, historiador, soldado, jurista, um dos fundadores do Instituto Histórico; o Visconde da Cachoeira, orador e jurista distinto, político e diplomata; Ferreira da Câmara, notável naturalista; o Marquês de Maricá, filósofo, moralista e poeta; o Marquês de Valença, magistrado ímpoluto e grande jurista; o Marquês de Santo Amaro, antigo Secretário de D. João VI e Conselheiro do Erário, Embaixador em Londres e Paris; o Visconde da Pedra Branca, Doutor em Filosofia, antigo Deputado às Côrtes de Lisboa, grande diplomata nas tratativas para o reconhecimento da independência do Brasil pela França e na solução do casamento de D. Pedro I com D. Amélia de Leuchtenberg, poeta e escritor.

Por êstes nomes aqui ligeiramente alinhados vemos de que qualidade e feitio foram os primeiros senadores do Brasil. Essa assembléia vitalícia e conservadora instituída em 1826 perduraria até a proclamação da República em 1889 e dela, no decurso do tempo, participariam as maiores figuras da nossa pátria: Itaboraí, Monte Alegre, Abrantes, Alencar, Couto Ferraz, Caxias, Alves Branco, Diogo Velho, Cotegipe, Cruzeiro, Osório, Jaguaribe, Montezuma, Lajes, Mamoré, Lopes Gama, Muritiba, Sayão Lobato, Araújo Lima, Ouro Preto, Pelotas, Pereira Franco, Melo e Sousa, Rio Branco, Araújo Ribeiro, Honório Hermeto Carneiro Leão, Sinimbu, Sousa Franco, Uruguai, Ângelo Ferraz, Vergueiro, Vieira da Silva e tantos outros que seria enfadonho enumerar.

Desde seus primeiros passos o Senado do Império foi uma corporação que honrou, dignificou e glorificou o Brasil durante os 63 anos de sua existência, de 1826 a 1889: um monumento humano da dignidade nacional.

Até os dias da República, funcionou o Senado Brasileiro na casa que pertenceu ao rico negociante Anacleto Elias da Fonseca, sita no Campo de Sant'Ana, atual Praça da República, à esquina da antiga Rua do Areal. Em 1817, os baianos, gratos ao Conde dos Arcos, cuja energia os salvara de perseguições durante a revolução que eclodira em Pernambuco e se alastrara até a Bahia, por êle governada, fizeram uma subscrição que rendeu 100 contos de réis, com os quais adquiriram aquêlle palacete e lho deram de presente para sua residência. Daí o nome por que ficou conhecido de Palácio do Conde dos Arcos. No quadriênio governamental do Presidente Artur Bernardes é que o Senado dali se mudou para o Palácio Monroe, na Avenida Rio Branco.

A GUERRA DO VIDÉU

A campanha no Prata de 1825 a 1828. A verdade sobre a Batalha de Ituzaingó. A independência do Uruguai.

O Brasil nunca fez guerra aos povos americanos, seus vizinhos e irmãos senão a chamado dos oprimidos e dos que desejavam a paz e a proteção imperial, libertando-os de tiranias ultrajantes. Por esse motivo, nunca o povo brasileiro, nas suas tradições orais, se referiu a guerras ou campanhas do Uruguai, da Argentina e do Paraguai. Deu sempre a essas lutas os nomes dos caudilhos que as provocaram: Guerra do Artigas, Guerra do Flôres, Guerra do Rosas, Guerra do López. Ignorando a existência de Rivera e de Lavalleja, ouvindo falar continuamente em Montevideú, que alguns velhos documentos designam como Monte-do-Vidéu, a gente miúda tomou essa última palavra como nome próprio de pessoa e deu à campanha da Cisplatina, que durou de 1825 a 1828, a designação de Guerra do Vidéu.

Foi uma guerra impopular entre nós, porque a política dela se aproveitou para tornar ainda mais impopular o Imperador D. Pedro I e porque nem sempre o êxito coroou a ação de nossas armas. Por que, como e para que se travou essa árdua luta de três longos anos? perguntarão os brasileiros de hoje, na maioria ignorantes ou deslembrados dos fatos de nossa história.

A intervenção militar realizada no Governo de D. João VI no Prata de 1812 a 1820 tivera como resultado a incorporação do território da Banda Oriental, atual República do Uruguai, ao Brasil sob o nome de Província Cisplatina. Mas nem o brioso povo uruguaio jamais se conformou com esse domínio, nem a República Argentina jamais admitiu que as fronteiras brasileiras chegassem ao Rio da Prata. Um dia, a bomba teria de estourar. A 19 de abril de 1825, incitado ocultamente pelo Governo de Buenos Aires, o caudilho uruguaio Juan Antonio Lavalleja desembarcava à margem esquerda do Rio Uruguai, na Praia da Agraçada, na Cañada de Gutierrez, à frente de 33 companheiros e iniciava a revolta contra o Império, levantando as populações da campanha. Mais tarde, segundo o historiador Baldrich, se verificou que os desembarcados eram de fato 34, porém se tem conservado esse número de 33 por ter simbolismo maçônico.

O bando invasor, engrossado pela peonada das estâncias e armado às escondidas pela Argentina, bateu os esquadrões de Julian Laguna, caudilho oriental a serviço do Brasil, entrou na Vila de Soriano e, dali, seu chefe proclamou: "Trema o déspota do Brasil de nossa justa vingança!" Prometia mais converter em pó o cetro de D. Pedro I e colher, assim, o "augusto louro duma glória imortal".

Outro caudilho uruguaio a serviço do Império, Frutuoso Rivera, Comandante-Geral da Campanha, aderiu aos rebeldes. O mesmo Frutuoso Rivera, apresentando-se, depois dessa adesão, ao Coronel Borba, comandante da cavalaria de S. Paulo, em S. José, com o uniforme brasileiro,

o prendeu de surpresa e entregou a Lavalleja. Outra surpresa foi a dos dois regimentos guaranis de milícias derrotados no Rincão das Galinhas, pequena península fluvial, aonde iam buscar uma cavallhada de reserva. O próprio Rivera assim descreve essa emboscada: "Eu tinha a maior confiança em que os brasileiros ignorassem que já nos tivéssemos introduzido no Rincão, entrando por êle como quem vai encontrar-se com amigos".

Isso foi a 24 de setembro de 1825. No mesmo mês, Bento Manuel Ribeiro, vítima de sua temeridade, era batido perto do arroio Sarandi pelos uruguaio. O General Barão do Sêro Largo, vendo-se descoberto por êsse revés recuou para a fronteira rio-grandense, enquanto o General Lecor, insulado em Montevideu, se mantinha sem tomar a iniciativa de qualquer operação militar. Em consequência, a gauchada rebelde dominou o território.

No decurso da luta, as relações com a Argentina, autora intelectual da rebeldia, se envenenaram. Um Exército dito de observação, que ela mantinha na fronteira sob o comando do General Alvear, invadiu o Brasil e saqueou a Vila de Bagé. O Coronel argentino D. Frederico de Brandsen, que morreria nessa campanha, escreveu o seguinte a propósito dêsse saque: "O saque se tornou geral no povoado e no campo para eterna desonra do general e do exército, mas sobretudo do primeiro, em cujas mãos estava poder evitá-lo".

D. Carlos Maria de Alvear era, na opinião de Guilherme Fregeiro, um caudilho violento e um maquinador de revoltas mesquinhas. O Coronel Brandsen considerava-o ignorante no ofício militar. Mitre declarava-o sem escrúpulos, fanfarrão e traidor. Quesada afirma que foi esbofetado pelo Coronel uruguaio Escalada. Fidel López pinta-o como um fujão.

O Império Brasileiro antepôs-lhe no comando-geral de suas tropas o Tenente-General Felisberto Caldeira Brant Pontes, Marquês de Barbacena, mineiro de origem flamenga, homem de Estado, diplomata e soldado, culto, enérgico, superior, fidalgo, que servira com brilho na Marinha Portuguesa, dando caça a piratas na África e ostentando aos 29 anos de idade os galões de Capitão-de-Mar-e-Guerra. Foi transferido para o Exército Português no posto equivalente de Coronel e comandou um regimento metropolitano. Acompanhou D. João VI ao Brasil à sua custa. Reformou as tropas da guarnição da Bahia e ali estabeleceu uma fábrica de armas. Introduziu o primeiro barco e o primeiro engenho a vapor no nosso país. Inspirou o convite a Lord Cochrane para organizar a esquadra na Independência, tripulou e armou navios de guerra, gastando nisso a sua fortuna pessoal, e, como diplomata, conseguiu da Inglaterra o reconhecimento do Império.

Nomeado Comandante-Chefe das forças imperiais no Sul, encontrou-as em petição de miséria e as reorganizou e disciplinou. Elas estavam concentradas em dois acampamentos, Sant'Ana e Rio Grande, onde comandava o Marechal-de-Campo Brown, alemão a nosso serviço. Por detrás duma cortina de cavalaria, o Marquês de Barbacena conseguiu

realizar a sua junção, enquanto Alvear, depois do saque de Bagé, tateava no vácuo, sem realizar seu objetivo principal, que era impedir essa junção. Suspeitando-a, Alvear retira pelo caminho de S. Simão, depois de combater em Vacacaí, Passo do Ombu e Sanga Funda com a cavalaria de Bento Manuel, que cobria os movimentos de Barbacena. Este se lança em perseguição aos argentinos e uruguaio, alcançando-os ao amanhecer de 20 de fevereiro de 1827 nas coxilhas do Passo do Rosário.

Ataca-os e trava a famosa batalha que, nos nossos anais, se denomina do Passo do Rosário e, nos argentinos, de Ituzaingó. O avanço dos imperiais se fêz no pressuposto de que o inimigo estava em plena travessia do Rio Santa Maria, protegido pela sua retaguarda; mas encontrou todo o Exército Argentino-Uruguaio em linha de combate. Parte da cavalaria brasileira foi derrotada ou posta fora da ação. As duas divisões de infantaria de Barbacena não se puderam articular e se bateram isoladas. Os inimigos incendiaram a macega ressequida do campo. Durou a pugna seis horas seguidas, no fim das quais, segundo escreve o estrategista argentino Rottjer, o general brasileiro *resolve interromper o combate* e retirar para Cacequi em ordem, frouxamente perseguido pela cavalaria adversa.

Ituzaingó é o exemplo perfeito da batalha indecisa. Todavia os argentinos a consideram formidável triunfo, dando a propósito, segundo a "Impugnación a la respuesta dada al Mensaje del Gobierno de 14 de Setiembre de 1827", publicada em Buenos Aires: *paso tan exagerado en la carrera del quijotismo que con justicia deben ser classificados los proto fanfarrones de la America del Sud*. Nesse campo de batalha, perderam a vida grandes soldados do Império e do Prata como o velho General José de Abreu, Barão do Sêrro Largo, e o Coronel Frederico de Brandsen. O historiador argentino Baldrich declara, textualmente, que a batalha não foi decisiva por causa da fraqueza numérica da infantaria de Alvear e da imobilização final de sua cavalaria. Depois da pretensa vitória, na opinião de outro historiador argentino, Saldias, a permanência dos invasores no território brasileiro se tornou insustentável. Testemunha o Tenente Carl Seidler, no seu livro "Zehn Jahre in Brasilien" (Dez anos no Brasil), que o único troféu tomado aos brasileiros foi um canhão, cujas rodas se partiram. Todavia, no Museu de Buenos Aires, se ostentam falsos troféus dessa jornada célebre, cuja origem é contada por Alejandro Danel na sua "Autobiografia": "Também me apoderei de três caixões das bagagens, em cada um dos quais encontrei bandeiras dos respectivos batalhões, que entreguei secretamente ao meu Coronel e são as que se encontram na Catedral de Buenos Aires, para onde foram levadas pelo Coronel José Maria Aguirre, que, ao entregá-las, quebrou uma perna". A isso se resume a lenda da tomada em combate de bandeiras imperiais. Eram bandeiras para substituição das usadas que estavam nas bagagens salteadas do Exército e não flutuando em combate no meio de suas unidades.

Apesar de Ituzaingó, a campanha continuou naval e terrestre. Nossa

esquadra bloqueava o estuário do Prata, lutando constantemente contra os pequenos e veleiros barcos do Almirante argentino Guilherme Brown. Os corsários estrangeiros, a sôlto de Buenos Aires, assaltavam nossas vias marítimas de comunicação e as expedições que mandamos contra seus covis na Patagônia tiveram infeliz desfecho. Tínhamos perdido no combate do Juncal a pequena esquadilha com que dominávamos o Rio Uruguai; mas a Esquadra Imperial sustentara galhardamente nas águas platinas a honra de nossas armas. A 9 de fevereiro de 1826, derrotou Brown no combate de Corrales. A 11 de junho do mesmo ano, o chefe Norton bombardeou os barcos inimigos refugiados no ancoradouro dos Pozos. A 29 de julho seguinte, o mesmo chefe bateu os argentinos em Lara Quilmes. A 18 de janeiro de 1827, de novo a frota argentina era vencida no Banco de Sant'Ana. Finalmente, de 6 a 7 de abril dêsse ano, a Marinha do Império esmagava os remanescentes da esquadra argentina na famosa batalha naval do Monte Santiago, que deu ao Brasil por quase um século a hegemonia naval na América do Sul. O historiador argentino Angel Carranza considera o revés de Santiago verdadeira *catástrofe nacional*. Ainda em 1828, nossos navios destroem ou capturam os derradeiros barcos inimigos. Tomando em fevereiro dêsse ano o brigue "Ocho de Febrero", Marques Lisboa, futuro Almirante Marquês de Tamandaré, aprisionou o Comandante Espora, que lhe entregou o óculo de Alcance do Almirante Brown, troféu conservado até hoje no nosso Museu Histórico Nacional.

Em fins de 1826, o Imperador fôra ao Rio Grande do Sul para incentivar a campanha com sua presença; mas logo voltara premido pela agitação política no Rio de Janeiro, recebendo a meio da viagem a triste notícia da morte da Imperatriz Leopoldina.

Em 1828, ambos os contendores estavam exaustos. A oposição ao Imperador no Brasil negava-lhe apoio e recursos para continuar a luta. Buenos Aires bloqueada passava fome; seu Govêrno se debatia na mais atroz das penúrias. Não havia mais uma bala nem uma libra de pólvora nos seus arsenais. A Inglaterra oferecia a sua mediação. Fêz-se a paz, que o uruguaio Oneto y Viana classifica como *grande triunfo da diplomacia do Império*. Suspenderam-se as hostilidades. Os plenipotenciários argentinos, D. Tomás Güido e D. Juan Ramón Balcarce, chegaram ao Rio de Janeiro pelo paquête inglês "Reed Pool" a 6 de agosto. As negociações começaram a 11 do mesmo mês com os representantes do Brasil, José Clemente Pereira, General Joaquim de Oliveira Álvares, Ministro da Guerra, e João Carlos de Oyenhausen e Grevenburg, Marquês do Aracati, Ministro dos Negócios Estrangeiros. A declaração inicial de José Clemente Pereira foi notável: "O Brasil sòmente tinha, no caso, intuits pacifistas e sentimentos delicados. O Imperador sempre estivera animado das melhores intenções para com seus vizinhos, fôsse qual fôsse sua forma de govêrno. Absolutamente não provocara a guerra. Portugal ocupara a Cisplatina a chamado de seus naturais e convidado, incitado pelo Govêrno de Buenos Aires. O Brasil herdara aquela Província e a incorporara do mesmo modo. Dera todos os passos para

a paz e outra coisa não desejava. Queria, entretanto, uma paz decorosa, baseada em princípios liberais e interesses recíprocos. Os plenipotenciários imperiais entravam naquela negociação armados de boa-fé e alongados de qualquer política menos digna”.

As discussões prolongaram-se por espaço de 15 dias, terminando com a aceitação da proposta feita pelo Marquês do Aracati: Independência integral da Cisplatina como Estado Soberano *por outorga* do Imperador do Brasil, visto tratar-se de antiga Província do Império; desocupação imediata do território brasileiro das Missões, invadido de surpresa, à raiz das negociações, pelo caudilho Frutuoso Rivera; e manutenção duma fôrça brasileira no Uruguai para manter a ordem até sua definitiva organização política. Assinou-se a Convenção Preliminar de Paz a 27 de agosto. Não é verdade que a Grã-Bretanha tenha tido nesse tratado a menor influência, conforme dizem alguns historiadores. Ele já estava assinado, quando chegou ao Rio de Janeiro o Ministro inglês Lord Ponsomby. Em carta a José Clemente Pereira, datada de 31 de outubro de 1824, relembrando a paz de 1828, D. Tomás Güido declara que essa obra “realizamos sòzinhos, sem submissão de espécie alguma a ditados estranhos”.

Assim terminou a chamada Guerra do Vidéu. O Brasil cedeu uma Província. O Vice-Reinado de Buenos Aires, transformado em Confederação Argentina, ficou para sempre mutilado. Mas um povo jovem surgiu na América do Sul, uma nova nação viu a luz do dia. Fêz-se obra de concórdia e de americanismo. Valeu a pena.

DUAS EXPEDIÇÕES BRASILEIRAS À PATAGÔNIA

Duas tristes páginas da nossa história naval. Os corsários argentinos. O heroísmo dos Imperiais Marinheiros.

Sòmente os estudiosos de nossa história sabem que os brasileiros já combateram na Patagônia, nessa desolada e fria região que forma a parte meridional da República Argentina. Recordemos êsses fatos.

De 1826 a 1828, por causa da Banda Oriental, então Província Cisplatina e hoje República do Uruguai, fizeram as chamadas Províncias Unidas do Rio da Prata, que constituíam a Nação Argentina, guerra ao Império do Brasil. Nossa esquadra, que era a mais poderosa da América, bloqueou o estuário platino. A êsse bloqueio responderam os adversários com a autorização da guerra de corso contra a navegação brasileira. Naquela época, era permitido um país dar cartas de corso a navios de qualquer procedência para guerrearem os de seus inimigos. Os aventureiros do mar, gente sem fé e sem pátria, aproveitavam essa

oficialização ou legalização da pirataria para cometer tôda sorte de assaltos e latrocínios. O corsário não passava, como se vê, dum pirata acobertado por uma bandeira nacional.

A isso recorreu a Argentina contra o Império, armando corsários nos Estados Unidos, em Buenos Aires, no Salado e nos portos da Patagônia. Recorramos ao Barão do Rio Branco para dar, de público, a lista dos navios de corso a serviço do Governo Argentino, a qual demonstra a fôrça dêsse recurso: "General Mansilla", queimado por nossa escuna de guerra "Rio" a 30 de dezembro de 1827; "Vingadora Argentina", depois crismada, por disfarce, em "Raio Argentino" e, finalmente, em "Cruzador", que soçobrou a 1.º de março de 1828, perseguida pelo brigue "Caboclo"; "General Brown", metido a pique pelos tripulantes, que se passaram para bordo dum barco brasileiro aprisionado, cuja marinhagem se revoltou e os levou, amarrados no porão, para a Bahia; "Estrela del Sur", tomado pela canhoneira "Grenfell" a 20 de agosto de 1827; "Esperanza", capturado pela corveta imperial "Maria Isabel" a 29 de novembro de 1827; "Triunfo Argentino", que naufragou, perseguido na costa argentina em setembro de 1826; "Rapido", abordado e conquistado pela corveta brasileira "Paula" a 10 de setembro de 1827; "Constante", perdido na Patagônia; "Oriental Argentino", capturado pelos prisioneiros brasileiros que levava a bordo e se revoltaram a 21 de novembro de 1827; "Florida", pôsto a pique a 9 de outubro do mesmo ano; "General Brandsen", queimado pelos brasileiros a 17 de junho de 1828; "Pampero", que a corveta "Isabel" tomou a 15 de março de 1827; "Lavalleja", encalhado e perdido em julho de 1826; "Niger", do qual se apoderou a 23 de março de 1828 o brigue "Caboclo", incorporado à Esquadra Imperial é, tripulado por brasileiros, capturou a 24 de maio seguinte o "Feliz"; "Profeta Bandarra", para salvar-se da perseguição, encalhado em Maldonado, em setembro de 1827. Em Santa Catarina, no dia 28 de março de 1827, incendiou-se o "Margarida". O "Peruano" caiu no poder da "Maria Isabel" a 4 de julho de 1828; o "Hijo de Julio", no da "Isabel" a 9 de junho de 1827. No dia 1.º de janeiro de 1828, à aproximação da Esquadra Brasileira, a guarnição do "Federal Argentino", que antes se chamara "Bravo Coronel Olavarría" e "Union Argentina", deitou-lhe fogo. A corveta imperial "Bertioga", a 24 de agosto de 1828, perseguiu a "Gobernador Dorrego", e forçou-a a render-se. O "Congreso" foi por nós tomado e incendiado a 7 de dezembro de 1827. "Patagones" capturado pelo "Imperial Pedro" a 23 de setembro de 1827. "Ocho de Febrero" teve a mesma sorte no poder da escuna brasileira "Bela Maria" a 29 de maio do mesmo ano. O brigue brasileiro "Maranhão" apoderou-se do "Union", a 10 de abril dêsse ano. "Presidente", tomado por um navio de guerra inglês em Cabinda, a 9 de janeiro de 1829. Além dêsses, os cujo destino não pode ser bem determinado: "Argentina", "Sarandi", "General Rondeau", "Chacabuco", "Ituzaingó", "Gaivota", "Flor de Mayo", "Empresa", "Colombiana", "Cacique", "Hijo de Mayo", "Bela Flor", "San Martin", "La Presidenta", "Bonairense", "Vencedor de Ituzaingó" ou "Liberta-

dor Bolivar” ou ainda “Presidente Bolivar” e “Sin Paz”. Ao todo 43 corsários. Suas tripulações eram compostas de aventureiros franceses, norte-americanos, ingleses, espanhóis e italianos

Alguns desses barcos tornaram-se piratas, como por exemplo, o “Presidente”, que os ingleses perseguiram e capturaram. É a seguinte a diferença entre corsário e pirata. Navio corsário é aquele que tem uma carta ou patente de corso, fornecida por uma nação soberana para atacar a navegação mercante daquelas com que se acha em guerra. Navio pirata é aquele que salteia indistintamente qualquer navio de comércio, de qualquer nação, para roubá-lo.

A base de operações desses corsários e piratas argentinos situava-se na costa da Patagônia, sendo a Vila de Carmen de Patagones, no Rio Negro, o entreposto ou depósito das prêas que faziam sobre a navegação brasileira. Para acabar com isso, o Almirante Rodrigo Pinto Guedes, Barão do Rio da Prata, comandante-chefe da Esquadra Imperial que bloqueava o porto de Buenos Aires durante a chamada Guerra da Cisplatina, resolveu mandar ali uma expedição naval. Compunha-se esta da corveta “Duquesa de Goiás”, do comando do Capitão de Fragata James Sheperd, que chefiava a expedição, da corveta “Itaparica”, do comando do Capitão-Tenente Guilherme Eyre, e das escunas “Constança” e “Escudera”, do comando, respectivamente, dos 1.^{os} Tenentes Joaquim Marques Lisboa, futuro Almirante e Marquês de Tamandaré, e Poutier. Esses navios iam bem municiados e artilhados, mas não levavam forças de desembarque para qualquer eventualidade, e se dirigiam a um litoral perigoso e quase desconhecido.

A 28 de fevereiro de 1827, tentando transpor a barra do Rio Negro, a “Duquesa de Goiás” foi sobre um baixio e partiu-se, recolhendo-se os tripulantes salvos à “Itaparica”. Perderam-se 40 vidas. Durante cerca de 8 dias, permaneceu Sheperd com seus navios na foz daquele curso de água, contrariado pelos ventos e correntezas que o impediam de subi-lo até Vila de Carmen de Patagones. A costa estava deserta. Não se via ninguém pelos arredores. Sheperd decidiu desembarcar o maior número de marinheiros que pudesse para atacar por terra o valhacouto dos corsários. Pela madrugada de 7 de março, realizou-se sem tropeço o desembarque de 300 marinheiros. Ficaram a bordo dos navios poucos tripulantes e os seus imediatos, aqueles mesmo mal armados, pois todas as espingardas disponíveis foram entregues aos marujos desembarcados.

Ao se aproximarem de Villa del Carmen, os expedicionários brasileiros tiveram profunda decepção. Havia no porto 6 navios corsários armados em guerra: “Chacabuco”, “Hijo de Julio”, “Bela Flor”, “Chiquilla”, “Emperatriz” e “Oriente Argentino”, superiores em tripulação e canhões à expedição brasileira. Além disso, um forte bem artilhado. O Comandante da praça, Martim Laguna, e seu ajudante, Sebastian Olivera, tinham organizado respeitável força miliciana a cavalo e a pé.

Tendo reconhecido o poder militar do inimigo, Sheperd sentiu a imprudência que cometera avançando com os seus 300 marujos por uma região deserta e deixando na retaguarda seus três navios quase desguar-

necidos. Diante disso, resolveu retirar para os mesmos. Infelizmente, os barcos argentinos desceram rapidamente o rio e se apoderaram da flotilha imperial, mau grado a desesperada defesa dos Tenentes Joaquim José Inácio e Poutier, os quais foram, com muitos dos tripulantes, aprisionados.

As guerrilhas argentinas picaram a retirada da força brasileira e, aos primeiros tiros, tombou morto o infeliz Capitão de Fragata Sheperd. Guilherme Eyre assumiu o comando e continuou a luta, acolhendo-se a um morro denominado Caballada, onde era mais fácil defender-se. Ali, os argentinos em grande número cercaram os imperiais marinheiros, os quais, apesar de não estarem preparados como infantes para o combate contra tropas a pé e sobretudo a cavalo, lutaram com um heroísmo sem-par. O historiador argentino Baldrich, autor da "Guerra del Brasil", na qual se mostra sempre parcialíssimo contra o Império, faz justiça ao denôdo e heroísmo dessa maruja com as seguintes palavras textuais: "Es justo agregar que aquella tropa, aunque con muy poca pérdida de su efectivo, habia salvado com su resistencia angustiosa el honor de sus armas".

As pastagens da planura onde se desenrolava a luta estavam secas. A cavalaria argentina deitou-lhes fogo. Desta sorte foi impossível aos imperiais marinheiros, já sem munições, queimados pelas chamas e sufocados pela fumaceira, continuarem a combater. Renderam-se. Os prisioneiros foram empilhados no porão do brigue "Ana" e remetidos para Buenos Aires. Eram 36 oficiais e 58 marujos, um terço dos expedicionários. O resto jazia morto na macega queimada ou ferido nos improvisados hospitais de Carmen de Patagones. Durante a travessia, o futuro Marquês de Tamandaré e o futuro Visconde de Inhaúma, então 1.^{os} Tenentes Marques Lisboa e Joaquim José Inácio, revoltaram uma noite os presos, encerraram a guarnição argentina no porão e velejaram até encontrar a Armada Imperial, a cujo Almirante entregaram o brigue "Ana", como boa presa tomada ao inimigo.

Foi, assim, glorioso o remate final da infeliz primeira expedição brasileira à Patagônia.

A segunda foi ainda mais infeliz. Enviada em outubro de 1827, chegou à Baía de S. Brás no dia 21, sob o comando do Capitão de Fragata Guilherme Eyre, que, como Capitão-Tenente, tinha participado da primeira. Compunha-se da corveta "Maceió", de seu comando, dos brigues "Independência ou Morte", comandado pelo Capitão-Tenente Francis Clare, e "Caboclo", comandado pelo 1.^o Tenente James Inglis. Esses navios seguiam em perseguição do corsário "Gaviota" que buscava refúgio naquelas agrestes paragens. Logo à entrada da citada baía, a "Maceió" e o "Independência ou Morte" deram sobre parciais e naufragaram. Só escapou da desgraçada expedição o "Caboclo", que salvou 99 homens do brigue e 22 da corveta, inclusive o comandante Clare. 83 náufragos viram-se aprisionados pelo corsário, entre os quais o Comandante Eyre. Uns 40 pereceram.

A responsabilidade dos dois desastres cabe aos que enviaram a tão longínquas e nesse tempo ignotas paragens os navios imperiais, sem o preparo adequado para seu êxito. Já Luís de Camões se eximia de louvar o capitão que dissesse *eu não cuidei...*

O ROMANCE DE ANITA GARIBALDI

Um herói italiano e uma heroína brasileira. O folclore e a história.

A história de Giuseppe Garibaldi, o grande lutador pela libertação e unificação da Itália moderna, está ligada à história do Brasil, onde êle lutou no mar e em terra a prol do movimento farroupilha que ensangüentou durante uma década os pampas sulinos.

O drama garibaldino não foi mais do que a consubstanciação duma idéia no espírito dum homem, expoente do individualismo da raça, idéia que se processou dentro dum sonho aventureiro, com a moldura romântica natural da época. Sem o exato conhecimento das características próprias do gênio italiano e da formação histórica da Itália, não é possível compreender bem a figura do seu libertador. Entre todos os fautores da unificação peninsular, êle se distingue pela teatralidade das atitudes, dos gestos e da indumentária. A vermelha camisa garibaldina precedeu de muito as camisas de variadas côres que se espalharam pela Europa e pelo mundo. O herói das planícies lombardas e dos vales sicilianos balizados de ciprestes e campanários antigos, fêz sua aprendizagem guerreira nos pampas americanos varridos de minuanos e pampeiros.

Tendo abortado no país natal sua primeira tentativa libertadora, fugiu, atravessou o oceano e veio combater ao lado dos Farrapos nas coxilhas do Rio Grande. Tornou-se, depois, corsário nas costas meridionais do Brasil Imperial e o único chefe marítimo da efêmera República proclamada em Piratinim. Realizou façanhas quase lendárias com os mesquinhos meios de que dispunha, graças à indômita fôrça de seu temperamento. Bloqueado na Lagoa dos Patos pela esquadra legalista, transportou pela restinga afora até o oceano, puxados em carrêtas de bois, seus pequenos barcos de guerra. Assim furou o bloqueio. A história, que já registrara o feito sem-par dos hússares franceses de Pichegru tomando a cavalo a frota inglesa immobilizada nos gelos da Holanda, guardou mais êsse, também singular, de navios levados pela terra firme, puxados por lentas juntas de bois e escoltados pela cavalaria gaúcha. Maomé II fêz o mesmo para tomar Constantinopla.

Com seus hiates fundeu na Barra da Laguna para apoiar a revolução catarinense e foi de bordo, observando com óculo de alcance as

casas da vila, que descobriu a mulher brasileira que devia completar sua vida e seu destino, companheira fiel de aventuras e mãe de seus filhos: Anita. Desembarcou, encontrou um conhecido, acompanhou-o à sua residência e lá a encontrou. Antes de retirar-se, disse-lhe com um tom de mando:

— Tu deves ser minha!

O próprio Garibaldi confessa ter pronunciado tais palavras com “insolência magnética”.

Ana Maria de Jesus Ribeiro, Anita na intimidade, era, no entanto, casada. Pois abandonou o lar e o seguiu por mares e terras até a morte. O forte individualismo do aventureiro dela de tal modo se apoderou que a tornou coisa sua, sua criação. Assim o entendeu, tanto que, em suas “Memórias”, chama-lhe virgem, como se, ao seu contato e ao seu influxo, houvesse êle tomado alma nova e, ao mesmo tempo, por efeito disso, corpo novo.

Dessa maneira rápida e brusca, Giuseppe Garibaldi achou a companheira ideal, ondina e amazona ao mesmo tempo, pois se batia entre os marinheiros, ateava fogo aos paióis de pólvora e fugia a nado, batalhava a pé e a cavalo, de clavina e sabre, de boleadeira e lança, e se evadia da prisão, rompendo todos os obstáculos. Foi uma *china* heróica, para empregar o termo da gíria militar gauchesca.

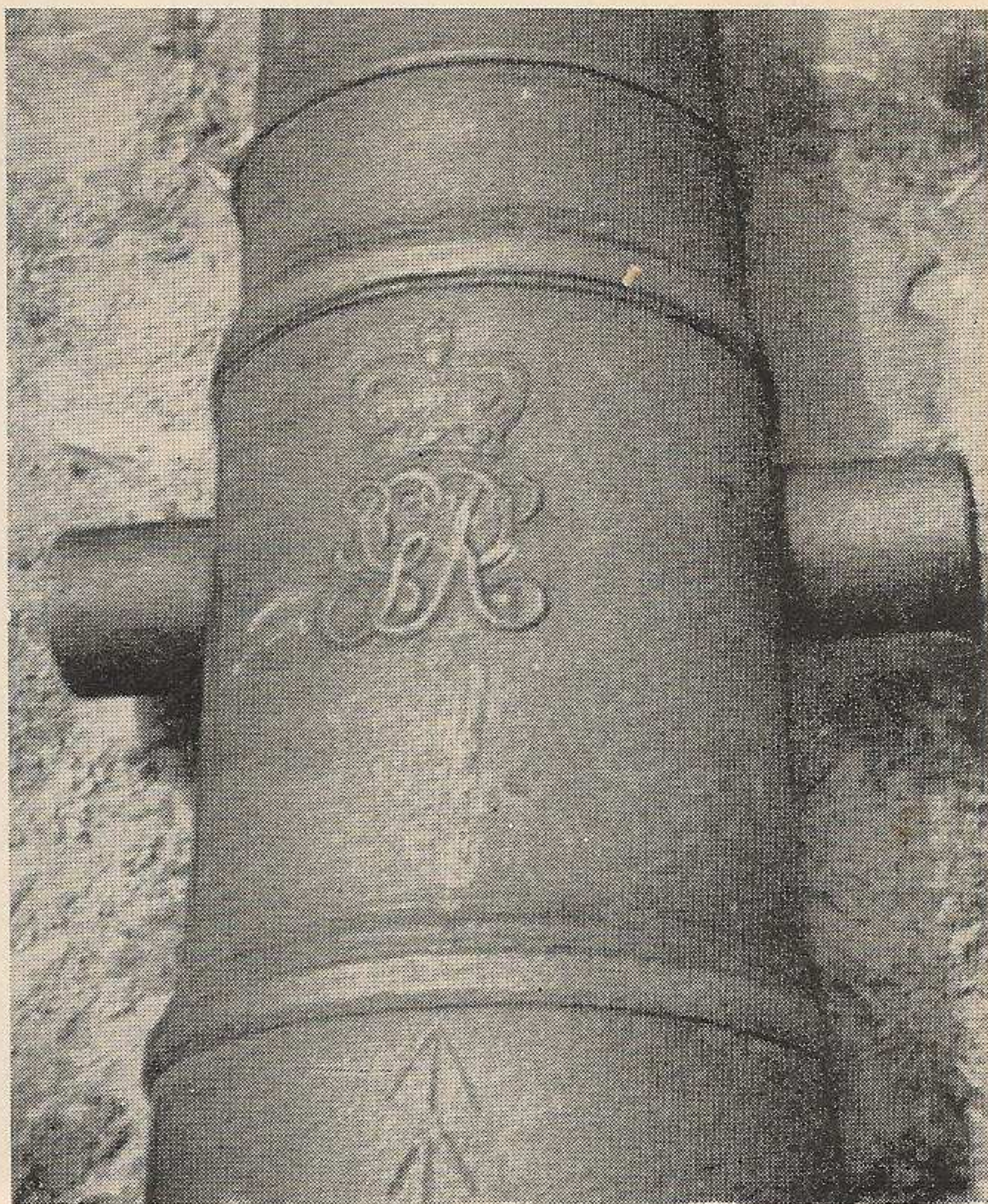
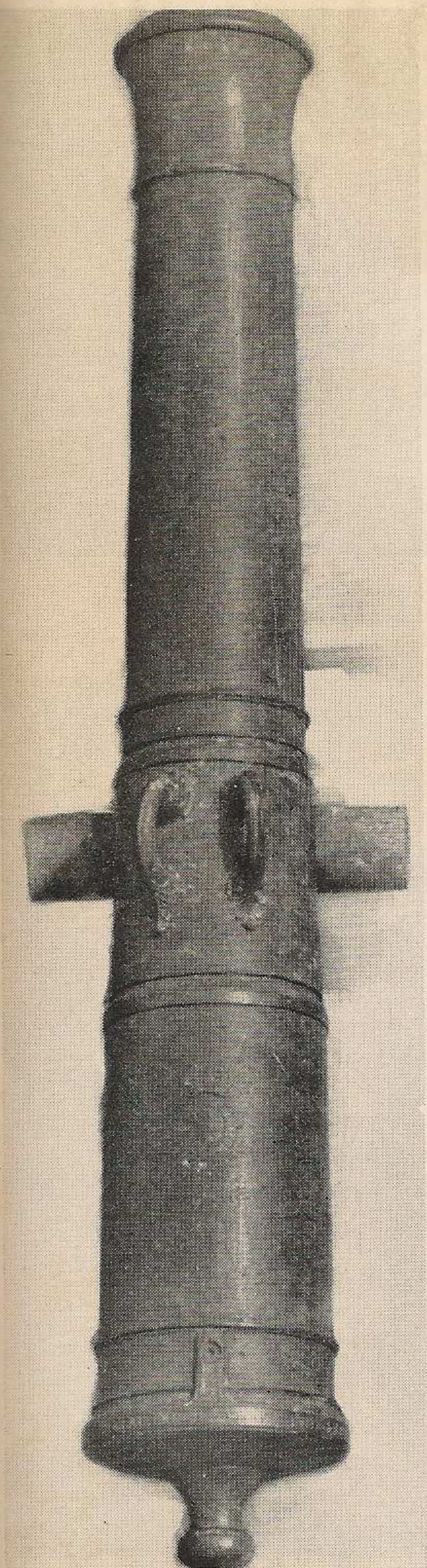
Anita Garibaldi, a brasileira, tem hoje estátua no Janículo, no coração de Roma que é o coração do mundo. A Itália perpetuou no bronze o duplo feminino do seu moderno *condottier*. Como que ambos reviveram no século passado aquela lenda dos andrógynos mitológicos separados por Júpiter em metades destinadas a se unirem um dia pela atração mútua, completando uma única individualidade. Porque é impossível nas páginas da história separar Garibaldi de Anita.

Depois de se ter batido nos campos do Rio Grande do Sul, na Tróia Americana de Montevideu sitiada pelos bandos de Oribe o Corta-Cabeças, a mandado do Ditador Rosas, e até nos plainos da Argentina, durante quatorze anos, Garibaldi volta à pátria e defende Roma de armas na mão. Ali, Anita se lhe vai juntar, vencendo todos os obstáculos e recebendo dêle um elogio de espartana simplicidade:

— Temos mais um soldado!

Ao monumento de glória por ambos cunhado em Curitibanos, na Serra e em Taquari, faltavam os baixos-relevos clássicos que lhe foram dali por diante acrescentados: o Esquilino, o Forum, o Corso e o Tibre em contraste com o Prata. Ao lado dos lanceiros guascas, de ponchos largados ao vento como estandartes, entreverando-se aos infantes e cavaleiros do Império, de altos gurutões de couro, juntar-se-iam nesse monumento as cargas de garibaldinos rubros, de Bersaglieri emplumados, de carabineiros papais, de zuavos pontifícios, de legionários bretões e belgas.

Anita, o soldado feminino, que deu a Garibaldi filhos destinados a serem soldados, morreu na dolorosa epopéia da retirada e até sua se-



À esquerda: Canhão português do século XVIII. Bronze. Com o escudo de D. Maria I.
À direita, em cima: Marechal-de-campo João Propício da Fontoura Mena Barreto, 2.º Visconde de São Gabriel, que comandou o Exército Imperial no cerco de Paissandu.
Em baixo: Canhão inglês com a sigla de Jorge III.



Batalha de Avaí, onde o Marquês de Caxias envolveu e esmagou o exército paraguaio. Grande tela de Pedro Américo.



A fuga de Anita Garibaldi. Óleo de Willy Zumblick.

pultura foi violada pelos cães famintos. Não teve descanso sequer na última morada.

De como o famigerado aventureiro italiano feriu a imaginação popular é testemunha nosso folclore, que, a seu modo, também é história, pois reflete os acontecimentos, muitas vezes embora com a parcialidade própria do momento em que nasce. Falta-lhe a perspectiva do tempo que adoça e azula as asperezas das opiniões, das paixões e dos fatos. A passagem de Garibaldi pelas nossas plagas e a figura de Anita ficaram gravadas em tom de sátira no acervo de nossas manifestações demológicas.

Os exemplos que se vão ler mostram a sobrevivência do pensamento duma época:

*Garibaldi foi à missa
Num cavalo rebolão;
O cavalo deu um tope,
Garibaldi foi ao chão.*

*Garibaldi foi à missa
No seu cavalo alazão;
O cavalo tropeçou,
Garibaldi foi ao chão.*

*Garibaldi foi à missa
Num cavalo sem espora;
O cavalo deu um pulo,
Garibaldi saltou fora.*

Além de combater pelos republicanos contra o Império, Garibaldi era maçã e carbonário, suspeito de ateísmo, inimigo do Papa, e combatia o poder temporal da Santa Sé. A sátira se explica como produto do sentimento católico do país. Daí a alusão a ter ido à missa, que é vivamente irônica. A essa ironia não escapou a própria Anita, embora brasileira:

*Dona Anita foi à missa
Com uma saia de balão;
Dom José, ao saber disso,
Quase morre de paixão...*

Mais tarde, quando Garibaldi invadiu os Estados da Igreja e se aliou ao Rei do Piemonte para a obra da unificação italiana sob a coroa da Casa de Sabóia, lembrado ainda de sua interferência na renhida luta dos Farroupilhas, o povo acrescentou a essas quadras um estribilho por demais sarcástico:

*E viva o Garibaldi
E o Vitor Manuel
Comendo macarrão
Embrulhado num papel!...*

O tempo decorrido permite que hoje se cite e analisem essas trovas como simples documentos folclóricos, sem nenhuma intenção de diminuir as figuras tradicionais que a história gravou nas suas páginas de bronze.

O HINO NACIONAL DE FRANCISCO MANUEL

Os Hinos da Independência. Quando foi composto o Hino Nacional: antes de 1831, entre 1831 e 1838, em 1841?

O Brasil teve dois Hinos da Independência. O primeiro, de autoria do maestro Marcos Antônio Portugal, não foi oficializado, não logrou voga e ficou logo esquecido. O segundo foi composto pelo próprio Imperador D. Pedro I, que o executou pessoalmente ao piano pela primeira vez na casa de José Bonifácio, em S. Paulo, logo depois do grito do Ipiranga. Para êle escreveu o famoso jornalista Evaristo da Veiga a conhecida letra, cujos versos dizem assim:

*Já podeis da pátria filhos
Ver contente a mãe gentil,
Já raiou a liberdade
No horizonte do Brasil.*

*Brava gente brasileira
Não tendais temor servil,
Nossos peitos, nossos braços
São muralhas do Brasil.*

Nas lutas e agitações da Independência o partido reacionário dos Corcundas, Marotos, Bicudos ou Portugueses metia à bulha essa letra com paródias terríveis. A modificação da expressão filhos da pátria por indecente e insultuosa não pode ser transcrita. Outras quadras satirizavam a mudança dos símbolos nacionais, a substituição da cruz de Cristo e das Quinas pelos ramos de fumo e de café do novo brasão imperial:

*Cabra gente brasileira,
Descendente de macaco,
Que trocou a cruz de Cristo
Por um ramo de tabaco.*

*Cabra gente brasileira,
Descendente da Guiné,
Que trocou as cinco quinas
Por um ramo de café.*

Chamou-se algum tempo a êsse Hino da Independência de Hino Imperial. Êle foi tocado pelas bandas militares em tôdas as grandes cerimônias do Primeiro Reinado, bem como nos combates da Campanha da Cisplatina. As orquestras o executavam em presença do Imperador nos teatros, nos bailes e nas igrejas.

O Hino Nacional Brasileiro, que foi o do Segundo Reinado, que passou para a República e que continuamos a ouvir com entusiasmo em tôdas as nossas reuniões festivas, êste é inspirada composição do grande maestro Francisco Manuel da Silva, nascido no Rio de Janeiro a 21 de fevereiro de 1795 e falecido na mesma cidade a 18 de dezembro de 1865, com setenta anos de idade.

Segundo alguns historiadores, o Hino Nacional Brasileiro foi composto para as festas da coroação do Imperador D. Pedro II, em 1841. Mas a verdade é outra e seu esclarecimento se deve às acuradas buscas e pesquisas realizadas por um estudioso do assunto, que nêle se especializou, dedicando-lhe a existência inteira, o saudoso Sr. Agostinho de Almeida. O manuscrito original da magnífica composição de Francisco Manuel se encontra no arquivo da Escola Nacional de Música, juntamente com uma letra de Ovídio Saraiva de Carvalho sob o título "Ao heróico 7 de Abril!". Refere-se ao 7 de abril de 1831, data da abdicação do Primeiro Imperador.

Sabe-se que Francisco Manuel compôs também um Hino da Coroação de D. Pedro II, em 1841, com letra de João José de Sousa e Silva, irmão do notável historiador Joaquim Norberto, cujo manuscrito, com os respectivos versos, está na Biblioteca Nacional. Sabe-se mais, por uma notícia dada pelo "Jornal do Comércio" de 21 de fevereiro de 1838, que a banda de música da nau de guerra francesa "Hercule", que trouxe ao Rio de Janeiro o Almirante Príncipe de Joinville, noivo da Princesa Imperial D. Francisca, irmã de D. Pedro II, executou "o Hino Nacional composto pelo Sr. Francisco Manuel da Silva."

Do que aí se expõe documentadamente se infere que: em 1838, dois anos antes da maioridade de D. Pedro II e três antes de sua coroação, o Hino Nacional foi tocado de público por uma banda militar; em 1831, Ovídio Saraiva de Carvalho fez uma letra referente à Abdicação, a qual se encontra junto com seu manuscrito original; nesse ano, Francisco Manuel da Silva tinha 36 anos e estava, assim, em plena fôrça de seu talento criador; em 1841, compôs um hino especial para a Coroação do Segundo Imperador. Por conseguinte, tudo leva a crer que o Hino Nacional foi composto para comemorar a Abdicação, considerada como verdadeira libertação pelos liberais exaltados da época. O tom entusiástico da peça musical corrobora essa dedução lógica.

De que terá provindo a atribuição da data de 1841 como sendo a da composição do Hino Nacional de Francisco Manuel da Silva? Possivelmente do fato de lhe haverem adaptado popularmente, durante as festas da referida coroação, uma letra anônima que correu de bôca em bôca. A afirmação foi sendo repetida sem maior estudo ou exame da

questão, passou em julgado para alguns historiadores e somente se viu desmentida pelos trabalhos do Sr. Agostinho de Almeida.

Na opinião desse estudioso, o Hino Nacional é, possivelmente, mais antigo até que 1831, contemporâneo mesmo do período da independência. Baseia-se para isso no que diz Ernesto Vieira em seu pouco conhecido "Dicionário de Músicos Portugueses". O citado autor considera Francisco Manuel da Silva músico português por ter nascido no Rio de Janeiro em plena época colonial e afirma que ele fez um hino por ocasião da Independência, o qual "foi e ainda é o Hino Nacional do Brasil."

Històricamente não resta a menor dúvida de que o Hino Nacional é anterior a 1838, sendo quase com certeza de 1831 e é possível que seja contemporâneo dos compostos por Marcos Antônio Portugal e D. Pedro I. Todavia talvez seja querer recuar muito a sua data, levando-a para a aurora da nacionalidade. Os cronistas, viajantes e historiadores dos primeiros anos da Independência não se referem a um Hino Nacional categoricamente, como a notícia do "Jornal do Comércio" de 1838; falam sempre de Hino da Independência ou de Hino Imperial.

No seu interessantíssimo livro "O Rio de Janeiro como é", o oficial mercenário alemão Schilichthorst, ao narrar sua chegada e desembarque no Arsenal de Marinha em presença do Imperador D. Pedro I e da Imperatriz D. Leopoldina, a 4 de abril de 1825, escreve: "O pátio do Arsenal abre-se do lado do mar. Fecham os outros dois lados estaleiros e oficinas. Na carreira, ergue-se uma fragata inacabada. Adiante, trabalham negros, agrilhoados às forjas como espíritos infernais. Seu canto desarmonioso domina o *HINO IMPERIAL* tocado por barulhenta banda de música." Esse Hino Imperial era, sem dúvida, o da Independência, composto e executado a primeira vez pelo próprio Imperador.

O grande maestro Francisco Manuel da Silva dorme o eterno sono em um túmulo discreto do esquecido e fidalgo Cemitério de S. Francisco de Paula, em Catumbi, rodeado de jazigos e mausoléus em cujos tampos de mármore se lêem os nomes das mais altas e representativas figuras de nossa história, nas armas, na política, na diplomacia e na administração. Ali se acham as cinzas dos grandes mortos daquilo que se poderia denominar a nossa Cultura Imperial. E a voz do notável compositor infelizmente não nos pode vir dizer a data certa em que compôs o grande canto musical da Pátria Brasileira.

O BRASIL E O EGITO

A coleção egípcia do Museu Nacional. Dom Pedro I, Dom Pedro II e o Kediva Ismail. Relíquias milenárias no nosso país.

O Museu Nacional do Rio de Janeiro foi criado por Decreto de 26 de maio de 1818, assinado por Dom João VI, referendado pelo Ministro Tomás de Vila Nova Portugal e justificado com estas palavras: "Querendo propagar os conhecimentos e estudos das ciências naturais no Reino do Brasil: Hei por bem que nesta Côrte se estabeleça um Museu Real". Serviu de base ao referido Museu Real a chamada Casa dos Pássaros, onde se expunha uma bela coleção ornitológica empalhada e que funcionava num prédio de esquina da antiga Rua do Sacramento, hoje Avenida Passos. Seu primeiro Diretor foi Frei José da Costa Azevedo.

O Museu passou a funcionar no prédio para êle especialmente construído no antigo Campo de Sant'Ana, onde hoje se encontra instalado o Arquivo Nacional. Durante os reinados de D. Pedro I e de D. Pedro II, denominou-se Museu Imperial. Com a República passou a ser Museu Nacional e foi transferido para o Paço Imperial de S. Cristóvão, na Quinta da Boa Vista. É, pois, o mais antigo museu do Brasil e quicã da América.

No continente meridional, sem dúvida, é o único que possui uma coleção de objetos da vetusta civilização egípcia. A história da mesma merece divulgação. O eminente Professor Alberto Childe, que exerceu com rara proficiência o cargo de Conservador de Arqueologia daquele benemérito instituto, escreveu sobre êsses preciosos documentos do antigo Egito uma "Notícia Histórica", na qual diz o seguinte:

"Apesar das investigações feitas nos arquivos do Museu, contendo, todavia, numerosas peças sobre os primeiros passos desta importante instituição, foi impossível achar documento algum, relativo à aquisição dessas preciosidades. Sua proveniência, entretanto, era perfeitamente conhecida do muito erudito Diretor que foi o Dr. Ladislau Neto. Relata êle, em seu livro sobre a história do Museu Nacional, como aquela coleção egípcia, trazida por um italiano, chamado Fiengo, depois de improfícua viagem na Argentina, foi posta em hasta pública no Rio de Janeiro, e adquirida por Sua Majestade Dom Pedro I, que a ofereceu ao Museu em 1824."

De fato, a coleção egípcia de Fiengo destinava-se a Buenos Aires, mas a mudança do Governo ali ou outras circunstâncias supervenientes fizeram com que a encomenda feita a Fiengo não fôsse recebida e paga. O italiano, então, a desembarcou no Rio de Janeiro, onde foi leiloadada e arrematada pelo Imperador. A data de 1824, na qual se fêz a aquisição, é a prova provada da autenticidade dessas relíquias, pois não havia possibilidade de falsificação delas naquela época pelas razões que claramente nos dá, como técnico no assunto, o citado Professor Childe:

"Ainda que a curiosidade despertada pelas antiguidades do Egito não tenha nascido senão depois da expedição de Bonaparte, e que vários *cabinets* do século XVIII já possuíssem objetos de lá provenientes,

um fato é certo, porém: que a contrafação sábia dêses objetos só começou depois da leitura dos hieróglifos; foi só quando puderam ler sobre verdadeiras antiguidades os nomes dos Faraós, e assim aproximativamente fixar no tempo a data das peças, que se começou a fabricar jóias, escaravelhos, *ushaptions*, e dar-lhes um valor, segundo a época ou as pessoas a que pertenciam. Ora, quando Fiengo reuniu a preciosa coleção que hoje possuímos, a leitura dos hieróglifos acabava apenas de ser descoberta pelo imortal Champollion le Jeune. Foi efetivamente nesse mesmo ano, em 1824, que o genial filólogo, baseado no conhecimento da língua copta, formulou seu método, publicando o "Précis du Système Hiéroglyphique."

A coleção egípcia do nosso Museu Nacional não é muito numerosa, mas encerra peças de alto valor para a egiptologia. Ela consta, em primeiro lugar, de 5 múmias nos respectivos caixões antropomórficos, entre as quais, segundo revela a leitura dos seus hieróglifos, a da cantora do templo do deus Amon, de nome Shá-amen-sú, datando do tempo do domínio dos persas sobre o velho Egito dos Faraós. Essas múmias compõem o lote vendido pelo italiano Fiengo ao primeiro Imperador do Brasil.

No ano de 1876, o Quediva do Egito, Ismail, ofereceu a D. Pedro II, como lembrança de sua viagem àquele país, vários objetos antigos, que Sua Majestade doou logo ao Museu Imperial. São relíquias da era denominada em egiptologia Saítica, isto é, quando a capital do país foi mudada do interior para a cidade de Saís, no Delta do Nilo. Entre êles, se encontra uma estatueta de madeira com vestígios de revestimento em gesso, pintura e ouro, de olhos de esmalte, protótipo da famosa figura de bronze do Museu de Atenas, denominada Takushit, simples burguesa daquelas priscas eras, na opinião de Maspéro. Estudando essa preciosíssima peça, o Professor Alberto Childe declara que, na sua opinião pessoal, se trata do próprio original de que saiu o bronze de Atenas.

De várias épocas do Egito antigo, de várias dinastias de Faraós, existem ainda no Museu algumas estelas de pedra calcária. Quando foi Diretor do estabelecimento, o Dr. João Batista de Lacerda enviou fotografias das mesmas, por intermédio da Legação Imperial da Alemanha, ao grande egiptólogo do Museu de Berlim, Professor Hermann, solicitando-lhe que as traduzisse. A tradução, inçada de grandes dificuldades, foi levada a efeito por um dos mais notáveis discípulos daquele egiptólogo, o Professor Grapow, em 1910.

Enfim, o egiptólogo Heyward W. Seton Karr fez doação ao Museu Nacional de uma série de sílex gravados de remotíssima antiguidade, todos êles pertencentes à chamada Época de Negadah, período pré-dinástico da história egípcia.

A múmia da cantora do templo de Amon a que acima nos referimos e que data do domínio persa sobre o Egito deve contar mais ou menos 2.400 anos, visto como a conquista do país do Nilo pelo Rei persa Cambises se deu na data de 525 antes de Cristo, depois da batalha de

Pelúcio, perdida pelo Faraó Psamético III. Esse domínio perdurou até 404 antes de Cristo, quando, sob o reinado de Artaxerxes II, os invasores persas foram expulsos pelo Amirteu dos gregos, isto é, o Emir Tai, o Chefe do Deserto.

Mais antiga do que essa múmia feminina é, sem dúvida, a estatueta da época Saítica. Os Faraós saítas governaram o Egito, apoiados em mercenários cários ou gregos, desde Psamético I, que expulsou os conquistadores assírios em 660 antes de Cristo.

Ainda a mais recuadas idades se prendem os sílex gravados de Negadah.

Todos êsses veneráveis testemunhos da curiosa, original e antiquíssima civilização do Chemi ou País Estreito dos antigos, do Quemt ou País Escuro, do Mizraim da Bíblia, do Aigyptos dos helenos, não só podem fornecer aos estudiosos e sábios, no nosso Museu Nacional, inestimável material de investigação, como ali relembração sempre os dois Imperadores, pai e filho, D. Pedro I e D. Pedro II, que os doaram à secular instituição. Mostram que êles se preocupavam com as coisas do espírito e procuravam, na medida do possível, ir enriquecendo o nosso patrimônio de civilização e de cultura.

UM COSTUME MILITAR TURCO NO BRASIL

Liras e árvores de campainhas. As músicas dos Janízaros.

As bandas de música militares, que sempre fizeram, nas ruas, as delícias da garotada e, nos coretos das praças públicas, executaram apreciadas retretas, datam de fins do século XVIII e princípios do XIX. Antes dessa época, as unidades da milícia, terços, colunas, regimentos ou batalhões, desfilavam somente ao compassado bater dos tambores, algumas vezes acompanhado do clangor das cornetas e outras do som estridente dos pífanos. O desfile das cavalarias processava-se ao ritmo de anacaras ou timbales, ao toque marcial dos clarins.

Os antigos denominavam os instrumentos militares de sôpro tubas e charamelas. As legiões romanas conheceram as primeiras. As hostes medievais usaram as segundas.

No Brasil, como em Portugal, os corpos de infantaria somente tiveram bandas de música no início do século XIX, por um Decreto Real de 1802. Foi na época napoleônica que mais se desenvolveu o uso da música nas unidades a pé. É famosa a grande tela francesa — “La Musique à Iena”. Pela primeira vez, a música militar é perpetuada na tela por um artista notável, documentando iconograficamente sua entrada nos fastos memoráveis da Epopéia Imperial.

As bandas de música militares foram ao princípio de sua adoção denominadas em França *Musique de Janissaires* e na Alemanha *Janitscharenmusik*, significando ambas as expressões “Música de Janízaros”. Eram compostas geralmente só de instrumentos de metal, com bombo, tambores, pratos, triângulos e as famosas *árvores de campainha*. A designação aludida vinha-lhes dos corpos de Janízaros, que foram os primeiros a usá-las com aquêles instrumentos.

Os Janízaros formavam uma célebre milícia turca dos antigos sultões. O seu nome em turco *Ieni-chéri* significa a Jovem Milícia ou a Milícia Nova, em contraposição ao resto do exército ou Milícia Velha. Do mesmo modo teve Napoleão Bonaparte a sua Velha e a sua Jovem Guarda. Os Janízaros foram organizados no século XIV por Arkan-Gazi com rapazes cristãos roubados de seus países na infância e educados fanáticamente na religião muçulmana. Eram um meio militar diabólico de combater os pais por meio dos próprios filhos. Essa milícia teve grande renome e possuía seus quartéis, com todo o luxo, em Brussa, na Ásia Menor.

No século XVII, para aumentar seus efetivos em face das necessidades das guerras da Sublime Porta com as nações ocidentais e mediterrâneas, os sultões de Constantinopla admitiram que dela fizessem parte os filhos dos Janízaros. Seus quadros chegaram a contar 229 regimentos com um efetivo total de 140 mil homens. Os privilégios de que gozava prejudicaram-lhe a disciplina e essas tropas começaram a intervir nas lutas intestinas do Império Otomano, tornando-se um verdadeiro perigo para o mesmo. Em 1823, o Sultão Mahmud, homem de rara energia, suprimiu-a com a maior violência, derramando rios de sangue.

Imitando êsses famosos soldados turcos, as tropas européias de infantaria começaram no fim do século XVIII a ter bandas de músicas. Primeiro, estas apareceram na Áustria e na Alemanha; depois, na França e na Inglaterra. Ao abrir-se o século XIX, como vimos pelo Decreto Real de 1802, a moda chegava a Portugal e ao Brasil.

As árvores-de-campainhas, durante longos anos usadas nas bandas de música do Exército Brasileiro, substituídas na República pelas chamadas *liras*, mostravam a tradição oriental das bandas de música nos ornatos que delas pendiam lateralmente, feitos de caudas de cavalos. Estas serviram sempre de insígnias militares tártaras ou turcas, de verdadeiros estandartes, sob o nome de *tongues* e *buntchuques*.

As árvores-de-campainhas possuem nas hastes uma mola que as torna oscilantes, desde que suspensas do boldrié de quem as leve. Formam-nas dois ramos divergentes de metal, ligados por volutas e ornatos a uma placa central, onde se vêem insígnias ou brasões. Cobrem-nas uma espécie de pequeno guarda-sol em estilo puramente oriental, sendo por isso que os franceses chamam ao instrumento *chapeau-chinois*. Das voltas externas dos enfeites caem as caudas de cavalo ornamentais. E de tôdas as partes da árvore pendem pequenas campainhas, que, devido à oscilação constante do andar, não cessam de tinir argentinamente ao ritmo da marcha.

Originariamente, êsse instrumento, com haste muito alta, era levado à frente dos esquadrões de cavalaria tártara e turca. Os movimentos do cavalo agitavam as sinêtas, que iam marcando o ritmo da andadura-passo, trote ou galope. Os cossacos zaporogos o tomaram dos tártaros e o transmitiram aos ocidentais através dos polônios e húngaros.

No período republicano, o Exército Brasileiro abandonou as árvores-de-campainhas e as substituiu pelas denominadas *liras*: à ponta duma haste, uma grande lira de metal, tendo no centro um teclado de lâminas sonoras, em que o músico batia com uma baqueta de ferro. Das volutas da lira pendiam as tradicionais caudas de cavalo. E o teclado permitia uma escala de notas argentinas que acompanhava a composição musical executada pelo resto da música.

Tais usos, o da árvore-de-campainhas e o da lira, nunca foram admitidos nas charangas da cavalaria, apesar do uso oriental. Sòmente os encontramos entre nós nas bandas de música da infantaria. Esta teve sempre bandas de pífanos e tambores nos corpos de fuzileiros, de cornetas e caixas de guerra nos de caçadores, além da música pròpriamente dita. As charangas de cavalaria eram acompanhadas de fanfarras de clarins.

Durante o período imperial, os faustos uniformes dos músicos, com coberturas de feitio oriental, penachos, alamares e outros adereços, traía a origem turca das bandas dos antigos Janízaros. Assim, é curioso como um costume militar otomano veio ter ao Brasil.

O BRASIL E A TIRANIA DE ROSAS

O Tigre de Palermo. Cabeças cortadas e orelhas salgadas. O Império do Brasil liberta a Argentina. O triste fim dum Ditador.

Dom Juan Manuel José Domingo Ortiz de Rosas, o famoso tirano da República Argentina, era um homem de rara formosura, segundo afirmam, sem divergência, seus contemporâneos. Beleza verdadeiramente máscula. Cabelos de ardente louro veneziano. Olhos muito azuis com estranho poder de sedução, ora macios como um veludo, ora ardentes como uma chama e ora baços e imóveis como um pântano. Tez alvíssima e corpo elegante, ostentando a musculatura dum homem criado a cavalo no ar livre dos pampas. Assim o podemos ainda hoje ver na sua iconografia: retratos de Monvoisin, de Descalzi, de Alais e de Pellezioni.

Êsse físico admirável ocultava uma alma monstruosa. Tanto que foi chamado o Tigre de Palermo. Sua ditadura enlameou e ensangüentou o país. Dizia-se *federal* e alcunhava os inimigos de *selvagens unitários*. Os símbolos do seu federalismo eram a côr vermelha e as bigodeiras.

Quem não possuísse bigodes naturais via-se constrangido por lei ao uso de bigodes postiços. Trabalhava terrivelmente até horas avançadas da noite. Seu chefe de polícia, Victorica, depõe que sabia de tudo, de tudo se informava e em tudo intervinha, centralizando em suas mãos o volumoso expediente da administração e da política. Contava até as resmas de papel destinadas ao serviço público fôlha por fôlha.

Conta o historiador argentino Ramos Mejia que recebia das mais longínquas províncias com prazer as cabeças decepadas dos seus inimigos, acondicionadas em vinagre ou serragem, mandando expô-las na famosa Pirâmide de Maio, em Buenos Aires, penduradas de ganchos de ferro. Assim fêz com as de D. Manuel Martinez, de D. Pedro Gonzalez, de Domingos Rodrigues e de D. Pedro Castelli. Os documentos oficiais denominam êsses fúnebres troféus *famosos regalos*. Os degoladores eram premiados em decretos do Govêrno. E a degola, escreve Esteban Echeverria, se realizava ao som duma canção especial, a Resbalosa, nome da faca de degolar, canção que imitava em seu ritmo o movimento da faca na garganta da vítima. Essa música era acompanhada de uma dança rítmica. Os versos diziam assim:

*Al que con salvajes
tenga relación,
la verga y deguello
por esta traicion!*

*Que el santo sistema
de la Federación
se dá a los salvajes
violin y violón!*

À sua filha, a graciosa e inteligente Manuelita de Rosas, era costume mandarem de presente as orelhas salgadas dos inimigos de seu pai. Echeverria assegura que isso se fêz com as do Coronel Facundo Borda, após o combate de Monte Grande. Arturo Capdeville narra a mesma coisa. A notícia de tal monstruosidade atravessou o oceano e repercutiu na literatura francesa de cordel daquele tempo.

É inacreditável o que se passava na Argentina da época de Rosas, conforme nos pintam os historiadores platinos. O Ditador tinha um bufão torpe, o mulato D. Eusébio da Santa Federação, que se apresentava nas festas palacianas de sotaina vermelha, com uma mitra terminada em chifres pintados de prêto e uma vassoura por báculo, o qual era anunciado pelos ajudantes-de-ordens e recebido oficialmente por D. Manuel como o Ilustríssimo e Reverendíssimo Bispo das Vacas.

Testemunha o escritor uruguaio Vicente Rossi que, nas festas de Natal e Ano Novo, Rosas se misturava aos negros, comia e bebia com êles, assistindo às macumbas e candomblés. Organizara os negros em poderosas sociedades com mais de 20 mil aderentes, informa J. A. Wilde no seu esplêndido livro "Buenos Aires Setenta Años Atrás": Nación Banguela, Nación Munonque, Sociedad Cambunga, Sociedad Conga, So-

ciudad Alangungan, dezenas de outras, que conservavam os ritos e hierarquias africanos. O Carnaval portenho era, então, uma festa popular negra por excelência sob a presidência de Rosas e Manuelita. Os candomblés realizavam-se na Quinta dos Santos Lugares, pertencente ao tirano, onde se rendia culto fetichista a S. Benedito e se fazia o chamado Pelo Sinal da Santa Federação.

Os degoladores, chefiados por Santa Coloma, Ochoteca, Ciriaco Cutiño e o frade apóstata Ravelo, agrupavam-se também em prestigiosas associações, que policiavam politicamente a capital, farejavam os traidores, promoviam as manifestações ao Ditador e procediam às execuções na praça pública: o Clube da Masorca e a Sociedade Restauradora.

A propaganda oficial se fazia pela multiplicação dos retratos de Rosas nas gravatas, nos lenços, nas lapelas, nos objetos de uso e até na louça doméstica mais privada. Também pelos *slogans* estandardizados:

- Morram os loucos, asquerosos e selvagens unitários!
- Morram os desertores da sagrada causa americana!
- Morram os selvagens, asquerosos e imundos unitários!
- Morram os que intentam conspirar contra Rosas e quem não gostar que arrebente!
- Morram todos os ímpios estrangeiros e monstros unitários!
- Morram, degolados como carneiros, todos os inimigos do nosso amado Restaurador!
- Morra a asquerosa canalha unitária!
- Morra a nefanda sevandija!
- Morram os cães unitários!
- Morram os demônios depravados!
- Morram os pérfidos assassinos parricidas!

Ao lado da tétrica ladainha dos *morras*, a entusiástica litania dos *vivas*:

- Ao Ilustre Restaurador das leis!
- Ao maior dos Portenhos!
- Ao Maior Gênio da América do Sul!
- Ao nosso Valente Defensor!
- Ao Protetor e Advogado da Dignidade e da Honra da Pátria e da América!
- Ao Muro de Bronze da Santa Causa Nacional da Federação!
- Ao Washington do Sul!
- À Âncora de Salvação do Santo Sistema!
- Ao Heróico Defensor da Independência Americana!
- Ao Herói do Deserto!
- Ao Pai da Pátria!

Tudo isso se encontra na documentação oficial da época, nos livros de Saldias, Ramos Mejia, Arturo Capdevilla, Félix Frias, Tejedor e outros.

Tinha Rosas pouca inclinação pelas damas, como se receasse a influência de qualquer mulher. Era fiel espôso e pai exemplar. Denominava as mulheres *macachas*, nome duma linda saltenha que tivera grande influência nas lutas políticas de seu tempo, segundo conta Vicente Fidel López. Quando nos serões do Palácio de Palermo uma terna voz feminina cantava ao piano apaixonada *vidalita* ou modinha, o Ditador perguntava com desprezo, em voz alta, à filha: “a que manada pertencia la yeguita que relinchaba”.

Para mostrar o temor de que vivia possuído e a ferocidade com que era guardado, basta citar êste episódio relatado por Félix Frias: “Viu certa noite o rondante um homem que passeava em frente da residência de Rosas. Ali perto morava a jovem namorada do mesmo. Apesar do testemunho dela, o rapaz se tornou suspeito e foi fuzilado. Chamava-se Cienfuegos”.

Um decreto obrigava ao uso da côr vermelha, mesmo os eclesiásticos. Incorria na pena de morte quem levasse jalecos, camisas, lenços ou gravatas verdes e azuis, côres unitárias. A polícia fiscalizava tudo, até as lições nos colégios. A sociedade se via obrigada ao mais baixo servilismo. As mucamas vestiam-se de encarnado da cabeça aos pés e a copa tinha a maior influência possível no palácio do Govêrno. Pintavam-se fachadas e esquadrias de carmim e vermelhão, para evitar aborrecimentos. Ninguém andava na rua sem insígnias federais, sob o temor da prisão e dos maus tratos. Quem ousasse aparecer de cinzento era vaiado e apodado de *burro celeste*. Nas festas populares, dominavam os paus-de-sebo, as brigas de galo, os cavaleiros e os balões de papel. Não se permitiam outros divertimentos. Um tiro de canhão às dez horas da noite era o sinal de que se não podia mais transitar pelas ruas e muito menos pelas imediações da moradia de Rosas.

A intervenção do Ditador argentino nos negócios do Uruguai, auxiliando o caudilho D. Manuel Oribe a sitiar Montevideu durante quase dez anos, levou aos poucos o Império do Brasil a encarar o problema duma possível guerra contra êle e a fazê-la no momento oportuno, quando os Generais Urquiza e Virasoro, Governadores das Províncias de Entre-Rios e Corrientes se levantaram em armas contra a tirania de Buenos Aires e solicitaram a nossa aliança. Adolfo Saldias, panegirista de Rosas, escreve na sua “Historia de la Confederación Argentina”: “Rosas pensava fazer passear em triunfo as bandeiras argentinas nas ruas do Rio de Janeiro, porque acreditava loucura poder o Império passear as suas em Buenos Aires depois de Caseros, como Napoleão pensou passear suas águias em Berlim, mais ou menos quando Guilherme da Prússia foi saudado Imperador da Alemanha sob o arco da Estrela”. E foi justamente o que se deu.

Quando o Conde de Caxias fêz a paz com os revolucionários farroupilhas do Rio Grande do Sul, em 1845, já o cheiro da guerra andava no ar. Tanto assim que o chefe dos Farrapos, o bravo General Davi Canabarro disse na sua proclamação: “Um poder estranho ameaça a integridade do Império e tão estólida ousadia jamais deixaria de ecoar

em nossos corações brasileiros. O Rio Grande não será o teatro de suas iniquidades, e nós partilharemos a glória de sacrificar os ressentimentos criados no furor dos partidos ao bem geral do Brasil.”

Enquanto as milícias entrerrianas e correntinas se punham em marcha para socorrer Montevideu, Caxias, à frente de quatro divisões imperiais comandadas por Bento Manuel, Caldwell, Santos Pereira e Canabarro, transpunha a fronteira na região de Cunha Piru. Sobre a ação do General Urquiza, aliado do Brasil, escreve o Marechal Bormann: “mostrara tanta indecisão e perplexidade a princípio, movendo-se só depois da intimação do Brasil contida nas palavras — *com ele, sem ele ou contra ele* ia entrar em campanha, mas tinha agora pressa de avistar Oribe, sem a presença dos aliados, e com forças inferiores às do adversário. Teria nisso algum fim oculto?”

Tinha, confessa seu descendente, Eduardo de Urquiza: obedecia a um sentimento de argentinidade salvando de ser agarrado pelos imperiais aquêle caudilho de Rosas, tão nefando que era alcunhado o Corta-Cabeça, o qual, grato, passaria a servi-lo.

As milícias de Urquiza e Virasoro seguiram, depois de Montevideu libertada, por terra para atacar Buenos Aires. Caxias concentrou o grosso de suas forças na Colônia do Sacramento e destacou uma divisão sob o comando do Brigadeiro Marques de Sousa, mais tarde Conde de Porto Alegre, para auxiliar aquelas milícias, a qual foi transportada pela nossa Esquadra, que forçou o passo artilhado de Toneleros. Se Rosas não fôsse derrotado no avanço dos aliados sobre Buenos Aires, então Caxias, atravessando o Prata nos nossos navios, ocuparia a capital na sua retaguarda. De qualquer maneira, com este plano, os dias do Ditador estavam contados.

Ele esperou o ataque nas posições defensivas dos Santos Lugares, com a direita apoiada no Arroio Morón e a esquerda na quinta de Caseros. Sua linha foi rompida pelo impulso da Divisão Brasileira. O General do Império foi o verdadeiro vencedor dessa batalha que tem os nomes de Morón para os uruguaio, de Caseros para os argentinos e de Santos Lugares para os brasileiros. Escreveu o grande Alberdi que essa vitória pôs a Argentina no rumo certo de sua organização e progresso, devendo ser considerada acontecimento tão importante quanto a revolução de Maio, que deu independência ao país. Ela travou-se no dia 3 de fevereiro de 1852 e, dias depois, as nossas tropas, *únicas tropas decentes*, no dizer de Sarmiento, que participou da campanha, desfilavam pelas ruas principais de Buenos Aires, em triunfo.

Logo após a derrota de Caseros, Rosas fugiu a cavalo para Buenos Aires, mandou sua renúncia à Assembléia dos Representantes e se refugiou na legação inglesa, embarcando, à noite, disfarçado em marujo, no navio inglês “Conflict”. Esse barco fez escala na Bahia. O Ditador não desembarcou, mas viu a mais antiga cidade brasileira de bordo e respirou o quente e sadio ar da nossa pátria. Em abril de 1852, na companhia da filha, desembarcava em Plymouth. O Governo Britânico garantiu-lhe a proteção das leis inglesas. Em precárias condições finan-

ceiras, alugou a seu amigo e confrade da maçonaria Lord Palmerston um terreno perto de Southampton, em Swartkling, onde levantou casa e passou a viver como um cultivador de poucos recursos. Às vezes, passava necessidades, que eram minoradas pelos auxílios de amigos distantes ou pela venda duma prenda ou jóia de estimação.

Viveu, assim, solitário e triste, longos anos. Em 1868, quando Solano López, derrotado, fugiu para as Cordilheiras, mandou com espírito pôr à sua mesa mais um talher, à espera do colega paraguaio...

Em março de 1877, sobreveio-lhe uma congestão pulmonar. Piorou dia a dia. A 14, pela manhã, Manuelita perguntou-lhe como se sentia. — “Não sei, menina”, disse num suspiro, fechando os olhos. Estava morto. O féretro saiu para o cemitério da capela católica de Southampton. Saldias nos pinta êsse fim melancólico: “Sôbre o caixão de carvalho via-se a bandeira argentina que tremulou na Campanha da Serra, que lhe tinha sido dada pelo Coronel Arenales, filho do General do mesmo nome, e a espada que o Libertador San Martin usara em suas campanhas e lhe deixara em testamento. Uma única carruagem acompanhou o entêrro”.

Sic transit...

O episódio histórico de Rosas demonstra que o Brasil naquele tempo se impunha de verdade na América, não só pelo valor de suas armas, como sobretudo pela sua fôrça moral. Assim, livrara o Uruguai de Artigas, a Argentina de Rosas e o Paraguai de López.

Sic transit, também. Infelizmente!

O SEGRÊDO DA VITÓRIA DE CASEROS

Uma batalha com três nomes. O Brasil liberta a Argentina de Rosas. Uma Divisão do Exército Imperial vence a batalha. Um fuzil alemão dá a vitória aos brasileiros.

Batalhas há conhecidas na história por mais dum nome, conforme as posições que ocuparam os exércitos que delas participaram. Exemplo clássico disso é aquela, travada nas cercanias de Bruxelas a 18 de junho de 1815, em que foi definitivamente derrotado o Imperador Napoleão. Chamam-lhe os franceses Batalha do Monte São João; os prussianos, Batalha da Bela Aliança; e os inglêses, Batalha de Waterloo. A nossa história inclui também uma batalha com três designações: Santos Lugares para os brasileiros, Morón para os uruguaio, e Caseros para os argentinos. Alguns, não sei porque, também a denominam de Monte-Caseros.

Sua data é 3 de fevereiro de 1852. Nela tomou parte o chamado Grande Exército Libertador da América do Sul, composto de brasilei-

ros, argentinos e uruguaio, contra as tropas de D. João Manuel Ortiz de Rosas, tirano de Buenos Aires. Este comandava 15 mil homens de cavalaria, dez mil infantes e mil artilheiros, que guarneciam 60 bôcas de fogo e três estativas de foguetes de guerra sistema Congrève. O Grande Exército Libertador compunha-se de 20 mil correntinos e entrerrianos, na maioria a cavalo, uma divisão brasileira de 4 mil veteranos escolhidos e 1.700 uruguaio, com cerca de 50 canhões. Comandava essas forças o General Justo José de Urquiza, Governador de Entre-Rios, servindo-lhe de Chefe de Estado-Maior o General Benjamim Virasoro, Governador de Corrientes. Os brasileiros eram comandados pelo Brigadeiro Manuel Marques de Sousa, futuro Tenente-General do Exército Imperial e Conde de Pôrto Alegre; os uruguaio, pelo Coronel César Dias.

O Coronel Chilavert traçara o plano da batalha do lado argentino, colocando as tropas de Rosas em excelente posição defensiva, com os flancos apoiados no Arroio Morón e na Quinta de Caseros. O centro da linha firmava-se no acampamento dos Santos Lugares. Tudo estava entrincheirado com parapeitos e fossos, postos os canhões em barbeta. As casas de soteia daqueles lugarejos tinham barricadas e atiradores escolhidos. Um velho pombal fôra transformado em verdadeiro reduto.

Ali deveria findar uma das mais gloriosas campanhas do Exército Brasileiro, conduzida desde as fronteiras do Rio Grande do Sul pelo gênio de Caxias. Nossas tropas tinham libertado Montevideu do cerco que lhe pusera Oribe, lugar-tenente de Rosas, durante nove terríveis anos. Enquanto o grosso do nosso Exército permanecia sob as ordens diretas de Caxias na Colônia do Sacramento, pronto a atravessar o Estuário do Prata em navios de guerra, para o ataque direto a Buenos Aires, a Esquadra Imperial, forçando o passo artilhado de Toneleros, levava a Divisão de Marques de Sousa e as tropas aliadas para o avanço por terra contra a capital do inimigo.

Esse avanço processara-se sem resistência até que todo o Exército Libertador veio ocupar a lomba fronteira às posições de Caseros e dos Santos Lugares. O centro de sua linha de batalha, onde se encontrava a Divisão Brasileira, era a posição de maior responsabilidade, em face do poder da artilharia de Rosas entrincheirada e parapeitada. A luta se iniciou com violento fogo dos canhões entre seis e sete horas da manhã, terminando depois das onze, com a fragorosa derrota do Ditador, que fugiu a cavalo para Buenos Aires, renunciou ao poder, asilou-se na legação inglesa e, à noite, embarcou furtivamente no vapor "Conflict", que o levaria a Plymouth com escala pela Bahia.

Embora Urquiza e os historiadores platinos tenham envidado todos os esforços para afogar no silêncio a brilhante atuação dos soldados de Marques de Sousa e a direção das operações por este, que tomou tôdas as iniciativas do combate diante das indecisões do Comando-Chefe, a verdade evidenciada pela mais rigorosa crítica histórica é que os brasileiros foram os vencedores dessa pugna famosa nos anais da América do Sul.

Estabeleçamos de início que, segundo todos os documentos táticos da ação, a Divisão Imperial ocupava *o centro* da linha de batalha, tendo à direita os correntinos e entrerrianos, e, à esquerda, os uruguaio. Isto pôsto, recorramos à parte oficial apresentada ao General Urquiza por seu Chefe de Estado-Maior, o General Virasoro. Notemos em tempo que se trata de documento oficial argentino e não nosso, o que o torna insuspeito.

Agora, leiamos na própria língua original o que afirma Virasoro: “El centro medio de nuestra linea, *dispuesto para una resistencia tenaz*, era mandado por el Brigadier del Imperio, Jefe de la Division Brasileña, Don Manuel Marques de Sousa...” “Dispuse el ataque general, ordenando a la division de caballeria del Coronel Urdinarraín se corriese al frente de nuestra izquierda a desbordar la derecha del enemigo, al mismo tiempo que la Division Oriental, *apoyada por dos batallones del Ejercito Brasileiro* y descabezando un obstaculo, atravessaba los pantanos del centro de la Cañada intermediaria entre ambas lineas, *bajo el amparo de los fuegos de las baterias del centro* (isto é, as 24 peças do 1.º Regimento de Artilharia a Cavalo, o Célebre Boi de Botas, do Coronel Gonçalves Fontes), que adelantaban *para traer sobre si la atencion de las baterias enemigas*, a fin de tomar posiciones en columnas de ataque, formando angulo recto sobre la derecha del enemigo, amenazando su retaguarda y dando frente a las fortificaciones de carretas que las defendiam”. “Envuelta la derecha enemiga y *asaltada a la bayoneta por las fuerzas orientales y brasileiras*, al mismo tiempo que *nuestro centro se proximaba a su linea*, no tardó en pronunciarse la derrota, no obstante la resistencia tenaz de las baterias y batallones atrincherados en la Casa de Monte Caseros, y el incendio del campo por ese lado, y en el frente *que tenia que recorrer nuestro centro*, en su avance sobre el enemigo”.

Essa parte de Benjamim Virasoro é a melhor prova documental da decisiva atuação dos brasileiros na batalha. Ela declara que *o centro*, composto pela Divisão Imperial, como se sabe, *estava disposto para tenaz resistêcia*, que *dois batalhões dessa Divisão apoiaram a carga dos Uruguaio*. Segundo essa parte oficial, a derrota de Rosas se precisou quando, após a carga de cavalaria nas alas, as posições da direita inimiga foram assaltadas e envolvidas pelos brasileiros e orientais, e o centro, isto é, a Divisão de Marques de Sousa, pronunciou seu ataque frontal contra o centro do inimigo, a sua mais forte posição, defendida pela *resistêcia tenaz das baterias e batalhões entrincheirados* e pelo *incêndio do campo*. Ora, desde que, em todos os lugares em que Virasoro escreve *nuestro centro*, ponhamos, como de direito, a Divisão Brasileira, veremos com meridiana clareza que ela decidiu a sorte da batalha.

Compulsemos agora, como contraprova, a parte oficial brasileira apresentada ao então Conde de Caxias pelo Brigadeiro Marques de Sousa: “O Exército tomou a formatura conveniente, ocupando as forças do meu comando *o centro da linha de batalha*...” “Ordenou-me que *atacasse o centro da linha inimiga*, logo que sentisse os movimentos da

infantaria que ficava à minha direita, ao mando do Coronel Galan, devendo a Divisão Oriental carregar sobre o flanco direito". "Dispus as forças para este movimento e só depois das 11 horas é que o General Virasoro, *ponderando-lhe eu a demora que havia em hostilizar o inimigo*, respondeu-me que o General em Chefe estava naquele momento acometendo o flanco esquerdo e retaguarda do inimigo, e que a Divisão Oriental ia avançar pelo flanco direito. Logo que vi esta Divisão pôr-se em movimento, entendi que, *além de outras providências a tomar, a devia proteger* por se dirigir ao ponto mais forte; mandei avançar a artilharia para lugar de onde pudesse bater o inimigo e distrair seus fogos daquela Divisão". (Isto concorda com Virasoro: *las baterias del centro que adelantaban para traer sobre si la atencion de las baterias enemigas*). "À primeira brigada determinei que avançasse em auxílio dos Orientais (*los dos batallones del Ejercito Brasileiro, de Virasoro*), no entanto que eu, à testa da segunda, o fazia de frente sobre a dita posição. Esse movimento arriscadíssimo teve um brilhante êxito..."

Marques de Sousa, depois de pormenorizar as diversas fases da luta, acrescenta: "Apesar de tão assinalada derrota, contudo o inimigo conservava à nossa direita uma bateria. (É o que Virasoro chama na sua parte: *baterias de lo que antes habia sido su izquierda*) de 14 bôcas de fogo: avancei contra ela com o batalhão 6 de Infantaria, e tal foi o valor dos defensores que somente abandonaram o seu pôsto, quando nos viram a 80 ou 100 passos de distância".

Urquiza deixara, por absoluta incompetência, a batalha quase sem direção, tanto que, tendo Marques de Sousa reclamado cavalaria para ultimar a vitória, não teve quem o atendesse e, como êle próprio escreve: "Mandei ordem a um corpo de cavalaria que vi mais próximo para ajudar-me a perseguir o inimigo que se retirava".

Os documentos oficiais testemunham que os brasileiros tomaram aos argentinos 34 dos seus 60 canhões e 2 das 3 estativas de foguetes de guerra, dezenas de carrêtas com munições, bagagens, armas, equipamentos e uniformes, mil prisioneiros, 3 mil cavalos, a carruagem de luxo do Coronel Santa Coloma, principal assecla de Rosas, e a única bandeira argentina conquistada naquela jornada, troféu arrebatado por um cavalariano do Regimento do Coronel Osório, chamado José Martins e devidamente recompensado pelo seu heróico feito. O Governo Imperial restituiu generosamente essa bandeira a Urquiza, quando Presidente da República.

O glorioso General argentino Bartolomeu Mitre tomou parte na Batalha de Caseros como Coronel. Numa carta que escreveu a Saldias, panegirista de Rosas, declara textualmente que aquela ação militar pode ser assim resumida: canhoneio preliminar, carga de cavalaria sobre uma ala, ataque sobre o centro e outra ala, carga de Osório *no vácuo* pela fuga do inimigo. Acrescenta que Urquiza esquecera seu papel de Comandante-Chefe e não teve Chefe de Estado-Maior que o substituísse, deixando imobilizados durante o combate 14 mil homens. Assegura

mais que, em pleno campo, em face da inação de Urquiza, se reuniu um *conselho de guerra eventual*, composto por Marques de Sousa, Piran, Galan, Sarmiento e êle próprio, sendo, *por proposta do General Brasileiro, decidido ali o ataque ao centro rosista*, fazendo-se o Coronel Chénaut dar ordem, fingidamente em nome de Urquiza, aos outros comandantes de corpos para secundarem êsse audacioso movimento.

Examinemos a marcha da batalha, de acôrdo com o esquema do General Mitre:

I — *Canhoneio preliminar*. — A artilharia de Urquiza era antiquada e mal dirigida. Dos 50 canhões do Exército, 24 pertenciam ao Regimento Brasileiro de Artilharia a Cavalo às ordens de Gonçalves Fontes, material La Hitte e artilheiros veteranos. Foram essas baterias que avançaram, como já se viu, e atraíram sôbre si o fogo das baterias entrincheiradas de Chilavert.

II — Carga de Cavalaria sôbre um flanco, efetuada pelos confederados de Urquiza.

III — Ataque de infantaria sôbre a ala direita. Executado pelos orientais, 1.700 homens e 2 batalhões brasileiros.

IV — Ataque frontal decisivo do Centro aliado contra o Centro argentino. Realizado com brilhante êxito por Marques de Sousa à testa da 2.^a brigada imperial.

V — Carga final pelos cavalarianos de Osório, 2.^o Regimento de Cavalaria do Brasil.

Como esconder ou negar diante dessa documentação e dessa dedução absolutamente lógica que a iniciativa da ação coube ao General do Império e que as nossas tropas decidiram a sorte das armas nessa memorável jornada, após a qual a Divisão Brasileira desfilou triunfalmente pelas ruas e avenidas de Buenos Aires?

Há mais. Segundo o próprio Saldias, foram os brasileiros que cercaram e ocuparam o hospital de sangue de Rosas, que se achava muito à retaguarda da linha de batalha, como é natural. O bravo Coronel César Dias, comandante dos uruguaaios, conta, nas suas “Memórias” que, ao penetrar com seus soldados nas famosas Casas de Sotéia de Caseros, que o grande Sarmiento declara terem sido *a chave da vitória*, fê-lo passando por cima dos cadáveres dos Caçadores a Pé do Império, que o haviam precedido.

Além dessas revelações sôbre a Batalha dos Santos Lugares, que os documentos citados nos dão a conhecer, ainda há outra até hoje não aludida em qualquer historiador brasileiro e que resulta do estudo e confronto do armamento então usado por nossas tropas. É êle quem nos oferece a única explicação plausível para o brilhante êxito, como diz Marques de Sousa, do ataque frontal de nossa infantaria contra poderosos entrincheiramentos guarnecidos de artilharia que, não se sabe como, silenciou e não varreu a metralha os Caçadores a Pé da Divisão Imperial.

A nossa infantaria era armada naquela época com espingardas, de fabricação inglesa ou belga, do sistema denominado Minié, de antecarga e percussão, isto é, de carregar pela bôca, com cartucho de papel e bala esférica separada dêste, detonando por meio duma espoleta de fulminante. O soldado mordida o cartucho para que um pouco da pólvora se derramasse no fundo da culatra da arma, introduzia-o no cano, socava-o com a vareta, metia depois a bala e prendia-a com uma bucha, para, no fim dessa lenta operação, por a espoleta no ouvido da culatra e poder atirar. Algumas dessas espingardas eram raiadas, outras eram de alma lisa. Seu alcance diminuto punha a infantaria em grave perigo, ao se aproximar da artilharia inimiga. Por isso, vemos, em Caseros, ordenar-se o avanço de nossa artilharia para atrair sobre ela o fogo da dos contrários e proteger o avanço dos infantes.

Ora, anos antes, quando o Império, compreendendo o perigo próximo duma guerra contra Rosas, encarregou o antigo Ministro da Guerra, Sebastião do Rêgo Barros, Conde da Boa Vista, de adquirir armamentos na Europa, êste, a título de experiência, remeteu para o Rio uma centena dos então modernos fuzis de agulha alemães Dreyse, do modelo de 1841, que haviam dado à Prússia, na guerra dos Ducados do Elba, a vitória sobre a Dinamarca. Junto com êles, vieram atiradores alemães especializados em seu manejo e alguns oficiais, entre os quais o Capitão Sieber, que escreveu um livro interessante, traduzido há tempos por Alfredo de Carvalho, "Rückblick auf den Krieg gegen Rosas", isto é, "Retrospecto da Guerra contra Rosas". Êsses oficiais e soldados mercenários alemães, entremeados de elementos brasileiros, constituíram a 1.^a Companhia do 6.^o Batalhão de Caçadores a pé da 2.^a Brigada, a do Coronel Francisco Félix da Fonseca Pereira Pinto, justamente a unidade que formou, segundo a parte de Marques de Sousa, à frente da coluna do assalto frontal às posições artilhadas dos argentinos. Essas armas, moderníssimas para a época, eram de retrocarga e tiro simples, com unidade de cartucho, o que quer dizer que carregavam pela culatra, por meio dum ferrôlho como as Mannlichers e as Mausers, tendo a bala já ligada ao cartucho, embora êste ainda de papelão, e detonando por uma agulha central, que feria a espoleta presa ao próprio cartucho. Possuíam alça de mira bem graduada e calculada, e o seu alcance era maior do que o da artilharia daquele tempo.

É no emprêgo adequado do tiro certo dêsses fuzis de agulha que reside, a nosso ver, o segredo da tomada, com relativa pequena perda de vidas, daquelas posições artilhadas, que constituíam, na opinião de Sarmiento, a chave da vitória. Os atiradores da 1.^a Companhia do 6.^o Batalhão caçaram, nas baterias do inimigo, chefes de peça, apontadores, serventes, enfim as suas guarnições, reduzindo-as à inatividade e tornando-as presa fácil duma carga de baioneta.

Assim, a crítica histórica nos revela que um fuzil alemão venceu a Batalha de Caseros.

O fuzil Dreyse foi melhorado no modelo de 1857, o qual deu novo triunfo à Prússia, em 1866, contra a Áustria, na Batalha de Sadowa. O Governo Imperial encomendou-o na Europa e armou com êle na Guerra do Paraguai o 15.º Batalhão de Fuzileiros, chamado por isso Batalhão de Agulhas; mas o pouco adestramento no seu uso pelos nossos soldados de então fêz com que não produzisse os resultados esperados e foi pôsto de parte.

O PRIMEIRO NAVIO DE GUERRA A VAPOR DO BRASIL

O glorioso destino do "D. Afonso". A história dum barco famoso e sua última relíquia.

Até o ano de 1848 a Esquadra Brasileira se compunha de navios de vela: fragatas, corvetas, brígues, patachos, escunas e cúters. Em 1847, decidiu o Governo Imperial construir na Inglaterra o primeiro navio de guerra a vapor. Essa decisão foi tomada, apesar de grande oposição dos técnicos navais. Como os vapôres dessa época fôsem mistos, isto é, de rodas e com mastreação para velas, argumentavam êles que êsse sistema lhes enfraquecia a potência de fogo. De fato, as caixas das rodas à meia-nau tomavam grande espaço e não permitiam mais as baterias corridas, que tornavam os antigos barcos de vela possuidores de grande artilharia. Além disso, as mesmas caixas, não podendo ser blindadas, ofereciam aos canhões inimigos um ponto por demais vulnerável, de modo que isso não compensava as vantagens da velocidade e independência do vento que tinham os vapôres sôbre os veleiros. Justamente por êsse motivo os barcos de guerra a vapor podiam navegar a vela.

Rompendo a tradição da vela e a rotina estabelecida, o Ministério da Marinha fêz construir nos estaleiros de Liverpool de 1847 a 1848 a fragata a vapor "D. Afonso", para cujo comando foi nomeado a 2 de novembro do primeiro daqueles anos o então Capitão-de-Mar-e-Guerra graduado Joaquim Marques Lisboa, futuro Almirante e Marquês de Tamandaré. Fiscalizara a construção um velho lôbo-do-mar das nossas campanhas da Independência e do Prata, Grenfell, que perdera um braço a bordo do famoso brigue "Caboclo" e fôra nomeado Cônsul do Brasil naquela cidade inglêsa. Joaquim Marques Lisboa acompanhou a fase final da construção.

Sob seu comando, procedeu-se à experiência das máquinas da nova belonave no dia 24 de agosto de 1848. O "D. Afonso" saiu empavesado do pôrto, levando a bordo a Princesa D. Francisca, irmã de Dom Pedro II, e seu marido, o Almirante Príncipe de Joinville, o Duque e

a Duquesa de Aumale, o Ministro do Brasil em Londres, o Cônsul Grenfell e suas famílias. Navegando pelo Canal Inglês, ao largo de Great Ormshead, na costa de Lancastershire, avistou uma embarcação em chamas. Marques Lisboa dirigiu para ela o vapor imperial e verificou tratar-se do barco norte-americano "Ocean Monarch", que navegava para Boston, conduzindo 396 marujos e imigrantes. A cena era horrível. Os labaredas envolviam o costado. As vêrgas e o gurupés serviam de refúgio à gente de bordo, que clamava por socorro. Muitos indivíduos já se tinham atirado ao mar em desespero.

O Comandante brasileiro aproximou-se o mais possível da embarcação incendiada, apesar de correr risco, pois o "D. Afonso" tinha os paióis carregados de pólvora. Arriou escaleres e deu comêço à salvação daqueles infelizes. O heróico Imperial Marinheiro, cujo nome se immortalizou nesse feito, Jerônimo, conseguiu a nado alcançar as correntes das âncoras do "Ocean Monarch" e estabelecer um cabo de vai-vém pelo qual se salvaram 216 pessoas. Os escaleres recolheram mais 40. Assim, as perdas foram só de 140 mortos. Se o "D. Afonso" não acode ao sinistro, todos teriam perecido. Ao ter notícia do fato, o Imperador D. Pedro II enviou de seu bôlso particular 100 libras para os marujos nacionais, que, à vista do estado de miséria dos náufragos, generosamente as distribuíram com êles.

A imprensa do mundo inteiro teceu calorosos elogios à benemérita ação do Comandante Marques Lisboa e o Almirantado Inglês lhe ofereceu como lembrança um cronômetro de ouro com inscrição comemorativa. Desta sorte, quis o destino que o primeiro navio de guerra a vapor da Armada Brasileira iniciasse sua carreira gloriosa no mar, não praticando feitos de guerra, mas sim um grande e imorredouro ato de humanidade.

Trouxe Marques Lisboa o "D. Afonso" para o Brasil e, ao entrar no primeiro pôrto de sua escala, o Recife, encontrou a Província de Pernambuco agitada pela Revolução Liberal Praieira. Os rebeldes concentravam-se em Água Preta, ameaçando a capital. No pôrto, estava fundeada uma divisão a vela da Esquadra Imperial sob o comando do então Capitão-de-Fragata José Joaquim Inácio, futuro Almirante e Visconde de Inhaúma. Como oficial mais graduado, Marques Lisboa assumiu o comando da referida divisão. A 2 de fevereiro de 1849, as colunas revolucionárias de Pedro Ivo marcharam sôbre o Recife. O futuro Marquês de Tamandaré fêz desembarcar um contingente de marinheiros e, à sua testa valentemente cooperou na defesa da cidade, contribuindo para a vitória das armas legalistas.

No Rio de Janeiro, continuou a comandar o "D. Afonso" e outra vez se notabilizou por um ato humanitário. Antes, porém, se deu um incidente que dignificou o notável homem do mar. Na prestação das contas das despesas com o lançamento e experiências do navio, êle incluiu o custo dum serviço de porcelana e cristais, destinado aos ilustres hóspedes que recebera a bordo. A contadoria da Marinha impugnou

essa conta como excessiva e Marques Lisboa a pagou de seu bôlso particular, declarando que mais do que aquela soma valia para êle a dignidade do pôsto e da nação a que pertencia.

Foi em março de 1849 que o "D. Afonso" serviu para salvar novas e preciosas existências. No dia 5 daquele mês caiu um temporal formidável que apanhou à entrada da barra a nau de guerra portuguesa "Vasco da Gama". Não podendo fazer frente às vagas alterosas e a suetada que açoitava o oceano, o grande navio de vela luso lançou ferros nas proximidades da costa; mas insensivelmente ia garrando sôbre ela e estava prestes a naufragar. A tempestade levava-lhe o aparelho e desmontara o leme. Se as correntes das âncoras não resistissem ao empuxe das ondas, da ventania e da maré, a nau estaria definitivamente perdida. Marques Lisboa procurou acudir-lhe, mas não conseguiu arriar um escaler para levar-lhe o cabo de reboque, tal era o estado do mar. No dia 6, o tempo amainou um pouco. Um escaler do "D. Afonso" passou o cabo e o vapor trouxe para as águas mais calmas da Guanabara o barco de guerra português. Deu por isso a Rainha D. Maria II a Marques Lisboa o colar da Ordem da Torre e Espada, e a colônia lusa no Rio de Janeiro lhe ofereceu uma espada de ouro.

Em junho de 1849, Marques Lisboa se exonerou do comando do "D. Afonso". Mas o destino reservava ao nosso primeiro barco de guerra a vapor a glória de ser o primeiro a forçar a passagem de Toneleros, guiando a Esquadra Imperial que conduzia a Divisão do nosso Exército sob o comando de Manuel Marques de Sousa, futuro Conde de Pôrto Alegre, para a curta e triunfal campanha de Caseros.

As barrancas de Acevedo no Passo de Toneleros, entre Obligado e Ramallo, haviam sido poderosamente artilhadas pelo Ditador argentino Rosas, guarnecidas de carabineiros e fuzileiros, e entregues ao mando do General Lúcio Mancilla. No dia 17 de dezembro de 1851, a Esquadra Imperial em operações no Rio da Prata comandada pelo Chefe Grenfell, chamado do seu consulado em Liverpool, navegou em linha rio acima. Abria a marcha o "D. Afonso", como Capitânia, sob o comando de Jesuíno de Lamego Costa, futuro Barão de Melgaço. Seguiam-no os novos vapôres de guerra, construídos posteriormente ao "D. Afonso": "D. Pedro II", do Comandante De Lamare; "D. Pedro", do Comandante Lomba; e "Recife", do Comandante Paixão. Acompanhavam-nos a reboque as corvetas "D. Francisca", do comando de Parker, "União", do comando de Vieira da Rocha, e o brigue "Calíope", do comando de Alvim. A bordo ia a 1.^a brigada da divisão de Marques de Sousa. Essa frota, com as bandeiras imperiais tremulando no tôpo dos mastros, respondeu vigorosamente ao fogo dos canhões argentinos, que lhe dispararam mais de 400 projetis, quase sem resultado, pois era má a pontaria dos artilheiros. Temendo um desembarque, Lúcio Mancilla evacuou a posição e deixou em breve livre o curso do rio. No dia seguinte, 18 de dezembro, os vapôres "Paraense", "Imperador" e "Uruguai" e a corveta "D. Januária" transpuseram sem óbices a passagem, conduzindo ao Exército de Urquiza a 2.^a brigada da divisão imperial.

Nesse dia triunfal, 17 de dezembro de 1851, iam no convés do “D. Afonso” homens que se tornariam em pouco tempo os próceres da história argentina: o grande Sarmiento, o então Tenente-Coronel Bartolomeu Mitre e Venceslau Paunero, mais tarde General e comandante de tropas do país vizinho no início da Campanha do Paraguai. Conta-se que, avistando a bandeira do Ditador Rosas drapejando sobre a baranca artilhada, Mitre dissera:

— Depois de Rosas, Urquiza governará a Argentina e, depois de Urquiza, eu.

Ao que Sarmiento respondera:

— Não, depois de Rosas, Urquiza; depois de Urquiza, eu; depois de mim, você...

Enquanto o Exército destinado a libertar a República Argentina da tirania rosista marchava sobre Buenos Aires, em cujos arredores travaria a Batalha de Caseros, Monte-Caseros, Morón ou dos Santos Lugares, como a denominam nossas partes oficiais, o então Conde de Caxias, que ficara com o grosso do Exército Imperial, pronto a atacar Rosas pela retaguarda, na Banda Oriental, embarcava no “D. Afonso”, já de volta de sua arriscada missão na Colônia do Sacramento e nele reconhecia o pôrto de Buenos Aires, a fim de escolher o ponto mais favorável ao desembarque de suas tropas, se isso fôsse necessário.

O primeiro navio a vapor da nossa esquadra envelheceu e já o não encontramos mais na linha de fogo quando o Brasil intervém no Uruguai em 1864 e responde com a guerra ao Paraguai de 1865 a 1870. Dêle hoje só resta, como gloriosa relíquia, a sua figura de proa conservada carinhosamente no Museu Histórico.

O URUGUAI POLICIADO PELO BRASIL

O Regulamento do Conde de Lippe. A origem da dívida do Uruguai ao Brasil. A matança de Quinteros.

No dia 2 de maio de 1854, levada em navios de nossa esquadra, desembarcava no pôrto de Montevideu, sob o comando do Brigadeiro Francisco Félix da Fonseca Pereira Pinto, que se batera galhardamente em Caseros, contra os argentinos de Rosas, uma divisão do Exército Imperial Brasileiro, com o efetivo de 4 mil homens escolhidos.

Que ia fazer essa luzida tropa, com seus uniformes azuis, verdes e castanhos no território do país vizinho, desfilando nas ruas de sua capital que três anos antes havia libertado do horroroso assédio de nove

anos, que lhe impusera o famigerado caudilho Oribe o Corta-Cabeças, a mandado do tirano de Buenos Aires? Não estava o Império em paz com a República?

Sim, estava; mas a anarquia caudilhesca ensangüentava de tal modo a antiga Província Cisplatina que seu Governo, sem recursos e sem tropas disciplinadas, pedira ao Brasil mandasse uma divisão de seu glorioso Exército ocupar seus pontos principais e policiar as suas coxilhas, pondo ordem no caos, tal a confiança que lhe mereciam os nossos soldados e o provado desinterêsse dos nossos estadistas em matéria de anexações e conquistas.

Durante cêrca de três anos, a divisão comandada por Francisco Félix da Fonseca Pereira Pinto exerceu admiravelmente o seu papel policial, restaurando a ordem no Uruguai convulsionado, sem precisar de praticar um único ato de violência, sem mesmo dar um tiro. É digna de nota a disciplina de que deu provas a nossa tropa durante época tão difícil, no meio duma população estrangeira e num ambiente de paixões políticas desatinadas. Ao agradecer ao Governo Imperial, quando ela foi retirada, seus inestimáveis serviços pacificadores, o Governo Oriental salientava que, durante a ocupação, não houvera a menor queixa contra nossos oficiais e praças, não se registrando um ato de indisciplina, uma briga, uma desordem, um desentendimento sequer. Por isso, a ocupação militar pacífica do país vizinho é uma das mais gloriosas páginas da história do Exército Brasileiro.

Anda ela hoje apagada e esquecida. Apagada pelo silêncio que guardam sôbre ela os historiadores platinos, decerto porque o orgulho nacional uruguaio não o deseja lembrar. Esquecida por nós mesmos que criminosamente vivemos deslembrados dum passado honroso e brilhante.

Possui o Museu Histórico Nacional, em suas coleções de documentos, um que explica uma das razões dessa notável disciplina da divisão comandada por Francisco Félix da Fonseca Pereira Pinto. É o famoso Regulamento do Conde de Lippe, que êsse velho soldado do Império conduzia sempre no bôlso de sua farda, desde os postos subalternos, e que regeu a vida de nossas tropas até os dias da República. Na sua fôlha de rosto se vê que foi mandado imprimir e distribuir a todos os corpos do Exército Imperial por Ordem do Dia do General Barão de Caxias, de 12 de agosto de 1844, passada no Quartel-General de S. Gabriel, no Rio Grande do Sul, já no fim da Guerra dos Farrapos, que o Condestável do Império terminaria com patriotismo e generosidade um ano depois, pacificando a Província após um decênio de luta estéril. No anverso da fôlha, há um escrito do próprio punho de Francisco Félix da Fonseca Pereira Pinto, que diz assim: *B.^{am} N.^o 8 de Fusileiros. 1.^a Comp.^a Pertence este no posto de Capitão a Pereira Pinto, Cor.^{el} Gr.^o Com.^{te}.*

Vejamos quem foi êsse Conde de Lippe, autor do Regulamento em aprêço. Guilherme, Conde de Schamburgo-Lippe, era de velha nobreza alemã e atingiu o alto pôsto de Marechal-General do Exército Português. Nasceu em Londres, onde se achavam seus pais de passagem, em

1724. Estudou na Holanda e na França. Alistou-se em 1745 na Marinha Britânica, que abandonou por falta de saúde, passando a viajar. Em 1748, com 24 anos de idade, herdou do pai o Condado de Schamburgo-Lippe, na Alemanha, reunindo-se à frente das tropas do mesmo ao Exército do Hanôver, então Reino pertencente à Casa Real da Inglaterra, e tomando parte na chamada Guerra dos Sete Anos. O Rei da Grã-Bretanha e Hanôver fê-lo Grão-Mestre da Artilharia. Participou com brilho das batalhas de Crefeld, Minden, Lutherbreughen e Fellinghausen, nos cercos de Cassel, Munster, Wesel e Marburgo, e na célebre retirada de Kampsen. Estando em 1762 iminente a guerra entre Portugal, Espanha e França, o Marquês de Pombal pediu ao Governo Inglês lhe indicasse um oficial-general capacitado para organizar e dirigir as tropas lusas. Foi enviado, então, a Lisboa o Conde de Lippe, que recebeu a nomeação de Comandante-Chefe do Exército Português a 3 de julho do ano citado. Fêz uma campanha defensiva contra os espanhóis com rara habilidade até a paz de 7 de fevereiro de 1763. Depois, passou a fortificar as fronteiras de Portugal e a dar uma organização definitiva às suas tropas. D. José I, como galardão de seus altos serviços, fê-lo Príncipe de Sangue, com o título de Alteza, deu-lhe o posto de Marechal-General e lhe mandou dar de mimo 6 canhões de ouro, do pêsos de 32 libras, em reparos de ébano. Voltou a Schamburgo, onde faleceu em 1777, com 53 anos de idade, após ter visitado Portugal em 1767. Além do seu famoso Regulamento, que o Exército Imperial do Brasil herdaria do Exército Português, escreveu em francês a obra de estratégia e tática "Nouveau Système de l'art de la guerre".

Ao retirar-se do Uruguai a divisão pacificadora brasileira, o Governo daquele país pediu ao do Império as contas daquela ocupação. Respondeu-lhe o Governo Imperial que os soldos corriam sob sua responsabilidade, tanto dentro como fora da nação, mas as etapas ou despesas de alimentação, o custo dos fornecimentos extraordinários e os transportes deveriam ser pagos naturalmente pelo Uruguai, que recolhera os benefícios do policiamento. Juntou-se a isso ainda a conta das subvenções pagas à cidade de Montevideu para resistir a Oribe, desde que o Governo Francês, que as dava antes, as tinha suspenso. Essa é a origem da tão falada *dívida de guerra* da Banda Oriental ao Brasil que fêz correr rios de tinta e acabou num acôrdo com a construção duma ponte internacional. Essa dívida nunca foi de guerra, mas sim uma dívida que deveria ser sagrada, pois com as suas somas se defendera e conservara generosamente a independência do povo vizinho e amigo. Há umas tantas verdades de nossa história, sobretudo em relação às questões do Prata, que precisam ser restabelecidas, a fim de que não continuemos a pensar historicamente em função de *slogans* tendenciosos e de frases feitas, filhos algumas vezes da ignorância e outras da má fé.

Para provar o benefício prestado pela pacífica ocupação dos brasileiros em 1854, basta atentar para o que ocorreu depois da retirada da divisão de Francisco Félix da Fonseca Pereira Pinto, disciplinada pelos artigos do rigoroso Regulamento do Conde de Lippe. Em 1858, conse-

qüência do chamado Pacto de Unión entre o Partido Colorado dirigido por Venâncio Flores e o Partido Blanco chefiado por Manuel Oribe, que se realizara em 1855 e do qual resultara a eleição, em 1856, do Presidente Gabriel Antônio Pereira, estalou uma revolução que terminou na famosa Matança de Quinteros. Os acontecimentos se desenrolaram, segundo um historiador oriental, da seguinte forma: "La característica de la política *nacional* ó de *fusión* ha sido siempre el triunfo de los blancos sobre los colorados, no por los medios democraticos y legales que harían indiscutible ese triunfo, sino por los medios subrepticios que desennoblecen las victorias de la democracia... Pereira aceptaba el poder de las manos de Oribe, el hombre con el qual luchó nueve años Montevideo y que lo había arruinado personalmente..."

Quando o Partido Colorado compreendeu que D. Gabriel Pereira era joguete na mão de seus inimigos figadaís, os blancos, reagiu, preparando-se para a luta. O Governo respondeu com a tirania, amordaçando a imprensa, coarctando o direito de reunião, violentando o parlamento com a presença da força armada, desterrando os líderes da oposição e obrigando os adversários a buscarem remédio também na violência. Reunidos os principais chefes colorados no Arraial de Quinteros, foram cercados por tropas governamentais e obrigados a se entregar. Então, os blancos escreveram com sangue a mais dolorosa página da história uruguaia. Desrespeitando os termos da capitulação, passaram pelas armas o bravo César Dias, herói da Batalha de Caseros, Francisco Tajes, Manuel Tajes, Manuel Freire, Eulálio Martinez, Isidro Caballero e outros muitos oficiais superiores, subalternos, inferiores e soldados rasos. Leandro Gomez, que seria o defensor de Paissandu contra os brasileiros em 1864, praticou ali atos de inaudita barbárie, chegando a incendiar ranchos com as mulheres de seus inimigos amarradas lá dentro, que pereceram carbonizadas.

Os refugiados de Quinteros vinham desde vários dias perseguidos sem descanso pelas cavalarias de Medina e de Olid, que os tiroteavam e lanceavam. Dos 800 homens de que se compunham as forças rebeldes dos colorados, mais ou menos dois terços foram chacinados pelos blancos. Esses tristes acontecimentos estão minuciosamente descritos numa carta de Juan José de Herrera, escrita a 3 de fevereiro de 1858, em Montevideu, e dirigida a D. Andrés Lamas, que foi Ministro do Uruguai no Brasil. A matança de Quinteros, ordenada segundo êle, pelo Governo, ocorrera nos últimos dias de janeiro daquele ano. Juan José de Herrera tinha nela expressões textuais dêste teor: "Ah! que pigmeo, que miserable pigmeo es el hombre que como Pereira sacrifica toda una epoca!"

A carta de Dom Juan José de Herrera traz também no seu bôjo um brado de vingança e uma promessa de represálias que indica a continuação da odienta luta política no país irmão, o prosseguimento daquela anarquia caudilhesca que tantas vêzes o ensopou com o sangue de mártires e de heróis, e que a ocupação militar do Império, paternal e pacífica, evitou durante alguns anos. Diz ela:

“O que aqui afirmo, o que afirmam comigo todos os guardas nacionais que ontem dificilmente foram contidos, o que afirma o Chefe de Polícia e sua tropa é que *será feita justiça!* Ó, por Deus, que será feita! Esses homem morrerão. Não hesitaremos em nada, creia, Sr. Lamas. Não ouviremos declarações vazias, mas os fuzilaremos, se já não tiverem sido fuzilados antes de aparecerem por estas imediações... Nem com o Presidente da República nos deteremos na última extremidade... Não abandonamos nossos fuzis, nem dormimos em nossas casas. Nossa morada é o quartel, nosso passeio o campo.”

Em outra carta, de 4 de fevereiro, o mesmo missivista contava a D. Andrés Lamas que se começava a fazer justiça, isto é que a matança continuava, agora feita pelo outro lado: “Foram fuzilados 25 chefes e cabecilhas. Ressuscita, pois, a boa situação... Dios haya perdonado a esos bandidos, asesinos cobardes. Yo que he pedido su muerte me encuentro con la conciencia perfectamente tranquila. Hemos debido fusilarlos...”

E acrescentava este pormenor: “Los brasileiros están acuartelados em el Cerro”.

Esses brasileiros eram os restos da Divisão Imperial que se retirava aos poucos do seu pacífico e ordeiro patrulhamento, em vista de o Governo de Gabriel Pereira ter dispensado os seus serviços. Enquanto ela, tendo à frente Pereira Pinto com o Regulamento do Conde de Lippe no bolso, policiava a Banda Oriental, houvera respeito, ordem e paz, os uruguaio não se fuzilavam uns aos outros como esse documento prova à saciedade para glória de nosso papel de vizinhos amigos e mediadores, apesar de sempre caluniados.

A PREMEDITAÇÃO DA GUERRA DO PARAGUAI

Decidida dez anos antes de ser declarada. O Pensamento secreto de Solano López. Suas declarações a André Lamas e Heitor Varela em 1855 e 1856. A guerra foi uma questão geográfica ou um ato de ambição pessoal?

O sociólogo paraguaio Cardús Huerta atribui à guerra que seu país travou com o Império Brasileiro uma causa fundamental: a necessidade de, para desenvolver-se, abrir uma saída até o mar. Entre nossos historiadores, ninguém pretendeu mergulhar em tão grande profundidade. Uns vão buscar as raízes do conflito na chamada *corrida para o Prata*, iniciada nos tempos coloniais; outros limitam-se a apontar o envenenamento de certas questões de fronteiras e de navegação fluvial que acabaram eclodindo na luta armada.

Os que falam de *corrida para o Prata* demonstram lamentável ignorância de nossa história. Tomam o partido espanhol de entrada, como se nós corrêsemos sobre o Prata povoado de inocentinhos. A essa *corrida para o Prata* a verdade histórica contrapõe do lado de lá a *corrida para Santa Catarina*. Se o português pretendeu chegar ao Prata, o castelhano tentou apoderar-se da Ilha de Santa Catarina. Isso gerou a nossa Guerra dos Cem Anos, 97 anos de luta constante, no decurso da qual ora estávamos na margem oriental platina, ora os contrários vinham de arrancada até Laguna e Destêrro.

Não faltam mesmo brasileiros que, com referência à Guerra do Paraguai, sejam do lado dêste, condenem a ação imperialista de D. Pedro II e seus estadistas, a qual só existe nas suas caraminholas e cheguem ao ponto de denegrir nossos feitos militares. Contudo, a verdade verdadeira, como diria redundantemente Barbusse, é que a culpa da guerra cabe, não ao povo, mas inteiramente ao Govêrno do Paraguai. É o que a mais limpa documentação chega a provar. A guerra foi *premeditada* e desencadeada pelo Ditador Francisco Solano López.

Senão vejamos.

Em 1856, nove anos antes do início das hostilidades, o publicista argentino Heitor Varela empreendeu uma viagem ao Paraguai, em busca do restabelecimento de sua saúde com a mudança de clima. Achava-se, então, no poder D. Carlos Antônio López, pai de Solano López, que sucedera na ditadura ao famigerado Dr. Francia. Alguns historiadores o denominam López I e a Solano, López II. Êste, quando Heitor Varela chegou a Assunção, era já General e Ministro da Guerra, apesar de sua pouca idade e pouca experiência.

Heitor Varela era moço, simpático, insinuante e conversado. Solano López era jovem, inteligente e demasiado verboso. Dizem que sua palavra ardente e sonora seduzia. Em poucos dias de convivência, os dois se tornaram amigos.

De regresso a Buenos Aires, Heitor Varela publicou no jornal porteño, então muito famoso, "La Tribuna", a entrevista que teve na capital do Paraguai, na noite em que se despediu de Solano López, com êste, entrevista reproduzida por "La Nación" no dia 7 de outubro de 1928. Eis a parte dela que vivamente interessa nossa história:

"Tocou-se no tema fascinador de todo sul-americano, a Europa. López disse que jamais ali voltaria.

— Por quê?

Dir-lhe-ei porque, meu amigo, com tôda a franqueza. Talvez minhas palavras o surpreendam; mas é um pensamento fixo o meu. Tome outro cálice de Xerez... Sabe porque não poderei voltar à Europa? Porque minha sorte se acha intimamente unida à do meu povo. Meu pai está velho e padece de uma enfermidade crônica que, com sua avançada idade, lhe abreviará a vida. Sua vontade e a de meus compatriotas é a de que eu o substitua no poder. Nesse dia, farei o que êle não tem querido fazer, apesar dos meus conselhos. Sei que o Brasil e vocês, os argentinos, cobiçam o Paraguai. Temos aqui elementos para resistir a

ambos. Mas não hei de esperar que me ataquem. *EU É QUE ATACAREI!* Com efeito, *AO PRIMEIRO PRETEXTO QUE ME DEREM DECLARAREI GUERRA AO IMPÉRIO E ÀS DUAS REPÚBLICAS DO PRATA*, que, embora mutuamente vivam se receando, se unirão para me combater... Você é ainda muito moço. Eu também não sou velho, porém estou de posse de segredos que você inteiramente ignora. Não poderei assegurar a independência do Paraguai sem antes abater a preponderância do Império e as Repúblicas do Prata. Quando fôr o momento oportuno, começaremos a nos preparar.”

Esse documento, vindo à luz da publicidade em 1856, tem um valor imenso. Sobretudo porque é absolutamente comprovado pelos fatos posteriores. Enquanto o Império não se preparava militarmente para nada, tanto que a guerra, provocada pelos insultos de López II, o encontrava absolutamente desarmado, o Paraguai tinha sido transformado em verdadeiro arsenal e campo de manobras. É o que afirma o historiador paraguaio Juansilvano Godói: “A República se converteu em vasto acampamento militar. Trinta mil recrutas afiam os sabres nos campos aplainados de Cêrro-León. Dezesete mil se exercitam sem descanso em Encarnação. Doze mil reforçaram o exército veterano de Humaitá, cinco mil a guarnição de Assunção e três mil o Departamento norte de Conceição”. Sôme-se tudo e se verá que são 67 mil homens só de refôrço, sem entrar em conta o exército veterano, normal. Qual a nação com essa fôrça militar naquela época no continente americano?

Mastermann, que viveu no Paraguai na época de Solano López, declara que “seus enormes preparos bélicos, além de impressionarem as populações vizinhas, perturbavam o equilíbrio político do Rio da Prata”.

O citado Juansilvano Godói documenta precisamente a premeditação da guerra: “Desde 16 de outubro de 1862, quando tomou posse da Presidência da República, preocupou-se sèriamente com uma possível guerra contra o Brasil, mandando para êsse fim construir na Europa três encouraçados e encomendando cinqüenta canhões raiados.”

Outro historiador paraguaio, Antônio Zinny, escreve que o pensamento secreto de Solano López era uma *guerra de conquista*, a fim de se apoderar da província argentina das Missões e da brasileira de Mato Grosso.

Pedro S. Lamas, em seu livro “Etapas de una gran politica”, transmite-nos as confidências de Solano López a seu pai, o ilustre estadista uruguaio D. André Lamas, em 1855, dez anos antes do comêço da guerra: “Se alguma vez, declarou López II, se repetirem contra o Uruguai agressões como a de Rosas, *venham de onde vierem*, lembrem-se os orientais que existe um povo no seio das selvas do continente que saberá fazê-lo respeitar. O Paraguai vai poder o que até agora não pôde. E, se o seu povo, como os da antiguidade, conciliar os instrumentos da lavoura com os da milícia, foi isso obra de Rosas, que, pretendendo submeter-nos, despertou um instinto que nem suspeitávamos existisse em nós: o da resistência, o da fôrça que repele a fôrça... Ninguém sabe o destino que o espera e, quanto ao meu país, se algum pensamento o agita,

é o de pesar na política do Rio da Prata num sentido pacífico e sem outro propósito senão o de manter o equilíbrio atual, buscando nêles a garantia de sua própria conservação e autonomia, benefício que perigará no dia em que a Argentina e o Brasil, eternos rivais, cheguem a preponderar decididamente e sem peias nesta parte da América... Entre o Paraguai e o Uruguai, há um interesse comum pelo qual deveriam entender-se. É o de evitar que desapareça e se rompa o equilíbrio, o de prevenir que impere um ou outro de nossos vizinhos”.

Feitas dez anos antes da guerra, completam-se, as declarações de López II a Heitor Varela e a André Lamas, as primeiras íntimas, as segundas semi-oficiais. Aquelas são claríssimas. Estas se apresentam mais veladas. Comparem-se com o que aconteceu. Em 1864, forçado pela anarquia caudilhesca que lhe ameaçava as fronteiras e prejudicava seus nacionais nos corpos e nos bens, o Império resolve intervir no Uruguai. Solano López vem, como prometera, em socorro do Governo uruguaio, tentando intervir no pleito. O Império não lhe dá atenção. Eis o pretexto que êle esperava: aprisiona o vapor “Marquês de Olinda” e invade o sul do Mato Grosso. Estava declarada a guerra que êle desejava, como confessara, desde 1856.

No seu pouco conhecido, mas forte e bem escrito livro, “Arado, pluma y espada”, Cardús Huerta, pinta o Paraguai com estas tintas: “Os materiais que o passado colonial legou para bases da nacionalidade paraguaia foram os mesmos que distribuíra às outras nações, tirando de tôdas o cimento da união e dando-lhes o fermento do separatismo ambicioso; mas ao Paraguai reservou, com maior lote de ignorância, o molde jesuítico, a fim de servir de crisol às suas futuras criações: modelo de comunismo na economia, de escravidão na política e de estancamento intelectual e moral... Sua comunicação, no momento de emancipar-se, com o Rio da Prata, se fazia principalmente pelo Paraná e, devido à sua posição mediterrânea e às suas desavenças com Buenos Aires, tornava-se para êle imperiosa a completa ocupação das Missões e a navegação do Uruguai, como segurança de uma via de comunicações suplementar. Êste era o caminho para *cooperar com a Banda Oriental ou para dominar Entre-Rios e Corrientes*”.

Veja-se como isso tudo combina em número, gênero e caso com o pensamento secreto de Solano López expresso a Varela e Lamas em 1855 e 1856. Depois de enumerar o que chama *oportunidades propícias que teriam facilitado a saída do Paraguai para o mar no período da independência*, aproveitando os apuros em que se via Buenos Aires, de maneira a realizar “sua expansão para o sul e assegurar definitivamente a posse do litoral do Uruguai”, Cardús Huerta insiste naquilo que denomina o *cêrco geográfico* de seu país natal e na *absoluta necessidade de rompê-lo*. Conclui, em seguida: “López fez prevalecer a *finalidade guerreira do Paraguai*, despertando as qualidades ingênicas da raça, quando já era tarde para remediar a desvantajosa posição geográfica de sua pátria”. É decerto inspirado no sociólogo paraguaio que Carlos Pereyra afirma ter sido a Guerra do Paraguai uma *cuestion geografica*.

Assim, tôda a documentação aqui alinhada, insuspeita por provir do lado de lá, isto é, do campo adverso, deixa de vez aclarada a questão. Não foi o Brasil quem provocou a guerra, nem nela tinha o menor interêsse e teve de fazê-la por fôrça da necessidade. Ela estava desde muitos anos no pensamento secreto do Ditador Solano López, o qual era talvez o resultado humano da formação sociológica do enclausurado país que tiranizava. Representava talvez inconscientemente os anseios daquele povo, criado no molde jesuítico, que a longa tirania de Francia encarcerara e envilecera. Seria desta sorte um instrumento de fôrças mais poderosas, em que predominava a necessidade geográfica de uma saída para o mar...

Os documentos provam à saciedade que a Guerra do Paraguai não nasceu de nenhuma das causas que até aqui lhe foram atribuídas, nem do perigo de ser o Paraguai absorvido pelo Brasil, nem do interêsse paraguaio na defesa do Uruguai invadido pelo Império, nem de sua obrigação em manter o equilíbrio do Prata, nem ainda da mentirosa e ridícula fábula dum casamento projetado pelo déspota com uma filha de D. Pedro II. Ela veio em linha reta do *pensamento secreto* de Solano López. Ele a premeditou, como está provado, o que absolve de qualquer culpa o Império Brasileiro. Ou ele queria com a guerra dar asas à sua mórbida vaidade e descomunal ambição ou pretendia, à custa de seus vizinhos, alargar o domínio territorial de sua pátria, levando-o até o oceano. Nesse caso, seu pensamento correspondia ao desejo recôndito da nação. Se assim não foi, nem essa justificativa resta à memória de El Supremo, como autor da horrível tragédia.

O FUZILAMENTO DE LEANDRO GOMEZ

A tomada de Paissandu. Uma "vendetta" em plena guerra. A matança de Quinteros. O Brasil caluniado.

O prelúdio da Guerra do Paraguai foi escrito em 1864, quando as fôrças imperiais do Brasil tiveram de intervir no Uruguai em defesa dos interêsses de seus nacionais, ameaçados pela anarquia resultante da luta entre blancos e colorados. O chefe dos últimos, nosso amigo, o General D. Venâncio Flôres, erguera o pendão da revolta contra as atrocidades cometidas pelos primeiros, então no poder. Êstes se desmandaram, na reação, em abusos inqualificáveis, cometendo violências e desatinos de tôda sorte, mesmo contra as pessoas e propriedades de cidadão brasileiros na zona fronteiriça, o que fez o General Antônio Neto trazer ao Governo Imperial o angustiado apêlo daquelas vítimas, nestes têrmos: "Temos direito à vossa proteção ou devemos contar sòmente co-

nosco?" O Conselheiro José Antônio Saraiva, enviado em missão especial a Montevideu, nada conseguiu e retirou-se para Buenos Aires. Em consequência, as armas tiveram a palavra. A Esquadra Imperial sob o comando de Tamandaré bloqueou o porto da capital uruguaia e bombardeou a cidade de Paissandu, desembarcando tropas que a investiram. Um exército de 5 mil homens sob o comando do Marechal-de-Campo João Propício da Fontoura Mena Barreto, 2.^o Visconde de S. Gabriel, transpôs a fronteira, completou o assédio daquela praça e a tomou, depois de porfiados e cruentos combates. Seu comandante, o Coronel Leandro Gomez, surpreendido no fim da luta, quando se preparava para fugir, foi fuzilado.

Desde essa data até hoje, não se cansam os historiadores platinos, com raras e honrosas exceções, de imputar êsse nefando crime aos brasileiros. A calúnia tem sido constantemente repetida por escritores, cronistas e historiadores de outros países hispano-americanos. No entanto, a mais farta documentação histórica a desmente de vez, como veremos.

Theodore Fix, oficial do estado-maior do Exército Francês, autor de "La guerre du Paraguay", publicada em Paris em 1870, escreve: "Quando êle (Leandro Gomez) viu que a praça não podia mais resistir, raspou a barba e vestiu um uniforme de Oficial de Flores, sendo apanhado nesse estado, dentro duma casa, pelos soldados brasileiros." O alemão Schneider, que também fez uma "História da Guerra do Paraguai", conta: "... seu desânimo só se manifestou pelo ato de mandar raspar a barba e trocar a farda de coronel oriental pela de cavaleiro gaúcho. Escondeu-se numa casa..."

Na verdade, rompidas as derradeiras defesas de Paissandu, um grupo de infantes brasileiros encontrou dentro duma casa da arruinada cidade, de barba raspada e preparando-se para fugir, o Coronel Leandro Gomez, que a tinha, na verdade herôicamente defendido. Aprisionaram-no e o levaram à presença do Tenente-Coronel André Alves de Oliveira Belo, chefe do Estado-Maior do Marechal João Propício, que se achava na ocasião rodeado de oficiais uruguaio das tropas de D. Venâncio Flores. Fitando o Tenente-Coronel Oliveira Belo, Leandro Gomez declarou com empáfia:

"— Não quero ser prisioneiro de estrangeiros. Prefiro acolher-me sob a bandeira Oriental e ser prisioneiro dos meus irmãos uruguaio."

Embora o chefe prisioneiro não tivesse o direito de escolha que se arrogava, Oliveira Belo atendeu ao seu desejo e entregou-o nas mãos do Coronel uruguaio Goyo Suarez, para que o conduzisse ao General Flores. Goyo Suarez levou-o e, a meio caminho, o mandou fuzilar por sua escolta.

Êsse crime friamente cometido contra um chefe militar prisioneiro abalou a opinião pública em tôda a América. A 22 de janeiro de 1865, o Governo Imperial, por intermédio de seu Ministro dos Negócios Estrangeiros, oficiava ao Plenipotenciário do Brasil, José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco, nestes termos: "O Governo Imperial julga conveniente que V. Ex.^a solicite do General Flores a punição

de Goyo Suarez e dos outros subordinados do mesmo que concorreram para ser levado a efeito semelhante atentado que tanto deslustra a vitória que obtivemos em Paissandu.”

O principal cúmplice do Coronel Gregório ou Goyo Suarez, como executor da sua ordem de fuzilamento, fôra o Major Belén, o qual também fuzilara outros oficiais *blancos* aprisionados: Azambuja, Acuña, Braga e Fernandez. Um veterano daquela campanha, oficial do Exército Imperial, J. L. Rodrigues da Silva, que escreveu as “Recordações da Guerra do Paraguai”, nelas diz ter encontrado ainda quentes os cadáveres dessas vítimas, executadas, acrescenta, *por gente do General Flores*.

As reclamações do Brasil contra o crime foram levadas a êsse caudilho com a maior energia pelo Almirante Tamandaré, em reunião realizada a bordo da corveta “Jequitinhonha”. O fato é narrado pelo cronista uruguaio Rômulo F. Rossi em sua interessantíssima obra “La Cruzada Libertadora”: “O Coronel Goyo Suarez foi levado à presença de Flores e Tamandaré. — Coronel, disseram-lhe, o senhor é acusado de ter ordenado a execução dos prisioneiros. — Goyo Suarez respondeu: — Embora não tenha dado explicitamente essa ordem, assumo a responsabilidade e podem por isso meter-me quatro tiros no corpo. — Flores indignou-se e censurou-lhe o procedimento, enquanto Tamandaré exclamava: — Como! Sem nenhuma forma de processo! — Sim, Senhor Almirante, tornou Suarez, o Coronel Gomez consentiu há sete anos que, com minha mãe e minhas irmãs, se praticassem atos inomináveis. Eu tinha fundos agravos a vingar. — Diz-se que, nessa ocasião, Suarez relatou aos dois chefes o que se praticara com sua família e terminou, perguntando a Tamandaré: — O senhor, no meu lugar, que teria feito? — O prático da esquadra, Etchebarne, testemunha do episódio, contava que o Almirante brasileiro ficou calado e inclinou a cabeça sôbre o peito”.

Deve-se a revelação dos fatos alegados por Goyo Suarez à sua viúva, D. Carolina Umpierrez de Suarez, numa entrevista sôbre o assunto concedida a “El Diario” de Montevideú. Conta ela que seu marido lhe confessara textualmente o seguinte: “À minha família, alcunhada de *selvagem*, os *blancos* sempre perseguiram, fazendo-a, em diversas ocasiões, vítima de castigos corporais, ultrajes e despôjo dos bens. Mas o cúmulo da desumanidade foi atingido quando, depois de haverem amarrado com cabrestos minha mãe a uma forquilha do rancho onde vivia, ao mesmo atearam fogo para que morresse carbonizada... Desde êsse dia, jurei ser rigidamente severo nas lutas contra meus adversários...” e D. Carolina Umpierrez de Suarez concluía: “Quanto ao carinho que meu marido tinha por sua mãe, basta dizer que, no mesmo lugar onde se erguia o rancho em que ela pereceu queimada viva, mandou êle construir mais tarde uma igreja para perpetuar sua memória. As paredes já estavam com mais dum metro de altura, quando se suspendeu a obra por morte do General Suarez”.

Essa barbaridade fôra cometida, em 1857, em Polanco do Rio Negro, perto de Quinteros, onde a mãe e as irmãs de Goyo Suarez se tinham

ido esconder, fugindo à sanha do partido inimigo, pela gauchada a mando daquele mesmo Leandro Gomez fuzilado em Paissandu. Tratava-se, pois, duma verdadeira *vendetta* a sobrepujar as leis da guerra entre povos civilizados.

Um veterano uruguaio da campanha de 1864, que morreu no posto de General reformado do Exército Uruguaio, D. Ramón Tezanos, lembrando os episódios que presenciara, afirma por sua vez as mesmas coisas: "Conforme Suarez disse a Flores e Tamandaré, ao ser por eles interrogado, procedera daquela maneira para vingar-se de fundos agravos. Parece que alguns anos antes, na ocasião da matança de Quinteros, os *blancos* tinham cometido um ato de desumanidade contra a senhora sua mãe, que ele jamais poderia esquecer."

Depoimento semelhante é o do velho práctico oriental de nossa Esquadra no Prata, D. Pablo Dugrós, ainda vivo em 1923. Foi o mesmo que forneceu a Rômulo F. Rossi os elementos necessários à sua narração em "Cruzada Libertadora".

Cedendo às exigências dos chefes imperiais de terra e mar, indignados com o fuzilamento de Leandro Gomez e dos outros oficiais aprisionados, que caíram na tolice de preferir a proteção de seus patrícios à da bandeira do Brasil, o General D. Venâncio Flores afastou das suas fileiras, pelo menos durante o tempo em que as forças brasileiras permaneceram no Uruguai, o Coronel Goyo Suarez e expulsou o Major Belén. O citado General D. Ramon de Tezanos afirma que o fez com estas enérgicas palavras: — "Vai-te, pois não te quero mais ver entre nós!" Mais tarde, no entanto, o perdoaria devido à intercessão em seu favor do Coronel Régules.

Todavia, houve no Exército Oriental quem nunca perdoasse ao Major Belén ter sido o executor das ordens ou da vontade de vingar-se de Goyo Suarez. Foi o Coronel Flamán, que lhe atribuía o ato indigno de usar ao peito a medalha de Monte Caseros tirada da farda do oficial Fernandez, uma de suas vítimas. Anos mais tarde, quando Belén exercia as funções de Ajudante-de-Ordens do Presidente do Uruguai, Santos, Flamán o insultou nos degraus do Palácio do Governo: "Ché, indio! esa medalla se la carchaste al pobre Fernandez cuando lo fusilaste en Paisandú. Tu nunca estuviste en Caseros, déjate de embromar!!!" Belén, furioso, avançou contra Flamán e o apunhalou. O trágico episódio é narrado por D. Pablo Dugrós.

Do que aqui deixamos claramente exposto e documentado se infere que o Brasil Imperial entrou nesse triste caso da execução de Leandro Gomez em Paissandu como Pilatos no Credo, segundo o dito popular. Vem a propósito a citação do pensamento de Luís Alberto de Herrera, em sua obra histórica "Buenos Aires, Urquiza y el Uruguay"; "Mil vezes lamentável essa errada imolação, nunca vacilamos em censurá-la, porque o sangue derramado fora do ardor do combate sempre fecundará males sem conta". O exemplo de Belén e Flamán é a prova.

O RAPTO DE DOM PEDRO II PELOS PARAGUAIOS

Plágio dum projeto argentino contra Dom Pedro I. Um plano que não passou de palavreado. Solano López e o General Diaz.

- Dom Pedro II foi algum dia raptado?
- Absolutamente não.
- Mas, então, houve contra êle alguma tentativa de rapto? indagará ainda o leitor, admirado do título dêste capítulo.
- Tentativa não houve; mas houve um projeto que não teve sequer início de realização, não passando de palavras, palavras e palavras, como diria o velho Shakespeare.

Aliás, não teve sequer o mérito da originalidade. Segundo documentos em poder de Adolfo Saldias, panegirista do Ditador Rosas, em 1828, quando o Império ainda em guerra com a República Argentina por causa do Uruguai, o Governador Dorrego alinhavou uma conjuração com os mercenários alemães de D. Pedro I para se revoltarem, aprisionarem o Imperador e o entregarem aos marujos das embarcações miúdas dum corsário platino na Lagoa Rodrigo de Freitas. Conduzido prisioneiro a Buenos Aires, o Imperador seria forçado a fazer a paz. De fato, os soldados alemães e irlandeses mercenários dos dois batalhões de granadeiros e do batalhão de caçadores da guarnição do Rio de Janeiro se amotinaram e puseram a cidade em polvorosa durante dias, porém foram vencidos pelas tropas nacionais do General Valente, 2.º Conde do Rio Pardo.

No tempo de Solano López, os paraguaios pretenderam a mesma coisa em maior escala. A história é contada com todos os pormenores pelo historiador paraguaio Juansilvano Godói na primeira série de suas “Monografias Históricas”, editada por Félix Lajouane, em Buenos Aires em 1892, às páginas 10 a 15.

Foi em março de 1865, quando o Ditador Francisco Solano López visitou em Assunção o quartel do 40.º Batalhão de Infantaria de Linha, unidade que se tornou famosa pela sua bravura durante a guerra com o Brasil, então comandado pelo Capitão José Edwiges Dias. El Supremo foi recebido com o maior entusiasmo no seio daquele corpo de escol, instruído e disciplinado pela energia daquele que seria tido como o melhor soldado do Paraguai. De fato, Dias atingiu rapidamente o generalato, tendo comandado o centro paraguaio na primeira batalha de Tuiuti e sido o formidável defensor da Fortaleza de Curupaiti.

López apresentou-se no quartel do batalhão 40 com seu uniforme de gala de Marechal, acompanhado pelo Vice-Presidente da República, Francisco Sanchez, pelo Coronel Barrios, recém-chegado da sua investida contra Mato Grosso, do Ministro Caminos, destinado à morte em Cêrro-Corá, do Major Estigarribia, que terminaria a carreira tristemente em Uruguaiana e dos ajudantes-de-ordens Godói e Jesus Martinez. Assistiu durante cerca de hora e meia às evoluções daquele milhar de soldados

escolhidos no seio da melhor mocidade da capital paraguaia e, depois, passou à sala da *Comandancia*, à sala do Comando, onde lhe foi servida a merenda.

Então se abriram algumas garrafas de champanha e se fizeram brindes. Todos, animados pelo vinho, puseram-se a falar sôbre a guerra que se iniciava. De repente, Solano López dirigiu a José Edwiges Dias estas palavras:

— Capitão, você é um espírito arguto e deve ter uma boa idéia para acabarmos de vez com os negros do Brasil.

Dias impou de orgulho e respondeu mais ou menos textualmente:

— Não tenho nenhum meio para isso, Excelência, pois só desejo conhecer as suas resoluções para executá-las.

O ditador, sorridente, passou o olhar por todos os presentes e falou:

— Os senhores são os meus futuros generais e, assim, os depositários da minha confiança. Aprecio a sua modéstia, mas escutaria com real prazer as opiniões francas e sinceras que me quisessem dar os meus amigos e servidores.

O Capitão Diaz decidiu-se então a revelar um pensamento que trazia recôndito:

— Senhor, o mais ardente desejo de minha vida seria V. Ex.^a entregar-me 7 mil homens escolhidos, com carta branca para eu realizar uma idéia que me domina. Embarcá-los-ia nos melhores e mais rápidos vapores de nossa esquadra, desceria o rio, atravessaria o estuário do Prata sem que os navios de Tamandaré dessem por mim e iria surgir com essa fôrça diante do Rio de Janeiro atônito, assombrado e apavorado! Nove dias após minha partida daqui estaria à vista da capital do Império Brasileiro. Forçaria a barra à noite, de modo que suas fortalezas não me pudessem causar mal. Em meia hora, desembarcaria as minhas tropas, passaria pelas ruas como um turbilhão e iria cercar de surpresa o paço de S. Cristóvão. Dêle arrancaria num instante D. Pedro II com tôda a Família Imperial, trazendo-os para bordo. Em vinte dias estaria de regresso, entregando os prisioneiros a V. Ex.^a em Assunção. Assim, imporíamos a paz ao Brasil!

Segundo conta Juansilvano Godói, diante dêsse plano inconcebível, todos os que o ouviram ficaram mudos de espanto. El Supremo ergueu a taça e exclamou sem lhe fazer referência:

— Brindo à bravura e ao entusiasmo do meu Chefe de Polícia, o Comandante do Batalhão n.º 40, e brindo ao patriotismo sem-par do povo paraguaio!

Foi êste o projeto de rapto de D. Pedro II pelos paraguaios, morto no nascedouro. José Edwiges Dias, favorito de Solano López, desempenhou altas missões guerreiras e morreu general, ferido por uma bala de nossa esquadra na canoa em que pescava no Rio Paraguai, a poucas braças das baterias de Humaitá. El Supremo prestou-lhe as maiores honras fúnebres e os historiadores paraguaios o consideram como o maior gênio militar do seu país naquele tempo. Alguns querem mesmo que sua morte prematura e inesperada tenha influído definitivamente

no destino da guerra. Se Diaz estivesse vivo, a coisa seria outra, afirmam eles. Todavia, esse plano de vir ao Rio, ocupá-lo de surpresa e levar o Imperador prisioneiro não depõe favoravelmente quanto ao gênio militar de seu autor. O fato é que Solano López, que sempre confiou na intrepidez e na lealdade do seu colaborador, nunca lhe quis confiar aqueles 7 mil homens escolhidos com que haveria de vir buscar à força o Imperador do Brasil em S. Cristóvão...

Se Saldias considera o projeto de rapto de D. Pedro I por Dorrego, com o auxílio dos mercenários revoltados dentro do Rio de Janeiro, *atrevidíssimo*, como considerar o plano de José Edwiges Dias contra D. Pedro II?...

A ESTATUA EQÜESTRE DE URUGUAIANA

A viagem de D. Pedro II ao Rio Grande do Sul em 1865. A rendição de Uruguaiana. O Imperador recusa uma estátua.

Francisco Solano López iniciou a guerra contra o Brasil tomando naturalmente a ofensiva; mas fê-la, como diria Napoleão, *en petites paquets*, dividindo suas forças e contrariando aquele sábio princípio estratégico, tão preconizado pelo Corso de gênio, de aplicar sobre o objetivo principal a maior força disponível, a fim de evitar fazer uso dela. Seus chefes imediatos o imitaram e o desastre não se fez esperar, como era de prever.

Lançou sobre Mato Grosso despovoado e indefeso a coluna de Barrios, que perdeu sua finalidade naquela quase deserta vastidão geográfica. Atirou o exército de Robles sobre a Província argentina de Corrientes, para dominá-la, invadir o Brasil, marchar até o Uruguai e libertá-lo dos Colorados de Venâncio Flores e de seus aliados brasileiros. Mas Robles, que comandava 30 mil homens, força a que o Império não poderia no momento resistir nas fronteiras meridionais, acantonou com o grosso em Corrientes e destacou cerca de 12 mil, com Estigarribia, para realizar o objetivo principal. Este, por sua vez, atravessou o Rio Uruguai e penetrou no território brasileiro à testa de uns 12 mil, talando e saqueando, ao mesmo tempo que entregava a Duarte 4 mil homens, para lhe servirem de flanco-guarda na margem esquerda daquele grande curso de água e avançarem sobre a Banda Oriental. Interpôs, assim, entre o seu grosso e o destacamento de Duarte um rio caudaloso, que os chuveis da época mais encheram, permitindo aos navios imperiais subirem-no e a algumas embarcações artilhadas cortarem as comunicações das duas frações da tropa invasora.

Ambas ficaram no ar, sem linha de retirada, sem articulação, sem ligação com a retaguarda, — a base longínqua de Corrientes, onde se imobilizara Robles, obrigadas a caminhar quase sem destino, sem plano, sem objetivo, sem esperança duma vitória estrondosa que pudesse mudar a feição dos acontecimentos. Enquanto isso, da concentração do Exército Aliado, que se processava paulatinamente em Concórdia, se destacavam fôrças da Tríplice Aliança sob o comando de Flores para atacar o flanco-guarda de Estigarribia à margem direita do Uruguai; e, reunindo tropas regulares, voluntários e guardas nacionais no Rio Grande do Sul, os Generais Caldwell e Canabarro assaltavam o grosso paraguaio com suas guerrilhas e picavam-lhe a retaguarda dia e noite, sem descanso. As tropas inimigas iam-se, assim, aos poucos, desmoralizando.

O flanco-guarda de Duarte, foi envolvido e completamente aniquilado, *taillé en pièces*, em plena marcha, a 17 de agosto de 1865, nos campos de Jataí. Então, Estigarribia se entocou na Vila de Uruguaiana, entrincheirando-se e bravateando que resistiria até à morte. Esperava, naturalmente, socorros de seu chefe, o General Robles, encalhado na cidade de Corrientes. As tropas imperiais acorreram de tôda parte, concentraram-se em volta da povoação ocupada pelo inimigo e a sitiaram sob o comando do velho Tenente-General Conde de Pôrto Alegre, que deixava os ócios da reforma e voltava as fileiras, para combater o invasor com aquela mesma galhardia e aquêlê mesmo denôdo com que vencera os argentinos de Rosas na Batalha de Caseros.

Os vencedores de Jataí, tendo Flores à sua frente, transpuseram o rio e vieram juntar-se aos sitiantes. O Almirante Tamandaré trouxe em um de seus navios o General Mitre e os argentinos. Apertou-se o assédio. Estigarribia estava irremediavelmente perdido. Quarenta peças de artilharia brasileira e quatro estativas de foguetes de guerra, sistema Congrève, ameaçavam de seus espaldões de terra os entrincheiramentos paraguaios. Ali se achavam, prontos para entrar em ação, cêrca de 2 mil uriguaios, de 3 mil argentinos e de 14 mil brasileiros, como se verifica do excelente mapa do engenheiro Grivet, publicado por Schneider, em 1876, na sua magnífica “História da Guerra da Tríplice Aliança”.

Mal chegaram ao Rio de Janeiro as notícias da entrada dos paraguaios no território rio-grandense, o Imperador D. Pedro II decidiu transportar-se para o teatro das operações de guerra. O soberano desejava animar as tropas com a sua presença e comungar com a gente e a terra gaúcha nas angústias e dores por que estavam passando. Foi um gesto nobre que repercutiu profundamente na consciência nacional e de tôdas as partes recebeu comoventes aplausos.

O Imperador partiu do Rio de Janeiro a 1.º de agosto de 1865, no paquete “Santa Maria”, que fundeou na cidade do Destêrro, atual Florianópolis, no dia 3 e chegou à barra do Rio Grande a 5. A 7 encalhou na Lagoa dos Patos, mas safou-se e chegou na mesma data a Pôrto Alegre. Soprava o Pampeiro e fazia frio. Houve festas e iluminações. Da capital rio-grandense, o Soberano e seu séqüito partiram

para Rio Pardo no pequeno vapor "Tupi". A geada cobria os campos nas duas margens do Rio Jacuí. Tendo passado em Rio Pardo, foram para Cachoeira, de onde continuaram a viagem a cavalo. As chuvas eram miúdas e constantes. Assim, foram encontrar o Ministro da Guerra, Ângelo Moniz da Silva Ferraz, mais tarde Barão de Uruguaiana, em Caçapava, onde êle se encontrava e se levantavam trincheiras para a eventualidade dum ataque paraguaio.

Em companhia de D. Pedro II estavam seus dois genros, o Conde d'Eu e o Duque de Saxe, os Ajudantes-de-Campo Marquês de Caxias e Barão de Itapagipe, o Ministro da Guerra, o Almirante de Lamare, o General Beaurepaire, o Cirurgião-Mor Dr. Joaquim Cândido Soares de Meireles, médico de Sua Majestade, e os funcionários do Paço Imperial, Lisboa e Pinto de Melo. Além dêsse séqüito, uma escolta de 300 lanceiros, quase todos alemães ou filhos de alemães, moços fortes e escolhidos, sob o comando do Coronel Pacheco, com uniformes azuis celestes.

Essa grande cavalgada foi atravessando as coxilhas debaixo de aguaceiros e temporais contínuos, acompanhada de carros manchegos, em que iam as vitualhas e as bagagens, dias e dias seguidos. A meio caminho, apareceu uma escolta de Orientais para também guardar o Imperador, comandada pelo Coronel D. Bernabé Magarinos: seis homens tismados e barbudos, de boinas vermelhas, mais parecidos, observa então o Conde d'Eu, com bandidos de melodrama do que com militares.

No dia 31 de agosto, achava-se D. Pedro II em S. Gabriel, onde visitou o bravo General João Propício Mena Barreto, Visconde de S. Gabriel, herói de Paissandu. Viram-se ali os primeiros prisioneiros paraguaios, descalços, de blusa de baeta encarnada e barretina de couro. Um dêles era oficial e conversou largo tempo com o Imperador do Brasil. A 4 de setembro, tendo deixado S. Gabriel, estêve D. Pedro II no campo da batalha de Ituzaingó, travada entre os brasileiros e os argentinos e orientais a 20 de fevereiro de 1827. Duas velhas cruces de madeira marcavam as sepulturas dos nossos valentes soldados mortos naquela pugna memorável. O Barão de Itapagipe, que nela tomara parte, comandando um regimento de cavalaria, serviu de cicerone, como também o Barão de Saicã, João Maria de Almeida Lôbo d'Eça, que se juntara à imperial comitiva.

No aniversário da Independência, 7 de setembro, o Imperador acampou debaixo dum grande cedro, à margem do Itapevi, na estância de D. Maria Dornelas, onde recebeu um ofício de Tamandaré, comunicando achar-se em frente de Uruguaiana com o Tenente-General Conde de Pôrto Alegre, que assumira o comando das fôrças imperiais. Pedia que o Ministro da Guerra apressasse a marcha para ir ter com êles, o que êste fêz, partindo na frente de Sua Majestade.

A 8 de setembro, o Imperador entrou em Alegrete, de onde saiu no dia seguinte, bivacando no Inhaduí. A 10, dormia em Casa Branca, e a 11 chegava ao acampamento em Uruguaiana, sendo recebido por Pôrto Alegre, Mitre e Flores. Depõe o Conde d'Eu que achou Mitre

esbelto, simpático e elegante. Quanto a Flores, declara-o “mais feio de rosto do que de figura”, de olhos encovados e tez azeitonada, com pouca inteligência e pouca educação. Os argentinos, em geral, soldados e oficiais apresentavam aspecto mais civilizado do que os orientais.

A chuva não descontinuava e os paraguaios sitiados em Uruguaiana tinham expulso tôdas as bôcas inúteis. Houve revistas e visitas oficiais, depois, interrogaram-se alguns daqueles expulsos: um argentino, um francês, um português e três espanhóis, pois os brasileiros haviam abandonado a vila antes da ocupação inimiga.

O Imperador a bordo de pequenos vapôres, percorreu grande trecho do Rio Uruguai, inspecionando-o. Realizaram-se também várias conferências com os generais. D. Pedro II, sempre a cavalo, de manhã à noite, visitou os acampamentos aliados, passou revistas e assistiu a exercícios. Quando as tropas se dispuseram para o assalto às posições paraguaias, no dia 18 de setembro, Sua Majestade tomou posição entre os batalhões brasileiros, em frente ao cemitério de Uruguaiana. Enviou-se ao meio-dia um parlamentar a Estigarribia, intimando-o a render-se no prazo de duas horas.

O chefe paraguaio curvou-se a essa intimação e se entregou com armas e bagagens, sem esboçar qualquer resistência. Os soldados e oficiais inimigos desfilaram em fila indiana diante de nossas tropas, entregando seu armamento. Estigarribia e seu assessor, o Padre Duarte, que cometeu grandes atrocidades em S. Borja, de chapéu côco e batina, lançaram-se aos pés do Imperador, recomendando-se à sua generosidade. O Padre apresentou-se agarrado ao braço do Barão de Itapagipe, apavorado com a idéia de que podia ser fuzilado pelos crimes cometidos. Foram entregues três bandeiras paraguaias. D. Pedro II deu uma a Mitre, outra a Flores e guardou a terceira. Então, Sua Majestade entrou na vila e foi jantar em uma casa abandonada e sem móveis, pois desde às 7 horas da manhã estava a cavalo e em jejum. No dia 21, comemorou-se a rendição com solene Te Deum, celebrado pelo Vigário de Itaqui.

Deu-se no dia imediato a explosão dum depósito de cartuchos, que fêz algumas vítimas, e chegou de Buenos Aires o Ministro Britânico Thornton, encarregado pelo Governo da Rainha Vitória de apresentar ao Imperador desculpas pelos atos violentos praticados no Rio de Janeiro por navios de guerra ingleses na famosa questão Christie e, ao mesmo tempo, restabelecer as relações diplomáticas com o Império, as quais, em virtude daquela mesma questão, estavam rompidas. A recepção solene do diplomata inglês realizou-se a 23 de setembro de 1865 na barraca imperial, com tôda a solenidade, prestando honras militares um batalhão de linha. O Soberano e o Ministro trocaram saudações em francês. A banda de música tocou o *God save the Queen* e o Hino Nacional. Assim, terminou com felicidade, dignamente, o estremecimento havido entre o Brasil e a Grã-Bretanha.

No dia 24, de quarto em quarto de hora, a artilharia salvou em memória do aniversário da morte de D. Pedro I. No dia 25, houve missa

de Réquiem; depois, o General Mitre despediu-se do Imperador e partiu no vapor "Taquari". Sua Majestade embarcou, por sua vez, no "Onze de Junho", tendo-o levado a bordo General Flores. A 27, chegava a comitiva imperial a S. Borja. A 29, navegava pelo Ibicuí. Enfim, por terra, regressava a Pôrto Alegre, tendo passado por Jaguarão, Sant'Ana do Livramento e Pelotas. Da capital gaúcha, no paquête "Gerente", D. Pedro II, partiu a 4 de novembro para o Rio de Janeiro, com escala por Santa Catarina.

Durante tôda essa longa viagem e êsses acontecimentos, Sua Majestade sempre se apresentou com a farda e o poncho bordados de Marechal do Exército, trazendo ora o chapéu negro e singelo de Voluntário da Pátria, ora o quepe agalado de Coronel de Voluntários, em homenagem à mocidade brasileira que de tôdas as partes acorrera entusiasmada para defender a nação insultada e invadida.

Entre as homenagens tributadas ao Monarca no seu regresso à Côrte, estava planejada a ereção de sua estátua eqüestre, nessa indumentária, como eterna memória da Rendição de Uruguaiana, numa das praças da capital do Império. Fêz-se uma subscrição pública para o monumento, cuja maqueta em gesso e tamanho natural foi executada pelo escultor Chaves Pinheiro. Mas o Imperador recusou terminantemente êsse preito e fêz com que a soma recolhida fôsse aplicada na construção duma escola no Largo do Machado. É o belo prédio escolar que ali ainda se ergue sob o nome de Machado de Assis.

A "Gazeta Fluminense" escrevia, na época, a propósito: "A abnegação com que S. M. o Imperador recusou a estátua que o Império tencionara erigir-lhe, pedindo à Comissão respectiva que applicasse à criação de escolas populares o produto da subscrição para tal fim projetada, é a prova mais significativa do interesse que o Sr. D. Pedro II toma pelo principal elemento do progresso moral de seu país. Embora a instrução pública tenha merecido a mais constante solicitude de S. M., é fôrça confessar que êsse importante ramo de serviço não atingiu ainda no Brasil o grau de perfeição que seria para desejar. As escolas atuais não bastam a conter o número de alunos que deveria freqüentá-las, os professores são pagos escassamente, e não há edifícios adequados para estabelecimentos de tal natureza. A abnegação imperial remove até certo ponto êsses inconvenientes; assim a Comissão, bem compenetrada dos desejos do Monarca, procure realizá-los de sorte a merecer os louvores da nação."

Não se erigiu a estátua. O grande modelo em gesso estêve muito tempo depositado na Escola de Belas-Artes. Depois, não se sabe porque, foi transferido para o Hospício dos Inválidos da Pátria, na Ilha do Bom Jesus, onde, com o tempo, ficou em pedaços. Ali a foi buscar, em 1922, a Diretoria do Museu Histórico, que a restaurou e ergueu na sala dêsse instituto destinada à Guerra do Paraguai, sob o nome de Duque de Caxias. Salvou-se, felizmente, êsse notável documento de nossa arte.

O Rio de Janeiro deve uma estátua ao Imperador que a recusou em vida. Bem poderia a de Uruguaiana ser fundida em bronze e levantada naquele amplo e alto recinto da Estação D. Pedro II, que perpetua o nome que não foi dado à escola construída com o dinheiro da subscrição para o monumento.

O REI DOS PRÁTICOS

Os prácticos da Esquadra Imperial. Seu heróico papel na campanha do Paraguai. Bernardino Gustavino, patrono da praticagem nacional.

A campanha naval do Uruguai em 1864 e a do Paraguai, que se lhe seguiu de 1865 em diante, foram feitas pelo Império do Brasil com fragatas e corvetas a vapor, movidas a rodas ou a hélice. Mais tarde, para se forcarem as defesas poderosamente artilhadas do Rio Paraguai, que o fechavam *hermèticamente*, como disse um técnico, empregaram-se couraçados e monitores blindados, aquêles com casamatas tomando tôda a meia-nau em superestrutura entre os mastros, êstes com os canhões em tôrres giratórias no convés, ao lume da água. Ambas essas esquadras, porém, não eram apropriadas à guerra fluvial, pois se destinavam, mormente a primeira, ao oceano. Além disso, os comandos e officialidades dêsses navios tinham sido preparados para o mar, não para as condições peculiares e sobremaneira difíceis daquela bacia fluvial, onde a navegação estava condicionada a enchentes e vazantes, maiores ou menores correntezas, açoreamentos e camalotes, canais e passos, cujo conhecimento só podia ser resultado duma longa observação e duma prática ininterrupta no decurso de muitos e seguidos anos de aprendizagem no livro da própria natureza. Outros, aliás, não havia sôbre aquela região quase desconhecida.

Daí a necessidade imprescindível em que se viu a Marinha Imperial de recorrer ao serviço de prácticos naquela navegação, chamando ao seu seio os mais reconhecidamente capazes que existiam no Rio da Prata, na sua maioria, como era natural, de nacionalidade argentina e uruguaia. Como se sabe, é o Rio da Prata formado pelo Uruguai, pelo Paraná e pelo Paraguai. A guerra ia se desenvolver na parte inferior dêsses cursos de água, que banha os territórios platinos, de modo que os prácticos daquelas nações eram os melhores e mais indicados para o papel de guias da Esquadra em operações. Os prácticos brasileiros conheciam bem a parte superior daqueles rios, que fluía em nossos territórios; mas não seria nela o teatro da luta.

Êsses prácticos, sobretudo os estrangeiros, foram admiráveis auxiliares da Armada Imperial, cooperando grandemente para as suas esplêndi-

das vitórias. Eram ouvidos nos conselhos dos Estados-Maiores e consultados antes de qualquer empreza. Conduziam os navios tanto nas etapas de rotina como nas horas de fogo, desafiando a metralha do inimigo nos passadiços de comando, ao lado de nossos chefes e almirantes.

Justificando à luz de documentos e de serena argumentação a ação da Esquadra Imperial na guerra contra o Paraguai, informa o Visconde de Ouro Preto, naquele tempo Ministro da Marinha, o seguinte: "Do mesmo modo como o Governo Paraguaio jamais consentiu que o estrangeiro devassasse o interior do país e as matas do litoral, a cuja sombra construíram formidáveis fortificações, com que pouco a pouco foi erigindo os seus pontos vulneráveis, assim também a menor demora dum navio de guerra nas águas da República despertava a mais suspicaz espionagem. O trânsito pelos canais considerados estratégicos era rigorosamente proibido. Tentando, anos antes, o vapor norte-americano "Waterwich" explorar aquelas regiões foi repellido, em plena paz, pelos canhões de Itapiru." Uma cortina de ferro, como se vê, fechou sempre o Paraguai. Não havia um mapa do país. Seus grandes rios nunca tinham sido sondados e balizados. Desconheciam-se tôdas as suas peculiaridades: canais, passos, parcéis, rochedos submersos, fôrça e velocidade da correnteza e as ligações com os esteiros, potreiros, lagunas e chacos. A primeira comissão hidrográfica que pôde estudar partes daquela bacia fluvial e levantar mapas e definir algumas de suas condições, o que fez, aliás, com rapidez e proficiência, foi a nomeada pelo Almirante Visconde de Tamandaré, composta dos 1.^{os} Tenentes da Marinha Imperial Cunha Couto, Silveira da Mota, futuro Barão de Jaceguai, e Von Hoonholtz, futuro Barão de Tefé.

Como se vê, não podiam os navios manobrar naqueles rios sem os práticos, como nenhuma embarcação entra num pôrto sem recorrer à praticagem do mesmo. Era o recurso aos especialistas. O que é digno de nota, porém, é terem alguns dêsses especialistas, embora estrangeiros, dado o seu precioso sangue debaixo da bandeira do Brasil. Merecem, pois, seus nomes uma glorificação.

Dos práticos nacionais que serviram na campanha do Paraguai lembremos José Gabriel Rodrigues, Joaquim de Araújo, Manuel Ferreira, José Miranda, Manuel Perfume, que teve as honras de 2.^o Tenente, Pedro Borges, falecido em consequência de ferimentos recebidos em combate, e André Mota, morto na Batalha do Riachuelo, cumprindo seu dever. A atuação dêsses brasileiros e de seus colegas platinos jamais poderá ser esquecida, porque durante a campanha naval foram êles os olhos que guiaram os nossos barcos de guerra por águas ignotas, inçadas de imprevistos e perigos, que sòmente sua longa prática, sua completa especialização poderia vencer.

Nas operações contra Paissandu, serviu lealmente ao Almirante Tamandaré, como práctico do estuário do Prata, o uruguaio de origem francesa Pablo Dugrós, o qual, até morrer, demonstrava por palavras e atos um grande amor ao Brasil. A bordo dos navios de nossa esquadra que combatia os paraguaios, comungando todos os perigos com suas

tripulações, serviram anos a fio uruguaio e argentinos como Ângelo Nini, Severino Rui Díaz, Agustin Bailan Molina, José Rolon e Tomás Alamuri. Na passagem de Humaitá, distinguiram-se pelo sangue frio com que guiaram os couraçados brasileiros, sob os fogos terríveis da bateria Londres e do Timbó, Luís Ferreti, Santiago Olvicide, que recebeu, como prêmio, uma pensão do Governo Brasileiro, e o velho Picardo, guia do monitor "Alagoas", que tomara parte heróicamente na Batalha do Riachuelo e substituiria no seu posto, a 26 de agosto de 1868, outro pratico-herói, Luís Repetto, que fôra elogiado em ordem do dia da Armada pelo seu denôdo na passagem de Curupaiti e morrera pela mão do inimigo, ao pé do leme do "Bahia", na foz do Tebicuari. Santiago Podemonte faleceu a 15 de junho de 1865, em consequência de trabalhos e fadigas. Benigno Piñero pereceu afogado, sondando o Rio Paraguai. Juan Bautista Pozzo tombou morto por uma bala paraguaia na passagem de Angostura, a 21 de novembro de 1868.

Referência muito especial merece o bravo uruguaio que se fêz brasileiro, Fernando Etchebarne, cujo nome se tornou o de uma família brasileira, e seus descendentes ainda hoje o usam com justificado orgulho. Seus grandes serviços à Armada Imperial fizeram com que lhe fôsem concedidas as honras de 1.º Tenente, que agora correspondem às de Capitão-Tenente. Etchebarne foi ferido na passagem de Humaitá, a bordo do pequeno vapor "Voluntário da Pátria", explorou as águas do Chaco inçadas de torpedos, o que permitiu as operações complementares do assédio de Humaitá por aquêlê lado, e de espada em punho, como um leão, pondo-se à frente dos marujos do "Barroso", carregou corpo a corpo os paraguaios que o tinham abordado à noite, quando ancorado no meio do rio.

O Rei dos Práticos, como diziam os jornais da época e reconhecia a opinião pública de tôda a Marinha, foi o 2.º Tenente e, depois, 1.º Bernardino Gustavino, que, no famoso quadro de Vítor Meireles, a Batalha Naval do Riachuelo, de acôrdo com a verdade histórica, surge no passadiço da fragata "Amazonas", capitânia da Esquadra Imperial, ao lado do Chefe Francisco Manuel Barroso, quando êste ordena que o seu barco se transforme em aríete e decida a sorte do combate, como fizeram as galeras de D. João d'Áustria em Lepanto. Mais tarde, o Almirante austríaco Teghetof o imitaria na batalha naval de Lissa contra a frota italiana.

A popularidade de Bernardino Gustavino, o Rei dos Práticos, veio das menções sôbre sua habilidade e bravura na jornada do Riachuelo e, mais ainda talvez, dum episódio em que tomou parte, posteriormente, que a história esqueceu, porém a imprensa contemporânea comentou e ilustrou.

A 2 de março de 1868, a Esquadra Imperial, que já transpusera a passagem de Humaitá, se achava fundeada nas águas do pôrto Elisário, no Rio Paraguai. Formavam sua vanguarda os couraçados "Cabral" e "Lima Barros". A bordo dêste último se encontrava o práctico Bernardino Gustavino. Aproveitando a densa escuridão da noite e os cama-

lotes e balseiros que desciam pela correnteza, disfarçada com galhos e folhagens uma esquadrilha de canoas tripuladas por 1.500 paraguaios e jungidas duas a duas, conseguiu encostar-se aos navios de guerra e despejar nos seus conveses os temíveis assaltantes. Contavam-se entre eles os homens de escol do famoso corpo de *bogavantes*, organizado por Solano López. Travou-se pavorosa luta corpo a corpo; depois, as tripulações e soldados das guarnições se encerraram nas casamatas, resistindo a tiro até que os couraçados “Silvado”, “Brasil”, “Herval” e “Mariz e Barros” acudiram e metralharam os inimigos. A derrota dos paraguaios foi catastrófica: 400 mortos, 11 canoas apresadas e inúmeras postas a pique. Custou-nos o feroz embate 8 mortos, entre os quais o Capitão-de-Mar-e-Guerra Joaquim Rodrigues da Costa e o 1.º Tenente João de Gomensoro Wandenkolk. Entre os 60 feridos de nossa parte, estavam o Comandante do “Lima Barros”, Capitão de Fragata Garcindo de Sá, os Capitães-Tenentes Foster Vidal e Alves Nogueira, os 1.ºs Tenentes Otaviano Vital de Oliveira, Sousa Pinto e Castro Rocha, o 2.º Rodrigo de Lamare e o Guarda-Marinha Barros Gandra.

Durante a abordagem, o práctico Bernardino Gustavino se portou como verdadeiro herói, combatendo ao lado de oficiais, marinheiros e soldados. Tanto assim que foi reconhecido e chamado à fala de dentro da casamata por um dos oficiais paraguaios. Travou-se, então, no fragor do combate, êste diálogo homérico:

— *Bernardino, no es usted valiente?* bradou o oficial inimigo. *Venga ahora para cá! Salga de la torre!*

O práctico respondeu imediatamente:

— *Aguarde usted un ratito...*

Enquanto isso, tendo carregado uma espingarda Tyge, fêz com tóda a calma a pontaria e desfechou o tiro certo que prostrou morto o oficial, concluindo:

— *Me disculpe usted por no haber sido la respuesta tan pronta como yo queria...*

Eram assim os prácticos heróicos da Marinha de Guerra do Brasil na campanha do Paraguai. Bernardino Gustavino deveria ser considerado o patrono da praticagem nacional.

AS BOTAS DO GENERAL OSÓRIO

A invasão do Paraguai. A bravura e os sofrimentos do Marquês do Herval. Porque não usava botas.

O General Osório foi o primeiro brasileiro que pisou a terra paraguaia no dia 16 de abril de 1866, à frente de 12 homens, seus ajudantes-de-ordens e o piquê de escolta. Era a resposta do Império à invasão de nosso território pelo inimigo, em Mato Grosso e no Rio Grande do Sul. Começava a escrevê-la com a ponta da sua gloriosa lança gaúcha o bravo Comandante-Chefe do Exército Imperial, reconhecendo o terreno à frente de duas ordenanças e dando a ordem para o desembarque. Seguiam-no logo duas companhias do 2.º Batalhão de Voluntários e travou-se à margem dum banhado o primeiro tiroteio com as avançadas paraguaias. Sob o comando do Major Deodoro da Fonseca acudiram reforços: o resto do 2.º de Voluntários, duas companhias do 2.º de Infantaria de Linha e uma do 11.º de Voluntários, que carregaram a baioneta e fizeram recuar o inimigo. Este também foi reforçado. Mas o resto do 11.º de Voluntários, uma ala do 12.º de Linha, várias companhias de outras unidades e duas peças de campanha do Tenente-Coronel Mallet, já desembarcadas, obrigaram a vanguarda guarani a novo recuo. Osório e Argolo perseguiram-na até a Laguna Sirena, enquanto o resto do Exército ia desembarcando sob a proteção dessa heróica cabeça de ponte.

Durante essa refrega, o General-Chefe se bateu como simples soldado, conforme era seu costume, de lança em punho. Usara essa arma famosa nas campanhas de 1825 a 1828, na guerra civil de 1835 a 1845, na Batalha de Cáseros em 1851 e na Guerra do Uruguai em 1864. Trazia-a sempre ao seu lado o Sargento Salvador Machado, que lha entregara no momento do combate. Assim, o grande guerreiro dava a seus comandados o exemplo do heroísmo.

O exército desembarcado passou a noite debaixo de chuva e à beira dos pantanais. Pela manhã de 17 de abril, 5 a 6 mil paraguaios das três armas o atacaram com vigor, sendo repelidos em toda a linha. Do dia 16 ao 18, reconheceu-se o ínvio terreno e o General Osório adoeceu com forte constipação que o obrigou a recolher-se ao navio almirante da Esquadra Imperial. De 19 a 22, nada ocorreu de notável. A engenharia levantou trincheiras e lançou pontilhões sobre os esteiros. Então, o Marechal López evacuou seu acampamento do Passo da Pátria e lançou-lhe fogo. O Exército ocupou-o a 25 de abril e Osório desembarcou ainda doente. A 30 estabeleceu seu quartel-general na posição deixada pelo inimigo. Concluiu-se o desembarque de todas as forças. O Governo Imperial agraciou o General Osório pelo grande feito com o título de Barão do Herval.

O acampamento do Passo da Pátria passou a ser a base de operações do exército invasor. Os paraguaios ocupavam as posições do chamado Estero-Bellaco, a sul e ao norte dêsse extenso charco, que, pela La-

guna Piriz, desaguava no Rio Paraguai. A vanguarda do Exército Aliado sob o mando do General uruguaio Venâncio Flores não estava em situação suficientemente garantida, segundo a opinião prudente de Osório. Mas o General Mitre, que comandava os Aliados, não tomou para o caso as medidas de segurança necessárias. Subestimava sem dúvida, o inimigo. Na tarde de 2 de maio de 1866, êste atacou violentamente de surpresa a vanguarda, pondo-a em desordem e tomando-lhe a artilharia. Osório acudiu rapidamente àquele ponto, à frente de dois batalhões de Voluntários, bateu-se como um leão e, quando o resto do Exército se movimentou, os assaltantes estavam derrotados. O Grande Soldado perdera o cavalo e recebera uma contusão.

Durante êsse período de luta contínua ao desabrigo, sob as intempéries, Osório, com as botas molhadas pela chuva e encharcadas nos pantanais que atravessava impávido, não as pôde descalçar e teve de mandar rasgá-las a faca, do que lhe veio grave inflamação nas pernas. Abriam-se feridas que supuraram e o impediram durante o resto de sua gloriosa vida de usar botas de montaria. Em fotografias do tempo da guerra, nas quais foi retratado no meio de seu estado-maior, vê-se sempre o Bravo dos Bravos do Exército Imperial de calças compridas, notando-se visivelmente a forte inflamação de suas pernas. Êste e outros incômodos de saúde o obrigariam a deixar o comando e a recolher-se para tratamento à sua estância no Rio Grande do Sul, depois de haver vencido os paraguaios na famosa Batalha de Tuiuti, a 24 de maio.

Escrevendo a 25 de setembro de 1866, de Pelotas, ao Ministro da Guerra Ângelo Moniz da Silva Ferraz, Barão de Uruguaiana, o General dizia-lhe: "Eu tenho melhorado, porém ainda não disponho da perna esquerda, que, conquanto tenha desinflamado desde a articulação superior, resta-me uma chaga que me sobreveio abaixo do joelho, que me priva de andar e calçar-me..." A 30 do mesmo mês, da referida cidade escrevia a seu filho Fernando: "Eu vou melhor dos meus incômodos de saúde, e ainda que tenha uma chaga na perna e esta um pouco inchada levantei-me há três dias e posso pisar, não fazendo excesso..."

Os padecimentos do Grande Soldado, embora melhorassem, prolongaram-se por muito tempo e por essa razão nunca mais pôde êle usar botas de montaria. Eis porque, de acôrdo com a verdade, a sua figura em bronze aparece na estátua eqüestre da Praça 15 de Novembro, de espada em punho, comandando a arrancada dos seus soldados, em farda de campanha, mas sem botas. Da mesma maneira, depois da campanha do Paraguai, onde se cobriu de imensa glória, avisadamente o pintor Viriato o retratou de grande uniforme, sem botas, na grande tela existente na sala de seu nome, no Museu Histórico.

Rodolfo Bernardelli decerto não conhecia êsse curioso pormenor da vida do ínclito cabo-de-guerra, quando modelou a primeira maquete do seu monumento. Ela se encontra hoje na sala antes referida e é a prova cabal disso, pois o General ali está empunhando a espada e montado a cavalo, porém com as botas que necessariamente exigia seu uniforme de campanha. Por certo, alguém fêz notar ao saudoso escultor

que isso não correspondia à verdade histórica, desde que a estátua eqüestre se destinava a representar o herói no ápice de sua gloriosa existência, o Osório de Tuiuti, de Avaí e das Cordilheiras, não o Osório anterior à Passagem do Paraguai e ao Estero-Belaco. Então, ao executar a sua grande escultura, o artista retirou as botas.

A retirada de Osório, por doente, do campo de operações, abalou o Brasil inteiro e desanimou o Exército, que o tinha como ídolo e garantia da vitória, dessa vitória que levaríamos ainda anos a obter e que nos custou muito sangue e muito dinheiro. O Marquês de Caxias, em carta que lhe mandava a 12 de agosto de 1866, fazia-se eco da verdadeira opinião nacional sobre a guerra: "Não há dúvida, para mim, de que nossas operações foram mal encaminhadas do princípio. Se assim como se fez base de operações da Confederação Argentina, se tivesse seguido para Uruguaiana, logo depois do convênio de 20 de fevereiro, não teríamos passado pela vergonha da invasão do Rio Grande pela fronteira do Uruguai; e, se o Robles tivesse invadido Corrientes pelo Passo dos Livres, deveríamos passar o Uruguai e procurado cortar-lhe a retirada no Paraná. Todo o nosso ouro teria se derramado na sua Província, e não teríamos passado pela abjeção de sermos comandados por um General Argentino, que, conquanto sua cabeça lhe diga que nos deve ajudar, em seu proveito, seu coração o obriga a não ter pressa em nos dar a vitória, enquanto temos recursos para nos fazer respeitar em toda a América do Sul. Depois de cometido o primeiro erro, ainda se poderia ter êle remediado, se Mitre, quando saiu de Uruguaiana, pudesse ou quisesse cortar a retirada dos Paraguaioes no Passo da Pátria, como êle próprio me disse, na Uruguaiana, que pretendia fazer. Então, se isso se desse, há muito que a guerra estaria concluída. Mas deixar os homens voltarem cheios de recursos para o seu *covil*, são e salvos, foi querer procrastinar a guerra até quando só Deus sabe, pois o terreno não pode ser melhor para a guerra de postos, a qual pode ser feita até pelas mulheres e crianças quando se acabem todos os homens do Paraguai... Enfim será o que Deus quiser".

Sábias e proféticas palavras as de Caxias. Assim se deu. Tivemos de ir com a guerra de postos ou de recursos até 1870! A grandeza moral do General Osório foi saber ser no primeiro período da guerra maior do que o comando estrangeiro, foi saber dominar seus padecimentos físicos e voltar aos campos de batalha sob o comando do velho Caxias e ainda a êles retornar, com suas dores agravadas pelo ferimento recebido no rosto em Avaí, que nunca mais lhe permitiu alimentar-se senão de líquidos e papas, para ultimar a resistência paraguaia às ordens do Conde d'Eu.

Estas pequenas revelações da vida do Bravo dos Bravos mais aumentam a sua figura impoluta nas páginas da nossa história.

A MISTERIOSA CONFERÊNCIA DE IATAITI-CORÁ

Solano López, Mitre, Flores e Polidoro. Uma conversa de cinco horas sem testemunhas. O prego dum rebenque.

Na Guerra do Paraguai, depois da Batalha de Tuiuti, a 24 de maio de 1866 em que fomos vencedores, as operações militares ficaram paralisadas. Esteiros, pântanos, linhas de trincheiras imobilizaram os Exércitos Aliados em face das posições paraguaias que formavam vasto quadrilátero. Mas o Tenente-General Conde de Pôrto Alegre trouxe do Rio Grande do Sul o 2.º Corpo do Exército Imperial e com essas fôrças se tentou o desbordamento daqueles entrincheiramentos pela margem esquerda do Rio Paraguai. Disso resultou a tomada do Forte do Curuzu e grave ameaça ao de Curupaiti, em que se apoiava a direita das fôrças do Ditador Solano López.

O General argentino D. Bartolomeu Mitre, que, infelizmente, comandava os Aliados, negara reforços a Pôrto Alegre, logo depois do assalto ao Curuzu, para imediato ataque a Curupaiti, que, decerto, cairia em nossas mãos, com uma frase famosa: — “General, é muito ter dois triunfos num dia só!” Solano López aproveitou a ensancha para reforçar o flanco ameaçado e, querendo ganhar tempo, pediu uma conferência aos chefes inimigos, aliás a única que se realizou no decurso da longa e mortífera campanha.

D. Bartolomeu Mitre comunicou êsse pedido ao General Venâncio Flores, que comandava os uruguaio, e ao General Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão, Visconde de Santa Teresa, que comandava os brasileiros. Aquêles anuiu de má vontade. Êste recusou terminantemente qualquer participação do Império na projetada conferência. Todavia, a mesma se realizou na manhã de 12 de setembro de 1866 no palmeiral de Iataiti-Corá, para onde El Supremo se dirigiu num cavalo branco, pela picada do Passo Gomez, embora fazendo longo rodeio desde as suas posições de combate, a fim, diz o seu historiador Thompson, de “hacer creer al inimigo que este era el unico camiño que existia.”

Segundo o escritor paraguaio Juansilvano Godói, Solano López apresentou-se com um uniforme de marechal inteiramente novo, quepe vermelho bordado a ouro, poncho de vicunha forrado de sêda tricolor, espadim e botas altas, escoltado por 50 oficiais generais, superiores e subalternos, e 24 soldados do Regimento Acá-caraiá, com capacetes reluzentes. Receava uma traição da parte dos Aliados, afirma o mesmo escritor. Por isto: “mil soldados entresacados del cuerpo selecto del Exercito y provistos de cien tiros cada uno, á media noche habian sido colocados sigilosamente en lugar estrategico, proximo al sitio donde tendria lugar la entrevista, con la orden de proceder a una señal convenida... La persona del general Mitre, pués, estuvo durante cinco horas completamente a merced del dictador...” Thompson, que foi oficial do Exército Paraguaio, confirma o fato: “... hizo emboscar en el paso, á

corta distancia del sitio en que tuvo lugar la conferencia un batallon entero de rifleros.”

D. Bartolomeu Mitre apresentou-se com sua singela sobre-casaca militar e seu conhecido chapéu de feltro negro. D. Venâncio Flores pusera sobre sua indumentária gaúcha um quepe de Brigadeiro. Traziam poucos ajudantes-de-ordens e nenhuma escolta. Também não estavam protegidos por emboscadas. O General Polidoro não se dignou comparecer à entrevista.

Blanco Fombona, referindo-se a essa entrevista, exalta López e deprime a Mitre com as seguintes palavras: “Siempre será un momento de tragico recuerdo para la historia aquel de la entrevista entre el hombre fuerte por el animo y el brazo, pero adolorido y suplicante por la desgracia de su patria, a la que estaba viendo perecer, poco a poco, en cada hecatombe, y el hombre vanidoso y mediocre a quien la causalidad ponía un poder inmenso en las manos.”

Solano López era megalômano. Assegura o historiador paraguaio Cecílio Baez que êle acreditou na colheita de frutos opimos nessa conferência com Mitre, pondo de parte o Império do Brasil: cizânia entre os Aliados, acôrdo para retirada dos argentinos, paz com sua continuação no govêrno. Nada disso conseguiu, graças a má vontade de Flores e sobretudo à atitude reta e indefectível do Visconde de Santa Teresa. Todavia, logrou o menor de seus objetivos, no dizer do citado Cecílio Baez: “... unos dias de treguas mientras se terminaban las fortificaciones de Curupaiti”.

Sob as palmeiras de Iataiti-Corá, a cêrca de 60 passos das suas comitivas, os três generais sul-americanos se apearam e trocaram apertos de mão. Conversaram de pé. Solano López foi o primeiro a falar com volubilidade, lançando sobre a ação de Flores no Uruguai a culpa de ter provocado a guerra. O caudilho oriental encolheu os ombros e não deu resposta. Depois, procurou demonstrar que os países de origem espanhola e republicanos como o Uruguai e a Argentina não deviam auxiliar um império escravista e português como o Brasil. Se o abandonassem, êle daria boa conta dos imperiais.

Aí, D. Venâncio Flores rompeu o silêncio, perguntando a Mitre se ficava ainda a ouvir aquelas coisas e, como êste respondesse afirmativamente, declarou, peremptório:

— Pois eu me retiro e lamento não ter procedido como o General Polidoro.

Solano López não se deu por achado e procurou reter o chefe oriental. Ofereceu-lhe um copo de vinho. D. Venâncio Flores recusou. Propôs que trocassem os rebenques em memória daquele encontro histórico e o caudilho retrucou:

— Não desejo trocar coisa alguma com o senhor.

El Supremo tirou do bôlso a charuteira, abriu-a e apresentou-a ao caudilho com o melhor dos seus sorrisos:

— Um charuto!

A resposta foi ríspida e fria como um golpe de espada:

— Só fumo os meus!

D. Venâncio Flores deu-lhe as costas, montou a cavalo e partiu. Mitre ficou ao lado de López. Depois de passearem algum tempo sob as palmeiras, sentaram-se ao pé de uma mesa colocada na parte sombria do bosque e, fumando, chimarreando, bebendo vinho do Pôrto e conversando, passaram cinco horas seguidas! Não houve uma só testemunha *de ouvido* dessa demorada e misteriosa conferência. Na opinião de Juan O'Leary, panegirista de Solano López, Mitre recusou qualquer acôrdo com a continuação de López no govêrno. José Maria Lafuente, que foi secretário de Mitre, afirma que êste concretizou uma proposta visando a paz com a retirada de López do país, mas que êste a não aceitou. Acrescenta que a maior parte do tempo os dois Chefes de Estado falaram das obras de Belgrano e de Diego Barros Araña. Isso parece uma dessas histórias *à dormir debout*...

No fim das cinco horas de palestra, Mitre e López trocaram amigavelmente os rebenques e alguns brindes "com o excelente rum da farta adega do Ditador paraguaio".

Enquanto Francisco Solano López entretinha Bartolomeu Mitre nessa, repitamos, misteriosa conferência, que se fazia à sombra do armistício dela resultante? Responda o historiador Thompson, íntimo do Supremo e seu oficial de confiança: López ultrajava tôdas as regras da boa-fé, aprisionando disfarçadamente alguns oficiais argentinos, inclusive dois ajudantes-de-ordens de Mitre, que se aproximaram confiantemente de sua escolta. Ao mesmo tempo, como a entrevista tinha sido solicitada de véspera, a duração da suspensão de hostilidades foi aproveitada para reforçar as trincheiras, a artilharia e a guarnição de Curupaiti. O General Diaz, que era o melhor soldado do Paraguai, trabalhou dia e noite febrilmente, tornando a fortaleza um baluarte inexpugnável.

Contra êle o 2.º Corpo do Exército Imperial sob o comando do bravo Conde de Pôrto Alegre, seguido do Exército Argentino, se lançou num ataque frontal a 21 de setembro de 1866, que, novamente, a ação de Mitre prejudicaria. Os brasileiros encontraram inesperada resistência em duas linhas de entrincheiramentos, quando, antes, havia uma só. Mas a infantaria imperial transpôs os pântanos, os fossos e abatizes que a precediam, venceu as escarpas e escalou os taludes. A infantaria argentina não logrou vencer êsses obstáculos e nêles se emaranhou, perdendo muita gente sob a metralha paraguaia. Mitre, então, insistiu junto a Pôrto Alegre para que retirasse e êste se recusou. O'Leary escreve a propósito: "... Porto Alegre, que se sentia mas superior al generalissimo al cual habia conocido en la campaña contra Rozas, actuando en Caseros como general, cuando Mitre era un simple coronel de artilleria, se apressuró a contestarle con su proverbial altivez..."

D. Bartolomeu Mitre mandou tocar a retirada. Então, os soldados do Brasil, dando as costas à metralha dos paraguaios, recuaram para o Curuzu, deixando atrás de si uma esteira de mortos e feridos. Com êsse glorioso sangue brasileiro pagamos aquêle rebenque que, em Iataiti-Corá, Solano López ofereceu, sorrindo, a D. Bartolomeu Mitre...

OS BALÕES DO PARAGUAI

Caxias precursor da aeronáutica militar. As observações aéreas na guerra contra Solano López.

A Guerra do Paraguai foi quase toda feita às apalpadelas pela quase absoluta falta de conhecimento do terreno invadido pelo Exército Aliado. Não havia cartas topográficas do território da República, de sua natureza difícil por causa dos pântanos, esteiros, lagunas, intrincados cursos de água, cobertos de matas e de carrizais. Não se encontravam, senão raramente, vaqueanos ou guias que dessem informações exatas sobre aquela região ínvia, despovoada e encharcada.

Essa foi uma das principais causas por que, após a vitória de Tuiuti, a 24 de maio de 1866, permaneceram os invasores parados em mortífera guerra de posição, em face das chamadas Linhas de Rojas. A tentativa de desbordamento das trincheiras de Solano López pelo seu flanco direito apoiado em Curupaiti redundara em sangrento revés. Restava somente o recurso de uma marcha de flanco pela esquerda daquelas posições.

Em frente ao Exército invasor se estendiam os entrincheiramentos paraguaios que ligavam os pauis do Niembucu e os atoleiros do Estero-Bellaco às águas traidoras da Laguna Piriz. A Fortaleza de Curupaiti fechava a passagem entre esta e o Rio Paraguai, com 58 canhões em barbeta, ameaçadores e negros. Só se poderia avançar contornando essas inexpugnáveis fortificações. Pela margem direita do Paraguai se encontraria, na altura dos Fortes de Humaitá que fechavam a passagem fluvial, os tremedais do Grão-Chaco. Era preciso, portanto, usar do último recurso: rodear pela esquerda do Estero-Bellaco e do Niembucu, a fim de encontrar terreno firme e cortar ao norte as comunicações terrestres do quadrilátero fortificado, que tinha por base Humaitá, com Assunção, a capital do Ditador. Mas não se conhecia um palmo daquele território.

Foi essa a situação em que se encontrou o Marquês de Caxias ao assumir o comando-chefe das tropas imperiais no mês de dezembro de 1866. O Generalíssimo dos Aliados era D. Bartolomeu Mitre, que Velez Sarsfield considerava "um general perdido". O historiador paraguaio Juan O'Leary declara textualmente: "... sabido es que el general Mitre era incapaz de dar orden en el terreno de los hechos. Combinadas las operaciones, no podia ya modificarlas en presencia de las dificultades imprevistas. Tal lo afirman sus contemporaneos."

Caxias resolveu executar a marcha pelo flanco esquerdo dos paraguaios e direito dos Aliados, que o levaria a Tuiu-cué e ao Taiji, vencendo a primeira parte da guerra de movimento no território inimigo. Todos os chefes do Exército a reclamavam, porém Mitre não se decidia. Contudo, para realizar esse plano estratégico, o General brasileiro precisava estar informado das condições daquela faixa de terreno banhada pelo Rio Paraná. Para isso, resolveu empregar pela primeira vez na América os balões cativos com observadores militares, cuja primeira experiência fôra feita na Europa pelo Estado-Maior prussiano. Isso de-

monstra que o velho e glorioso soldado do Império estava à par do que havia, no seu tempo, de mais adiantado no ofício das armas.

Sem perda de tempo, mandou construir dois aeróstatos no Rio de Janeiro pelos irmãos Green, engenheiros norte-americanos. Os balões e seus apetrechos, desembarcados no Passo da Pátria, foram conduzidos a Tuiuti. Preparou-se um campo de aeronáutica nas proximidades do Quartel-General, guardado por um batalhão de caçadores a pé e, no dia 8 de julho de 1867, o primeiro balão cheio de gás, levando na sua cesta um engenheiro polaco que servia no Exército Argentino e um soldado da Legião Paraguaia, constituída em Buenos Aires com inimigos do regime de Solano López, subiu galhardamente no espaço. Fizeram-se, depois, mais três ascensões.

O “Diário do Exército” dá pormenorizadamente conta de tôdas elas: “Segunda-feira, 8 de julho de 1867... Estando a atmosfera menos carregada de nevoeiros do que na véspera, e prometendo melhorar o tempo, efetuou-se a ascensão aerostática no mesmo lugar em que foi preparado o balão ao meio-dia, sendo daí conduzido até o centro do acampamento da 2.^a Divisão de Infantaria, percorreu paralelamente à linha das trincheiras da vanguarda o espaço entre aquêle acampamento e o dos argentinos, onde desceu.”

“Sexta-feira, 12 de julho de 1867... O dia estava nublado e o vento calmo. O balão atingiu a altura de mil pés inglêses. O inimigo rompeu baterias. Além do engenheiro polaco, subiu também desta vez, como observador, o Capitão do Estado-Maior de 1.^a Classe Francisco César da Silva Amaral. Os observadores retificaram algumas posições à vista do mapa que levaram.”

“Sábado, 20 de julho de 1867. À tarde houve uma ascensão aerostática na extrema direita do campo argentino, elevando-se o balão a 150 pés inglêses. Como observadores, subiram os Capitães Amaral, Conrado e Madureira.”

“Quarta-feira, 25 de setembro de 1867. O balão conservou-se elevado por espaço de três quartos de hora, esperando os observadores, Capitães Amaral e Madureira, e 1.^o Tenente Madureira, que se dissipasse o nevoeiro... S. Ex.^a deu ordem para que regressasse no dia seguinte o balão ao Passo da Pátria...”

Essas ascensões dos balões cativos de observação encomendados pelo Marquês de Caxias assombraram grandemente a rude soldadesca guarani das hostes do Ditador paraguaio. Segregados do mundo, mergulhados em profunda ignorância, dominados por ferrenho fanatismo, aquêles homens semi-selvagens não sabiam explicar que monstruosas bolas eram aquelas boiando no espaço. Conta-se que, a primeira vez que um dos balões apareceu, a sentinela duma das trincheiras lopistas, trepada no alto dum mangrullo, se pôs a berrar na sua língua nativa, tremendo dos pés a cabeça:

— *Karai ambaé, morubixaba guaçu, akakuá, ou memê! ou memê!*

O que se traduz assim: — Comandante, uma coisa descomunal, aumentando e avançando para aqui!

Então, o Comandante indagou:

— *Abaé pikó!* (Que é isso?).

E o soldado retrucou que era a pura verdade:

— *Anheté xé Karai!*

Nas outras ascensões, o General Bruguez colocou alguns obuses em posição e procurou metralhar, sem resultado, a *coisa descomunal* que lhe assombrava os soldados. Estes persignavam-se, caíam de joelhos, rezando, ou lhe apontavam as espingardas, frenéticos, em tiroteios inúteis.

Alguns veteranos da Campanha do Paraguai contam que o então 1.º Tenente Benjamim Constant Botelho de Magalhães participou de uma dessas ascensões. Todavia não se encontra nos documentos oficiais sobre o assunto nenhuma referência ao seu nome.

Nas primeiras experiências, os aeronautas observaram bem as posições da Esquadra Brasileira em Itati, as linhas fortificadas de Curupaiti e o Forte do Curuzu, mas não puderam verificar o estado do território por onde o Marquês de Caxias pretendia conduzir o Exército, por causa dos nevoeiros que se levantavam dos pantanais do Niembucu e do Estero-Bellaco, os quais resistiam no correr do dia à força do sol.

Somente nas últimas ascensões as observações foram mais frutuosas, verificando-se de fato a praticabilidade do trajeto pela esquerda do Estero e a segurança do terreno além da zona paludosa.

Os paraguaios estavam longe de pensar que a idéia de Caxias fôsse contornar as terríveis Linhas de Rojas por aquele ponto. Contribuía para isso o inútil bombardeio de Curupaiti pela Esquadra e a operação levada a efeito pelo General Portinho em ponto mais avançado do Rio Paraná. Ao mesmo tempo, o General Osório concentrava seu corpo de exército em Candelária. Essas operações desviaram bastante a atenção do estado-maior do Ditador, que, naturalmente, acreditou num avanço de Candelária para Assunção.

Graças às observações de seus aeróstatos, o Marquês de Caxias realizou o movimento de que dependeu a sorte da campanha. Deixando o Tenente-General Manuel Marques de Sousa com o 2.º Corpo do Exército no acampamento fortificado de Tuiuti, o velho e glorioso Cabo-de-Guerra, à frente do 1.º Corpo, dos Argentinos e dos Uruguaios, vanguardado pelo 3.º Corpo do comando de Osório, passou os tremedais com água pela cintura dos infantes, alcançou a terra firme, chegou a San Solano e, depois, a Tuiu-cué. As vanguardas de cavalaria cortavam os fios do telégrafo que ligavam Humaitá a Assunção e davam de beber às suas montarias nas águas do Rio Hondo. Estava contornado o quadrilátero de entrincheiramentos e fortes que impedira durante anos seguidos a invasão do Paraguai.

Tendo deixado Tuiuti com o grosso do Exército Aliado na manhã de 22 de julho de 1867, na tarde do mesmo dia vencera o General brasileiro a distância daquele acampamento a Tuiu-cué. Desta sorte, a última ascensão dum dos balões cativos a 25 de setembro teve por escopo comunicações por meio de sinais entre as tropas que haviam contornado as posições lopistas e as que ficaram na base de Tuiuti.

Os episódios aqui relatados e que são pouco conhecidos mostram que o Marquês de Caxias pode ser considerado um dos precursores do emprego da arma aérea nas operações militares. É mais um florão a acrescentar à sua coroa de louros.

O espanto causado aos paraguaios pelos balões do Exército Imperial está perpetuado numa quadra em língua guarani da famosa poesia de Natalício Talavera, intitulada *Pandorga-vevé*, publicada pela primeira vez na tipografia do jornalzinho "Cabichué", impresso em julho de 1867, no Quartel-General de Solano López, no Passo Pocu. Ela foi transcrita no "El Parnaso de Guaranía" e se encontra no 2.º volume do livro do poeta paraguaio Narciso Colman, "Ocara Poty". Diz assim:

*Tou catù los byronauta
upeva nté yai potá,
chãjha icha bola itá pé
yviipe ya ity ghaguá.*

A BATALHA DO PARAGUAI E O GÊNIO DE CAXIAS

Conceito da palavra batalha. Quem foi o mestre do grande soldado. As duas marchas de flanco da vitória.

O conceito da palavra *batalha*, que vem do verbo bater, tem sofrido modificações no decurso do tempo. Na Idade Média, chamava-se *batalha* o corpo central da hoste ou mesnada, defendido à frente pela *dianteira* ou *benguarda*, isto é, a vanguarda; dos lados, pelas *alas* ou *costaneiras*; e atrás, pelo *coice*. Mais tarde, o termo passou a designar os diversos corpos de tropas apresentados no campo da luta e, por isso, encontramos em nossos clássicos a expressão: *as batalhas do inimigo*. Dessa acepção se originou o vocábulo *batalhão* para denominar uma unidade militar. Todavia o significado medieval se perpetuou na designação da parte principal dum exército como *corpo de batalha*. Finalmente, *batalha* acabou sendo nome de uma ação guerreira, duma luta ou pugna entre duas forças consideráveis, dois exércitos ou duas armadas, *batalha campal* ou *batalha naval*, conforme o caso.

Mas, ao lado da palavra *batalha*, emprega-se em linguagem militar a palavra *combate*, estabelecendo-se entre ambas a seguinte diferença: *batalha* é a ação entre duas forças consideráveis; *combate* é a ação entre duas forças menos consideráveis. Houve mesmo autores que entenderam a *batalha* como uma ação em que se empenhavam, em terra, forças das três armas, infantaria, cavalaria e artilharia; no mar, esquadras com-

pletas; e o combate, como o encontro entre forças duma só arma ou reduzido grupo de navios. De fato, nunca se disse *uma batalha de infantaria, uma batalha de cavalaria ou uma batalha de artilharia*; porém *um combate de infantaria, um combate de cavalaria ou um combate de artilharia*.

A concepção do que exprime o termo batalha na técnica militar moderna é muito diferente. Denomina-se hoje batalha uma ação guerreira de grande envergadura, sem limites no tempo e no espaço, abrangendo extensas áreas geográficas, desdobrando-se em vasto número de ações secundárias, coordenando esforços terrestres, navais e aéreos, e, afinal, obedecendo a um plano estratégico com precípua finalidade, que se desenrola em múltiplos e variadíssimas aplicações táticas. De acôrdo com êsse novo conceito, as batalhas podem durar meses e abranger territórios e mares. Eis porque, na segunda guerra mundial há pouco terminada, se dizia a *Batalha do Atlântico*, a *Batalha da Europa*, a *Batalha do Pacífico*.

Tomemos esta última para exemplo demonstrativo de como a batalha moderna engloba um conjunto complexíssimo de operações militares, coordenadas e destinadas a obter um resultado longínquo, mas decisivo e final. A Batalha do Pacífico começa no preparo técnico do revide à ofensiva japonesa, que incidira sobre o Hawaii, as Filipinas, a Indo-China, a Malaia, a Birmânia, a Insulíndia e a Melanésia. Marca o primeiro passo no desembarque em Guadalcanal e caminha de ilha em ilha, de estreito em estreito, desenrolando-se em aspectos os mais diversos e imprevistos mesmo, até a explosão atômica de Hiroshima. Então, o Império Japonês, quase aniquilado, capitula e se entrega à discrição do vencedor.

Se aplicarmos êsse vasto conceito técnico da batalha moderna à nossa campanha de 5 anos contra a República do Paraguai, como um novo método de estudo da mesma, coisa que até agora ainda não foi feita, veremos que será simplificado e se tornará admiravelmente compreensivo o panorama dessa guerra. Uma série de antecedentes preparam o que poderemos denominar a *Batalha do Paraguai*, obra absolutamente pessoal do gênio militar do Duque de Caxias, que, assim, ainda mais se altana na perspectiva da nossa história. Uma série de conseqüências defluem como resultados lógicos dessa grande, formidável batalha, que vai de fevereiro de 1867 a janeiro de 1869.

Vejamos os antecedentes:

O Paraguai toma a iniciativa, provocando a guerra e lançando duas ofensivas simultâneas: uma sobre Mato Grosso, destinada a perder-se numa extensão territorial ínvia e despovoada, depois dos primeiros êxitos, e a refluir, mais tarde, em vista das derrotas da retaguarda; outra sobre a província argentina de Corrientes, com uma ponta de lança contra o Rio Grande do Sul. A ponta de lança chega ao Rio Grande comandada por Estigarribia; mas, atacada constantemente, esmagado o flanco-guarda de Duarte em Jataí e cortadas as comunicações com o grosso, encurrala-se em Uruguaiana e capitula. Diante dêsse ma-

lôgro e da concentração das fôrças aliadas em Concórdia, tendo como objetivo Mercedes, o grosso, dirigido pelo inepto Robles, que Resquin substituiu, se vê forçado a desocupar o território inimigo, recolhendo-se ao Paraguai, sobretudo porque, no Riachuelo, a Esquadra Imperial, derrotando de vez a paraguaia, fica senhora da via fluvial de acesso.

Graças a êsse domínio fluvial mantido pela Marinha Brasileira, os Aliados, isto é, Argentinos, Brasileiros e Uruguaio, podem realizar uma contra-ofensiva e invadir o território inimigo, absolutamente desconhecido, do qual não há um mapa, nem mesmo a menor informação topográfica. Realiza-se o desembarque das tropas, graças à audaciosa cabeça de ponte que o General Osório pessoalmente estabelece no Passo da Pátria. A marcha para o interior se processa, com tateamentos e refregas de vanguarda, por entre pantanais e lagunas intransponíveis, sem um plano preconcebido, até que o Exército ocupa a posição de Tuiuti, espécie de terra-firme no meio dos paus.

Solano López, alapardado por trás das linhas fortificadas do quadrilátero de Humaitá, que defendem o acesso do rio e da terra, fechando os Aliados num triângulo formado por elas e pela confluência do Paraguai e do Paraná, lança de surpresa sobre os invasores um ataque em 4 colunas convergentes de seus melhores elementos das três armas. Trava-se a *batalha defensiva*, como então se dizia, de 24 de maio de 1866. Os paraguaio são repelidos com gravíssimas perdas, sobretudo devido à nossa artilharia. Mas, não se podendo perseguir o inimigo por falta de cavalaria, resultante da mortalidade da cavallhada sem forragens, alimentada no terreno ao estilo gaúcho primitivo, e também por causa do intrincado da selva, os vencedores permanecem no mesmo lugar.

A luta, então, se transforma naturalmente em *guerra de posição*, com tentativas sempre frustradas de ofensivas frontais contra as terríveis trincheiras de Rojas, da Bocaina e do Sauce, cujos fogos se cruzavam e cujos flancos eram defendidos pelas lagunas e pelo rio. Paralizou-se a campanha em terra e nas águas, que as baterias de Curupaiti e Humaitá varriam. Só havia um recurso para vencer os obstáculos e avançar: o desbordamento por um dos flancos do inimigo. Vieram reforços, trazidos do Brasil pelo Conde de Pôrto Alegre. Decidiu-se flanquear os paraguaio pela nossa esquerda, subindo o rio, a fim de ocupar posições além das trincheiras e forçá-los ao recuo. Sob a proteção da Esquadra, o corpo de Exército de Pôrto Alegre desembarca, toma o forte do Curuzu e nêle estabelece uma cabeça de ponte para o ataque a Curupaiti.

O bravo General Osório, que até então comandara os imperiais, que dera o melhor dos seus esforços para a organização da contra-ofensiva e se batera como um leão em Tuiuti, decidindo a vitória, retirara-se doente, passando o comando ao Visconde de Santa Teresa, Polidoro Quintanilha Jordão. O comando dos uruguaio estava nas mãos de Venâncio Flores. O dos argentinos e o comando-chefe eram exercidos por Bartolomeu Mitre. Se o ataque contra Curupaiti se processasse logo, como queriam os chefes brasileiros, teria certamente êxito. Temendo-o, Solano López precisava ganhar tempo para reforçar aquêl ponto vul-

nerável. Propôs um armistício, seguido duma conferência, em Iataiti-Corá. Mitre aceitou a proposta contra a vontade de Flores e de Polidoro. Arrastou aquêle ao encontro, porém êste terminantemente se recusou a essa confabulação procrastinante. Assim, quando brasileiros e argentinos deram o assalto contra Curupaiti, foram repelidos com gravíssimas perdas e a guerra caiu num ponto morto.

Em face de tão difícil situação, o Governo Imperial resolve entregar o comando do Exército em operações a um velho e experimentado soldado, Luís Alves de Lima e Silva, então Marquês de Caxias, o qual o assume em novembro de 1866, reorganiza as tropas, refunde sua administração, renova e forrageia a cavallhada, enfim realiza a preparação da grande e triunfal Batalha do Paraguai, que o imortalizará como o maior estrategista da América. Em fevereiro de 1867, Mitre retira-se para Buenos Aires, êle toma o comando-geral dos Aliados e fica de mãos livres para executar seu plano formidável. Antes de reatar o fio das operações, estuda o terreno, empregando para isso até balões cativos, grande novidade na época, e verifica a existência de terras firmes e desocupadas entre o Rio Paraná e a esquerda do inimigo.

Estabelece sua base de aprovisionamento em Tuiuti sob a guarda vigilante de Pôrto Alegre e atira o Exército em audaz desbordamento, marcha de flanco que o leva, depois de vários combates, peripécias e reconhecimentos armados até o porto do Taií sôbre o Rio Paraguai, além do quadrilátero fortificado de Humaitá. Com o intuito de o isolar no seio do território paraguaio, Solano López tenta um ataque de surpresa à base de Tuiuti; mas, sendo repellido, não lhe resta outro recurso senão evacuar tôdas as fortificações do sistema de Humaitá, que a Esquadra, tendo um ponto de apoio e reabastecimento no Taií, já forçara pelo rio. Atravessa-o na calada da noite para as selvas do Chaco e retira-se por elas para nova linha fortificada na região do Piquisiri. Humaitá abandonada cai em nosso poder.

Seu novo sistema de defesa, com o flanco direito apoiado no forte de Angostura sôbre o Rio Paraguai e o esquerdo nas mesetas de Ita-Ivaté, compreendia uma linha de entrincheiramentos tendo como escarpas as chamadas Lomas Valentinas e como fosso as águas do Tebicuari. Caxias, depois de alguns reconhecimentos e combates à margem dêste rio, aferra os paraguaios ao terreno, escondendo seu novo movimento de flanco, com a presença das fôrças argentinas e uruguaias, em face das posições fortificadas de López. A Esquadra, que os paraguaios, com grandes perdas, procuraram tomar de abordagem por surpresa, nos ancoradouros, ao escuro da noite, faz passar para a outra margem do Rio Paraguai várias cabeças de ponte e, afinal, o corpo comandado pelo General Argolo, o qual abre ousadamente uma estrada pelo tremedal, na extensão de cêrca de onze quilômetros, até Santa Helena, em frente da confluência do Vileta, que ficava por trás do sistema defensivo do inimigo. Por ela, o Exército Imperial passa, embarca na esquadra e desembarca em Santo Antônio, na retaguarda do Ditador.

Esta segunda fase da Batalha do Paraguai decide a sorte da guerra, em dezembro de 1868. O Exército Imperial fôrça a passagem da ponte de Itororó, envolve e aniquila, às margens do Avaí, as tropas avançadas de Caballero, ocupa Vileta e avança em duas direções sôbre as últimas posições de López, nas mesetas de Ita-Ivaté, enquanto Angostura é isolada e obrigada a render-se, e a linha do Piquisiri limpa pela retaguarda. Estabelece-se a ligação com os argentinos e uruguaioes que afeiravam o inimigo ao terreno, em Palmas. Caxias propõe a rendição, que o Ditador rejeita. Então o ataca no último reduto, desbarata suas fôrças em três dias de luta épica e não o aprisiona, porque escapa, com 60 cavaleiros, por uma brecha do cêrco, através dos pântanos do Potreiro Mármore, indo refugiar-se nas serras de Cêrro-León, para continuar inglória luta de recursos e guerrilhas, que o levaria a completo aniquilamento. A 5 de janeiro de 1869, o Marquês de Caxias entra triunfalmente, à frente do seu Exército invencível, na cidade de Assunção, capital do Paraguai.

A guerra de movimento, resultante dum plano estratégico admirável e de felizes combinações táticas, estava terminada. O que se iria processar dali por diante até 1.º de março de 1870, quando a cavalaria do General Câmara surpreenderia Solano López no seu último refúgio e o mataria à margem do Aquidabã, seria uma guerra irregular e de recursos, a perseguição dos remanescentes do inimigo, definitivamente vencido na grande e magnífica Batalha do Paraguai.

Como vimos, ela se desenvolveu em duas fases semelhantes, em dois desbordamentos ou marchas de flanco, que, evitando ruinosos e incertos ataques frontais, contornaram as terríveis posições defensivas do inimigo, atacando-as pela retaguarda e anulando-as. Na primeira fase, foi contornado o sistema quadrilateral de Humaitá. Na segunda, o sistema linear do Piquisiri. Traçando-se êsses dois movimentos de grande envergadura sôbre o mapa da região, verifica-se que formam imenso S.

As conseqüências dessa vasta e demorada batalha, concebida, planejada e executada pelo Marechal Duque de Caxias, foram a iniciativa constante das operações em nossas mãos, o aniquilamento das fôrças regulares e melhor adestradas do inimigo, o soerguimento do moral de nossas tropas, a ocupação da capital do Paraguai e a fuga do Ditador, que, sem maiores recursos em homens e material, sem reservas e sem prestígio, teria fatalmente de sucumbir mais dia, menos dia, desta ou daquela maneira.

A contra-ofensiva tomada em Mato Grosso, de que resultou um glorioso malôgro na Retirada da Laguna, o reconhecimento de Itapuã no Rio Paraná pelo General Portinho e outras operações de menor vulto devem ser consideradas *a latere, isoladas*, nem sequer auxiliares ou subsidiárias das da grande batalha, em que Caxias dirigiu os destinos, tanto da Esquadra, submetida ao seu comando-geral, desde que Inhaúma substituíra Tamandaré, como do Exército do Império.

Resumindo-se sob o moderno critério de batalha a campanha travada dentro do então ignoto território paraguaio, tem-se uma clara visão do

seu conjunto, dos seus desdobramentos e dos seus objetivos, bem como a exata compreensão do valor militar de Caxias como estrategista e como tático. Muitos historiadores platinos, no empenho de glorificar o General Mitre, que disso não precisa para ser um dos grandes homens da América, afirmam que Caxias encontrou entre seus papeis, quando êle lhe passou o comando-chefe, os planos das suas marchas de flanco, não fazendo mais do que executá-las. Essa afirmação não se apóia em nenhum documento sério. Todavia, em dezembro de 1866, Caxias escrevia do Rio a Osório, que comandava os Imperiais, manifestando a idéia dum ataque pelo flanco de Itapuã; e, em carta de 6 de abril de 1867, dizia ao Visconde do Rio Branco ser loucura qualquer ataque frontal, sendo necessário manobrar pelo flanco esquerdo das posições de López.

Os que procuram estudar e conhecer a história do Brasil, com a preocupação única de restabelecer a verdade sôbre atos e fatos deturpados por ignorância ou opiniões tendenciosas, sabem que o espírito militar, o gênio guerreiro palpitava no sangue do Condestável do Império, neto, filho, sobrinho, irmão e primo de grandes soldados, todos êles notáveis nos anais de Portugal e do Brasil. O pai do Duque de Caxias era o Brigadeiro Francisco de Lima e Silva, *magna pars* na abdicação de D. Pedro I, Regente do Império, grande e nobre figura de soldado, vencedor dos revolucionários da Confederação do Equador, em Pernambuco, no ano de 1824.

Foi com seu pai que Caxias provavelmente aprendeu aquêles velhos e sadios princípios da arte militar que o tornaram capaz de, no limiar da velhice, conceber e executar a Batalha do Paraguai em duas marchas de flanco sucessivas, simétricas e harmoniosas como uma verdadeira realização estética. Ao ser encarregado pelo primeiro Imperador de esmagar a revolução de 1824, o Brigadeiro Francisco de Lima e Silva avançou celeremente de Alagoas para o Recife, foco da rebeldia. Seus efetivos eram inferiores aos dos confederados, que os esperavam entrincheirados na linha histórica dos Guararapes, com o flanco esquerdo defendido pelo mar e o direito apoiado em colinas, onde jogava a sua artilharia. Um ataque frontal poderia ser desastroso para as tropas imperiais. O Brigadeiro Lima e Silva manobrou com parte delas em face da linha adversária, aferrando os defensores ao terreno, enquanto sua cavalaria se escoava pelo flanco das colinas, tomava rapidamente a ponte de Motocolombó e servia de cortina aos seus caçadores a pé, que entravam pelo Recife adentro de baioneta calada e ocupavam a capital dos revolucionários na sua retaguarda. Sem comunicações com sua base de operações, o Exército Republicano rendia-se e o Presidente revoltoso, Pais de Andrade, buscava asilo num navio inglês, como López em Cêrro-León. Idêntico plano pôs Caxias em equação contra Rosas, não o realizando totalmente por não ser preciso: com o grosso do Exército Imperial e a Esquadra, ficou na Colônia do Sacramento, enquanto as forças de Pôrto Alegre, Urquiza e César Dias atacavam e aferravam ao terreno o Exército Argentino, na linha fortificada de Caseros. Se o

Ditador de Buenos Aires resistisse, atravessando com o grosso na Esquadra o Rio da Prata, êle ocuparia a capital inimiga e o deixaria no vazio, sem suprimentos, isolado de sua base. Rosas, porém, não resistiu e, por isso, o General brasileiro não teve oportunidade de dar a última aplicação tática ao seu plano estratégico. Na Batalha do Paraguai, o Condestável do Império pôs duas vezes em prática, com admirável precisão e os mais férteis resultados, a traça de guerra do Recife e de Caseros, clássica nos ensinamentos militares e bebida decerto, em grande parte pelo menos, nos ensinamentos da experiência paterna, no convívio desde a infância numa família de grandes soldados.

O gênio militar também se herda. Como já se escreveu, o gênio, às vezes, é simplesmente uma longa experiência.

O MARTÍRIO DE PANCHA GARMENDIA

Um romance de amor e sangue no Paraguai de Solano López.

O caso de Pancha Garmendia, a mais linda mulher do Paraguai, no seu tempo, nada tem a ver diretamente com a história do Brasil; mas a ela se liga indiretamente como episódio esclarecedor da situação de barbárie em que o Paraguai se achava mergulhado, quando provocou a guerra com o Império, e da psicologia do seu terrível Ditador, Francisco Solano López.

Muito se escreveu e muito se escreverá sobre êsse *ángel de la desolación*, sobre essa mártir da tirania lopista. Todavia ninguém disse mais nem melhor sobre ela do que o Padre Fidel Maiz, testemunha dos acontecimentos, em longa carta a Pérez Martinez, de Villarica, a qual é o mais completo documento acêrca do assunto.

Pancha Garmendia, filha de pai espanhol e mãe paraguaia, entrou no mundo e dêle saiu pela porta do martírio. Nasceu sob a ominosa tirania do Doutor Gaspar Rodrigues de Francia, que applicara ao seu genitor pesadíssima multa, com a obrigação de pagá-la em 24 horas. Senão, já se sabe o que aconteceria... A mãe percorreu as ruas de Asunción com ela ao colo, mendigando de porta em porta um auxílio para aquêle pagamento. Pouco obteve e, ao regressar ao lar, passadas eram as 24 horas e o cadáver do espôso jazia crivado de balas. O desgosto levou a pobre mulher pouco tempo depois à sepultura. E Pancha Garmendia se viu órfã, recolhida por caridade cristã na hospitaleira mansão do espanhol D. José del Barrio, casado com uma distinta senhora paraguaia, D. Manuela Bedoya.

Ali o Padre Fidel Maiz conheceu Pancha Garmendia. Já o Doutor Francia morrera e lhe sucedera no govêrno D. Carlos Antônio López, pai de Francisco Solano López. Em 1842, êle criara uma Academia Li-

terária, instituto de ensino de letras, em Assunção. Era seu diretor o Padre Dom Marcos A. Maiz, que mais tarde foi Bispo Auxiliar do Paraguai, tio de Fidel Maiz. Este veio do interior estudar na Academia e albergar-se na residência do tio, a qual ficava na mesma rua de D. José del Barrio. Por isso, a encontrou e com ela falou muitas vezes. Devia ter uns 14 anos e era já formosíssima e de exemplar procedimento.

Dois anos após, em 1844, quando o Brasil conseguia o reconhecimento da independência do Paraguai pelas potências européias, em consequência da ação de Pimenta Bueno e da missão Abrantes ao velho continente, Francisco Solano López, filho do Ditador López I e destinado a ser López II, então jovem Coronel da Guarda Nacional, enamorou-se de Pancha Garmendia e começou a freqüentar a casa de D. José del Barrio, a fim de fazer-lhe assídua corte. A propósito, depõe textualmente o Padre Fidel Maiz: "Deciase que jamás pudo doblegar su resistencia, desde que aquella solicitud de amores no llevaba fines honestos y la Pancha estimaba muy en mucho, arriba de todo, su rara y eminente virtud de pureza intangible".

Solano López, repellido pela moça, afastou-se e se entregou a outros amôres até ligar-se definitivamente à famosa aventureira Elisa Lynch. Subiu de posto, de Coronel passou a Brigadeiro-General e a Marechal. Morreu o pai e ele, após uma deslumbrante viagem à Europa, herdou o govêrno. Mas nunca esqueceu Pancha Garmendia, nem consentiu que alguém a cortejasse. Desde que um indivíduo qualquer começava a freqüentar-lhe a casa, ele o afastava e o fazia desaparecer. Citemos, como exemplo concludente, o caso de Pedro Egusquiza, moço distinto, de boa família, que pretendia desposar a órfã e era bem visto por ela e pela família que a criara. Da noite para o dia foi recrutado, obrigado a assentar praça e nada mais se soube d'ele.

Em 1865, desencadeou-se a guerra. A Argentina, o Brasil e o Uruguai aliaram-se contra o tirânico Govêrno do Paraguai. O território da República foi invadido, depois do esmagamento de sua esquadra pela Imperial no Riachuelo. Suas melhores tropas pereceram em Tuiuti. O Ditador começou a retirar diante dos brasileiros. Em dezembro de 1868, o Marquês de Caxias aniquilou seu último exército e ocupou a capital do país. Solano López, refugiado nas Cordilheiras, apelou para a guerra de recursos, para o que se chamou recentemente *maquis*. Levava, porém, consigo, adiante ou nos flancos de suas tropas batidas sempre, as populações evacuadas de Assunção e de outros lugares, velhos, mulheres e crianças, que padeciam muito e morriam como mósas. Um verdadeiro horror!

Em dezembro de 1869, narra o Padre Fidel Maiz, López II acampara à margem do Arroio Itanará, um pouco acima da Vila de Igatemi. Dali mandou buscar Pancha Garmendia no campo de concentração de Espadim, nas alturas da Vila de Santo Isidro de Curuguati. Nesse local, o tirano confinara as mais respeitáveis famílias do Paraguai. As partes dos comandantes das nossas colunas de cavalaria que libertaram essa

gente pintam com côres pavorosas os seus sofrimentos. No Paraguai se vivia por trás duma verdadeira cortina de ferro.

O Padre Fidel Maiz viu a linda e infeliz donzela chegar ao acampamento de Itanará, onde êle também se encontrava. A cena tanto o impressionou que êle a anotou em um caderninho de lembranças: "Era uma tarde calma, em que o sol se afundava no ocaso, quando a Bela Garmendia chegou ao campo. Vinha a pé entre soldados armados, coberta com um pedaço de baeta avermelhada, descalça, trazendo um leve e sovado vestido que mal lhe defendia a nudez, visivelmente extenuada e magríssima. Mesmo assim, seu perfil era de peregrina e encantadora formosura, sua côr acarminada tingia a pele de alvura albastrina. Por coincidência, López se achava fora da cabana que habitava, no caminho por onde ela vinha. Por outra coincidência, eu me encontrava no momento ao lado de López e pude presenciar aquêlê encontro, que me causou profundíssima sensação. Todavia pareceu-me que aquêlê homem agreste e frio, estòicamente marmorizado, não se comoveu um instante. A Pancha não conseguiu ocultar a surprêsa que lhe causou a súbita presença de López, pois quase se deteve ao avistá-lo. A pomba sem fel não sentiria palpitar mais fortemente o coração inocente ao encontrar-se prêsa nas garras do feroz gavião, tanto quanto palpitou o da pundonorosa virgem em face daquele homem, senhor de sua vida e, o que era pior, de sua honra e fama... López adiantou-se para ela, afàvelmente lhe estendeu a mão e a convidou a entrar no seu rancho..."

O Padre Maiz retirou-se discretamente. Viu, porém, Elisa Lynch aparecer e receber a Pancha com mostras de prazer. Ofereceram-lhe um jantar, mas dali a môça foi levada prêsa e incomunicável à guarda do Quartel-General. Nunca se soube o que se passou entre aquelas três criaturas durante aquela refeição. Tudo quanto se diga ou escreva, enquanto não aparecer um documento autêntico, não passará de mera suposição. Também não é possível afirmar a quem coube a responsabilidade do que depois se seguiu. A López, que se vingou dum amor repellido? A Lynch, que se vingou duma rival em beleza e duma mulher pura que desprezara o seu amante? Não se sabe nada. O próprio Fidel Maiz se recusa a dar uma opinião sôbre essa horrível tragédia. Pode-se dizer que sòmente Deus possui a chave dêsse terrível mistério.

Nos dias seguintes ao da chegada e prisão de Pancha Garmendia, o Exército de López abandonou Itanará e foi acampar entre os riachos Guaçu e Zanja-hú. Aí correu a notícia de que no Arroyo-Guazu o Ditador mandara executar grande número dos seus prisioneiros. Fidel Maiz indagou se isso era verdade ao Coronel Centurion. Êsse lhe respondeu que sim e que, entre os executados, se achava Pancha Garmendia, a qual fôra morta a golpes de lança! E informou ainda que sua sentença fôra dada pela própria mão de Solano López, o qual marcara seu nome na lista com uma cruz a lápis vermelho...

O Padre Maiz exclama: "E os seus restos dispersos ficaram insepultos naquele deserto, sem ao menos uma cruz de madeira tósca que lhes

marcasse a sepultura!... Inclinem-nos na distância do tempo diante do túmulo daquela heroína da castidade, vítima inocente, mártir da pureza! O Anjo do Deserto bateu as asas e subiu a incorporar-se nas etéreas regiões ao grupo das 140 mil virgens que rodeiam o Cordeiro do Apocalipse, cantando cânticos sempre novos. Pancha Garmendia, a mulher formosa e desgraçada, é honra e glória de seu sexo. É a donzela do Paraguai como Joana d'Arc foi a Donzela de Orléans... Queira o Céu que Pancha Garmendia mereça também como Joana d'Arc a consagração canônica de sua heróica castidade, a radiante auréola que abrilhante seu seio de mártir da virgindade. Na verdade, ela morreu para conservar intata a virtude eminentemente cristã que recebe na mansão feliz dos eleitos a mais gloriosa coroa”.

A história de Pancha Garmendia é triste e misteriosa. Ela foi como que o símbolo dos martírios impostos por Solano López às mulheres do Paraguai, as quais, constrangidas pela sua tirania, lhe ofertaram um álbum de ouro do peso de 10 quilos, quando a guerra começou, e, durante ela, lhe deram o ouro sem preço de sua dor: os esposos, os filhos, os pais, os irmãos, as lágrimas, o suor e o sangue. Serviram de reféns ao monstro pela fidelidade dos que combatiam nas frentes de batalha, como a pobre mulher do heróico Martinez, seviciada diante do Exército. Morreram varadas a lanças como essa infeliz Pancha, que se recusara ao amor do tirano. E estiveram condenadas à morte ou foram açoitadas como a própria mãe do Ditador.

As mulheres do Paraguai pagaram dolorosíssimo tributo à tirania de Solano López que o Império Brasileiro levou cinco longos anos a destruir. A lista é grande: Carmelita, a noiva do infeliz Carlos Découd, misteriosamente assassinado; Juana Pessoa, mais tarde espôsa do Coronel Hermosa; Pancha Garmendia, Bernarda Barrios de Marcó, Juana Martinez, Margarita Barrios de Valdevinos, Consolación Barrios Chépita, Rosária, Prudência Barrios, Assunção Urdapilleta, Dolores Urdapilleta de Jovellanos e outras, cujas lágrimas e cujo sangue ensoparam a gloriosa terra paraguaia, tão digna por muitos títulos de um destino melhor.

AS DUAS ESPADAS DE SOLANO LÓPEZ

Um mistério que levou onze anos a ser desvendado.

Na manhã de 1.º de março de 1870, as colunas volantes de cavalaria e infantaria do comando do bravo General Câmara, Visconde de Pelotas, depois de derrotarem os últimos defensores de Solano López, irromperam súbitamente no seu derradeiro acampamento, em Cêrro-Corá. O Ditador, montado num cavalo malacara e seguido de poucos oficiais

e soldados, procurou fugir, sendo perseguido pelo Coronel Joca da Silva Tavares à frente dum pelotão de lanceiros. Um dêsses, segundo se conta, o Cabo Francisco Lacerda, vulgo Chico Diabo, lanceou El Supremo na ilharga. O folclore guarda a memória do episódio:

O Cabo Chico Diabo
Do diabo Chico deu cabo!

Seguiam o General Câmara, além dos lanceiros, diversos oficiais: os Majores Augusto Álvaro de Carvalho e Nunes Garcia, os Capitães João Pedro Nunes e Antônio de Azambuja. Aparecem nossos clavineiros tiroteando e o Major José Simeão de Oliveira grita-lhes:

— Lá vai o López! Atirem! Matem-no!

O Ministro Caminos, que galopava ao lado do Ditador, cai com o crânio despedaçado e, mais adiante, Solano López se apeia, porque o malacara se atasca na lama e não pode correr. Então, López despe a blusa e desaparece no mato, em companhia dum de seus oficiais.

O General Câmara chega à frente de mais tropas e o Major José Simeão lhe indica o rumo tomado pelo Ditador. Ele entra pelo arvoredor que se vai povoando de oficiais e praças em perseguição do inimigo. Na barranca do Aquidabanigui, avista o Marechal paraguaio procurando atravessar a água péca e barrenta, ensangüentado, quase se arrastando. Intima-o a render-se:

— Sou o General brasileiro que comanda estas fôrças! Entregue-se que lhe garanto a vida!

Aproxima-se e o moribundo lhe desfere um golpe com a espada que trazia empunhada, soltando uma frase de antologia:

— *Muero con mi patria e con mi espada en la mano!*

— Desarmem êste homem! ordena o General aos soldados que se acercam. Uma praça do 9.º de Infantaria segura-o pelos pulsos e o Ditador luta alguns momentos até que um tiro de clavina à queima-roupa lhe extingue definitivamente a vida.

Êste foi o trágico episódio final da Guerra do Paraguai.

No atestado de óbito e necropsia feito no cadáver do Marechal Solano López pelos Drs. Manuel Cardoso da Costa Lôbo e Militão Barbosa Lisboa, se lê que recebera ferimento mortal por instrumento perfurocortante no hipocôndrio esquerdo, com uma polegada de extensão, obliquamente, de baixo para cima, varando a pele e interessando o peritônio, os intestinos e a bexiga. Fôra a lançada do Chico Diabo. Ainda mais: um ferimento por bala na região dorsal, ficando o projétil dentro da caixa torácica. Foi o tiro que o últimou e que o Tenente Franklin Mena Machado declarou ter sido por êle disparado.

E a espada que El Supremo brandia, o *fino espadim* a que alude seu panegirista, o escritor paraguaio Juan O'Leary?

Essa arma preciosa foi enviada ao Imperador pelo Conde d'Eu, Comandante-Chefe do Exército Imperial, por intermédio do então Major José Simeão de Oliveira, e depositada, como troféu da vitória, no pequeno Museu Militar existente na Escola Militar da Praia Vermelha.

Nos últimos anos da Monarquia, conjuntamente com outras espadas de chefes paraguaios, como a do Major Martinez e a de Vitorino Bernal, foi transferida para o Colégio Militar do Rio de Janeiro. O pequeno museu da Praia Vermelha fôra organizado pelo Coronel João Vicente Leite de Castro.

Quando se criou o Museu Histórico Nacional em 1922, a êsse instituto mandou o Govêrno recolher tôdas as nossas gloriosas relíquias militares esparsas em estabelecimentos civis e militares. Passaram, assim, para a nova repartição, as espadas paraguaias conservadas no Colégio Militar. A Diretoria do Museu, porém, verificou com espanto que duas dessas armas eram atribuídas a Solano López, como tomadas no episódio que terminou a memorável campanha. Estudou-as, pois, detalhadamente e verificou que a verdadeira sòmente poderia ser a espada fina, de ponta quebrada na luta, com punho de tartaruga, guarda de latão cinzelada e estrelada maçã, tendo as armas oficiais da República do Paraguai no copo dourado a fogo. A outra era um sabre recurvo, ricamente dourado e lavrado, trazendo na bainha o escudo real da Grã-Bretanha e Irlanda. A peça falava por si. Era arma de procedência inglesa e de oficial general do Exército Inglês. Como se poderia admitir fôsse usada pelo Chefe Supremo da Nação Paraguaia?

Teria Solano López duas espadas? Em face dessa dúvida, foi exposta sòmente a verdadeira espada oficial do Ditador, que os seus próprios retratos na terminação da campanha documentavam como de seu uso pessoal e aparecia também nas suas fotografias com o uniforme de gala de Marechal. A outra, a inglesa, foi guardada no depósito até que se pudesse aclarar o mistério.

Onze anos após a fundação do Museu, o distinto diplomata Heitor Lira, que estivera algum tempo no Castelo d'Eu, em França, copiando documentos existentes no valiosíssimo arquivo da Família Imperial, de regresso ao Brasil ofereceu à Diretoria do Museu Histórico diversas cópias de cartas de S. A. o Sr. Gastão d'Orléans ao Imperador e dêste Monarca a vários Ministros sôbre a Guerra do Paraguai. Dois dêsses documentos elucidam perfeitamente o caso das duas espadas de Solano López e autenticam a de procedência britânica.

Em carta datada de Humaitá a 29 de março de 1870, menos dum mês após a morte de Solano López, o Marechal Conde d'Eu escrevia a D. Pedro II: "Pelo Maciel do vapor "Alice", mando a V. M. uma espada apanhada no acampamento do López. Quando estive na Conceição, correu que tinha aparecido entre nossa gente uma espada do López, muito rica. Mandeí que o Câmara a procurasse, e êle me disse que o Coronel Joca a tinha descoberto e ma entregaria. O Joca, porém, quando veio a Assunção, apresentou-me, em lugar da espada rica, essa que leva o escudo de armas usado pelos Reis da Inglaterra nos princípios dêste século. Não sei como veio parar no Paraguai."

Por sua vez o próprio Imperador se refere a essa espada em carta ao Barão de Muritiba, Ministro da Guerra, datada de 20 de abril de 1870, no Rio de Janeiro: "Entregaram-lhe a caixa e a espada que foi

do López?... A espada, embora não tomada em combate, talvez possa ir para o Museu Militar.”

Assim, vemos que tomamos no Aquidabã duas espadas de Solano López, uma em combate, o *fino espadim* de seu uso pessoal, com que deu a derradeira cutilada contra o General Câmara, que o intimava a render-se. Outra, o sabre inglês curvo, achado pelos soldados nas bagagens do acampamento.

Não sabia o Conde d'Eu como essa arma brasonada britânica viera ter ao Paraguai. Naturalmente, fôra um presente feito ao Supremo, quando visitara oficialmente os países europeus como General paraguaio, um mimo de algum diplomata no decurso de seu govêrno. A verdade é que ambas estão devidamente autenticadas como lhe tendo pertencido e lembram nos mostruários do Museu Histórico o fim melancólico de sua megalomania e a tragédia em que nos envolveu e aniquilou sua pátria.

O REGRESSO DOS VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA

Partida e volta dos heróis do Paraguai. Recepção dos batalhões cariocas. Um bombardeio de poesias e um acróstico célebre.

Grande entusiasmo se apoderou da mocidade brasileira em todos os pontos do país, quando os soldados de Solano López invadiram Mato Grosso e o Rio Grande do Sul, em 1865. Organizaram-se em tôdas as Províncias do Império corpos de Voluntários da Pátria, que, transportados ao teatro das operações no Prata e adestrados no acampamento de Concórdia, se cobriram de glória imorredoura durante a longa e ensangüentada campanha do Paraguai. Gente humilde, homens do comércio, rapazes da lavoura, estudantes das escolas superiores, médicos, engenheiros, advogados, todos acorreram ao chamado da pátria em perigo, organizando-se em batalhões de infantaria, com seus comandos e quadros de oficiais. A história dos Voluntários da Pátria é uma das mais belas do Brasil.

Ao partirem para a guerra mortífera e longínqua, as môças lhes ofertavam bandeiras bordadas por suas mãos, o povo os cobria de flores, pais e mães abençoavam os filhos das sacadas e janelas das casas, o próprio Imperador os distinguia com seu apoio moral e usava o quepe de coronel dêles com a farda de Marechal do Exército. Compareceu pessoalmente, para prestigiá-los, ao embarque dos batalhões formados na Côrte. Foi um movimento por todos os títulos admirável num país que, naquele momento, não contava com outra reserva, além do recrutamento forçado, para as suas fôrças de primeira linha.

Em 1870, ao aproximar-se o fim da campanha e logo após êste, os corpos de Voluntários que ainda permaneciam sob as armas foram sendo aos poucos repatriados. Muitos tinham sofrido tantas baixas nos combates que não possuíam mais efetivos apreciáveis, havendo necessidade de completá-los com praças que deviam tornar ao país, tiradas de outras unidades. Alguns foram mesmo dissolvidos pelo Marquês de Caxias, em dezembro de 1868, por estarem reduzidos a pequenos grupos de soldados.

Por tôda parte se fizeram a êsses heróis recepções festivas. As ruas se engalanavam. A população acorria a homenageá-los. Os poetas cantavam a sua bravura. Os oradores saudavam-nos em tropos inflamados. As autoridades compareciam ao seu desembarque. Suas velhas bandeiras desbotadas e esfiapadas nas batalhas eram levadas em procissão e penduradas dos arcos cruzeiros das igrejas e catedrais. O Govêrno lhes dava preferência para certos cargos públicos e contemplava geralmente seus oficiais com os cartórios e tabelionatos.

É interessante acompanhar pelos jornais da época as festividades dessas recepções. Vejamos, por exemplo, a que foi feita aos 1.º e 2.º Batalhões de Voluntários da Pátria, ambos cariocas, organizados no Rio de Janeiro e os mais antigos de todos. O 1.º estivera no cêrco de Uruguaiana. O 2.º desembarcara na vanguarda do Exército, invadindo o Paraguai no Passo da Pátria, sob o comando de Deodoro da Fonseca.

Êsses dois batalhões chegaram ao Rio de Janeiro no dia 23 de fevereiro de 1870, desembarcando à tarde no Arsenal de Marinha, onde os esperava Sua Majestade o Imperador, à frente de seus Ministros e das altas autoridades civis e militares do Império. Depois de desembarcados, estenderam-se em linha, a fim de o Monarca os passar em revista e lhes dar as boas-vindas. Desceram dali, formados em colunas de pelotões pela Rua Direita, hoje 1.º de Março, precedidos de suas bandas de música, tambores e cornetas. A cidade estava embandeirada e a multidão se comprimia nos passeios. Das janelas e balcões apinhados de senhoras e moças choviam flores e aplausos. E os poetas estavam a postos para saúdá-los em todo o percurso de sua marcha até o quartel do Campo de Sant'Ana ou da Aclamação, agora Praça da República, onde hoje está o Palácio da Guerra e onde se iam alojar.

Ao entrarem na Rua Direita, logo o Dr. Bonsucesso, de nome apropriado à homenagem, trepado numa cadeira, recitou uma ode que assim terminava:

*Partindo vaticinei
Que serieis vencedores,
Que nem do sol os ardores,
Da fome os cruéis horrores
Vos forçariam a fugir!
Não me iludi, se resume
Nestes têrmos vossa história:
— Cada passo uma vitória,
— Cada combate uma glória,
No presente e no porvir!*

A lembrança do vaticínio pelo próprio vate nos mostra que, com outros versos, êle saudara os Voluntários na sua partida cinco anos antes.

À esquina da Rua da Alfândega, o Dr. Pinto Júnior fêz os batalhões se deterem para ouvir um poemeto com êste final:

*Baluarte inexpugnável
Os vossos peitos são contra os tiranos;
Na luta interminável
Sois bravos, sois leões e sois humanos!*

— Ordinário, marche! mandou o comandante e, entre os vivas, a coluna prosseguiu até a Rua Sete de Setembro, em frente à sede da Euterpe Comercial, que mais tarde se transformaria no Clube carnavalesco Tenentes do Diabo, de cuja janela principal o orador da referida sociedade, Alberto Costa, pronunciou um discurso empolado. Seguiram-se mais versos, os do folhetinista do “Diário do Rio”, festejado autor do livro “Corimbos”, como diziam as gazetas da época, Dr. Guimarães Júnior:

*Voltais tão cheios de glória,
Vejo-vos tanto crescer,
Que o livro da nossa história
Não pode mais vos conter!*

*Eis-vos, enfim, são tão grandes
Vossos vultos imortais,
Que compará-los aos Andes
Fôra abaixá-los demais!*

Outra vez as vozes de comando, o retinir das armas e o som do dobrado militar. A tropa entra na Praça da Constituição no Rocio, Praça Tiradentes, e escuta uma versalhada, ao pé da estátua eqüestre de D. Pedro I, do Sr. Alfredo Braga. Infelizmente ou felizmente, a imprensa coeva não a reproduz. O mesmo aconteceu com o “sonêto campanudo” e a “extensa poesia”, inflingidas aos pobres Voluntários da Pátria na Rua da Constituição pelos Srs. Francisco Augusto de Sá e Dr. Miguel Feital.

Enfim, os soldados atingiram a sua meta no Campo de Sant’Ana. Os dois heróicos batalhões evoluem, pondo-se em linha, diante do grande portão de entrada do velho quartel, pela direita sôbre o pelotão testa. E aí outro poeta os bombardeia, alcandorado num caixão qualquer, com vasta série de quadras, das quais, como amostra, transcrevemos a última:

*E, se finda era a horrenda procela,
Cada qual de valor redobrando,
Se empenhava de novo na luta,
Sempre firme, morrendo e matando!*

É lícito criticar êsses primores poéticos que semearam de pausas a caminhada dos heróis do Paraguai desde o Arsenal de Marinha até o Campo de Sant'Ana. Todavia êles exprimiam o entusiasmo que viçava nas almas em face do patriotismo guerreiro daqueles abnegados infantes que tinham vencido o inimigo num meio inóspito, longe de sua terra natal e sujeitos a tôdas as privações e perigos.

Muito pior do que essas poesias esparsas através das ruas do Rio de Janeiro foi o acróstico que um negociante português, cheio do mesmo entusiasmo que os brasileiros, recitou aos soldados do bravo 26.º de Voluntários da Pátria, no dia de sua chegada a Fortaleza, no Ceará, de volta das árduas pelejas. Do alto da sacada do seu sobrado de azulejos, à Rua da Praia, o velho Carneiro bradou à soldadesca, já cansada de soporíferos discursos sob um sol de fogo:

— Vou fazer um acróstico com nomes de feras para o nome execrado do tirano LÓPEZ: L — leão; O — onça; P — pantera; E... Nesta letra, o pobre homem gaguejou algum tempo sem achar uma fera, cuja denominação começasse com um E. Afinal, com esforço, explodiu: E — estrangulador da própria mãe dêle! E terminou, limpando o grosso suor com o lenço de ramagens de Alcobaça: S — serpente venenosa! Tenho dito!

Dizem que foi muito aplaudido.

A história também se faz com anedotas. Que o diga seu pai, o velho Heródoto...

UM POEMA DE AMOR MATERNAL

A odisséia duma criança paraguaia. De Assunção ao Rio de Janeiro. O Conde d'Eu atende a uma mãe aflita. Uma "broma" do General Mitre.

Dona Rosa Cândida Acosta, Viúva Matos, uma das últimas senhoras paraguaias sobreviventes ao horrível destêrro a que as submeteu no Espadin, em fins da guerra, o Ditador Solano López, faleceu no Rio de Janeiro a 16 de novembro de 1918. O escritor paraguaio Silvano Mosquera, que foi algum tempo Ministro de seu país no Brasil, diz no seu livro "Siluetas femininas" que o motivo pelo qual ela deixou o Paraguai seria tema suficiente para um poema.

Quando em fins de 1868, os encouraçados brasileiros bombardearam Assunção, um filho da Viúva Matos, de 5 anos de idade, se achava por acaso a bordo dum dos navios de seu país surtos no pôrto, aonde fora levado a passeio por um parente, o Capitão-de-Mar-e-Guerra Romualdo Nuñez. Êsses navios fugiram imediatamente pelo rio para o norte, levando a pobre criança, que, assim, foi súbitamente separada de sua

mãe. A Esquadra Imperial perseguiu os barcos lopistas que entraram pelo Iaguí, onde as tripulações os destruíram. Então, o Comandante Nuñez entregou o pequeno Adolfo a um criado de confiança, para que dêle cuidasse e o levasse à sua genitora.

O fiel servidor caiu prisioneiro dos brasileiros na tomada de Peribebuí, onde começou a triste odisséia do garôto através de perigos e dificuldades, de Peribebuí até o Panadero e dali, seguindo as etapas do Exército Imperial vitorioso, ao Rio Grande do Sul.

Inúmeras eram as crianças paraguaias em trapos e famintas que seguiam, tendo perdido seus pais, as tropas brasileiras. Os nossos soldados, cheios de piedade, as alimentavam e protegiam. Depois, arranjaram um veterano paraguaio inválido para tomar conta delas. No Panadero, um oficial brasileiro, o Tenente Viana, se compadeceu do pequeno Adolfo e o tomou a seu cargo. Tendo sido chamado a serviço urgente em Assunção, entregou-o a um colega, o Tenente Malagueta.

A pobre mãe andava como louca em busca do filho. Encontrou em Assunção o Tenente Viana e soube notícias dêle, que lhe desanuviam o coração martirizado. Mas uma série de contratempos impediu a junção da mãe e do filho. Nossas tropas, acossadas de privações, tinham deixado o Panadero. A criança não pôde acompanhá-las. O Tenente Malagueta não tinha cavalo e não a podia carregar, vendo-se forçado a abandoná-la. Em Vila do Rosário, a mãe falou a Malagueta e recebeu desesperada essa informação.

O destino, porém, protegia o pequenino Adolfo. O Capitão José Simeão Tôrres, Ajudante-de-Ordens do General Osório, encontrou-o, levou-o na garupa e com êle se recolheu à sua casa no Rio Grande do Sul. Dona Rosa, voltou a Assunção, sempre esperando achar o filho. Seu parente, o diplomata paraguaio Cândido Barreiro, que fôra amigo de Solano López, levou-a à presença do Marechal Conde d'Eu, que a recebeu amavelmente e fez expedir circulares a todos os corpos de tropa, pedindo informes sôbre o menino. A audiência com o Príncipe foi aproveitada pela infeliz senhora para suplicar-lhe a graça dum paraguaio condenado à morte pelas misérias que praticara na invasão de Mato Grosso. Gastão de Orléans resistiu um pouco, mas acabou cedendo e o homem foi perdoado.

Algum tempo mais tarde, por acaso, encontrou-se na correspondência dos oficiais do Exército Imperial uma carta que se referia ao paradeiro do menino no Rio Grande do Sul. A mãe partiu logo em sua busca no vapor do Comandante Joaquim da Rocha Pinto de Matos, o qual se apaixonou por ela e com ela se casou. Era português naturalizado brasileiro.

O encontro da mãe e do filho na casa gaúcha onde êle vivia foi emocionante. Tanto chorava ela como choravam tôdas as pessoas da família do Capitão José Simeão Tôrres. Esta havia dado ao seu filhinho a mais generosa hospitalidade. Êle cursava uma boa escola, falava fluentemente o português e esquecera o castelhano e o guarani. Segundo o relato de Silvano Mosquera, a Viúva Matos conservou sempre o mais ele-

vado conceito e a mais inapagável gratidão da culta sociedade brasileira, sobretudo daquela gente gaúcha que tinha acolhido e educado seu filho. Quando se fez homem, Adolfo Acosta veio para o Rio de Janeiro e, em companhia de seu irmão, Honório, abriu uma casa comercial na Rua da Carioca n.º 28, a qual prosperou bastante sob a firma Acosta Hermanos, muito considerada na nossa praça.

Serve essa emocionante história, êsse poema duma heroína do amor materno, para desmentir com documentos e fatos a imprudente balela espalhada pelo Coronel Palleja, pelo General Mitre e por outros de que os brasileiros se apoderavam dos jovens prisioneiros paraguaios para os tornarem seus escravos. Na odisséia do menino Adolfo Acosta, vemos justamente o contrário: os nossos soldados alimentando com o pouco de que dispunham as crianças famintas, os nossos oficiais recolhendo-as, carregando-as à garupa e levando-as, como filhos adotivos, para o seio de suas famílias. Inúmeras outras crianças de 11 a 15 anos, mobilizadas à força por Solano López e aprisionadas em combate, foram, segundo inofismáveis documentos de nossos arquivos, trazidas para o Rio de Janeiro, albergadas decentemente nos quartéis da Praia Vermelha e educadas convenientemente em escolas primárias e profissionais. Aos chefes paraguaios prisioneiros como Estigarribia e Caballero dávamos a cidade por menagem e lhes pagávamos no Tesouro Nacional, para se manterem, os soldos a que tinham direito por sua graduação militar.

A entrevista que teve a pobre Viúva Matos em Assunção com o Comandante-Chefe do Exército Imperial é um outro desmentido formal às afirmações caluniosas do historiador paraguaio Juan O'Leary contra o genro de D. Pedro II. Chama-lhe *El Principe Rojo* e diz que de homem somente tinha a figura, podendo ser considerado um tigre, uma hiena, uma pantera, uma "bestia carnífera, sedenta de sangue, avida de botim". Pois essa hiena acolhia uma senhora desvalida e sem proteção com o maior cavalheirismo, enviava circulares às suas tropas em busca do filho que perdera e levava a sua gentileza ao ponto de conceder-lhe o perdão dum daqueles verdugos que haviam praticado em Mato Grosso indefeso inauditas crueldades, saqueando as povoações, queimando as casas, talando os campos, violentando as mulheres, degolando os prisioneiros e enviando a Assunção os rosários de suas orelhas.

Ninguém de boa-fé será capaz de afirmar que o Ditador Solano López procedesse com tanta generosidade, êle que matara aos poucos de fome e miséria o ilustre e infeliz Coronel Carneiro de Campos, Presidente de Mato Grosso, aprisionado contra o direito das gentes, êle que mandara fuzilar, torturar, lancear tantas pessoas e submeter a maus tratos sua própria mãe.

Diante do belo poema em prosa cantado por Silvano Mosquera, baseado nas memórias íntimas do próprio Adolfo Acosta, não é possível deixar de lamentar vivamente êstes trechos escritos pelo General D. Bartolomeu Mitre, que comandou os Exércitos Aliados e presidiu

aos destinos da República Argentina, referindo-se à rendição de Uruguaiana, em cartas a seu amigo, o Vice-Presidente Paz:

“Por parte de la caballeria brasileña hubo tal robo de prisioneros, por lo menos que se arrebataron 800 a 1.000 de ellos... pues los roban para esclavos y hasta hoy mismo andan robando y comprando prisioneros...”

Depois disto, o eminente soldado e estadista não se peja de acrescentar esta *broma* de péssimo gosto:

“El Comandante Guimaraens me ha dicho que el otro dia, en Uruguayana, tenia que andar gritando que no era paraguay para que lo no robasen...”

A história, felizmente, não se faz com calúnias e graçolas, mas sim com fatos, documentação e depoimentos sinceros.

A MULHER DE ANTÔNIO CONSELHEIRO

O sebastianismo no Nordeste. Origem e vida do grande místico dos sertões. Mesmo em Canudos, “cherchez la femme...”

Os fenômenos de misticismo são muito comuns nos nossos sertões, sobretudo na região nordestina, compreendida entre o norte da Bahia e o Piauí. Há notícias de vários deles, a que pequenas expedições militares tiveram de combater, nos tempos coloniais. E os mais curiosos foram aqueles que se alimentaram de idéias sebastianistas importadas de Portugal.

A morte de D. Sebastião, o Rei Desejado, na Batalha de Alcácer-Quebir contra os mouros de Marrocos, deixou viúva a nação e permitiu que nela por falta de sucessor direto da coroa, se implantasse o domínio odiado da Espanha com Filipe II, Filipe III e Filipe IV. Durante os 60 anos desse eclipse da soberania nacional, de 1580 a 1640, o povo português corporificou seus anseios de liberdade na volta do Rei Legítimo. Dizia a lenda que o jovem soberano tinha escapado vivo da peleja e andava escondido, esperando a oportunidade de reconquistar seu trono. Era por isso chamado o Encoberto. Denominou-se esse fenômeno sebastianismo e foi seu orago um sapateiro da Vila de Trancoso, autor de versos proféticos a respeito, que tinha o nome de Bandarra.

O Sebastianismo atravessou o oceano e veio manifestar-se de forma verdadeiramente diabólica em nossas plagas, culminando nos sertões de Nordeste em verdadeiras orgias sangrentas.

Em 1819, por exemplo, um profeta sertanejo de nome Silvestre José dos Santos, por alcunha Mestre Quiou, começou a pregar no interior

de Pernambuco a ressurreição do Rei D. Sebastião mediante a devoção a uma Santa de Pedra. Contra êle, o Governador Luís do Rêgo Barreto, General do Exército Português e, depois, Visconde de Geraz de Lima, mandou uma fôrça sob o comando do Marechal-de-Campo Luís Antônio Salvador Moscoso, que encontrou os fanáticos entrincheirados na Serra do Rodeador. Intimou-os à rendição. Êles se recusaram e abriram fogo. Isto foi a 22 de outubro de 1820. Após renhido combate, foram vencidos. A expedição militar arrasou seu arraial, passou os homens ainda vivos a fio de espada e trouxe para o Recife 500 mulheres e crianças.

Da segunda vez que D. Sebastião apareceu nos sertões a coisa foi ainda mais feia, embora não tenha sido tão terrível a repressão. Começou em Vila Bela, no mesmo sertão de Pernambuco, no ano de 1836. O mameluco João Antônio dos Santos passou a mostrar aos incultos sertanejos, secretamente, duas pedrinhas claras e luminosas, que afirmava serem diamantes de certa mina só dêle conhecida por misteriosa revelação. Lia também sob segrêdo uns versos sebastianistas, profetizando que o Rei morto em Alcácer-Quebir haveria de ressuscitar e tornar tôda a gente feliz no dia em que um tal João se casasse com uma tal Maria. Como se chamasse João, arranjou logo uma rapariga chamada Maria e com ela se casou, obtendo de alguns criadores da região dinheiro e gado emprestados, que prometia pagar pelo dôbro ou pelo triplo, logo que se desencantasse o Reino de D. Sebastião.

A história espalhou-se pelos sertões. A família de João Antônio e os moradores das proximidades de Vila Bela nela acreditaram. Depois, atraídos por essa grosseira lenda, começaram a vir de longe muitas pessoas, algumas simples e crentes, outras seduzidas pela tal mina de diamantes e outras para se aproveitarem da oportunidade, a fim de satisfazer cobiças, instintos e paixões.

Existia perto de Vila Bela um cenário apropriado a êsse movimento místico. Duas agulhas naturais de pedra rompiam do solo a curta distância uma da outra. Uma delas, coberta de mica faiscante, era chamada a Pedra Bonita. Entre elas, um corredor arejado e claro. Junto de uma, o capricho da natureza formava larga alfurja com três grandes lajes que nela se apoiavam. Depois, um montão de rochas e, em frente, uma pedra baixa que lembrava um altar. A certa distância, uma caverna capaz de abrigar duzentas pessoas.

O profeta declarou que as duas pedras agudas eram as tôrres da catedral do Reino Encantado de D. Sebastião, a laje chata o altar e a gruta a Casa Santa. O número de fanáticos que se lhe agregavam crescia dia a dia. Êle os arengava continuamente de cima do montão de rochas e realizava casamentos, reservando-se nêles o direito de prelibação, assessorado por um tal Manuel Vieira, que dizia ser Frei Simão. Aos presentes era distribuído um vinho de jurema e manacá, que os embriagava e escravizava como o ópio e o haxixe.

Certo dia, o Rei João afirmou que, para desencantar D. Sebastião e a mina de brilhantes, era necessário lavar a Pedra Bonita com sangue

de gente. Um velho, tomado de verdadeiro delírio, ofereceu-se para ser a primeira vítima e foi degolado por Frei Simão. Dêse dia em diante, começaram ali os sacrifícios humanos, rito verdadeiramente diabólico. Em dias e dias consecutivos, mataram-se dezenas de homens, mulheres, crianças e cães, cujo sangue se espalhava sobre a pedra.

Alguns meninos apavorados fugiram do Reino Encantado e levaram as tétricas notícias do que se passava às autoridades dos municípios próximos. Estas reuniram várias fôrças da Guarda Nacional, que, sob o comando do Coronel Manuel Pereira da Cunha, marcharam para o local da terrível monstruosidade. Encontraram os fanáticos chefiados por Pedro Antônio, irmão do Rei João, que já o destronara e matara. Destroçados e dispersos, deixaram no campo 16 cadáveres. Os prisioneiros foram conduzidos para Vila Bela e Pajeú de Flores, de onde se lhes deu destino conveniente. E o Padre Correia, missionário no Pajeú, foi à Pedra Bonita sepultar os mortos, benzer o lugar e erigir uma cruz.

Não se acreditaria nesses fatos, se dêles não existisse a mais completa e elucidativa documentação. Mestre Quiou e o Rei João são os antecessores diretos do célebre místico sertanejo Antônio Conselheiro. O fenômeno de Canudos, que mereceu o assombroso livro de Euclides da Cunha e o imortalizou, crava suas remotas raízes em fatos semelhantes. Ele não afetou êsse sentido sebastianista à antiga, porém o seu condutor era na verdade monarquista e condenava nas prédicas as idéias republicanas. Também não se deixou arrastar à lubricidade e ao sangue. Houve diferenças fundamentais na formação de sua personalidade mística. Todavia, para compreender bem o caso de Canudos, é mister tomar conhecimento de todos os seus antecedentes, entre os quais os mais dignos de nota são justamente os dois ocorridos em Pernambuco nas primeiras décadas do século XIX, o da Serra do Rodeador e o da Pedra Bonita.

Quem era de verdade Antônio Conselheiro?

Era um sertanejo de Quixeramobim, no Ceará, chamado Antônio Vicente Mendes Maciel, que o velho jornalista cearense João Brígido afirmava em 1893 ter conhecido quando menino e até lhe ter salvado a vida num banho, num poço estreito e muito profundo. Segundo a documentação coligida ultimamente num jornal de Fortaleza, "O Povo", pelo meu caro e saudoso confrade Hugo Vítor, Antônio Vicente Mendes Maciel tinha certa instrução, havendo cursado aulas de latim com um professor de nome José Remígio, em sua terra natal. Foi negociante em Quixeramobim, fêz mau casamento, arruinou-se, mudando-se para a cidade de Sobral em 1859, depois exerceu o cargo de Juiz de Paz durante longos anos em Campo Grande, na Serra da Ibiapaba, e passou-se, afinal, para o Ipu, ao pé da mesma serra, onde serviu de solicitador no fôro e o Sargento João da Mata lhe raptou a mulher, que acabou pedindo esmolas em Sobral. Era também ensinador de cavalos.

Deixando o Ipu, Antônio Vicente Mendes Maciel, meteu-se pela Serra dos Côcos e abriu uma escola de primeiras letras no povoado Tigre, esteve no Crato e dessa cidade cearense se retirou, começando uma exis-

tência nômade e já mística através dos sertões de Pernambuco, Sergipe e Bahia, onde finalmente se fixou no pequeno Arraial de Canudos, começando a pregar e a reunir os seus fanáticos. A fama do célebre Padre Ibiapina, que ganhara no interior do Nordeste um brilho de quase santidade pelos seus sermões e fundações caridosas, decerto influenciou sobremodo o desenvolvimento do misticismo dêsse doente mental que foi Antônio Conselheiro.

Tendo nascido em 1826 e morrido na tomada de Canudos pelo Exército Nacional, viveu por conseguinte 71 anos, dos quais cêrca de 35 em caráter de monge à sua maneira, vestido de burel apoiado a um varapau, mendigando e pregando pelo interior daquelas vastas regiões. Não há informações seguras sôbre a sua vida andeja, nem sôbre os antecedentes imediatos de sua atuação em Canudos. Seu vulto começa a se tornar digno de nota, quando as reclamações dos moradores das circunvizinhanças do arraial, premidos pelas tropelias de alguns de seus fanáticos e vendo aquêl local se tornar refúgio de criminosos e valha-couto de vagabundos, reclamaram providências do Govêrno da Bahia, o qual mandou alguns destacamentos de polícia, que foram batidos e escorraçados.

O Dr. Caldas Brito, que faleceu no exercício de sua profissão de médico, depois de haver residido muitos anos no Rio de Janeiro, escreveu que estivera, antes das expedições militares, em Canudos e lá conversara com Antônio Conselheiro, achando-o muito inteligente, conhecedor da Bíblia, do português e do latim. Uma anedota que corre a seu respeito demonstra a sua esperteza. Para uma das localidades próximas de Canudos, o Arcebispo da Bahia enviara um frade inteligente e bom pregador, com o fito de ir aos poucos conquistando os sertanejos, tão desamparados da palavra de Deus e dos auxílios dos homens, de modo a combater hàbilmente a influência perniciosa do misticismo de Antônio Vicente Mendes Maciel. O frade estava desempenhando admiravelmente a sua missão. Seus sermões eram concorridíssimos. Êle não dava uma palavra contra o Conselheiro, simplesmente elucidava todos sôbre a verdadeira religião e lhes inculcava a fé de acôrdo com os dogmas e ensinamentos da Igreja.

Cada dia que se passava, diminuía a assistência às prédicas do Conselheiro e aumentava a dos sermões do frade. Já grande número de fanáticos tinha entrouxado a roupa e se mudado do arraial. O êxito do pregador corria de bôca em bôca. Os chefes principais que rodeavam Antônio Vicente Mendes Maciel fizeram-lhe notar o perigo daquela pregação que lhes ia minguando as hostes. Um dêles deu a entender que o religioso devia ser liquidado. O Conselheiro meditou alguns instantes e, depois, rompeu o silêncio com estas palavras:

— Aquêl frade é maçom!

Dentro de horas, a frase se espalhara por tôda parte e no dia seguinte, quando o frade assomou ao púlpito, a igreja se achava vazia. Ninguém foi mais escutá-lo e êle teve de regressar à capital da Bahia.

De novo engrossaram as hostes do Arraial de Canudos, destinado a tão trágico fim.

Corre no Ceará a história ou lenda, não se sabe bem, que o nomadismo e o misticismo do Conselheiro foram causados por terrível tragédia doméstica, na qual êle matou a sua própria mãe.

A genitora de Antônio Vicente, segundo dizem, fiel à tradição das sogras, não se dava bem com a nora e não perdia ensanchas de intrigar o casal, na esperança de separá-lo e ficar só com o filho. Não conseguindo seu maldoso fim com a rapidez que desejava, lembrou-se de usar um meio verdadeiramente infernal. Comunicou ao Conselheiro que a espôsa tinha um amante e o recebia na própria casa durante suas ausências. Era só fingir uma viagem e espreitar que saberia a verdade.

Antônio Vicente assim fez. Despediu-se à tarde da mulher e partiu, dizendo que só voltaria no dia seguinte; mas tornou atrás à noite e se ocultou nas cercanias da casa onde morava. A certa hora, um vulto de homem esgueirou-se ao longo da parede, empurrou uma janela que só estava encostada e saltou para dentro da moradia. Êle sentiu as têmporas latejarem, o coração bater com fôrça na arca do peito, a respiração tornar-se ofegante. Dominou-se, porém, e preparou com cuidado a arma de fogo que trazia, continuando na emboscada. Ao aproximar-se a madrugada, a janela tornou a se abrir e o vulto de homem pulou para o lado de fora. Êle apontou o bacamarte e puxou o gatilho: um clarão, um estrondo e o vulto estendido no chão, imóvel. Acercou-se com a mão no cabo da faca para o que desse e viesse. O desconhecido estava de bôrco. Virou-o de papo para cima e soltou um grito de horror: era a própria mãe vestida de homem, que fizera aquilo para perder a nora no seu conceito, sem se aperceber do perigo que corria!

O involuntário matricida entregou-se à polícia, respondeu ao júri em Quixeramobim e foi unânimemente absolvido. Livre, saiu da cidade sem se despedir de ninguém e foi procurar esquecer o crime pelos sertões afora. Se é verdade o que refere João Brígido — que um Sargento lhe roubou a mulher no Ipu, na era de 60, êle a levou consigo ou ela se foi encontrar com êle. Naturalmente o que se passara trouxera qualquer estremecimento entre êles, pois ela não poderia, como mulher, perdoar ou esquecer a calúnia atroz da sogra. Daí a consequência: aceitação da côrte do militar e a fuga com êle, que a abandonou e a deixou morrer na mendicância. Nada disso, porém, está historicamente verificado. Antes pelo contrário. Documentos dos arquivos de Quixeramobim publicados pelo ilustre historiador cearense Ismael Pordeus demonstram à saciedade que, quando Antônio Conselheiro se casou, sua mãe já era falecida.

A tragédia só com o primeiro ato já era de molde a abalar de vez a consciência dum homem. Avalie-se acrescida dêste segundo. Mas nenhuma dessas versões é verdadeira. Elas todavia correm mundo na voz do povo, que se compraz naturalmente em procurar em tudo como os franceses, a presença de uma mulher: *cherchez la femme*, mesmo na origem e formação do trágico Arraial de Canudos...

HISTÓRIA DO BRASIL *O Brasil, desde o descobrimento memorável de 1500 até a proclamação da República em 1889, é retratado fiel e pormenorizadamente nesta coleção. São ao todo sete volumes ilustrados, através dos quais Varnhagen, o maior historiador brasileiro, e Oliveira Lima, outra grande autoridade no assunto, nos facultam o conhecimento detalhado e imparcial dos quatro primeiros séculos de nosso país como colônia e como nação independente. Os fatos e as datas, as causas, as personalidades e os seus atos, que compuseram o glorioso passado nacional, desfilam com a plenitude da celebridade nesta obra de pesquisa e de estudo, obrigatória a todos os que se interessam pela história da pátria.*

- Tomo I** — HISTÓRIA GERAL DO BRASIL (*Período colonial*) — Varnhagen — Descrição geral do Brasil e dos índios. Descobrimento da América e do Brasil. Explorações primitivas da costa brasileira. Expedição de Martim Afonso de Sousa. Capitânias, donatários e colonos. Governo central na Bahia. 1.º bispado. Governos de Tomé de Sousa, Duarte da Costa e Mem de Sá. Franceses no Rio de Janeiro. Os índios e os jesuítas.
- Tomo II** — HISTÓRIA GERAL DO BRASIL (*Período colonial*) — Varnhagen — O Brasil em 1584. Colonização de Sergipe, R. G. do Norte, Maranhão e Pará. Perda e recuperação da Bahia. Separação do Sul. Invasão dos holandeses e governo de Nassau.
- Tomo III** — HISTÓRIA GERAL DO BRASIL (*Período colonial*) — Varnhagen — Revolução de Pernambuco até a primeira batalha dos Guararapes. Fim da guerra com os holandeses. Os dois Estados (do Maranhão e do Brasil). Paz de Utrecht em 1715.
- Tomo IV** — HISTÓRIA GERAL DO BRASIL (*Período colonial*) — Varnhagen — Armistício de Paris em 1737. Minas de ouro e diamantes. D. José I e Pombal. Administração josefina. Tratado de 1777 e governo de Maria I. Idéias e conluíus em favor da Independência em Minas Gerais.
- Tomo V** — HISTÓRIA GERAL DO BRASIL (*Período colonial*) — Varnhagen — A administração do Príncipe D. João no Brasil. Revolução pernambucana em 1817. Minas de ferro. Escritores, viajantes e imprensa periódica do reinado.
- Tomo VI** — HISTÓRIA DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL — Varnhagen — Desde a Revolução Constitucional e regresso de D. João VI, ao Reconhecimento da Independência.
- Tomo VII** — O MOVIMENTO DA INDEPENDÊNCIA — O IMPÉRIO BRASILEIRO — Oliveira Lima — Desde o regresso de D. João VI para Lisboa até os últimos anos do II.º Império (1821-1889).



EDIÇÕES MELHORAMENTOS

220

ARQUIVOS HISTÓRICOS

Concorrendo para ampliar ainda mais os horizontes culturais de todos os que se dedicam ao empolgante conhecimento da História pátria e universal, Edições Melhoramentos apresentam esta magnífica coleção, a qual é constituída por obras de valor inestimável como fonte de consulta ou apenas como leitura ilustrativa.

HISTÓRIA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA — *Morison e Commager*
(Trad. de Agenor S. Moura e Constantino Paleólogo). 3 Tomos

HISTÓRIA DIPLOMÁTICA DO BRASIL — *Helio Viana*

NOS BASTIDORES DA HISTÓRIA DO BRASIL — *Gustavo Barroso*

A VIDA DO BOTÂNICO MARTIUS — *Frederico Sommer*

O VELHO RIO DE JANEIRO — *Thomas Ender*

HISTÓRIAS DA CIDADE DE SÃO PAULO — *Affonso de E. Taunay*

HISTÓRIAS DA HISTÓRIA DE SÃO PAULO — *Raimundo de Menezes*

MEIO SÉCULO DE SÃO PAULO — *Barros Ferreira*

SÃO PAULO ANTIGO — SÃO PAULO MODERNO

VELHO SÃO PAULO — *Affonso de E. Taunay*. 3 Tomos



EDIÇÕES MELHORAMENTOS